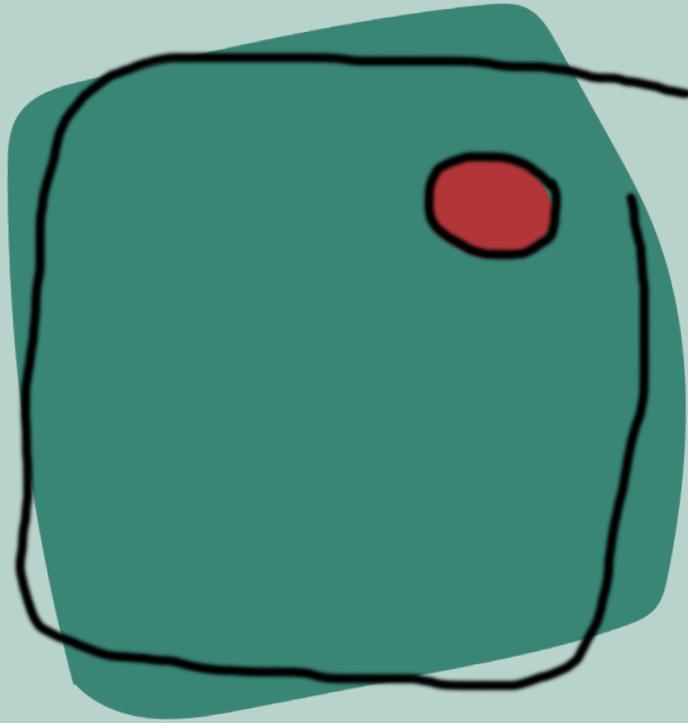


RODRIGO CASTRIOTA



# URBANIZAÇÃO EXTENSIVA

## NA AMAZÔNIA ORIENTAL

escavando a não-cidade  
em Carajás

# URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

escavando a não-cidade  
em Carajás

Este livro é de acesso aberto. A reprodução parcial ou total deste livro é permitida, desde que citada a fonte e o autor, respeitando-se os direitos autorais de Licença Creative Commons BY-NC-SA:



© 2025 ANPUR / Rodrigo Castriota

**capa, projeto gráfico e diagramação** Paula Custódio de Oliveira

**impressão** Gráfica Santa Cruz (Belém/PA)

**miolo** pólen 80g/m<sup>2</sup> / **capa** triplex 250g

**tiragem** 10 exemplares

**1ª edição** maio de 2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Câmara Brasileira de Livro, SP, Brasil**

---

Castriota, Rodrigo

Urbanização extensiva na Amazônia Oriental: escavando a não-cidade em Carajás / Rodrigo Castriota; -- Belo Horizonte, MG: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2025.

466 p.

ISBN: 978-65-80485-12-3 (impresso) / 978-65-80485-11-6 (digital)

1. Carajás, Serra dos (PA) 2. Minas e mineração 3. Urbanização - Amazônia 4. Urbanização - Aspectos ambientais 5. Urbanização - Aspectos sociais I. Título.

25-272350

CDD-304.2709811

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Amazônia : Urbanização : Aspectos socioambientais 304.2709811

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



2025

RODRIGO CASTRIOTA

# URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

escavando a não-cidade  
em Carajás

**JÚRI DO XII PRÊMIO BRASILEIRO “POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO  
E REGIONAL” DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO**

Alexandre Assis Tomporoski (PPGDR/UNC)  
Ângela Maria Cavalcanti Ramalho (PPGDR- UEPB)  
Claudia Luisa Zeferino Pires (POSGEA/UFRGS)  
Elis de Araújo Miranda (PPGDAP/UFF)  
Flávio Antonio Miranda de Souza (PPGDU/UFPE)  
Jefferson O. Goulart (PPGARQ/UNESP)  
João Aparecido Bazzoli (PPGDR/UFT)  
Junia Cambraia Mortimer (PPGAU/UFBA)  
Maria Beatriz Cruz Rufino (PPGAU/FAUUSP)  
Nécio Turra Neto (PPGG/UNESP)  
Rafael Gonçalves Gumiero (PPGPAM/UNIFESSPA)  
Sara Raquel F. Q. de Medeiros (PPEUR-IPP/UFRN)

**JÚRI DO III PRÊMIO RODRIGO SIMÕES DE TESE DE DOUTORADO**

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (IPP/UFRN)  
Daniele Pontes (PPGPU/UFPR)  
Erika Kneib (PPGPC/UFG)  
Fabricio Leal de Oliveira (PPGPUR/IPPUR/UFRJ)  
Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC/UFMG)  
Heleniza Campos (PROPUR/UFRGS)  
Livia Miranda (PPGDR/UEPB; MDU e PPGEU/UFPE)  
Luciana de Oliveira Royer (PPGAU/FAUUSP)  
Marcos Roberto Gonzaga (PPGDEM / UFRN)  
Maria Fernanda Derntl (PPG-FAU-UnB)  
Sandra Momm (PPGPGT/UFABC)



associação nacional  
de pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano e regional

## **ANPUR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

### **ANPUR Diretoria 2023-2025**

Presidente – José Júlio Ferreira Lima (PPGAU/UFPA)

Secretário Executivo – Raul da Silva Ventura Neto (PPGAU/UFPA)

Secretário Adjunto – Sandra Momm (PGT/UFABC)

### **Diretoria**

José Ricardo Vargas de Faria (PPU/UFPR)

Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/UFRJ)

Lívia Izabel Bezerra de Miranda (MDU/UFPE)

Luciana Saboia Fonseca Cruz (PPGFAU/UnB)

### **Conselho Fiscal**

Clarice Maraschin (PROPUR/UFRGS)

Flavio Antônio Miranda de Souza (MDU/UFPE)

João Bosco Tonucci Filho (Cedeplar/FACE/UFMG)

### **Conselho Fiscal Suplentes**

Clarissa Freitas (PPGAU+D/UFC)

Rafael Gumiero (PPGPAM/UNIFESSPA)

Luciana Royer (PPGAU/USP)



PARA REGINA, RONALDO, RENATA,

RICARDO E REYNALDO CASTRIOTA

# AGRADECIMENTOS

As mesmas pessoas a quem dedico esse trabalho são às que mais sou grato pela conclusão do doutorado e pela construção de uma trajetória profissional. Sou igualmente grato a Roberto Monte-Mór, a quem já não tenho mais palavras para agradecer, e a quem só desejo ver feliz e satisfeito com os desdobramentos de sete anos de trabalho e amizade. À essa família extensiva somam-se Harley Silva e Felipe Magalhães – parceiros da vida cotidiana – e também João Tonucci, querido amigo, poeta e co-orientador, a quem agradeço por combinar, com suavidade, tanto carinho e competência.

Como de costume, devo imensamente as minhas amigas e amigos mágicos pelo companheirismo, paciência e convivência criativa. Sou especialmente grato a Ciro Nogueira, Bruno Guimarães, Diego e Lucas Alves pelas conversas sobre a tese e sobre o texto; a Rafael Mendonça pelos primeiros incentivos que abriram os caminhos internacionais; e a Mariângela Paraíso que comentou o primeiro manuscrito do texto de qualificação. De bom coração, Gabriela Lima Diniz e Juliana Castriota, além de Bruno Figueiredo e Carlos Hauck, viabilizaram algumas das cartografias e fotografias que se seguem – ainda que seja inteiramente minha a responsabilidade pelas consequências graves de se colocar uma câmera fotográfica e alguns lápis de cera nas mãos de um economista.

Sou extremamente grato aos amigos e amigas do Cedeplar pelo cotidiano tão agradável e divertido, pelo compartilhamento de penúrias e privilégios pessoais e institucionais. Foi um luxo conviver com Gustavo, Ana, Renata, Rodrigo, Pedro, Jakob, Renan, Bel, Anatê,

Phillipe, Marcos, Fernanda, Ian, Lucas e tantas outras pessoas incríveis que compartilharam essa atmosfera de alegria e essa formação incomparáveis. Estendo esses mesmos agradecimentos às tantas pessoas que possibilitaram e possibilitam a conexão Cedeplar-INPE-UFGA da qual sou orgulhosamente tributário – Chiquito, Danilo, Paula, Isabel, Miguel, Vitória (*et al*) e, em especial, Ana Cláudia – e às amigas belenenses Carol, Ianie, Lucas (a quem agradeço também pelas figuras da p. 145), Taynara e Luna Bibas. Nesse mesmo espírito agradeço a Bruno Siqueira, um luxuoso assistente de pesquisa no início do processo e, ao longo dos anos, um amigo e interlocutor muito querido.

I have been on the road since 2016. Because of this international trajectory, my life and work were profoundly transformed. I want to express my gratitude and appreciation to my friends in Toronto, Kanishka Goonewardena, Linda Peake, Shubhra Gururani, Stefan Kipfer, Lucy Lynch, Ute Lehrer and all the kind, generous people of The City Institute at York University. I am forever grateful to Roger Keil who not only opened the doors of the world to me but also helped me take my first steps on it. Neil Brenner has also been an invaluable friend and comrade throughout this trajectory and the kindness and accuracy of each his gestures and comments will always be appreciated.

I owe a lot to the team of the *Territories of Extended Urbanization* project, Milica, Nikos, Alice, Metaxia, Tammy, Nancy, Hans, Nitin, as well as Philippe Rekacevicz who worked on the conceptual maps – some of which are presented here in a preliminar way. Thank you all for the kindness, attention and patience in the past years. I had a lot

of fun. Having the discussions and comparative research with brilliant scholars was a magnificent privilege that I do not take for granted. For each one of his interventions, I thank AbdouMaliq Simone, a colleague for what unfortunately was a small period of time but a beloved friend for the past years and, I am sure, for all that is yet to come. At last, and perhaps most importantly, I thank Christian Schmid for his abiding generosity and commitment to urban research, for all the resources that made it all possible and for the time spent in this collective endeavor. For debating every idea with energy and passion. And above all, for listening to every single word that I had to say, for reading every line that I have written, for making questions and providing input for my/our work with enthusiasm, carefulness and much, much respect. For trusting me deeply and believing in the capacities of an unknown Brazilian student that happened to be in the right place at the right time.

Finally, this research would not have happened – and I mean it literally – without the generous hosts that I've met along the way. I was unbelievably lucky to meet, through friends and colleagues, incredible people that offered me a place to stay from North America to Southeast Asia. Thank you Lucy and Chris, Charlo and Paul, Luna and Lucia, Rafael Guedes, Ruiz and Aline, Alice and Guillaum, Patrícia and Tiago, for extending a hand and making all of this possible.

O presente texto é também fruto das considerações das quatro professoras que tive o prazer e o privilégio de ouvir na banca de qualificação. Obrigado Célia Congílio, Rita Velloso, Carol Moulin e Sibelle Diniz, por intervenções tão determinantes, pela leitura atenta e pelos comentários generosos.

Muito obrigado à CAPES e aos programas de expansão da universidade pública no Brasil que propiciaram uma vida digna e alegre a um jovem pesquisador. Agradeço muitíssimo a todos os participantes dessa pesquisa, entre camponeses e pesquisadores, militantes e educadores, lojistas, ativistas e funcionários da mineração, enfim, residentes e não residentes da região de Carajás que tornaram esse trabalho possível. Obrigado pelo tempo, pela atenção, pela honestidade e pelo interesse na pesquisa. Espero que as páginas que se seguem façam jus a tudo isso.

## RESUMO

Este trabalho parte da hipótese de que uma concepção renovada dos processos de urbanização é fundamental para compreender, histórica e contemporaneamente, as transformações socioeconômicas, espaciais e ecológicas na Amazônia. Considerada em seu sentido concentrado e extensivo, e enfatizada sua função mediadora, a urbanização permite reinterpretar tanto as diversas rodadas de colonização regional, de homogeneização e de degradação socioambiental, quanto as novas materialidades e subjetividades radicais que emergem com a expansão do universo urbano-industrial. Ao mesmo tempo, há no estudo dessas mesmas transformações na região amazônica uma oportunidade de reabilitar os estudos urbanos e de deslocar o imaginário geográfico do “cânone” brasileiro, há muito fundados na velha dicotomia urbano-rural, na experiência sudestina e em seu objeto de estudo privilegiado: a cidade. Dentro dessa perspectiva, a região de Carajás, na Amazônia Oriental, configura um terreno privilegiado de análise pela diversidade de formas e processos de urbanização concentrada e extensiva que se desdobraram nas últimas décadas. Tomando a mineração e as demais dinâmicas neo-extrativistas como indutoras de processos de urbanização, procuro discutir tanto as camadas geohistóricas de transformações socioespaciais regionais, quanto os processos contemporâneos - em especial, as transformações no município de Canaã dos Carajás a partir da instalação do Complexo S11D, contruído pela Vale entre 2011-2016, que abriga a maior mina a céu aberto da história da humanidade. A partir dos dados coletados em trabalho de campo – envolvendo observação participante, entrevistas semi-estruturadas, fotografias – e da análise de outros materiais documentais, históricos e cartográficos, este trabalho apresenta e

discute, de um lado, a trajetória dessa cidade mineradora e, de outro lado, as complexidades e diversidades da “não-cidade” profundamente transformada pela urbanização. De um lado, o ‘boom’ e o declínio do centro urbano que abriga a força de trabalho migrante. De outro lado, a urbanização extensiva induzida pelo complexo minerador, expressa em rodovias, ferrovias, hidrelétricas e unidades de conservação, mas também na reorganização do espaço agrário municipal – e que tem como resposta a formação de acampamentos sem terra em áreas controladas ou pretendidas pela Vale. Nesse processo de apropriações e contestações, enfatizo a relação entre as novas materialidades, novas subjetividades e novas possibilidades vinculadas aos processos de urbanização – das mega-infraestruturas logísticas e mineradoras e das formas variadas de opressão, vigilância e controle, às novas formas de ação coletiva e reivindicações de cidadania a partir da “não-cidade” camponesa. A região de Carajás permite desestabilizar o pensamento dicotômico urbano-rural; tensionar grandes categorias do campo dos estudos urbanos frequentemente mobilizadas de forma auto-evidente; reafirmar a centralidade do conceito (e do processo) de urbanização extensiva; e, finalmente, questionar perspectivas que magnificam ou celebram acriticamente “a cidade” como entidade concebida, percebida e vivida na direção de uma crítica da problemática do cidadismo.

**Palavras-chave:** Urbanização Extensiva, Carajás, Amazônia, Mineração, Extrativismo, Luta pela Terra, Mediação, Henri Lefebvre, Cidadismo.

# ABSTRACT

This work is based on a double premise. On the one hand, a renewed conceptualization of urbanization is crucial to understand socioeconomic, spatial and ecological transformations in the Amazon both historically and contemporarily. Considering its concentrated and extended dimensions as well as its mediating function, urbanization allows for a reinterpretation of the various rounds of regional colonization, homogenization and socio-environmental degradation, in addition to the new materialities and radical subjectivities that emerge with the expansion of the urban-industrial universe. At the same time, the study of these same transformations in the Amazon creates an opportunity to rehabilitate the field of urban studies and to displace the “canonic” geographic imagination within Brazilian scholarship, for too long founded on the old urban-rural dichotomy, on the southeastern experience and on its privileged object of study: the city. Within this perspective, the region of Carajás, in the Eastern Amazon, is a privileged terrain of analysis due to the diversity of forms and processes of concentrated and extended urbanization that have been unfolding in past decades. Taking mining and other neo-extractive dynamics as inducers of urbanization processes, I discuss both geohistorical layers of regional socio-spatial transformations, as well as contemporary processes – particularly the transformations in the municipality of Canaã dos Carajás driven by the implantation of the S11D Mining Complex, built by Vale between 2011-2016, that shelters the largest open-pit mine of human history. Based on fieldwork data –participant observation, semi-structured interviews, photographs – and further documental, historical and cartographic materials, this work presents and discusses, on the one hand, the trajectory of a mining town and, on the other, the complexities and

diversities of the “non-city” deeply transformed by urbanization. On the one hand, the boom and the decline of the urban center that houses the migrant labor force; on the other, the mining-induced extended urbanization expressed in highways, railroads, hydroelectric dams and conservation units, as well as in the reorganization of municipal agrarian space – including the formation of landless workers settlements in areas that are either controlled or intended by Vale. In these processes of appropriations and contestations, I emphasize the emerging relations between new materialities, new subjectivities and new possibilities attached to urbanization processes – from massive mining and logistics assemblies and the unfolding forms of oppression, vigilance and control, to the new forms of collective action and citizenship claims from the “non-city”. The region of Carajás enables the destabilization of the urban-rural dichotomy; the tensioning of major categories in the field of urban studies, often mobilized as self-evident terms; the reassertion of the concept (and the process) of extended urbanization; and, finally, the critique of both academic and non-academic perspectives that uncritically magnify or celebrate “the city” as a conceived, perceived or lived entity towards a critique of *cityism*.

**Keywords:** Extended urbanization, Carajás, Amazonia, Mining, Extractivism, Land Struggles, Mediation, Henri Lefebvre, Cityism.

18 **APRESENTAÇÃO**

47 **CAPÍTULO 1**

**INTODUDUÇÃO / ESTUDOS URBANOS**

**NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

- 55 AMAZÔNIA
- 63 AMAZÔNIA, EXTRAÇÃO E URBANIZAÇÃO
- 69 DA CIDADE À URBANIZAÇÃO
- 95 URBANIZAÇÃO E MEDIAÇÃO: TRANSITANDO ENTRE NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO
- 108 PLANO DO TRABALHO

113 **CAPÍTULO 2**

**MAR-DESERTO / PRESERVAÇÃO, EXTRAÇÃO E URBANIZAÇÃO**

- 127 O MOSAICO DE CARAJÁS E AS OPERAÇÕES EXTRATIVAS DA VALE
- 146 EXTRAÇÃO E URBANIZAÇÃO
- 165 MINERAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CARAJÁS
- 179 CANAÃ DOS CARAJÁS: O SOLO E O SUBSOLO

189 **CAPÍTULO 3**

**AVALANCHE / CANAÃ DOS CARAJÁS: O 'BOOM' E A CRISE**

**DA CIDADE MINERADORA**

- 207 MORAR NA AVALANCHE
- 227 CONVERSÃO DE TERRAS: URBANO E RURAL COMO CATEGORIAS GOVERNAMENTAIS

## 239 **CAPÍTULO 4**

### **TERRA / TEMPORALIDADES SUPERPOSTAS NO**

#### **SUDESTE PARAENSE**

- 245 OLIGARQUIA DO TOCANTINS
- 252 MOVIMENTOS EM DIREÇÃO À AMAZÔNIAS
- 263 TERRA: APROPRIAÇÕES E EXPROPRIAÇÕES
- 269 VIOLÊNCIA INSTITUÍDA
- 277 INSTITUCIONALIDADES E MEDIAÇÕES
- 285 CONTEMPORANEIDADES

## 295 **CAPÍTULO 5**

### **ECLIPSE / ALÉM DA CIDADE: URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E A**

#### **POLÍTICA DO ESPAÇO**

- 313 CANAÃ DOS CARAJÁS: O "LADO DE FORA"
- 329 ACAMPAMENTOS SEM TERRA
- 380 TERRITÓRIOS DE URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E A POLÍTICA DO ESPAÇO

## 402 **CODA / RUMO À CRÍTICA DO CIDADISMO**

- 411 URBANO-RURAL E OS LADOS DE FORA
- 417 A PROBLEMÁTICA DO CIDADISMO

## 428 **REFERÊNCIAS**

- 462 LISTA DE FIGURAS
- 463 LISTA DE SIGLAS

## APRESENTAÇÃO

Meu caminho até os estudos urbanos é um pouco aleatório. Formei-me em um curso de economia bem convencional e me especializei em métodos quantitativos pelas aptidões com a lógica formal. Depois de alguns anos no mercado de trabalho – siderurgia, consultoria e aventuras empreendedoras – decidi fazer o mestrado. Quando entrei no CEDEPLAR em 2014, o plano era trabalhar com economia institucional, mas ao mesmo tempo me deixar ser afetado por outras teorias, outras economias. Decorre daí a minha eterna gratidão ao Prof. Rodrigo Simões, que ministrava o curso de Teorias do Desenvolvimento Regional e Urbano junto com o Prof. Roberto Monte-Mór. As aulas de desenvolvimento regional, economias de aglomeração e desaglomeração me deixaram impressionadíssimo e abriram meus olhos e ouvidos para as discussões seguintes sobre espaço, cidade e urbanização, essas sim conduzidas pelo Roberto.

A cidade foi o meu primeiro encantamento. Desde 2011 eu tive um envolvimento visceral com o carnaval de Belo Horizonte, cujo reflorescimento festivo e político abriu novos caminhos e fertilizou relações que mudaram a vida de muitos da minha geração. Havia muitos significados em jogo: os blocos como obras coletivas, o trabalho coletivo e desalienado, a oportunidade de criar livre e coletivamente, um olhar crítico para o consumo; o uso e a percepção do tempo e do espaço, a resignificação do desperdício e do desejo, os encontros intensos e marcantes; o ludismo das paisagens cotidianas, a reapropriação de bairros e espaços centrais e, sobretudo, a inseparabilidade da festa e da política. Em 2014, quando comecei meu mergulho nos estudos urbanos e regionais, eu já estava envolvido em dezenas de blocos.

O encontro com Henri Lefebvre foi inevitável. A noção de “direito à cidade” tocava muito fundo na minha experiência vivida quando formulado como direito à centralidade lúdica e à vida urbana coletiva. Mas também me era muito cara a crítica da tecnocracia, das ciências parcelares e do corporativismo – meu grande desafeto acadêmico e carnavalesco. Fiquei encantado e apaixonado. Estudava desesperadamente, conhecia um novo campo de estudos, encontrava novos “clássicos”, enquanto me cercava de arquitetos e geógrafos. Passei a querer saber mais sobre cidades pelo mundo afora e me perdia por noites e noites na Wikipedia, no Google Maps, Earth e StreetView. Meu pensamento gradativamente se cartografava.

Entretanto, antes de me tornar (mais) um estudioso das cidades, interessei-me muito pela ideia de urbanização extensiva e decidi mergulhar na obra do Prof. Roberto Monte-Mór, desde os primeiros textos dos anos 1980, e nas suas referências e interlocutores. Interessava-me, sobretudo, pensar em como infraestruturas de transporte e comunicação alcançavam territórios mais distantes e nos desdobramentos políticos dessas extensões. Passei a me interessar pelas mudanças nos usos dos espaços e dos objetos fora do meu circuito imediato citadino e citadista. Será que a forma que se usa o celular no interior da Amazônia é a mesma usada no centro de Belo Horizonte? Como as ferrovias e rodovias que atravessam dezenas de municípios são apropriadas por seus residentes? O que eu não consigo enxergar e nem sequer imaginar a partir de uma metrópole sudestina brasileira?

Passei muito tempo pensando, junto com o amigo Harley Silva, nos paradoxos do desenvolvimento do subdesenvolvimento em regiões não-citadinas. Se, por um lado, os residentes dos interiores e periferias pareciam querer superar a precariedade da vida material e econômica através de novas materialidades e estruturas urbano-industriais, por outro, a extensão das condições que caracterizam o “desenvolvimento” e o “progresso” carregam consigo lógicas e relações que vão na direção da colonização e da deterioração desses espaços. Será que não há cidade que não colonize um “lado de fora”? Será que não é possível haver sofisticação sem gentrificação? Não é possível um enriquecimento da vida material coletiva em espaços menos modernizados sem uma deterioração cultural e ambiental?

Se a urbanização extensiva era “destrutiva” (como insistiam e ainda insistem meus colegas antropólogos e geógrafos agrários), então o que dizer às populações camponesas, ribeirinhas e indígenas que desejavam objetos técnico-científicos-informacionais – estradas, motocicletas, celulares, TVs e internet? Diremos a eles que parem de desejá-los? E se a urbanização extensiva era “construtiva”, capaz de estender materialidades e práticas sócio-políticas importantes, então o que dizer da extensão das fake news pelos grupos de whatsapp, do desmatamento, da destruição de rios e cavernas, do genocídio indígena, da especulação fundiária e da poluição de grandes corporações longe dos olhares metropolitanos? Era preciso pensar nas contradições desse processo que, a despeito de toda análise, estava em curso. Era preciso também pensá-las em

uma amplitude maior, em escalas aumentadas. Era preciso procurar interlocuções e experiências fora do Brasil – visto que esse debate tinha, impressionantemente, pouquíssima aderência nos estudos urbanos e regionais nacionais.

Eu me lembro exatamente da noite, em que digitei “extended urbanization” no Google e descobri que dois professores, um de Harvard e outro do ETH Zurich, estavam mobilizando esse conceito com influência e visibilidade nos estudos urbanos globais: Neil Brenner e Christian Schmid. Fiquei impressionado com a quantidade de reações à ideia de “urbanização planetária”, noção derivada da “urbanização extensiva”, que naquela altura já me era tão cara. Acompanhei de perto, como ainda acompanho, as críticas vorazes e as celebrações acrílicas à versão da urbanização extensiva enunciada pelos acadêmicos do Norte. Meus estudos do trabalho do Roberto me permitiram, ao mesmo tempo, perceber os erros (conceituais, mas principalmente estratégicos) da enunciação euro-americana da urbanização extensiva, mas também perceber as relações de poder entre um enunciado brasileiro construído a partir de 40 anos de trabalhos de campo e experiências na Amazônia e um engatinhar teórico, abstrato, de fundamentação empírica limitada, enunciado a partir do Norte global.

Assim, foi também inevitável chegar nos estudos pós-coloniais e decoloniais. Descobri a duras penas que a periferia precisa não só dominar sua própria história e seus próprios marcos conceituais, mas também os do centro. Mergulhei em todos os trabalhos que

havia sido produzidos sobre “planetary urbanization” e descobri que a verdadeira “inovação” que sustentava toda essa agenda de pesquisa globalizada era a ideia de urbanização extensiva – também construída a partir de Henri Lefebvre. Deixei meus planos de pesquisa empírica para o doutorado – estava interessado na extensão e apropriação das tecnologias de informação e comunicação no “Brasil profundo” – e decidi escrever uma dissertação de mestrado sobre essas teorias, que defendi em fevereiro de 2016: “Urbanização Extensiva e Planetária: Formulações Clássicas e Contemporâneas”, sob orientação do Roberto.

Em março de 2016, dez dias depois de defender a dissertação, ingressei no doutorado. A essa altura, a cidade já não era mais tão luminosa. Do ponto de vista conceitual, ela foi perdendo a sua força. Seus estudiosos e celebradores não a definiam, não delimitavam suas fronteiras, mas ao mesmo tempo também não criticavam definições e delimitações. Como podiam tantos pesquisadores urbanos serem tão conceitualmente relapsos com o “objeto” que insistiam em dar tanta importância e notoriedade? Na minha experiência vivida belorizontina, “a cidade” e o direito a ela foram se desbotando. A centralidade foi deixando de ser lúdica e foi gradativamente destacando suas periferias relativas. Os blocos, valores de uso coletivos, foram deliberadamente transformados em valor de troca. Suas lideranças se tornaram “empresários da cultura” e seus batuqueiros começaram a ser organizados, divididos e separados por um processo fordista de produção da festa. Os participantes da festa foram se tornando profissionais da “cultura”.

Golpes sucessivos pelo controle dos blocos de carnaval seguiam o golpe de estado que transcorria em nível nacional. O ludismo deu lugar ao cinismo e uma determinada “classe” institucionalizou o carnaval-espetáculo e o carnaval-mercadoria sob os aplausos de alguns de seus precursores que até hoje não compreendem a transformação que se concluiu nas relações sociais que produziram o reflorescimento quase mágico do carnaval. A classe média cidadã e progressista foi se mostrando cada vez mais como classe média cidadista e conservadora.

Gradualmente, a cidade como plataforma da experiência me parecia mais obscurantista e as possibilidades e alternativas que eu procurava pareciam estar além de seus limites imediatos. Muito do que me parecia fundamental para uma compreensão do(s) mundo(s) e para construção de alternativas à crise societal e ambiental era também menos visível, audível, sensível, “visitável”, justamente por estar além dos limites daquilo que conhecemos (e cultivamos, cuidamos) como “cidade” – ainda que muitos pesquisadores tenham dispendido muita energia para dizer que a cidade não tem bordas e limites claros, ora para não delimitá-los, ora para não precisarem atravessá-los na direção do tão temido “lado de fora”. Era cada vez mais claro que a urbanização extensiva não era apenas um conceito, mas também um projeto (político).

Em paralelo, meu interesse pela região amazônica, que surgiu com as leituras montemorianas, crescia através dos textos e dos encontros da rede formada pelo Projeto Urbis Amazônia (UFPA-

UFMG-INPE). De fato, existe uma tradição de pesquisas na Amazônia dentro do CEDEPLAR, mas o elemento definitivo para essa pesquisa foi o encontro com professores e alunos da UFPA através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), mas principalmente pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) que abriga o LabCam, onde fiz mais amigos e amigas do que um doutorado permite. Os vários seminários, oficinas e congressos que aconteceram desde então fizeram aprofundar a relação pessoal e profissional com essas pessoas queridas e com a Amazônia. As oportunidades de visita à região do Baixo Tocantins, ao oeste paraense e as inúmeras visitas a Belém foram fundamentais para formar uma primeira concepção de Amazônia antes do trabalho de campo na região de Carajás, base empírica sobre a qual se desenvolve a presente pesquisa. Quanto mais eu percebia a minha incapacidade prévia de sequer imaginar a diversidade de formas e processos socioespaciais na região, mais eu me perguntava sobre seu potencial de deslocamento do imaginário geográfico no campo dos estudos urbanos – assim como eu, cidadista e sudestinista.

Ao mesmo tempo, parecia cada vez mais nítida a importância do conceito de urbanização extensiva para se pensar a Amazônia, para compreender os processos acelerados de transformação em suas geografias tão diversas. Apesar da sua *urgência* frente às transformações profundas nas inúmeras “não-cidades” brasileiras – o campo, a aldeia, o quilombo, a mina, o pasto, a monocultura de soja –, no Brasil a “urbanização extensiva” continuava a cozinhar em

fogo baixo décadas depois de sua formulação – santo de casa não faz milagre. No Norte, o debate era tão incipiente quanto vigoroso – e violento como só a academia gringa é capaz de ser. Particpei de eventos internacionais – with a *lot* of help from my friends! – a fim de, por um lado, estabelecer a primazia do conceito e da agenda monte-moriana e coloca-la em diálogo com a pesquisa global emergente; e, por outro, entender a rede e a “cena” dos estudos urbanos globais para firmar futuras parcerias para o projeto. As coisas não poderiam ter dado mais certo.

Entre golpes de sorte e passos orquestrados, foram muitos os encontros importantes nesses últimos anos (e que tem sua influência cristalizada nesse trabalho), em particular o encontro com Christian Schmid em abril de 2016 na cidade de Toronto, no workshop *Rethinking Urban Theory Through the Analytical Lens of Planetary Urbanization* promovido pelo City Institute na York University. Sem saber muito bem como, lá estava eu, em abril de 2016, em uma sala com todas as minhas referências bibliográficas, no momento exato de uma discussão com acadêmicos do mundo inteiro avaliando criticamente um conceito recentemente “lançado” no debate internacional, mas que, como eu bem sabia (e eles não), tinha 40 anos de história.

Desse workshop saiu a proposta de uma edição especial sobre urbanização planetária na *Environment and Planning D: Society and Space*, na qual foi possível cumprir o objetivo inicial de estabelecer as bases brasileiras da urbanização extensiva no debate global

– em parceria com João Tonucci. Também nesse workshop veio o convite de Christian Schmid para trabalhar como pesquisador no Singapore-ETH Centre no projeto *Territories of Extended Urbanization*, a primeira pesquisa comparativa global sobre territórios de urbanização extensiva feita no mundo com estudos de caso extremamente variados.<sup>1</sup> Para mim, era a criação de uma base totalmente nova para produção de teoria urbana a partir da comparação de urbanizações diversas, escapando da obsessão teórico-metodológica com “a cidade” – uma das dimensões do que venho chamando de “cidadismo”. O trabalho de pesquisador no Singapore ETH-Centre foi extremamente prazeroso e abriu um mundo de oportunidades, entre as quais destaco o convívio prolongado com pesquisadores incríveis e generosos, as discussões inesgotáveis ao longo de 4 anos de projeto, o financiamento de uma pesquisa de campo relativamente extensa e a minha primeira experiência de residência fora do Brasil.

Estive em Singapura entre janeiro e agosto de 2018. Uma cidade-Estado totalmente *high-tech*; um importante centro político e econômico do sudeste asiático; uma ilha do tamanho da metade do município do Rio de Janeiro, cujo PIB é 1/6 do brasileiro. De um lado, a cidade global por excelência e o “mundo inteiro” contido em uma ilha diversa e peculiar. De outro, a realidade urbana distópica onde arranha-céus e ilhas artificiais se materializam rapidamente, às custas de periferias próximas e longínquas. Em janeiro, junto com o grupo do projeto, tive a oportunidade de visitar grandes estaleiros, grandes projetos imobiliários (sobre palafitas e sobre bancos de

1. O projeto foi coordenado por Christian Schmid e Milica Topalovic (ETH Zurich) e contou com as colaborações preciosas de AbdouMaliq Simone e Philippe Rekacevicz. Além do meu trabalho na região de Carajás, os territórios de pesquisa e seus respectivos pesquisadores foram: o “Cinturão do Milho” do Centro-Oeste dos Estados Unidos (Nikos Katsikis), a região do Delta do Rio das Pérolas no sudeste chinês (Tammy Wong); a rodovia do Corredor Lagos-Abidjan que atravessa cinco países na África Ocidental (Alice Hertzog); o Mar do Norte (Nancy Couling); a região da Bengala Ocidental (Elisa Bertuzzo); a região grega de Arcadia (Metaxia Markaki); além de casos complementares sobre as paisagens de óleo de palma na Indonésia (Hans Hortig) e sobre Nova Dehli (Nitin Bathla).

areia), portos inimagináveis carregados de containers, extensas ilhas artificiais e vilarejos populares nas hinterlands imediatas no sul da Malásia (Johor Bahru) e Indonésia (Pulau Batam). Dois meses depois, me preparava para partir para uma hinterland mais longínqua, a mais de dezessete mil quilômetros de distância de Singapura.

Quando saí para o trabalho de campo no final de março daquele ano, entendi perfeitamente as palavras do premiado jornalista paraense Lucio Flavio Pinto que, em 1997, disse que “ir em menos de 24 horas de Paris a Carajás equivale a um tratamento de choque para a mente”.<sup>2</sup> Foi a minha sensação na ponte aérea Singapura-Carajás. Claro, não existe um voo direto: para ir do sudeste asiático ao sudeste paraense, é preciso passar pelo sudeste brasileiro. Entre esses sudestes, hierarquias e relações se definem. Para mim, era um vôo entre o lugar onde o minério de ferro era extraído – tendo em vista o contexto complexo de sua extração – e o lugar onde ele seria re-materializado sob a forma de extensos edifícios “verdes”, com jardins no terraço, plantas na janela e na fachada, projetando exemplos cínicos de um suposto mundo sustentável.

No sudeste paraense, a experiência não-citadina e não-sudestina no mosaico de conflitos amazônicos de luta pela terra, grandes projetos, massacres, povos tradicionais, mineração e movimentos sociais transformou profundamente minhas concepções. Sobre espaço e urbanização, cotidianidade e colonialidade, mas também sobre agricultura e cidadania, habitação e entretenimento;

2. Lúcio Flávio Pinto (1997) Prefácio. In: Maria Célia Coelho e Raimundo Cota (orgs) *Dez anos da estrada de ferro Carajás*. Belém: UFPA, NAEA, p. xiii-xvii.

sobre o capital e o Estado, suas metamorfoses, ambiguidades e ambivalências. Do terreno prático-sensível, das sensações e dos choques, das materialidades da vida cotidiana, surgiam novas reflexões. Em outras palavras, a partir de determinados “sensórios”, surgiam novas concepções e perguntas, de modo que é preciso deixar claro que não apenas os dados de campo subsidiaram determinados argumentos que elaborei neste trabalho, mas também que a própria experiência foi condição de possibilidade para sua elaboração como tal.

Cheguei ao sudeste paraense muito entusiasmado, buscando justamente esse mosaico, essas complexidades e diversidades. Tinha pretensões de conseguir acessar, dialogar, compreender e ainda por cima escrever sobre esses territórios, povos, conflitos e práticas tão fundamentais e, ao mesmo tempo, tão marginais no debate público e acadêmico. Em particular, eu desejava cobrir lacunas que, a meu ver, eram marcas profundas das pesquisas críticas na Amazônia, sobretudo na literatura sobre Fronteira, onde há uma ênfase maior nos poderes do grande capital e na força do Estado, do que nas maiorias regionais amazônicas, em suas estratégias de enfrentamento e em suas capacidades criativas.

Naturalmente, essa pretensão foi frustrada. Em parte pela duração do campo – apesar do material abundante coletado em campo, dois meses são insuficientes; frustrada pela complexidade das complexidades – acessar determinados territórios, grupos e culturas não significa que poderemos mesmo começar a

compreendê-los; pela numerosidade de elementos que precisam ser devidamente organizados e sistematizados para que minimamente compreendidos; mas também, e em larga medida, pela ubiquidade da Vale na região. É muito difícil expressar, fora da experiência vivida, o peso de uma corporação transnacional gigantesca, ex-estatal e ex-instrumento de desenvolvimento do Estado brasileiro, no espaço e na vida cotidiana de uma região como Carajás. Esse peso era ainda maior em Canaã dos Carajás, foco da presente pesquisa, onde a Vale acabara de concluir, em 2017, as obras de um complexo minerador chamado S11D que abrigava a maior mina a céu aberto da história da humanidade. Dezenas de milhares de trabalhadores foram contratados a partir de 2011 e demitidos a partir de 2015-2016, quando da conclusão das obras e da automatização quase completa da mina, deixando uma enorme massa de desempregados. O que se passa em um lugar como esse? Antes do campo, foi difícil avaliar a situação do município, em parte pela falta de dados disponíveis. Os dados do IBGE estavam completamente defasados, a prefeitura de Canaã não tinha ainda dados e projeções oficiais e o CENSO Agropecuário 2017 e o REGIC 2018 ainda não tinham sido divulgados. Além disso, os dados primários coletados pela equipe do LabCam (PPGAU/UFPA) ainda não haviam sido tabulados e publicados.<sup>3</sup> Nesse momento, minhas perguntas eram ligadas ao peso dessa mina (e dessa mineradora) no conjunto social e na indução de processos de urbanização. Durante o campo, essa continuou a ser a tônica do trabalho e da investigação, mas a empiria que emergiu a partir dessas perguntas não poderia ter sido antecipada.

3. Ver Cândido (2018) e Melo (2020).

Dessa forma, novas perguntas surgiram ao longo do percurso de campo mais intensivo, em abril e maio de 2018. Passei minhas três primeiras semanas em Canaã dos Carajás para compreender o efeito sobre o centro urbano do complexo minerador recém instalado. Bati em muitas portas, sem intermediação prévia, para entrevistar lojistas de perfis muito variados, migrantes, moto-taxistas, vendedores ambulantes, prestadores de serviço e residentes em geral, a fim de coletar relatos e narrativas sobre o ‘boom’ e o colapso econômico de Canaã. Muitos participantes se entusiasmaram e respondiam, de bom gosto, as perguntas que lhes eram feitas, das mais simples às mais complexas. Entretanto, o clima das conversas foi amistoso até certo ponto. A desconfiança, a violência, e o declínio do centro urbano como um todo – muito comum em municípios mineradores – impossibilitou a continuidade de uma estadia segura em Canaã. Parti então para Marabá, onde conheci um pouco mais do contexto regional do sudeste paraense através de sua “capital”. Foi fundamental contar com a colaboração de técnicos, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) com os quais aprendi mais do que consigo narrar nas páginas que se seguem e através dos quais pude conhecer vários membros e representantes de outros movimentos sociais, como o MAM, o MST, o CEPASP, além de funcionários e ex-funcionários de órgãos estatais como FUNAI, IBAMA e ICMBio. Na capital regional, descobri também que as movimentações políticas mais significativas não estavam acontecendo no centro urbano de Canaã, mas sim nos numerosos acampamentos sem terra que se formaram a partir de 2015 no

município. Movimentos sociais e entidades de classe tentavam dar início a uma articulação mais profunda entre setores, em suas palavras, urbanos e rurais. Retornei a Canaã com uma perspectiva e com condições de acesso renovadas, com entradas para a luta camponesa, para os sindicatos urbanos, bairros periféricos e para articulações que estavam em andamento envolvendo os sem terra, os movimentos sociais, a prefeitura de Canaã dos Carajás e a Vale.

O presente trabalho é uma narrativa acerca dessa trajetória. Nos dois meses de trabalho de campo em abril e maio de 2018, nas quatro viagens a Belém do Pará em 2016, 2017 e 2019 e na última viagem a Marabá e Canaã antes do início da pandemia em dezembro de 2019, conduzi 41 entrevistas. Os relatos e conversas que compõem o material empírico desse trabalho, entretanto, excedem em *muito* esse número. Além disso, o roteiro de entrevistas criado antes do campo foi modificado ao longo do processo. A variedade de agentes e conflitos demandava novas perguntas e novas formas de entrevista e conversa. Os inúmeros *backgrounds* de migrantes e suas histórias de vida, por vezes tornaram obsoletas as perguntas que eu havia preparado. O clima de desconfiança muitas vezes impossibilitava acessos mais formais – tomemos como exemplo o fato de apenas 18 participantes permitirem a gravação das entrevistas. Mesmo as fotografias que compõem o trabalho – tiradas em sua maioria no campo de abril de 2018, com complementos valiosos de dezembro de 2019 – não foram impunes, sendo o próprio manuseio da câmera, em determinados contextos, tenso e complicado. Por tudo isso, foi necessária uma adaptação contínua das práticas de campo e dos elementos que compõem o próprio método.

Procurei ocupar, até onde foi possível e seguro, um lugar de participação mais ativa na observação, entendendo que na alteridade e na diferença encontram-se os “materiais” mais férteis da pesquisa. Encontrei desafios e impasses como todo pesquisador encontra em campo: da exposição do significado do trabalho para os “participantes” e para o “observador”; do caráter seletivo da pesquisa empírica no que se refere às vozes, pessoas e lugares que aparecem; das ambiguidades e comprometimentos que se estabelecem com cada acesso, entre tantas outras. Busquei ao máximo situar ao longo do texto as mediações entre as abstrações concretas dos desígnios do Estado e do capital, o espaço enquanto produto social e histórico e os movimentos, sonhos e desejos nutridos no bojo da vida cotidiana.

Por todos esses fatores, decidi me arriscar em uma experimentação narrativa, como método expositivo, no qual diferentes níveis de abstração são incorporados e mediados. Essa foi uma maneira de incorporar influências expositivas e analíticas diversas, fruto da minha própria trajetória transdisciplinar que atravessa, sem pretensões totalizantes, a economia política, a geografia, a filosofia, a antropologia, o urbanismo e na qual, por isso mesmo, não se priorizam contextos mais amplos em detrimento do cotidiano e do imediato; não se confere mais importância ao descritivo do que ao teórico; não se hierarquizam níveis de análise e de abstração. Por isso, os capítulos intercalam trechos descritivos de inspiração etnográfica, camadas geohistóricas e amarrações teóricas e interpretativas.

Meu intuito é que, se bem-sucedido, esse experimento se torne uma contribuição metodológica que possibilite novas ramificações e enraizamentos – sobretudo em solos tão compactados quanto os da “ciência” econômica. A partir de Donna Haraway, Arturo Escobar (1994, p. 19) nos adverte que “[m]esmo os domínios científicos mais neutros são narrativas”. Tratar a ciência como narrativa é, portanto, “[...] trata-la da forma mais séria possível, sem sucumbir às suas mistificações como ‘a verdade’ ou ao ceticismo irônico comum a muitas críticas”.

Essa narrativa não pretende *representar* os participantes da pesquisa. Gayatri Spivak (2010 [1985]) nos mostrou que isso é impossível. Ao invés disso, procuro falar “na presença” dessas pessoas (Stengers, 2011, p. 399) evitando essencialismos e reificações (ver Strathern, 2014, p. 358). Procuro falar “na presença” das muitas temporalidades que as antecedem e que compõem o presente, sobrepondo-se. Procuro trazer um pouco do que pude aprender – o que não necessariamente é aquilo que me foi ensinado – em um texto o mais acessível, fluido e aberto possível, a fim de re-estabelecer um processo dialógico com os participantes e com o próprio território. Como nota Marilyn Strathern (*Ibid*, p. 350): “É claro que a análise (a ‘escrita’) começa ‘em campo’, assim como os anfitriões do(a) etnógrafo(a) continuam a exercer, muito depois, uma tração sobre a direção de suas energias”. Entre esses dois lugares – grosso modo, “campo” e “escritório” – que configuram a prática etnográfica, a análise e a narrativa se desenham. Nesse processo, alguns encontros adormecem, enquanto outras cenas

marcam profundamente e se tornam epítome de processos muito amplos, como se fossem capazes de condensar aquilo que foi visto. Ao mesmo tempo, “[...] as ideias e narrativas que conferiam sentido à experiência de campo cotidiana têm de ser rearranjadas para fazer sentido no contexto dos argumentos e das análises dirigidos a outros públicos” (*Ibid*, p. 346).

Diante dessas encruzilhadas, minha escolha não foi a de exaurir temas, mas sim articulá-los em torno dos processos de urbanização que se desdobram na Amazônia Oriental para arejar sua teorização. A narrativa, sob essa perspectiva, ainda que seja ensaiada como possível contribuição metodológica, serve ao propósito central dessa tese, qual seja, o de apresentar diversidades e complexidades da urbanização, entendida nesse trabalho sempre de forma ampla, na direção de um vocabulário e de uma perspectiva mais adequados às suas condições contemporâneas de existência. Em outras palavras, essa narrativa tem também uma preocupação (e, por isso, uma aspiração) provocativa e propositiva, na direção de outros conceitos, teorias, mas principalmente, de outra perspectiva – fundada em um imaginário geográfico que não se limite à “cidade”, em particular a cidade global sudestina; que transcenda as *dicotomias* urbano-rural e cidade-campo; e que leve a sério a urbanização extensiva como projeto intelectual e político.

Por fim, é preciso destacar que as fotografias dispostas no trabalho pretendem trazer parte do domínio prático-sensível para o leitor, explicitando o que as palavras descrevem, mas também trazendo

novas informações. Tratam-se de ilustrações da complexidade do tema em articulação com a minha própria experiência em campo. Ao contrário das demais imagens (mapas, imagens de satélites, diagramas), as fotografias não estão individualmente dispostas e tituladas ao longo do texto. Essa é uma estratégia de fuga do texto, convergente com a proposição de deslocamento do imaginário geográfico, que oferece uma oportunidade de imaginação das próprias legendas e que procura comunicar a experiência para além da narrativa. As fotografias das oito páginas que se seguem, remetem ao início da jornada, às primeiras perguntas sobre a urbanização e ao “tratamento de choque” provocado pela ponte aérea entre o sudeste asiático e a região de Carajás, ao qual se referiu o grande Lúcio Flávio Pinto.























**CAPÍTULO 1**

**INTRODUÇÃO /**

**ESTUDOS URBANOS NA**

**AMAZÔNIA ORIENTAL**

Processos de urbanização são fundamentais para compreender, histórica e contemporaneamente, as transformações socioeconômicas, espaciais e ecológicas na Amazônia, ainda que a velha dicotomia urbano-rural e a perspectiva cidade-cêntrica que domina concepções populares e científicas da urbanização persistam em obscurece-los. Partimos, portanto, de uma dupla problemática: por um lado, não é possível compreender essas transformações amazônicas sem uma concepção renovada da urbanização, sobretudo em seu sentido extensivo; por outro, esses mesmos processos de transformação em curso na Amazônia são capazes de reabilitar os estudos urbanos, há muito fundados na velha dicotomia urbano-rural e focados em seu objeto privilegiado de estudo: a cidade.

A centralidade da Amazônia para os estudos urbanos vai além de suas cidades e metrópoles. As complexidades e diversidades das geografias não-citadinas na região são importantes para a compreensão da urbanização contemporânea como um processo também de *extensão* e não apenas de *concentração*. De outra parte, a potencialidade dessa região de reabilitar os estudos urbanos está também na sua capacidade de deslocamento do imaginário geográfico do “cânone” brasileiro, centrado no sudeste e na cidade.

A contribuição do estudo da urbanização para a Amazônia, por outro lado, parece estar na oportunidade de reinterpretação das diversas rodadas de colonização da região, históricas e contemporâneas, tanto do lado da degradação socioambiental e das tendências à homogeneização, quanto das novas materialidades e subjetividades que emergem a partir dessas transformações. Compreender as formas e processos de urbanização extensiva, sobretudo aqueles induzidos por grandes projetos extrativos e logísticos, é também dar um passo adiante na crítica das caricaturas históricas da Amazônia como floresta pristina de ruralidade homogênea e como vazio demográfico, que persistem em determinados setores sociais e circuitos acadêmicos.

Para tal, precisamos de uma perspectiva mais ampla da urbanização para além de seu trato convencional como produção ou crescimento de cidades – i.e. como “citadização” – que explore também seus desdobramentos extensivos, frequentemente invisibilizados, relegados pelos estudos urbanos ao plano da “não-cidade”. Além disso, como argumento ao longo desse trabalho, a urbanização é o processo através do qual o capital e o Estado, em suas mais diversas formas, alcançam a vida cotidiana das maiorias regionais<sup>4</sup> – índios, camponeses, migrantes, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores sem terra, ribeirinhos, garimpeiros, seringueiros, entre tantos outros. Dentro e fora da cidade, a vida dessas populações é transformada pela urbanização, em formas muito variadas de manifestação, expressão e projeção das estratégias e relações que se elaboram no nível abstrato do capital e do Estado que se materializam em estradas, ferrovias, minas, projetos de colonização, hidrelétricas, mas também em dispositivos móveis, motocicletas e redes de internet.

4. Aqui faço referência à noção frequentemente empregada por AbdouMalik Simone (2018, p.1) de maiorias *urbanas* “como uma confluência de modos de vida heterogêneos que há muito têm sido críticos para viabilizar vidas urbanas na pós-colônia”.

A primeira formulação desse caráter extensivo da urbanização supunha que esse processo era induzido pela industrialização (Lefebvre, 2002 [1970]). Essa indução não se restringia à expansão das cidades industriais, mas envolvia também o espraiamento de um tecido urbano-industrial que gradualmente corroía a vida agrária através de seus inúmeros fragmentos. No caso da Amazônia, as várias rodadas de colonização, em especial as que se desdobram na virada dos anos 60 para os anos 70, justificam uma hipótese alternativa de indução. Nesse trabalho, considero a mineração como indutora central de processos de urbanização, atento também a outras formas de “Neoextrativismo” (Gudynas, 2015a; Svampa, 2015) dentro do mesmo quadro analítico, dada a expansão de outros projetos extrativos (madeira, hidrocarbonetos, agronegócio) na região (Castro, 2020). Para além dos próprios sítios de extração (e.g. a mina, o latifúndio, a floresta), essas atividades demandam uma infraestrutura logística e energética para suas operações (e.g. a hidrelétrica, a estrada, a ferrovia). Para além dos suportes e estruturas logísticas, existem outros fluxos induzidos que também são significativos (e.g. migrações, novas rotas de transporte e comércio). Todas essas materialidades e fluxos fazem parte do processo de urbanização extensiva e, em muitos casos, conduzem a formas concentradas de urbanização em vilas, distritos, cidades e metrópoles.

A mineração de grande porte como forma específica de extração – distinta, por exemplo, do garimpo, atividade central na formação geohistórica da Amazônia – induz processos específicos de urbanização “concentrada” e “extensiva” (Monte-Mór, 1988, 2004;

Brenner e Schmid, 2015). O primeiro envolve o sentido mais convencional de urbanização como produção ou crescimento de cidades onde se analisam as transformações das chamadas “cidades mineradoras” através, por exemplo, de processos migratórios e outros estímulos temporários da economia urbana. O segundo, ainda que algumas vezes apresente sobreposições com o primeiro, se refere, mais além, aos espaços de extração, conectores e suportes de apoio a essas operações, mas também aos efeitos de reorganização dos espaços agrários, rearticulação de centros e periferias, mudanças na concentração de terras operacionais para mineração, entre outros fatores extensivos que transcendem o espaço das aglomerações urbanas – incluídas aí as desposseções, destruições e distúrbios de formas e processos pré-existentes.

Meu objetivo aqui, entretanto, vai além da descrição e teorização de estruturas *materiais* associadas à mineração para compreensão dos processos sociais a elas associados, sejam eles imediatos ou possíveis. Afinal, os *mesmos* processos de urbanização também incluem o terreno do não planejado, do não antecipado, dos conflitos e das contestações. O que *acontece* e o que *pode acontecer* dependem das formas de apropriação dessas novas e velhas materialidades, submetidas a seus contextos históricos e geográficos específicos, e de novas subjetividades que essas novas materialidades possibilitam e impossibilitam.

Todos esses fatores são importantes para compreender a situação da região de Carajás, no sudeste paraense. Além do processo histórico de transformações socioespaciais advindas de projetos de

mineração implementados pela Vale desde os anos 1970, é nessa região que está localizada a maior mina a céu aberto da história da humanidade, o Projeto S11D, que opera desde 2017 no município de Canaã dos Carajás. O foco empírico desse trabalho está nos processos contemporâneos que se desdobram nesse município e em sua capacidade de iluminar o estudo da urbanização (concentrada e extensiva) induzida pela mineração, bem como seus desdobramentos para a região amazônica e para a teoria urbana.

De outra parte, procuro examinar também camadas geohistóricas importantes para o entendimento desses processos contemporâneos, em especial as temporalidades superpostas por rodadas anteriores de urbanização extensiva. Esses diferentes tempos superpostos ainda estão presentes – acumulados desigualmente, para usar os termos célebres de Milton Santos – e continuam a moldar relações cotidianas, dinâmicas afetivas e decisões econômicas. Por outro lado, os novos espaços engendrados por grandes projetos e as tentativas recorrentes de controle e homogeneização desses e de outros espaços criam um vetor no sentido contrário desses tempos, sem, entretanto, conseguir apaga-los. Em contraposição ao espaço-tempo da maior mina do mundo, inteiramente mecanizada, com sistemas logísticos automatizados de esteiras transportadoras e ferrovias que atravessam a floresta densa, estão as “heterogeneidades multitemporais” (Monte-Mór, 2004) que marcam a região amazônica

Quais são os impactos imediatos de um projeto minerador dessa magnitude? Quais são as formas espaciais e os processos sociais que ele induz? Qual são as especificidades dessa urbanização

induzida? Qual é o papel do Estado nesse processo? O que se passa com os centros urbanos que aglomeram grande parte da força de trabalho? Quais são os conflitos e disputas emergentes? Ameaçam ou inviabilizam a mineração, de alguma maneira? Qual é a percepção desse processo localmente, entre grupos diferenciados? Essas foram algumas das perguntas iniciais dessa pesquisa, que se desdobraram em um conjunto maior de questões que discuto nas páginas que se seguem. Ao longo delas, procuro também enfatizar, em termos teórico-conceituais, o uso corrente de conceitos desgastados e as barreiras ao pensamento crítico, enquanto ressalto novas proposições que acredito serem capazes de arejar a teoria urbana contemporânea.

Meu objetivo é dar um passo rumo a uma perspectiva “ex-cêntrica” da urbanização (Schmid, 2018) para um deslocamento do “imaginário geográfico” (Said, 2007 [1979]; Roy, 2009) dos estudos urbanos e regionais no Brasil. Nesse campo, não apenas prevalece uma perspectiva citadista como também uma colonialidade regional, explícita tanto na produção de conhecimento na pesquisa urbana brasileira (ver Castriota e Fernandes, 2019), quanto nas relações acadêmicas imediatas. Procuro, portanto, “desfamiliarizar” o campo dos estudos urbanos e regionais através de uma re-apresentação do projeto da urbanização extensiva como uma questão aberta: o que significa levar a sério os processos de urbanização que, ainda que visceralmente conectados às grandes cidades, se desdobram em geografias não-citadinas? O que esses espaços e seus residentes têm a nos ensinar? Quais são as subjetividades que essas novas materialidades possibilitam e impossibilitam?

**FIGURA 01**  
**CONCESSÕES**  
**MINERAIS NA**  
**REGIÃO DE**  
**ESTUDO**

**ELABORAÇÃO**

Philippe Rekacewicz/  
 Territories  
 of Extended  
 Urbanization

Para discutir essas questões, são importantes alguns esclarecimentos sobre os três temas centrais dessa pesquisa: Amazônia, Extração e Urbanização.



## Amazônia

A Amazônia abrange quase metade da área remanescente de floresta tropical, um quarto da água potável e um terço das espécies conhecidas do planeta (Heckenberger *et al* 2007, p. 197). O bioma está presente em 9 países da América do Sul e ocupa mais de 60% do território brasileiro. Apesar de suas complexidades e diversidades, algumas concepções da região fundadas na homogeneidade material e cultural foram dominantes e ainda influenciam certos circuitos populares e acadêmicos.<sup>5</sup>

Determinadas representações históricas seculares foram capazes de persistir muito além dos tempos que as produziram. Elas foram responsáveis por consolidar um imaginário popular acerca da Amazônia, ainda hoje constituído por vastas paisagens de rios e florestas predominantemente desumanizadas. Dicotomias modernas-coloniais se formaram através das descrições produzidas pelos primeiros invasores portugueses e foram reproduzidas em larga escala em veículos diversos – dos discursos estatais associados a planos de desenvolvimento aos livros didáticos de geografia e história (Bueno, 2002).

Os primeiros relatos portugueses já descreviam um “paraíso na terra” de exuberância natural (ver Hecht, 2013), ao mesmo tempo em que retratavam o “inferno” do calor insuportável, dos selvagens e das doenças contagiosas. A dualidade “paraíso-inferno” foi o primeiro e o

5. A Amazônia como o “celeiro do mundo” tornou-se uma ideia popular durante os anos 1960, através de campanhas estatais de planos de desenvolvimento, embora o termo já estivesse presente em histórias de viajantes do século XIX. A ideia da Amazônia como “pulmão do mundo” também se tornou popular nesse período (ver Hecht e Cockburn, 2010) e foi expressa em imagens recorrentes de árvores em forma de pulmões e campanhas de celebridades internacionais apresentando a nova causa da moda: *save the Amazon*.

mais crucial dos elementos para a “invenção da Amazônia” (Gondim, 1994) e informou vários dos discursos e imaginários subseqüentes dentro e fora do Brasil. De outra parte, “selvagem”, “vazio” e “misterioso” qualificavam uma paisagem aparentemente homogênea de lugares “inexplorados” dentro do quadro da “civilização” ocidental. Nessas várias rodadas de “criação exógena discursiva” (Bueno, 2002, p. 175), povos indígenas eram referidos como “bárbaros”, “incultos”, “não domesticados”, supostamente vivendo em pequeno número e em condições precárias, constrangidos pelo seu próprio meio (Hecht e Cockburn, 2010). Diversos pesquisadores e cientistas criaram modelos de uniformidade cultural e espacial que reproduziram caricaturas coloniais – paraíso-inferno, civilização-barbárie (e.g. Wagley, 1964)<sup>6</sup> – e pré-coloniais, reforçando a ideia de uma floresta pristina marcada por grupos esparsos de cultura material e organização social pobres (Steward, 1948; Meggers e Evans, 1957). O chamado “modelo periférico” (Neves, 2005) ou “modelo padrão” (Viveiros de Castro, 1996) de uniformidade cultural e ecológica estabeleceu bases científicas para caricaturas históricas e populares inventando um passado pré-colonial que nunca existiu.

Em comparação com outras regiões do mundo, a Amazônia foi avaliada em esquemas arqueológicos pela *falta* de características essenciais da “civilização ocidental”, incluindo arquitetura, excedente agrícola e organização sócio-política (Heckenberger e Neves, 2009). Em outras palavras, o determinismo natural que marcou as definições científicas moderno-coloniais<sup>7</sup> se valiam de critérios de presença-ausência fundados no conhecimento ocidental – notemos, construído

6. O antropólogo americano Charles Wagley é considerado um dos estudiosos “brasilianistas” mais influentes por seu trabalho etnológico “pioneiro” com povos indígenas, mas também com a Amazônia “urbana” (Pace 2014). Seu livro “Amazon Town” (1953, republicado em várias edições até 2014) reproduz as mesmas caricaturas infundadas em um caso notável de “ignorância assimétrica” (Robinson, 2003, p. 275).

7. O moderno e o colonial como elementos co-constitutivos, como duas faces da mesma moeda, é uma noção crescentemente empregada e popularizada. Aqui, e ao longo desse trabalho, faço referências ao “moderno-colonial” e à “colonialidade” a partir de Quijano (2007), Grosfoguel (2007), Mignolo (2007) e Escobar (2007).

a partir de interpretações e apropriações do que se convencionou chamar de Oriente Médio e Ásia Menor – e na constituição de seus “outros”. Enquanto a “falta de proteínas” era usada para questionar a possibilidade de grandes contingentes populacionais e de formas de continuidade histórica dos povos ameríndios, a “falta de cidades” era usada para questionar sua civilidade (civis). A suposta incapacidade de populações autóctones de fazer um uso adequado de seus próprios recursos também foi (é) uma noção popular (exógena) que tornou (torna) invisíveis esses grupos, suas práticas e condições de vida por séculos.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, também foi responsável por fortalecer a ideia de que um agente externo seria sempre necessário para o desenvolvimento da região e de seu próprio povo exótico e primitivo.

Sabemos hoje que, ao contrário, os povos ameríndios tinham formas de organização espacial e social extremamente complexas. As pesquisas arqueológicas contemporâneas destacam questões de agência e escala, incluindo um extenso legado bio-cultural indígena a partir de práticas espaciais associadas à produção de “paisagens antropogênicas”, incluindo os solos mais férteis da região (Heckenberger e Neves 2009; Neves 2005). Os arqueólogos demonstram que a ocupação pré-colonial da bacia amazônica remonta a 10.500 AP<sup>9</sup> (Neves, 2005) e enfatizam a singularidade de suas sociedades e as grandes transformações em seu espaço de vida (Fausto, 2000). Essas transformações incluem mudanças de larga escala de áreas de várzea como terraceamento, irrigação e mudanças no curso dos rios (Hecht e Cockburn, 2010), além de criação de peixes e palmeiras (Schaan, 2008). Em algumas dessas

8. A entrevista recente da arqueóloga Anna Roosevelt apresenta o que acredito ser uma epígrafe do moderno-colonial, mas também do exógeno na Amazônia, desde a antiguidade. “O interessante é que se sabe que os seres humanos arcaicos emergiram na África em região de florestas tropicais, e não de savana. Ainda que fôssemos animais de floresta tropical no início, [Betty] Meggers e Clifford [Evans] concluíram que os seres humanos não poderiam sobreviver em florestas tropicais por causa das doenças e da dificuldade de cultivar alimentos. Para eles, as únicas civilizações que teriam existido na Amazônia seriam originárias de outra região e teriam desaparecido rapidamente”. Revista Pesquisa Fapesp, Edição 287, jan. 2020. Disponível em: <[https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e\\_id=414](https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e_id=414)>.

9. Na arqueologia, “AP” é abreviação de “Antes do Presente”. “O” presente convencionado pelos arqueólogos tem como base de referência o ano de 1950.

áreas, eram erguidos montículos para plantio. Em outras, montes de grande escala (12 metros de altura em uma área de 2,5 hectares) foram construídos para grandes cerimônias, rituais públicos e enterros (Heckenberger e Neves, 2009). Mais recentemente, foram descobertas mais de 20 ilhas artificiais pré-coloniais de até 3 hectares em sítios muito distantes uns dos outros.<sup>10</sup>

Junto com a exploração da fauna aquática, a produção de alimentos também contou com estratégias de coleta e cultivo. Algumas dessas práticas foram possíveis devido à produção de solos antropogênicos conhecidos como “terra preta de índio” (Neves *et al*, 2003; Neves, 2005; Lehmann *et al*, 2003). Levis *et al* (2017) estudaram a domesticação de plantas pré-colombianas de 8.000 AP e seus efeitos na composição da floresta amazônica e descobriram que a abundância e a riqueza de 85 espécies domesticadas aumentam em locais de ocupação ameríndia antiga. Essas espécies têm cinco vezes mais chance de serem hiperdominantes e 14 delas ocorrem em todas as regiões amazônicas.<sup>11</sup> Sua ocorrência não está apenas relacionada a assentamentos humanos anteriores, mas também a áreas de solos antropogênicos de terra preta de alta fertilidade.

Outras transformações significativas incluem os geoglifos amazônicos. Trata-se de obras monumentais de centenas de metros de comprimento feitas no solo, frequentemente com desenhos geométricos realizados através de valas na terra. Imperceptíveis a partir da terra, os primeiros geoglifos foram descobertos por passageiros de avião que, ao olhar para baixo, viam extensos

10. <https://www.mamiraua.org.br/noticias/arqueologia-ilhas-artificiais-pre-coloniais-amazonia-antiga>.

11. Pesquisas arqueológicas anteriores já haviam descoberto áreas não residenciais de terra preta de índio para produção agrícola em torno de áreas residenciais centrais – ver Lehmann *et al* (2003). Hoje, as pesquisas sobre a composição da terra preta de índio, em especial sua altíssima fertilidade e sua capacidade única de sequestrar carbono da atmosfera, estão na fronteira da pesquisa científica na área de materiais e nanoestruturas de carbono – ver, por exemplo, o trabalho de Ado Jorio em: <https://www.sbpmat.org.br/pt/tag/terra-preta-de-ndio/>.

círculos, quadrados e triângulos “desenhados” na terra. As valas de alguns geoglifos têm até 10 metros de comprimento e 7 metros de profundidade e datam de 1.200 a 700 anos AP. Até agora, mais de 250 sítios foram identificados juntamente com padrões de forma que variam de acordo com as posições regionais e cardeais. Ainda não se sabe por que (ou como) eles foram construídos, mas sua existência indica populações expressivas que vivem continuamente centenas de anos na mesma região, promovendo grandes transformações na paisagem (Schaan *et al*, 2007).

Mudanças no aparato técnico se correlacionam com mudanças na organização sociopolítica. A partir de 2.500 AP, expressões de domesticação da paisagem, monumentalidade e integração regional surgiram em diferentes partes da Amazônia, junto com elementos mais sofisticados de cultura material – cerâmica, agricultura, assentamentos centrais articulados por sistemas de estradas regionais (Heckenberger e Neves, 2009). Aldeias permanentes eram “unidas em confederações regionais maiores” (*Ibid*, p. 255) por meio de rituais e trocas de elite entre diferentes sociedades mais ou menos centralizadas com diferentes níveis hierárquicos. Bens, adornos e diferentes mercadorias valiosas foram usados para a comunicação social dentro desses “sistemas sociopolíticos regionais multilíngues” (*Ibid*, p. 259). Daí a visão de que os povos ameríndios pré-coloniais “não viviam em uma aldeia isolada e autônoma, mas faziam parte de uma política regional articulada em amplas redes sociais regionais” (*Ibid*, p. 259). As ruínas dessas sociedades pré-coloniais, portanto, vão além das marcas ocidentais convencionais como escombros

arquitetônicos, remanescentes de guerra e resíduos de monumentos – cinzas de uma *urbs* específica. Ao contrário, as ruínas das antigas sociedades ameríndias são a própria natureza, o próprio solo, a própria floresta amazônica.

Mobilizo aqui esses debates não como revisão do passado pré-colonial, mas como chave interpretativa do *presente*. Afinal, a causa subjacente para a disseminação acrítica do “modelo periférico” foi sua aderência a uma visão específica sobre a realidade dos grupos indígenas contemporâneos, isto é, foi baseado em uma *interpretação* particular da pesquisa arqueológica que postula implicitamente continuidades entre o passado e o presente (ver Machado, 2009) – ou, *no mínimo*, depende da extrapolação recursiva de práticas e condições de vida contemporâneas para o passado pré-colonial que configura uma “projeção etnográfica” (Roosevelt, 1989). Em uma só tacada, atribui-se “simplicidade” tanto ao passado pré-colonial, quanto ao presente etnográfico. O europeu não encontrou “espaço construído” na Amazônia, apenas “floresta”. O europeu não encontrou “cultura”, apenas “natureza”. O europeu não encontrou a *sua* cidade, a *sua* polis, como também não encontrou a *sua* agricultura, e por isso chamou “tudo” de “nada”. Por não ter encontrado sua *urbs*, o europeu concluiu que, na Amazônia, não existia *civitas*.

Eduardo Neves (2020) argumenta que cidades são difíceis de definir arqueologicamente “fora do modelo clássico de polis”, “sem muros, sem escrita”. As abordagens clássicas dos estudos urbanos preconizam características demográficas ou funcionais, tipologias

sociológicas, ou atributos como tamanho, impacto social, construções, etc. – de onde podemos concluir que uma reabilitação dos estudos urbanos é também importante para a arqueologia contemporânea. Heckenberger *et al* (2008), de outro lado, utilizou o termo “urbanismos pré-colombianos” para descrever os padrões de assentamento e o uso do solo na região do Alto Xingu. Tratavam-se de “cidades”? Podemos sequer usar o termo “urbanização” para descrever os processos que produziram essas paisagens antropogênicas na Amazônia pré-brasileira? E devemos...? Devemos mobilizar politicamente o argumento de que os índios antigos produziram cidades para enaltecer os sobreviventes? Ou evitamos uma comparação com outras “civilizações”/“urbanizações” utilizando termos de um debate já suficientemente moderno-colonial? Essas são perguntas que aguardam respostas a partir das conexões entre a arqueologia e os estudos urbanos.

De todo modo, o que se sabe é que essas paisagens antropogênicas são *ubíquas*. Por toda parte, existem evidências: no Acre (Saunaluoma *et al*, 2020); no Rio Negro (Rebellato, Woods e Neves, 2009); em Marajó (Schaan, 2008); mas também na região de Carajás (Magalhães, 2018). Por toda parte, o europeu e a ciência moderno-colonial encontraram “anomalias”. Em todos esses casos, foi mais fácil reduzir e homogeneizar o ubíquo do que conceber uma generalidade de complexidade e sofisticação. Para usar os termos de Eduardo Neves (2015), fazendo referência aos numerosos e extensos geoglifos encontrados no Acre, “é mais fácil, nessa concepção, apelar para extraterrestres que conceder que povos não-europeus tivessem

alguma capacidade intelectual qualquer”. Tivessem os povos ameríndios produzido *smart cities* e não a maior floresta tropical do planeta, talvez a história fosse outra.

Novamente, quero enfatizar que trago o passado pré-colonial para tentar explicitar um argumento. Aquilo que é central e hegemônico também tem os olhos viciados; também se projeta sobre o seu “outro” co-constitutivo; também não reconhece aquilo que não lhe é usual. Quanto mais a cidade (ou a ideia de cidade) ganha importância e atenção, maior é o risco de que outros mundos (inclusive outras urbanizações) se tornem obscurecidos. Quanto mais tempo se passa vendo a urbanização com os olhos da cidade industrial, mais difícil é sair desse “campo cego” (Lefebvre, 2002 [1970]). Quanto mais dominante é a perspectiva desprovincializada da metrópole industrial sudestina nos estudos urbanos brasileiros, maiores as transposições acrílicas e distorções criadas, projetadas, produzidas em território amazônico. Essas são algumas das dimensões do que venho chamando de *cidadismo*, uma problemática derivada do peso descomunal dessa entidade chamada “cidade” no mundo contemporâneo, que cria uma *perspectiva* e uma posicionalidade dominantes, com efeitos significativos sobre a “não-cidade”. Esses “outros” co-constitutivos – supostos “lados de fora” da cidade e dos estudos urbanos (ver Brenner, 2013, 2014) – são, como procuro argumentar ao longo desse trabalho, terrenos importantes de interrogação crítica do universo urbano-industrial e das formas, trajetórias e padrões da urbanização contemporânea.

## Amazônia, Extração e Urbanização

As ideias moderno-coloniais de uma Amazônia verde, primitiva e homogênea que se reconstruíram ao longo dos anos foram fundamentais para constituir a imagem de uma região de floresta tropical como “tesouro nacional” de natureza abençoada – um dos fundadores do país (Chauí, 2000). Desde os tempos coloniais e imperiais, a região é pensada como um território inexplorado a ser conquistado (Monte-Mór 2004), de modo que sua incorporação sistemática ao capitalismo periférico se associa recorrentemente ao imaginário social de um território inexplorado com um enorme potencial riquezas eventualmente mobilizáveis para a superação do subdesenvolvimento.

Essas ideias, entretanto, não se limitam ao terreno do concebido. Ao contrário, justificaram novas empreitadas conquistadoras, “marchas para o oeste”, novas rodadas de colonização, desta vez sob o comando do Estado brasileiro e seus “parceiros” diversos. Foram apresentadas diversas “respostas” estatais e empresariais baseadas nas ideias de “progresso”, “vazio demográfico”, “segurança nacional” e “integração”, sobretudo na segunda metade do século XX.<sup>12</sup> Sob comando dos militares, a exploração por múltiplos setores industriais e diferentes grupos regionais produziu uma obliteração cultural e ambiental sem precedentes – o desmatamento, a extração de matéria, a contaminação de rios e o genocídio, a espoliação e o massacre das maiorias regionais amazônidas. Grandes projetos capitaneados pelo

12. Na década de 1970, o momento mais intenso de expansão urbano-industrial na Amazônia, um relatório do Departamento Nacional de Rodovias defendia a colonização daquele “deserto demográfico” argumentando que a região compreendia 39% do território do país, mas apenas 8% da população e 4 % do PIB. O relatório acabou anunciando o slogan usado pelo regime militar para aliviar as pressões pela reforma agrária e racionalizar a ocupação brutal de uma suposta região vazia: “terra sem homens para homens sem terra” (Monte-Mór, 2004)

Estado brasileiro em parceria com o capital nacional e internacional redefiniram acessos e domínios territoriais, reconfiguraram a correlação de forças regionais e imprimiram novas lógicas e relações sociais. Esses projetos foram centrais para a manutenção do modelo primário-exportador brasileiro, concentrador de rendas e de terras, sobretudo a partir do final dos anos 1960, quando a região começa a ser mais sistemática e violentamente incorporada ao “desenvolvimento” brasileiro (e ao capitalismo global) como uma das últimas “fronteiras” para colonização de terras e extração de recursos (mineração, madeira e hidrocarbonetos, agronegócio e produção de energia).

A partir daí, múltiplas rodadas de “urbanização extensiva” na Amazônia (Monte-Mór, 2004) trouxeram transformações no espaço construído, mas também transformaram a vida cotidiana expandindo relações sociais de produção capitalistas. O peso e a profundidade dessas transformações das geografias amazônidas pela urbanização extensiva também as tornam, contraditoriamente, um espaço privilegiado para o seu estudo – como nenhuma metrópole sudestina é capaz. Elas escancaram as diferenças geográficas e temporais pela co-existência de grupos e temporalidades muito diversas. Elas acentuam as marcas do exógeno e do abstrato no imediato e no prático-sensível. A simultaneidade do agrário, do industrial e do urbano (Lefebvre, 2002 [1970]) traz consigo uma série de “heterogeneidades multitemporais” (Monte-Mór, 2004) pelo choque de “tempos espaciais” díspares (Santos, 2008 [1978]).

Essas temporalidades não são apenas “história”. Segundo Edna Castro (2020), as atividades em torno das quais há maior quantidade de conflitos socioterritoriais na Amazônia contemporânea são mineração, hidrocarbonetos, transporte e infraestrutura, agronegócio, hidrelétricas e exploração de madeira. Essas atividades predominantes em território amazônico são interrogadas e analisadas na literatura crítica sobre “grandes projetos” e, mais recentemente, sobre “neoeextrativismos”, i.e., um “modo de apropriação territorial” a partir de atividades com alto volume de extração, alto impacto ambiental e voltado majoritariamente para exportação (Gudynas, 2015a).<sup>13</sup> Essa definição é importante para compreensão do território amazônico brasileiro e latino-americano (Svampa, 2015), onde a extração de recursos e os conflitos derivados têm centralidade histórica e contemporânea (ver Araoz, 2020).

Mais além, o estudo da mineração, articulado ao estudo de outras formas de extração é, a meu ver, uma forma potente de se investigar as transformações socioespaciais na “não-cidade” brasileira e amazônica através das lentes da urbanização. A mina, seus conectores e suportes, ferrovias, hidrovias, estradas e hidrelétricas – ou, alternativamente, a agricultura automatizada, as sementes geneticamente modificadas, os elevadores de grãos e seus suportes e conectores logísticos – são formas de absorção da vida agrária pelo universo urbano-industrial que alteram a materialidade que dá suporte à vida cotidiana (não-citadina). São também formas através das quais o Estado e o capital se *apresentam*, se *expressam*, se *projetam* na vida cotidiana que se desenrola nesses espaços. De

13. Como explica o próprio Gudynas (2015a, p. 10-11, tradução minha), “Além desses usos, é muito importante observar que em alguns países, principalmente no Brasil, o termo extrativismo é aplicado a um determinado tipo de conservação. O mais conhecido é o das ‘reservas extrativistas’, que correspondem a sítios onde só é permitida a extração ou coleta sustentável de recursos desses ecossistemas, como frutas ou sementes [...] Esse uso, típico da situação brasileira, em parte se deve às demandas dos seringueiros amazônicos”. Para uma discussão desse sentido de extrativismo mais difundido no Brasil e sua formação no contexto amazônico, ver Costa (2012).

outra parte, devemos também notar que é justamente a extração de matéria que permite outras urbanizações em outras partes do planeta, visto que os minérios extraídos no Brasil se re-materializam sob a forma de vergalhões de aço, cabos e tubulações de cobre, ligas metálicas ou materiais inoxidáveis (ferro, cobre, manganês, níquel) e os grãos transgênicos semeados em milhares de quilômetros quadrados se tornam ração animal e biocombustível (soja e milho). Não apenas o funcionamento e o crescimento das cidades são tornadas possíveis através dessas formas extrativas, como outros territórios de urbanização extensiva também o são – dos corredores logísticos da África ocidental (Hertzog, 2020) às plataformas de petróleo do Mar do Norte (Couling, 2022); das usinas de energia termal no norte do Chile (Arboleda, 2015) às ilhas artificiais no sudeste asiático (Topalovic, 2016).

Na região de Carajás, expressão do que se convencionou chamar Fronteira Amazônica (Monte-Mór, 2004, p. 21),<sup>14</sup> muitas dessas atividades co-existiram (e co-existem), mas a mineração ganha um papel regional proeminente pelo seu peso no conjunto social a partir dos anos 1970. É claro que já havia um histórico regional minerador, entre corridas por diamante nas décadas de 40 e 50 (Velho, 1972) e surtos garimpeiros (Costa, 1993) que têm em Serra Pelada seu caso mais emblemático. Contudo, a expansão dos grandes projetos de mineração e o salto da prospecção mineral<sup>15</sup> têm um peso incomparável no conjunto social. Quando a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) iniciou uma série de operações extrativas na Serra dos Carajás no início dos anos 1970, tem início uma série de

14. Existe uma extensa literatura sobre “fronteira”, particularmente na Amazônia, que se apoia no debate norte-americano inaugurado por Frederick Turner (1920) – e.g. Foweraker (1981), Becker (2015 [1990]) e Hecht e Cockburn (2010). Otávio Velho (2009 [1972]) e José de Souza Martins (1975) ofereceram abordagens complementares para a compreensão da chamada “fronteira amazônica” e João Antônio de Paula (2008, p. 31) sugeriu até mesmo uma “superposição de fronteiras” na Amazônia. O termo “fronteira”, por outro lado, expressa uma conotação que procuro evitar nesse trabalho. Como enfatizou Milton Santos (2008 [1978], p. 124-25), “expressões como fronteira agrícola e zona pioneira significam que o espaço ainda está aberto e pronto para ser conquistado”.

15. Em 1970, o Projeto Radam (Radar da Amazônia) tentou mapear os recursos minerais amazônicos – “ouro, prata, cobre, zinco, manganês, níquel, chumbo, cassiterita, volframita e manchas de terras pretas de índio” (Monte-Mór,

transformações sem precedentes em termos de escala e amplitude territorial. A mineração atraiu massas de migrantes, redefiniu a organização e o equipamento do território e reorganizou as estruturas de poder historicamente marcadas pelas oligarquias rurais da castanha-do-pará (Emmi, 1988). Ela foi também fundamental no processo de fragmentação e emancipação de novos municípios no sudeste paraense e para a reconfiguração do poder do Estado na escala regional e municipal (Palheta da Silva, 2013). Em termos globais, a mineração em Carajás conectou a Amazônia Oriental a cadeias globais de valor (Coelho, 1997).

Grandes projetos estatais como o Projeto Grande Carajás, sobrepostos aos financiamentos da SUDAM<sup>16</sup> e do BASA e a projetos como o Polamazônia e o Projeto RADAM (Hebette, 1991; Hall, 1991; Barros, 2018; Malheiro, 2019), agravaram as distorções socioeconômicas e fundiárias que deveriam atenuar, além de dar continuidade ao projeto colonizador na direção da subordinação das maiorias regionais (ver Vidal, 1991; Magalhães, 1991; Congílio e Ikeda, 2014). As diversas tentativas de submeter a região a interesses exógenos, por outro lado, tiveram como contrapartida a formação de organizações sindicais (Benatti, 1997) e movimentos sociais por massas de migrantes e trabalhadores sem terra (Pereira, 2015; Coelho, 2015), elementos vitais para as práticas contestatórias contemporâneas na região (Congílio e Moreira, 2016).

Carajás se apresenta, portanto, como um terreno extremamente complexo e importante para a produção de teoria. Trata-se de uma realidade que, “[p]ara além do imaginário televisivo de uma

2004, p. 226). A demanda por terra aumentou rapidamente, assim como as permissões para exploração mineral. Em 5 anos, o preço médio foi de US\$ 1,00/hectare em 1972 para US\$ 25,00/hectare em 1977.

16. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi criada em 1966, em substituição à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), como órgão executor de diversos programas na Amazônia Legal. Eram particularmente relevantes os programas de incentivos fiscais financiados pelo Banco da Amazônia (BASA) que pretendiam atrair investimento de outras regiões do país. Assim como os demais projetos supracitados, essas instituições acentuaram, em pleno regime militar, a exploração dos recursos regionais, a concessão de grandes porções de terra para empresários sulistas e sudestinos e a importação em larga escala de uma série de lógicas, relações e práticas completamente alheias ao bioma e às maiorias regionais amazônidas. Renata Andrade (2018) ofe-

Amazônia idílica”, é marcada pelas exigências “dos capitais agrário, industrial, financeiro e comercial, tendo como catalisadores o mito do desenvolvimento e do progresso e o Estado como condutor, financiador, apaziguador e repressor” (Martins e Congílio, 2015, p. 161). Ainda hoje essa região é marcada pela luta pela terra (Pereira, 2015; Michelotti, 2019) e pelo maior número de massacres e assassinatos por conflitos de terra no país (Pereira e Afonso, 2018). Ao mesmo tempo, surgem na região novas práticas contestatórias com um repertório político denso em função da articulação histórica (e perene) de uma constelação de grupos e movimentos sociais. São, portanto, muitos os determinantes dos processos socioespaciais históricos e em curso, que atravessam escalas geográficas e níveis de análise. O que se pretende não é definir essa região, mas sim toma-la como janela paradigmática através da qual é possível compreender processos históricos e contemporâneos de urbanização concentrada e extensiva, que por sua vez podem iluminar o passado e o futuro regional.

Na próxima seção, apresento alguns dos conceitos e noções básicas que serão mobilizados ao longo desse trabalho. Ao apresentar esses conceitos procuro problematizar o uso de certas categorias que serão perenemente tensionadas e esclarecer o uso de outras, muitas vezes consideradas auto-evidentes mesmo no campo dos estudos urbanos.

rece uma análise detalhada da atuação SUDAM, dos incentivos fiscais, das redes de beneficiários, de sua distribuição geográfica e da relação desses elementos com a constituição do mercado de terras no sudeste paraense.

## Da Cidade à Urbanização<sup>17</sup>

“[Cidades] surgiram não como resultado de alguma necessidade natural, mas como resultado de uma necessidade histórica, e elas só continuarão apenas enquanto essa necessidade persistir” (Benevolo, 1988 [1975], p. 5, tradução minha)<sup>18</sup>

Partimos de duas observações pouco discutidas: não há uma definição clara do objeto de investigação do campo dos estudos urbanos; e não há definições consensuais de “cidade”, “urbano” e “urbanização”. À primeira vista, podemos achar que os estudos urbanos – esse campo interdisciplinar que aglomera geógrafos, arquitetos, urbanistas, mas também economistas, antropólogos, filósofos, sociólogos, assim como planejadores, burocratas e ativistas – estudam “a cidade”. Mas há pelo menos 50 anos, sabe-se que a “problemática urbana” superou “a cidade” e que “o urbano” e “a urbanização” superaram, em escala e complexidade, “a cidade” (Lefebvre, 2002 [1970]). Também há 50 anos, tenta-se reconciliar a explosão da *forma* da cidade, com a tenacidade do *conceito* de cidade (Wachsmuth, 2014). David Harvey (1996, p. 38) expressou sua preocupação com esse campo de estudos: “Será a nossa maneira de ver dominada e limitada por uma obsessão pela ‘cidade’ como uma coisa, que marginaliza nosso senso de urbanização como um processo?” – respondendo, em seguida, que “A ‘coisa’ que chamamos ‘a cidade’ é o resultado de um ‘processo’ que chamamos de ‘urbanização’” (*Ibid*, p. 50). Aqui seria necessário adicionar,

17. Os temas dessa seção são discutidos em mais detalhes em Castriota (2016a; 2016b).

18. “[Cities] came into being not as a result of any natural necessity, but as the result of an historical need, and they will continue only for as long as this need persists” (Benevolo, 1988 [1975], p. 5)

25 anos depois, que “a cidade” é *apenas um dos* resultados da “urbanização”, já que outras formas e processos socioespaciais que não necessariamente se assemelham com “a cidade” estão em curso. Mas ainda vale a observação de Harvey:

A urbanização deve então ser entendida não em termos de alguma entidade sócio-organizacional chamada “a cidade” (o objeto teórico que tantos geógrafos, demógrafos e sociólogos erroneamente presumem), mas como a produção de formas espaço-temporais específicas e bastante heterogêneas embutidas dentro de diferentes tipos de ação social. A urbanização, assim entendida, é necessariamente constitutiva de e também constituída por processos sociais. Ela perde suas qualidades passivas e se torna um momento dinâmico nos processos globais de diferenciação social e mudança social (*Ibid*, p. 51, tradução minha)

Parte desse problema está na dificuldade de se definir esses termos. Para Engin Isin (2008, p. 268), a dificuldade de definir “a cidade” é tripla: histórica (tempos diferentes produziram cidades muito diferentes), geográfica (talvez um londrino não chamasse Canaã dos Carajás de “cidade”) e teórica (cada teórico ou intérprete está localizado em um espaço-tempo específico). Um europeu no século XIV esperaria encontrar projeções e formas espaciais de determinadas corporações cercadas por um muro que demarca uma jurisdição territorial. Certamente, esse já não é mais o caso – muito embora seja muito

difícil dizer quais seriam as propriedades definidoras da cidade *hoje e aqui*. É nesse contexto que podemos entender as inúmeras definições da cidade “como ‘máquina de guerra’, ‘espaço de cidadania’, ‘berço da democracia’, ‘assentamento denso e heterogêneo’, ‘espaço de acumulação’, ‘texto’, ‘signo’ e assim por diante” (*Ibid*, p. 262, tradução minha), dentre tantas outras.

Às dificuldades listadas por Isin, é preciso adicionar a popularidade dos termos. Aqui, refiro-me à “cidade” como *categoria da prática social* (e não como *categoria de análise*) ligada a uma *representação* através da qual as pessoas dão sentido a formas espaciais e processos sociais (ver Goonewardena, 2005; Wachsmuth, 2014). Um senhor que toma um ônibus na zona oeste de Belo Horizonte e diz que vai “à cidade” fazer compras, referindo-se à região central, não deseja inferir o mesmo significado que um aluno catarinense egresso da UFMG que diz ter estudado na “cidade” de Belo Horizonte. Similarmente, um urbanista que diz trabalhar com planejamento “urbano” não se refere ao “urbano” do IBGE, que difere do “urbano” do código tributário, que nem sequer é o mesmo “urbano” do perímetro municipal definido pelos legisladores – essas são *categorias governamentais*, ligadas a formas de regulação territorial e exercício do poder do Estado.

Sejam elas categorias da prática social, categorias de análise, ou categorias governamentais, é preciso ter em mente, para que haja possibilidade de debate conceitual, que “cidade”, “urbano” e “urbanização” *não são objetos empíricos* (Brenner e Schmid, 2015). Em bom português: não é possível tocar “a cidade”, não é possível

ver “o urbano” – assim como “o campo”, “o rural”, “o espaço”. A centralidade que “a cidade” ocupa no mundo contemporâneo não deve em nenhum momento pressupor uma unidade conceitual ou cognitiva. Ao contrário, quanto mais importante “a cidade” se torna, mais seu conceito e seu sentido são disputados. Historicamente, inclusive, as cidades foram disputadas, de modo que as perspectivas e interpretações que herdamos – da teoria, da literatura, da filosofia, do cotidiano – carregam as marcas dessas disputas. As disputas “em si”, as relações entre elas e entre as pessoas que se debruçaram sobre essa problemática criam novas perspectivas teóricas que são, todas elas, necessariamente parciais e fragmentadas.

O sentido que se dá a essas palavras raramente é explicitado em textos e artigos – e não seria possível nem desejável “cobrar” um glossário de cada pessoa que decidiu escrever uma coluna de jornal ou uma dissertação de mestrado utilizando esses termos. Há ainda um uso indiscriminado de “cidade” e “urbano” como sinônimos, ou, no mínimo, termos naturalmente intercambiáveis utilizados nos textos acadêmicos como forma de evitar a repetição de palavras. Aqui, não desejo de forma alguma sugerir que há *um objeto* para os estudos urbanos,<sup>19</sup> mas sim discutir a relação entre um campo de estudos e “seus” conceitos. Afinal, para o debate acadêmico, há consequências. Muito do que se publica e se veicula nos periódicos do campo dos “estudos urbanos” parecem ser “estudos *da* cidade” – para não dizer que são “estudos *na* cidade”, i.e. realizados com determinados recortes geográficos que, de forma auto-evidente, respeitam determinado limite que supostamente é circunscrito por

19. “Pode-se afirmar que a economia urbana tem seu sujeito, assim como a sociologia urbana e a história da cidade? A nosso ver, não. Tanto mais que o objeto ‘cidade’ só tem existência histórica” (Lefebvre, 1999 [1972], p. 60).

ou delimita ele mesmo uma cidade. Onde se enquadram, portanto, os estudos desse processo de produção de formas espaço-temporais e heterogêneas a que se referiu David Harvey, chamado de urbanização, e que se estende para além das delimitações mais convencionais da “cidade”, transformando profundamente os seus “lados de fora”? O arejamento e a renovação dos estudos urbanos, como argumento extensamente nesse trabalho, têm como foco o “estudo da urbanização”, em formas concentradas e/ou extensivas, sempre enfatizando o seu caráter processual e reunindo elementos até então dispersos na análise. A composição da narrativa e a forma de exposição distingue “cidade” e “urbanização”. Opor e discriminar esses termos não é acidental.

## Cidade

O termo *city* surgiu no século XIII qualificando representações do poder e se referindo a cidades ideais ou bíblicas, enquanto o termo *urbano* foi resgatado no século XVI para se referir às cidades-império europeias (Monte-Mór, 2007). As “primeiras” cidades, entretanto, precedem esses termos em alguns milênios. As narrativas mais convencionais explicam o “surgimento” da cidade a partir da aldeia, onde “produtores de alimentos são persuadidos ou forçados a produzir um excedente para dar suporte a uma população de especialistas como artesão, mercadores, soldados e padres” vivendo em um “assentamento mais complexo” chamado “cidade”, “a partir

de onde *controlavam o campo circundante*” (Benevolo, 1988 [1975], p. 5, grifo nosso). Em um novo recipiente-ímã, “os muitos elementos diversos da comunidade, até então dispersos num grande sistema de vales e, vez por outra, em regiões muito além, foram mobilizados e ajuntados sob pressão, por trás das maciças muralhas da cidade (...) numa escala até então inconcebível” (Mumford, 1998 [1961]). Já as narrativas alternativas reimaginam o desenvolvimento agrícola como consequência do desenvolvimento das cidades. Nessa perspectiva, um “primeiro” assentamento comercial fez com que a troca de sementes possibilitasse a perenidade de seu cultivo (Jacobs, 1969). Nessa centralidade, múltiplas funções simultaneamente desempenhadas eram potencializadas pelo “estímulo gerado pela aglomeração” (Soja, 2000, p. 12).

No universo greco-romano, a cidade era o centro político e mercantil que subordinava o campo política, militar e comercialmente (Mumford, 1998 [1961]; Lefebvre, 2002 [1970]). O campo, espaço da produção agrícola, era sempre referenciado a um centro ou tomado como “território complementar” (Monte-Mór, 2007, p. 95). Urbano e rural se apresentam como adjetivos associados à dicotomia cidade-campo, à qual foram associadas outras dicotomias: trabalho intelectual e manual, cooperação e isolamento, cultura e natureza, além da distinção social fundamental entre cidadãos e não-cidadãos. Conquanto “urbano” tenha designado apenas um *adjetivo* da cidade, ele ganhou, na segunda metade do século XX, um status de *substantivo*<sup>20</sup> como metáfora da realidade urbano-industrial como um todo, inclusive em seus elementos que se estendem para além das cidades (Monte-Mor, 2007).

20. Monte-Mór (2007) propôs a distinção entre o *urbano adjetivo* e o *urbano substantivo*. Como interpretado, o primeiro é um termo com baixo poder explicativo (sócio-lógico) apenas que qualifica a cidade (um segundo objeto concebido, ideo-lógico), de formas muito variadas: agricultura urbana, planejamento urbano, governança urbana, espaço urbano, desenvolvimento urbano, etc. O segundo, “o” urbano, é ao mesmo tempo uma representação da realidade urbano-industrial atual e uma materialidade expressa pelo tecido urbano, ambas estendidas muito além dos domínios citadinos e metropolitanos.

Muitas ideias de “cidade” estão separadas por abismos imagéticos e representacionais – seja entre camponeses amazônidas e empresários europeus, seja entre professores do mesmo departamento – e, ainda assim, as cidades reafirmam seu peso e sua centralidade no começo do século: como centros de poder e de tomada de decisão e como centros estruturantes da economia global (Sassen, 1991); como motores da inovação e do desenvolvimento (Scott e Storper, 2014; Glaeser, 2011); como espaço adensado da festa (Monte-Mór, 2006; Saidler, 2013) e do multiculturalismo (Foner, 2007; Ferrão, 2019); como espaços de concentração demográfica global (Ibañez e Katsikis, 2014; UN Habitat, 2007); e, portanto, plataforma privilegiada da experiência vivida de grande parte da população mundial (Castriota e Fernandes, 2019). Daí um paradoxo inicial: para a compreensão da urbanização contemporânea, a cidade é tão importante quanto obscurecedora.

O discurso da “era urbana” continua sendo o exemplo mais didático de como esse paradoxo pode ser instrumentalizado (ver Brenner e Schmid, 2013). Desde que a ONU afirmou (UN Habitat, 2007) que pela primeira vez a humanidade atingira um limiar em que metade da população mundial estaria vivendo em cidades, esse discurso invadiu não apenas o debate público e jornalístico, como também o acadêmico. Incontáveis prefácios e introduções de livros e artigos sobre cidades utilizaram essa mesma frase como motivação ou justificativa para sua existência, celebrando a “era urbana” e deduzindo, sem informações adicionais, que novos estudos, projetos, pesquisas e intervenções são necessários *já que* a maioria da população (supostamente) vive

em cidades. Sabemos que a metodologia de cálculo é frágil e que não há formas críveis de comparar os dados.<sup>21</sup> Mas ainda que o limiar percentual fosse verdadeiro e que os dados fossem o retrato exato da realidade, qual é o sentido dessa assertiva? E se apenas 49% da população estivesse vivendo em cidades? Deveríamos estar menos atentos às cidades, investir menos em política habitacional urbana e priorizar a reforma agrária? Deveríamos destinar maior parte do orçamento público ao campo, demarcar mais terras indígenas e reduzir as áreas de mineração para atender a maior parte da população? Se a China ou a Índia mudarem o seu sistema de classificação do que é “urbano” e, repentinamente, 2% da população mundial pular a cerca que divide urbano e rural, então automaticamente as cidades se tornam mais relevantes e precisamos todos pensar em soluções para essa entidade que abriga a “maioria” da espécie?

Ainda assim, o limiar fictício de 50% é tomado como um marco, mesmo dentro dos estudos urbanos críticos, com exemplos muito numerosos (ver Brenner e Schmid, 2013). É espantoso, mesmo, notar que diante dos temores globais de catástrofe ambiental a cidade saiu da posição de “problema” para a condição de “solução” para a crise ambiental – ver todo o volume *“Por que todos acham que as cidades vão salvar o planeta?”* de Angelo e Wachsmuth (2020). Gradativamente, o discurso das “cidades sustentáveis” ganha cada vez mais espaço e protagonismo nos debates ao redor das mudanças climáticas – assim como o discurso das “cidades inteligentes” ganha adeptos tributários das utopias tecnológicas como panaceia da crise societal contemporânea. Certamente é desejável que “a cidade” incorpore práticas que amenizem emissões de carbono, ou que

21. “Brenner e Schmid (2013) apresentam algumas informações acerca da amostra utilizada pela ONU. Cento e nove países membros (38%) utilizaram apenas critérios administrativos internos (por vezes, subnacionais), como descrito acima, para fazer a distinção urbano-rural. Em noventa e oito países (34%) o único critério utilizado foi o tamanho da população, com implicações problemáticas em dois aspectos. Primeiro porque este ‘tamanho’ de transição para o urbano variava de país para país: em Uganda, 100 habitantes em uma unidade já era o suficiente para classificá-la como urbana; na Itália, eram necessárias 10 mil para a mesma classificação [...] Em segundo lugar porque, de acordo com esta metodologia, a diferença entre urbano e rural é sempre de 1 habitante, seja ele o centésimo habitante de uma instaneamente-recém-cidade de Uganda, seja o décimo milésimo habitante de uma unidade-agora-urbana na Itália. Na China, a situação é ainda mais caótica: o

seus processos sócio-metabólicos se compatibilizem com ciclos de reprodução natural, assim como também seria desejável que “a cidade” fosse capaz de adaptar o progresso técnico às necessidades cotidianas das “maiorias urbanas” (Simone, 2018), reduzindo ineficiências e aumentando o bem-estar. Entretanto, “cidades sustentáveis” têm pouco a ver com sustentabilidade, assim como “cidades inteligentes” têm muito pouco de inteligência. Aqui, importa menos refletir sobre o que esses nomes-modelo pretendem trazer e quais ideologias pretendem mediar, e mais, chamar a atenção para os tipos de “metanarrativas urbanas” (Brenner e Schmid, 2015) que ascendem quando “a cidade” é acriticamente magnificada. Esse é um dos efeitos de se tratar a cidade como um tipo de assentamento delimitado, comparável e reprodutível.

É inegável, de outra parte, que a população mundial esteja se *concentrando* (Ibañez e Katsikis, 2014) – o que é muito diferente de afirmar que X% das pessoas vivem em um tipo *específico* de assentamento e, *portanto*, devemos deslocar os focos de ação. E o que se passa, portanto, nesses “lados de fora”? Atualmente existem muitos esforços no âmbito dos estudos urbanos globais de ir além da cidade, principalmente com o surgimento das agendas de pesquisa em “urbanização planetária” (Brenner e Schmid, 2015; Angelo e Wachsmuth, 2015; Schmid, 2018; Brenner, 2019) e “suburbanismos globais” (Keil, 2018). Isso porque o processo de urbanização dominante no século XXI é sub-estudado e subestimado. Não só a urbanização excedeu o espaço das cidades como a *maior parte* da urbanização, tomada em escala global, se dá fora dos grandes centros urbanos (Keil, 2017; Schmid, 2018).

nível de urbanização do país (seja lá o que isso queira significar) em 1999, dependendo de qual das três metodologias oficiais se utilizasse, poderia ser 24%, 31% ou 73%” (Castriota, 2016a, p. 82).

No Brasil, esses esforços já existem há mais tempo e têm no conceito de “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 1988, 1994) sua principal manifestação. Todas as três agendas partem do trabalho de Henri Lefebvre (2002 [1970]) sobre a urbanização completa da sociedade que discute a extensão de um tecido urbano para além do domínio das cidades a partir do processo simultâneo de implosão-explosão da cidade industrial. Para Lefebvre, o adensamento dos grandes centros industriais com simultânea projeção de fragmentos urbanos sobre domínios anteriormente rurais configuraria uma urbanização *induzida* pela industrialização que, virtualmente, alcançaria a escala planetária.

Penetrada pela indústria e abalada por seu peso no conjunto social, a cidade sofre um processo simultâneo de implosão (concentração, polarização, adensamento) e explosão (extensão, projeção, espraiamento).

Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão [...] ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (Lefebvre, 2002 [1970], p. 26).

Um tecido urbano, definido como o “conjunto das manifestações da cidade sobre o campo” (*Ibid*, p. 17), se estende pelo território como uma rede de malhas desiguais, transformando a organização do comércio, dos transportes e do ecossistema que dá suporte material às áreas mais distantes dos grandes centros urbanos. A urbanização para além das cidades não se dá sem consequências. Ela *não se constitui como um processo puramente material* e tem implicações sociopolíticas e ambientais significativas. Isso não significa que “a cidade” se estenda, que todo o mundo se tornará uma grande cidade, ou que as diferenças de formas espaciais e processos sociais se apagarão. Ao contrário, a extensão da urbanização pressupõe novas diferenciações e novas materialidades que, muitas vezes, não são expressas pelas características demográficas e pelo ambiente construído das grandes metrópoles.

O que acontece, então, com o “antigo” campo? A urbanização/industrialização do campo implica novas diferenciações no meio campesino, tanto em termos materiais, quanto sociais. Roberto Monte-Mór (2004) argumentou, em amplas linhas desde os anos 1980, que essa *urbanização extensiva* carrega consigo as relações de produção capitalistas e uma práxis política própria das centralidades urbanas. Neil Brenner e Christian Schmid (2015), de outra parte, enfatizaram o quanto as grandes cidades *precisam* dessa extensão da urbanização para assegurar água, energia, alimentos, controle de resíduos e poluição, etc. em escalas muito ampliadas. Nesse processo, extensas paisagens e territórios que configuram esse antigo campo são ativados de modo a suprir essas necessidades metropolitanas. Se

antes a “hinterland” era o espaço imediato que circunscrevia a cidade, hoje ela é, virtualmente, todo o planeta – que Katsikis (2016) chamou de “hinterglobe”.

O que acontece com a “antiga” cidade? Enquanto *categoria teórica*, ela é relegada a uma condição ideológica, como argumentou Lefebvre. “Mesmo para aqueles que procuraram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta” (2013 [1968], p. 106). Para a análise restam outros conceitos que demandam resgate, reapropriações e redefinições: aglomeração, concentração, centralidade, centro. Contudo, para uma análise do fenômeno urbano em sua totalidade “não dizemos mais: a cidade” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 51).

## Urbanização

No século XIX, as cidades europeias ganham proeminência com a crise e subsequente expansão das metrópoles industriais pela aglomeração de extensas massas de trabalhadores. Suas manifestações mais emblemáticas estão nas experiências do Barão Haussmann, em Paris, que projetou um esquema de racionalidade urbanística resgatando o sentido barroco das cidades absolutistas; e Barcelona, em 1854, através do projeto de engenharia urbana de Idelfonso Cerdá que reestruturou e estendeu a cidade para além de suas muralhas (Monte-Mór, 2006). Treze anos depois, Cerdá publica sua *Teoria Geral da Urbanização* onde cunha o termo “urbanização” e cristaliza seu sentido de produção e “crescimento de cidades”

(Schmid, 2016) – ao qual chamaremos aqui de “cidadização”. Ao utilizar o termo “urbanização”, Idelfonso Cerdá cunhou um significado que ao mesmo tempo operava de acordo e era coerente com uma forma de pensar e implementar uma “máquina de governança”, i.e., “a materialização de um *grid* uniforme de administração governamental de processos de produção e reprodução” (Adams, 2018, p. 25). Ao projetar o rompimento da cidadela murada para uma “forma específica de governança administrativa sobre uma população que torna a soberania ao mesmo tempo invisível e totalizante” (*Ibid*, p. 191), Cerdá projetava também a urbanização para operar como um “sistema de circulação em escala planetária” (*Ibid*, p. 204).

A explosão da cidade para além de suas “muralhas” (reais ou metafóricas) muda os rumos do processo de urbanização – que ganha proeminência e importância para a compreensão das transformações que a sociedade atravessava naquele momento – e os termos do debate. Henri Lefebvre percebeu, com um certo pioneirismo, o significado desse processo. Para a realidade social, se colocava uma virtualidade – que hoje é cada vez mais atualidade – dada pela extensão da urbanização a territórios cada vez mais amplos, corroendo a vida agrária, projetando fragmentos urbanos produzidos pela industrialização e integrando ao universo urbano-industrial territórios e grupos ora “isolados”, ora enraizados em seu próprio espaço de vida. Desde então, o uso do conceito de urbanização como “cidadização”, referindo-se exclusivamente a aglomerações e concentrações é, *no mínimo*, redutor.

Além disso, para a *análise* da problemática urbana, de toda forma, o *objeto* chamado “cidade” não era mais apropriado.

O conceito de cidade não corresponde mais a um objeto social. Portanto, sociologicamente trata-se de um pseudo-conceito. Não obstante, a cidade tem uma existência histórica que não se pode desconsiderar. Ainda há e por muito tempo haverá cidades pequenas e médias. Uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos. Dito de outro modo, o “objeto” sociológico “real”, neste caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia! (Lefebvre, 2002 [1970], p. 61)

A problemática urbana acentuava o papel da urbanização como processo transformador central, ainda que, contraditoriamente, ele fosse induzido pela industrialização. Surge daí o conceito de “revolução urbana”<sup>22</sup> como o “conjunto das transformações” que desembocam na superação do industrialismo pela “problemática urbana” (*Ibid*, p. 19). Ainda que a urbanização seja induzida pela industrialização, é a primeira que dá sentido à segunda. Novos olhares e interpretações da urbanização – para além de seu sentido afirmado e reafirmado ao longo de tantas décadas, para além dos tentáculos da indústria – seriam, portanto, necessários, para descortinar o novo que pede para nascer (Monte-Mór, 2015), para reconhecer o possível no presente.

22. Esse é um dos termos (e um dos livros) mais mal interpretados nos estudos urbanos. “A Revolução Urbana” não se trata da centralidade das cidades nas revoluções, *não propõe* revoluções a partir das cidades e não dá à “cidade” nenhum caráter revolucionário ou mesmo central na superação da problemática industrial (e.g. Canetti e do Valle, 2015). Muito pelo contrário. Esse é o livro que, de forma direta e sem rodeios, anuncia a urbanização extensiva e planetária, rejeita a cidade como categoria sociológica e expõe sua existência enquanto ideologia. Esse é o livro que introduz a ideia de “campo cego” para chamar atenção para aquilo que existe além do industrialismo e da cidade industrial. Não há nada a fazer, a não ser assistir atônito, às capas das edições em português, francês, inglês e espanhol que estampam prédios e monumentos aglomerados a fim de remeter às cidades e seus espaços centrais, insistentemente citadizando a revolução urbana e a urbanização.

Seria de se esperar que essa extensão da urbanização que reconfigura os termos da antiga dicotomia campo-cidade abrisse a oportunidade de desenvolver um novo vocabulário para os estudos urbanos – como reivindicaram Merrifield (2014), Harvey (1996), Monte-Mór (2015), Brenner e Schmid (2015) – ou, no mínimo, de efetivar uma superação do pensamento dicotômico há muito anunciada. Entretanto, ao invés de instigar o debate acerca de uma problemática que considere formas, mas enfatize *processos* de urbanização concentrada e extensiva, a complexidade da urbanização e sua multiplicidade de formas gerou uma explosão de definições e termos isolados (ver Taylor e Lang, 2004), em sua grande maioria também elaborados e pensados *dentro* do quadro dicotômico urbano-rural, *através* das lentes da “cidade” delineando um *tipo de assentamento*, e não um *processo*.

Há tentativas recentes de mostrar a implosão-explosão das grandes cidades industriais e os desdobramentos da extensão da urbanização sobre regiões supostas rurais ou mesmo “pristinias” (e.g. Monte-Mór, 1988, 2004; McGee, 2014 [1991]; Diener *et al*, 2006; Urban Theory Lab, 2014; Arboleda, 2016a, 2016b; Couling, 2022). O presente trabalho busca se somar a esses esforços de mostrar complexidades da urbanização na não-cidade e superar o pensamento dicotômico rumo a novas categorizações e diferenciações socioespaciais tomando a urbanização como processo fundamental de transformação e *mediação*. Isso não significa que “tudo é urbano” ou que “o rural deixa de existir”, como bradaram tantos críticos equivocados (ver, especialmente, Veiga, 2004; Walker, 2015; Peake *et al*, 2018). Para

além de seu uso como categoria governamental, urbano e rural são também *categorias de análise* que estruturam o pensamento, a pesquisa e a ação. É justamente nesse sentido que entendo a superação da dicotomia e do pensamento que ela implica. A cidade e o campo existem. O rural e o urbano existem. Muitos outros espaços existem *para além* desses termos e do pensamento dicotômico – a aldeia, a floresta, a mina, o quilombo, o acampamento sem terra, etc. A transformação inegável desses espaços pela urbanização não faz deles (ou de seu conteúdo) necessariamente urbanos – e muito menos, cidade.

Notemos que a dicotomia urbano-rural e o uso de urbano e rural como *adjetivos* (Monte-Mór, 2007) nos levam sempre aos mesmos becos sem saída. Ora implicam binarismos equivocados – “se não é urbano, *logo* é rural”, “se é do lado de fora da cidade, *logo* é o campo” –, ora implicam definições de “graus” e “taxas” baseados em critérios demográficos ou funcionais – determinado país ou região é X% urbana, ou Y% da população vive em cidades, etc. Sabemos hoje que a complexidade da urbanização não permite esse tipo de pensamento redutor que obscurece as muitas diferenças qualitativas e quantitativas em seus caracteres extensivos e concentrados. Além disso, como ficará claro ao longo desse trabalho, essa dicotomia interessa a setores do capital e do Estado que mobilizam esses termos da forma que lhes é mais conveniente.

O que desejo destacar das formulações expostas até aqui é a extensão da urbanização para além dos domínios da cidade; a distinção entre

urbanização e cidadização; e a crítica da dicotomia urbano-rural. A categoria e o processo “urbanização” são aqui privilegiados em detrimento do “urbano” (seja adjetivo, seja substantivo). Nesse trabalho, importa mais refletir sobre o processo de urbanização do que avaliar se determinado espaço ou território é ou não é urbano (adjetivo), ou se “o” urbano pode ser identificado ou representado no conteúdo desse espaço (substantivo).

Ainda, acredito ser esse o momento crucial da superação desse antagonismo do pensamento que tem efeitos perversos na prática social. A urbanização extensiva não pressupõe o fim do rural e o domínio dos estudos urbanos sobre a geografia agrária, sobre a sociologia rural ou sobre qualquer outra ciência parcelar espacial. Ao contrário, a urbanização extensiva pressupõe união, diálogo e articulação de campos disciplinares. Este trabalho é, portanto, um exercício de estudar o suposto “lado de fora” da teoria urbana interrogando processos de urbanização que se desdobram, dentro da perspectiva mais convencional dos estudos urbanos, na “não-cidade”.

### **Outras Urbanizações: Teoria, Lugar e Conhecimento**

Há nessa investigação uma oportunidade de formular perguntas a partir de uma posicionalidade diferente nos estudos urbanos, mais distante das localizações e “objetos” e estudo historicamente privilegiados. Essa oportunidade está, de forma mais clara e imediata, na compreensão de processos que se desdobram do “lado de fora”

das cidades – ou seja, na interrogação de territórios de urbanização extensiva, até aqui pouco explorados. Está também, mais além, em interrogar a urbanização contemporânea *se posicionando fora* das cidades, em particular as grandes metrópoles. É possível se propor a conhecer e compreender São Paulo a partir de seu “lado de fora”? Existem narrativas sobre a grande cidade global brasileira a partir do interior do Maranhão? Existem narrativas sobre o Rio de Janeiro a partir da zona rural de Canaã dos Carajás? Veremos que sim. E veremos que, portanto, essa posicionalidade implica uma *perspectiva*.

Há uma hierarquia entre essas narrativas – de camponeses e ribeirinhos, mas também de professores e pesquisadores – e entre o poder de determinadas enunciações a depender do território que se aborda, como autores e autoras dos chamados estudos urbanos pós-coloniais tem esclarecido. No debate anglófono, Jennifer Robinson e Ananya Roy (2016), dentre outras, têm se engajado na tarefa de interrogar e repensar a teoria urbana e seu legado euro-americano a partir, em minha interpretação, de três iniciativas: primeiro, provincializar os conhecimentos e as experiências do Norte, mostrando que sua autointitulada “teoria urbana global” é tão dependente de seu contexto histórico-geográfico imediato quanto no Sul; segundo, enfatizar que pesquisadoras e cidades do Sul, frequentemente invisibilizadas, também devem ser produtoras de teoria e generalizadas para além de suas fronteiras, sobretudo considerando-se o caráter pós-colonial contemporâneo das cidades europeias e americanas cujos futuros urbanos parecem se assemelhar cada vez mais às cidades do Sul; terceiro, que todo

conhecimento é localizado e nenhuma teoria única é capaz de dar conta da complexidade das diversas formas de urbanização existentes no mundo.

Jennifer Robinson (2002) fez a crítica da geografia do conhecimento no campo dos estudos urbanos discutindo as “cidades fora do mapa” que não se adequam à cartografia intelectual que privilegia cidades globais. Sob a ótica de um “desenvolvimento” linear, muitas cidades (menores ou maiores), particularmente no Sul,<sup>23</sup> são tomadas pelo que lhes “falta” – assim como os modelos arqueológicos de uniformidade cultural –, sejam práticas de governança, serviços urbanos, produtividade, etc. A completa inadequação das categorias existentes evidencia as limitações do campo dos estudos urbanos como um todo, a começar pelo que a autora chamou de “ignorância assimétrica” (2003). De um lado, as “cidades de primeiro mundo” referenciadas como *modelos* a serem seguidos, a partir das quais são produzidas e exportadas as teorias e as políticas urbanas – e.g. Chicago, Nova Iorque, Los Angeles, Paris, Londres, etc. Do outro lado, “cidades de terceiro mundo” são tomadas como *problemas* a serem resolvidos, cujos diagnósticos e prognósticos são referenciados às condições e práticas das cidades de primeiro mundo. Essa relação transcende o universo acadêmico e a produção de teoria e alcança o terreno das políticas públicas e das práticas corporativas de *benchmarking* de cidades<sup>24</sup> (inteligentes, sustentáveis, etc.), além de outras ideias que viajam seletivamente do centro à periferia.

23. Jennifer Robinson dificilmente mobiliza as categorias “Sul” e “Norte”, que são aqui utilizadas apenas para facilitar a exposição do argumento. De fato, há muitas simplificações e limitações escondidas sob a divisão Norte/Sul.

24. Satterthwaite (2010) mostrou que a transposição (acrítica) de políticas do Norte para o Sul global é uma das práticas mais problemáticas, sobretudo nas áreas de saúde pública, pobreza e emissão de gases. Apesar de existirem diferenças substantivas entre cidades do Norte e do Sul, a inconsistência de bases de dados é um problema global, também verificado no Norte (como é o caso da Europa). Wachsmuth (2014) discute esse tipo de transposição que pressupõe uma comparabilidade/replicabilidade das cidades, sobretudo das práticas urbanas contemporâneas embasadas nas ideias de *competitividade urbana* e de *benchmarking urbano* que partem do pressuposto que as cidades são unidades delimitadas, replicáveis e comparáveis.

Robinson (2006) argumentou também que as diferenças entre e no interior das cidades devem ser pensadas não como “exemplos”, mas como diversidade. Uma diversificação empírica e teórica para além dos centros urbanos mais ricos pressupõe uma virada nos estudos urbanos que transcenda a dualidade “cidades globais vs. cidades do terceiro mundo” e centre a análise acadêmica e a política pública nas “cidades ordinárias” (no sentido de comum, banal; do inglês “ordinary”).<sup>25</sup> A literatura sobre “cidades globais” (e.g. Sassen, 1991), por exemplo, ao priorizar setores específicos da economia urbana, tirou do mapa das cidades globais centros como Kuala Lumpur e Lusaka que apresentam inter-relações fortes com o resto do mundo através do comércio têxtil e da atividade cultural e econômica islâmica.

Além de Robinson, Ananya Roy (2009) reivindicou “novas geografias de teoria” no campo dos estudos urbanos, correntemente imaginado através da dualidade entre um polo que produz teoria (Norte) e outro que produz empiria, servindo apenas como estudo de caso (Sul). A relação entre poder, lugar e conhecimento conforma uma “Teoria com T maiúsculo”<sup>26</sup> de pensamentos universais e historiografias pretensamente oficiais. Contra a prática teórica usual de teorizar cidades do Sul sob a grande rubrica do “subdesenvolvimento” – casos “interessantes, anômalos, diferentes e esotéricos” (Roy, 2009, p. 820, tradução minha) – ela propõe uma maior inserção e uma centralidade dessas cidades (ainda que não um privilégio; ver Roy, 2016). Para a autora, estudos de caso aparentemente “idiossincráticos” são “a base de uma nova teoria”. O problema das assertivas europeias universalistas não está apenas na invenção e construção imagética

25. Em *Ordinary Cities* (2006), Robinson discute as ideias de modernidade e desenvolvimento nos estudos urbanos, interrogando autores clássicos como Park e Wirth e criticando sua compreensão etnocêntrica e paroquial da cidade ocidental como sítio da civilidade e da modernidade em oposição à tradicionalidade e ao primitivismo do campo. A autora apresenta a modernidade ocidental como fruto de hibridações e interdependências cosmopolitas – e.g. muito do que se avalia como “tendência” puxada pela cidade de Nova Iorque é, na verdade, uma série de inovações originárias do México asteca, da Itália renascentista ou do Rio de Janeiro.

26. Aqui faço referência à ideia empregada por Ananya Roy em sua fala no IV WPSC (*World Planning Schools Congress*), no Rio de Janeiro em 2016, que aparentemente não foi publicada. A referência central, entretanto, é o conceito de

de seus lados de fora – que tem no Orientalismo (Said, 1989) sua principal manifestação – mas também nas “histórias que o Ocidente frequentemente conta a ele mesmo sobre ele mesmo” (Gregory, 2004 *apud* Roy, 2016, p. 3, tradução minha).

Quais as implicações desse tipo de problematização no Brasil? Essa relação geral entre lugar, conhecimento e poder foi destacada, dentre outros autores, por Milton Santos (2008 [1994], p. 175):

[O]s problemas resultantes da funcionalização do mundo — porque o mundo se torna funcional nos lugares — conduzem a ênfases diferentes. A ênfase que nós, do Terceiro Mundo, damos a certas funcionalizações tem que ser maior que a do Primeiro Mundo. Por que a ênfase? Para colocar a reflexão no âmbito da realidade social presente nesta parte do mundo.

Mais adiante, entretanto, existem problemas na nossa “prática teórica”. De um lado, desconsideram-se regiões importantes e férteis para a produção de teoria urbana, capazes de deslocar nosso imaginário geográfico e de desvendar opções, alternativas e trajetórias de maneira muito singular. A antropóloga santarena Telma Bemerguy (2019), ao discutir a questão “por que a ‘Amazônia’ não é lugar de ‘antropologia urbana’?”, entafiza que as cidades amazônicas parecem não ser consideradas “tão cidade” quanto as cidades não-amazônicas para a produção de teoria urbana e expõe o caráter

“Ciência com C maiúsculo” de Isabelle Stengers. “A Ciência, quando considerada no singular e com “C” maiúsculo, pode ser descrita como uma conquista generalizada propensa a traduzir tudo o que existe em conhecimento racional e objetivo. Em nome da Ciência, um julgamento foi transmitido à cabeça de outras pessoas, e esse julgamento também prejudicou nossas relações com nós mesmos (...) aquilo a que se chama Ciência, ou a ideia de uma racionalidade científica hegemônica, pode ser entendida em si mesma como produto de um processo de colonização”. Tradução minha de fragmento do ensaio “Reclaiming Animism”. Disponível em: <<https://www.e-flux.com/journal/36/61245/reclaiming-animism/>>.

regional da colonialidade da academia sudestinista. A autora narra algumas experiências em seu mestrado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde a “urbanidade” da Amazônia é questionada – como seu professor de Teoria Antropológica I, que havia visitado Santarém recentemente, e sugeriu que seu trabalho era mais adequado aos “estudos de comunidade” do que à “antropologia urbana”.

De outro lado, reafirma-se a cidade industrial sudestina, em particular (mas não somente) Rio de Janeiro e São Paulo, como estudos de caso privilegiado – mais dados, mais mapas, mais referências bibliográficas, mais visibilidade, que abriga as maiores universidades, os periódicos mais bem avaliados, etc. Aqui, existe uma infinidade de exemplos possíveis entre livros do “cânone” brasileiro, apresentações em congressos e seminários e relações acadêmicas cotidianas. Como ilustração, tomemos o texto mais do que clássico de Ermínia Maricato (2000) intitulado “As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil”. Antes de mais nada, destaquemos que o intuito do texto é muito similar ao que pretendo nesta seção, i.e. chamar a atenção para “ideias fora do lugar”, matrizes teóricas exógenas, “desprovincializadas”, importadas acriticamente em contextos periféricos. Apesar do subtítulo do texto ser “planejamento urbano no *Brasil*”, o texto é composto por exemplos de São Paulo, em sua grande maioria, com pitadas de Rio de Janeiro. De fato, há uma discussão sobre planos, políticas e normas instituídas na governança federal, mas o que isso diz sobre o Brasil?

Há, entretanto, uma menção honrosa: “Nas cidades do Norte e Centro-Oeste (Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá/Várzea Grande) essa relação pode se revelar mais grave devido ao alto e recente crescimento demográfico decorrente de movimentos migratórios” (Maricato, 2000, p. 153). O clichê demográfico é também reproduzido como método de contraste entre o exótico com o familiar:

A discriminatória das terras públicas poderia devolver à esfera pública grande parte do território nacional que tem sido ocupada gradativamente e ininterruptamente, a partir de 1850. Essa característica não é exclusiva de territórios *pouco ocupados* como a região Norte do Brasil. Estamos falando da confusão fundiária que permite a particulares se apropriarem de terras públicas no final do século XX, no Estado de São Paulo e *mesmo* nos arredores da Região Metropolitana de São Paulo (*Ibid*, p. 177, grifo nosso)

É absolutamente chocante que textos dessa natureza pretensamente compreensiva – incluindo o outro “clássico” de Flávio Villaça (1999) extensamente citado por Maricato (2000) – não mencionem sequer a experiência de Belém do Pará, cidade de mais de 400 anos de idade que por séculos controlou o acesso aos rios continentais amazônidas, que foi o centro dinâmico da economia da borracha e que, hoje, é um dos casos mais fundamentais para compreender “a cidade brasileira [...] marcada pela modernização incompleta ou excludente” (Maricato, 2000, p. 123) como queria a autora.<sup>27</sup>

27. Sobre a evolução e a trajetória recente de Belém, ver Cardoso e Ventura Neto (2013).

Quais são as histórias que São Paulo conta a si mesma sobre si mesma?

Durante esse período, o tema do planejamento urbano no Brasil alimentou muitas e diferentes atividades intelectuais: teses, dissertações, congressos, reuniões, cursos. A bibliografia, que pode ser encontrada na biblioteca do CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal Fundação Prefeito Faria Lima, em São Paulo, é *testemunha* dessa produção técnica e intelectual. As bibliotecas do Curso de Pós-Graduação da FAU-USP e do IPPUR/UFRJ são *testemunhas* do quanto esse tema ocupou a academia nas décadas de 1970 e 1980 (Maricato, 2000, p. 139-140, grifo nosso).

E como reconhecer a centralidade de São Paulo e do Rio de Janeiro no Brasil, sem incorrer em *paulistanismos* e *carioquismos*?

Aqui, não é minha intenção sugerir que “jogemos fora” os textos de Ermínia Maricato e Flávio Villaça – observação que julgo importante em tempos de posturas imobilizantes que se apressam em descartar em nome de algum tipo de “descolonialidade”. Ao contrário, a enormidade de exemplos que temos à nossa disposição, nos textos e na vida cotidiana, só prova o quanto essa tarefa coletiva é urgente. Aqui, portanto, quero enfatizar que, em minha visão, as teorias urbanas produzidas em Belém podem iluminar processos ou desvendar alternativas, inclusive em São Paulo. Essa é a tarefa

central da expansão do imaginário geográfico. O que a ilustração acima permite é uma problematização (sem descartes) da relação entre teoria, lugar e conhecimento. Mas não paramos por aqui. Quero enfatizar, também, que os trabalhos de Roy e Robinson, assim como grande parte da teoria urbana pós-colonial são também cidade-cêntricos, ou *citadistas*, no sentido que são teorias das cidades, para as cidades, comparando cidades.

O que quero propor, preliminarmente, é uma expansão da crítica pós-colonial para sugerir que a “não-cidade” é também um espaço periférico na produção de conhecimento, apesar da importância prática e teórica das transformações que a urbanização contemporânea engendra nesses territórios (como em Carajás); que sua diversidade é obscurecida através de caricaturas, histórias e teorias cidadinas sobre os seus “outros” co-constitutivos – e.g. camponeses, indígenas, ribeirinhos – que habitam os “lados de fora” co-constitutivos da cidade – e.g. o(s) campo(s), a(s) aldeia(s), a(s) floresta(s), o(s) rio(s); que existe uma construção histórica da ideia de “cidade” associada a práticas e discursos hegemônicos (desenvolvimento, progresso, civilização, cosmopolitismo, ciência, cooperação, etc.) relegando a não-cidade, em toda a sua diversidade, aos seus opostos (atrasado, selvagem, vazio, inculto, incapaz, fechado, isolado). Proponho, portanto, que tomemos não apenas Belém, mas também Canaã dos Carajás (“cidade ordinária”) e, mais além, a zona rural de Canaã dos Carajás (“não-cidade”, “lado de fora”) como geografias centrais para a produção de teoria urbana.

Mais além, quais são as histórias que a Cidade conta a si mesma sobre si mesma? Quais são os espaços e os sujeitos que a cidade inventou e como se formaram essas representações?<sup>28</sup> Se a cidade é o lócus privilegiado da luta política, como a não-cidade luta politicamente? Se a cidade é o motor da inovação, como a não-cidade inova e como ela adapta para a sua realidade as inovações que a cidade inventou? Como reconhecer a importância da cidade, sem deixar com que ela domine as representações da urbanização? Quais são as implicações desse peso descomunal da cidade no pensamento e na ação, que produz essa perspectiva que venho chamando de *cidadismo*?

Acredito que essas sejam perguntas importantes nos estudos urbanos contemporâneos. Mesmo não tendo a pretensão de responde-las, desejo discuti-las nas páginas que se seguem. Procuo ressaltar, através do estudo da urbanização extensiva na Amazônia Oriental, que a “não-cidade” amazônica também deve ser levada a sério na produção de teoria urbana brasileira e global, considerando-se que esses territórios não apenas são profundamente impactados pela urbanização, mas também *suprem* o sistema metropolitano global. Só é possível viver nas grandes aglomerações globais porque outros territórios garantem a provisão de tudo aquilo que o seu metabolismo demanda. Só é possível viver na cidade, sob capitalismo, porque há *extração* na não-cidade – seu “lado de fora” co-constitutivo.

Nesse trabalho, uso o termo “não-cidade” de modo provocativo, ilustrando a perspectiva cidadista e buscando complexificar esse suposto “todo homogêneo” que a escapa. Não desejo implicar ou

28. A título de ilustração, recordemo-nos do Jeca Tatu, símbolo da miséria e do atraso, inventado por Monteiro Lobato, bacharel em direito pela Universidade de São Paulo já em 1904, poliglota aos 15 anos, herdeiro do Visconde de Tremembé.

afirmar uma forma de homogeneização, mas justamente chamar a atenção para ela. Não desejo reafirmar dualismos moderno-coloniais, mas coloca-los em evidencia. Em outras palavras, essas geografias que procuro destacar são muito mais do que “avessos” de cidade. Nesse sentido, é preciso trazer-la a tona, “escavar” um conjunto de relações sócio-espaciais que permitem fazer uma série de questionamentos e tensionamento conceituais na busca de uma gramática possível que permita interpretar a complexidade desses fenômenos.

Ao mesmo tempo, me interessa também enfatizar as muitas urbanizações que transformam, produzem e reorganizam formas e processos sócio-espaciais diversos que não são “cidade” – ainda que se adote uma perspectiva epistemológica extremamente plural desse conceito. Para evitar as armadilhas que essas categorias apresentam, procuro também privilegiar o *processo* de urbanização nesse trabalho. Em especial, porque o processo de urbanização não implica uma categorização ou tipologia específica. O que se enfatiza, ao contrário, é sua *função* de mediação.

## Urbanização e Mediação: Transitando entre Níveis de Abstração<sup>29</sup>

Henri Lefebvre (1999 [1968]; 2002 [1970]) identificou e nomeou a implosão-explosão da cidade industrial, mostrando que se tratava de uma ruptura histórica dos padrões e trajetórias da urbanização

29. Como existem muitas leituras da discussão lefebvriana dos níveis de realidade e análise, ainda que esparsas, faço aqui uma síntese e proponho as implicações desses conceitos para a urbanização extensiva a partir de Lefebvre, mas também de seus leitores e estudiosos. Têm particular importância os trabalhos de Martins (1996), Shields (1999), Brenner (2000, 2006), Elden (2004, 2006), Goonewardena (2005, 2011), Goonewardena *et al* (2006), Merrifield (2006), Schmid (2006), Kipfer (2006, 2009), Stanek (2011), Butler (2012), Kipfer *et al* (2013), Costa *et al* (2015) e Fraser (2015).

conhecidos até então. O capitalismo “acelerou a expansão do espaço construído de regiões metropolitanas, a industrialização da agricultura e a integração de espaços sociais pré-existentes em redes urbanas” (Kipfer, 2009, p. 71). Como resultado, a urbanização passou a reconfigurar limites e escalas antes bem delineadas – a cidade murada, a região industrial, o subúrbio, o campo. Até então, esses elementos compunham uma “cartografia horizontal”<sup>30</sup> da questão urbana, onde a cidade era pensada como um domínio relativamente *discreto* e *universal*, definido em relação a outros domínios demarcáveis (o subúrbio, o campo, etc.) (Brenner, 2019).

A partir da explosão dessas formas, “a distinção entre cidade e campo como conjuntos discretos de relações sociais foi superada: a cidade como espaço social delimitado desapareceu, e o urbano se tornou a forma e a mediação central da vida social” (Kipfer, 2009, p. 72, tradução minha). *Apenas* quando essa forma extensiva de urbanização se configura na realidade social, a partir da explosão da cidade, é que Lefebvre identifica a expulsão dos trabalhadores dos espaços centrais rumo aos pavilhões e conjuntos habitacionais das periferias urbanas que se gradualmente se estabelecem. É no contexto da urbanização extensiva que podemos entender o surgimento da noção de “direito à cidade”<sup>31</sup> posteriormente formulado como “direito à vida urbana” (Lefebvre, 1999, 2002).

Nesse momento, torna-se claro que a *forma* urbana (centralidade) se transmuta em outras relações centro-periferia (centralidade-tecido urbano estendido) e que o urbano permite tanto uma análise das

30. O exemplo notável é o diagrama de anéis concêntricos de Ernest Burgess de 1921, no qual “a” cidade era definida como uma série de zonas bem delineadas se estendendo a partir de um centro geometricamente posicionado em direção ao subúrbio até o horizonte vazio do campo. Mesmo sob críticas, o modelo de Burgess influenciou a visão de espaço urbano das gerações posteriores, tomando “a” cidade como unidade territorial delimitada, visível através de uma cartografia *horizontal* cujas especificidades poderiam ser definidas através do contraste com outras áreas – não-cidade (ver Brenner, 2019).

31. Ou seja, não há conceito de “direito à cidade” sem “implosão-explosão”. Não por acaso, *O Direito à Cidade* (1968) é o primeiro livro que trata tanto da implosão-explosão, quanto dos níveis de realidade e análise.

“macrorrealidades do Estado, do capital e do império” (Kipfer, 2009, p. 68), quanto uma “crítica da vida cotidiana” – ou seja, que há uma *mediação*<sup>32</sup> entre esses dois *níveis*. Mediar, nesse caso, é apresentar, introduzir, fazer conhecer, criar uma mediação entre duas partes – o oposto de imediar (Goonewardena, 2005). A princípio, Lefebvre (1999 [1968]) entendia que a cidade era uma mediação privilegiada que possibilitava esse encontro entre uma “ordem distante” e uma “ordem próxima”. Era a forma através da qual o capital e o Estado se faziam conhecer, se materializavam, se projetavam. Mas quando da explosão da cidade, “o urbano” assume essa função mediadora, já que essa mesma ordem distante, das estratégias abstratas, do planejamento, também não se restringe mais à cidade.<sup>33</sup> Para fins meramente didáticos, apresento aqui essa primeira formulação (ainda centrada na categoria “cidade”) por ser ela a mais clara:

[A cidade] muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações

32. A noção de mediação surge da preocupação de Lefebvre com o domínio da prática social na produção do conhecimento que se desdobra em sua crítica da filosofia contemplativa e especulativa. Para ele, é preciso distinguir o *imediatez* – a intuição, “potência misteriosa” que preenche “o ‘vazio’ interior do pensamento metafísico” e suprime o “hiato entre sujeito e objeto” (1965 [1947], p. 106) – e o *mediato* – conhecimento “conquistado, adquirido e assimilado ... [que] torna-se o *meio* de adquirir novos conhecimentos” (*Ibid*, p. 107, grifo no original).

33. Em *O Direito à Cidade* existe um capítulo inteiro devotado aos “níveis de realidade e de análise” (2013 [1968], p. 65), mais amplamente desenvolvido em *A Revolução Urbana*. Em 1968, a cidade ainda era seu objeto privilegiado de análise e mediação – ainda que no mesmo livro ele anuncie sua explosão (p.18) – entre o que chamou de “ordem próxima”

dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não por uma “cultura” e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediatez. A cidade é uma *mediação* entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal” (Lefebvre, 1999 [1968], p. 51-52).

Distinguem-se, portanto, três *níveis*, três complexidades diferenciadas, três totalidades com conteúdos particulares – em minha leitura, três *níveis de abstração*. Cada nível “designa um aspecto da realidade [...] a partir de um certo ponto de vista ou perspectiva” (Lefebvre, 2014 [1961], p. 412-14). Cada nível “é tanto *um depósito residual e um produto*” (*Ibid*, grifo no original).

e “ordem distante”; ou ainda, “a mediação das mediações”. No capítulo, além de uma exposição muito breve dos níveis, Lefebvre aborda também as dimensões de sua “semio-*logia da cidade*” (*Ibid*, p. 68; ver Fraser, 2015), a saber: a simbólica (símbolos do cosmo e do mundo, do Estado e da sociedade); a paradigmática (oposições entre centros e periferias, integrados e não-integrados); e sintagmática (ligação e articulação entre isotopias e heterotopias) (*Ibid*, p. 70).

O nível Geral<sup>34</sup> (G) é o nível das relações mais *gerais* e *abstratas* do “capitalismo de Estado”. Nessa *ordem distante*, o poder é exercido através de instrumentos ideológicos e científicos. Essa é a esfera do capital, mas também do Estado como “vontade” (daqueles que detêm esse poder e têm estratégias políticas) e como “representação” (como ideologia e concepção de poder). A esse nível correspondem lógicas e estratégias do exercício do poder, a saber, o “neoliberalismo (que permite o máximo de iniciativa à empresa privada e [...] aos promotores imobiliários e aos bancos) e o neodirigismo (que acentua uma planificação [...] dos especialistas e dos tecnocratas, do capitalismo de Estado)” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 77-78).

Esse nível G abstrato e *supra-sensível* se apresenta como uma “abstração concreta”, i.e., uma abstração científica necessária (da pesquisa e da prática teórica), mas voltada para algo concreto (Stanek, 2011, p. 132). Contudo, ele se *projeta* sobre o “nível especificamente urbano”, o nível Mediador (M), e seus domínios edificados (espaço construído) e não edificados (organização do espaço). Essa projeção envolve edifícios e monumentos (ministérios, catedrais), projetos de grande escala, vilas e cidades novas, mas, *ao mesmo tempo*, “organização geral do trânsito e dos transportes, do tecido urbano e dos espaços neutros, preservação da ‘natureza’”<sup>35</sup> (Lefebvre, 2002 [1970], p. 78). Nessa relação de mediação, o “Estado organizaria, assim, para utilizá-lo, o desenvolvimento desigual num esforço em direção à homogeneidade global” (*Ibid*, p. 79).

34. Lefebvre utiliza, em francês, o termo “*global*”, traduzido para o português como “global”. Mas, como me disse Christian Schmid em conversa pessoal, a melhor tradução para o termo seria “*geral*” (*general*, em inglês) por três motivos. Em primeiro lugar, o próprio Lefebvre apresenta esse nível como o das “*relações mais gerais e, portanto, mais abstratas*” (2002, p. 78, ênfase no original). Em segundo lugar, o nível G não deve ser confundido com o “global” da *escala* geográfica. Mas mais importante, o sentido de “global” que temos hoje nem sequer existia no final dos anos 60 quando Lefebvre escrevia sobre os níveis. Se estivesse interessado em fazer uma referencia similar a esse sentido de globalidade do qual fazemos uso, Lefebvre teria usado o termo “*mundial*” (*mondiale*).

35. A ideia da preservação da natureza como uma projeção do nível G sobre o nível M será particularmente importante no Capítulo 2.

A relação do nível Geral com o nível Mediador se dá através das interdependências entre os mercados (em múltiplas escalas), o Estado moderno (com suas estratégias, suas operações e representações) e o espaço. Ao mesmo tempo, o nível Mediador introjeta as dinâmicas contraditórias e contestatórias do nível da vida cotidiana, da *ordem próxima*, do nível Privado (P) – constituído pelos níveis do “habitar” (Lefebvre, 2013 [1968]) e da “experiência vivida” (Lefebvre, 1991 [1974]). Apesar de ser considerado “equivocadamente modesto, senão negligenciável” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 80), o nível da vida cotidiana é vital, ainda que o pensamento “reductor” tente desconsidera-lo, justamente por ser o “reservatório de subjetividade radical-utópica” que permite uma “contra-projeção” (Goonewardena, 2005, p. 66). Pois “[m]esmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando” (Lefebvre 2002 [1970], p. 82).

Notemos a importância do nível M dentro desse quadro analítico, marcado de um lado pelas projeções e materializações de estratégias e relações sociais abstratas e, de outro, pela contestações, cooperações e apropriações de grupos sociais variados. Esse é o “terreno de defesa e ataque, de luta”; “terreno e motivo da luta” (*Ibid*, p. 87, 90). É ele que liga, encadeia, articula a vida cotidiana (*ordem próxima* e *imediate*) às macro-estruturas e relações abstratas (*ordem distante*) (Kipfer, 2006). Esse é um aspecto que será reafirmado ao longo deste trabalho: projeções e contra-projeções em uma plataforma, um

campo de batalha, qual seja, o da disputa pela produção do espaço (política do espaço) – e a importância da urbanização (extensiva e concentrada) nesse contexto.

Alguns comentários sobre níveis e mediações são necessários para evitar certas confusões relativamente comuns na literatura que os mobiliza. Primeiro, os três níveis se referem a um mesmo *tempo*, qual seja, o da chamada “era urbana”,<sup>36</sup> distinta da “era industrial” e da “era rural” que a precederam, respectivamente (*Ibid*, p. 33-50). Em outras palavras, trata-se de um quadro *sincrônico*. Sabemos muito bem, entretanto, que existem espaços marcados por tempos diversos ou por uma sobreposição desses tempos – “os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 40). Essa característica do espaço dos países de modernização seletiva, fragmentada e incompleta não é ignorada.<sup>37</sup> Pelo contrário, nesses contextos torna-se mais importante um estudo sobre a *extensão da mediação* que conforma uma “sobreposição de temporalidades”, que enfatizo no Capítulo 4.

Segundo, os níveis de realidade também são níveis de *abstração*. Embora seja possível argumentar que a própria mediação entre os níveis permita que a vida cotidiana seja penetrada pelos objetos, ritmos e lógicas abstratas, a distinção entre os níveis – ou seja, seu critério de determinação – é dada por graus de abstração. O nível Geral é, por definição, o nível das relações mais gerais e abstratas. Sua projeção tenta engendrar um “espaço abstrato” (Lefebvre, 1991

36. A “era urbana” de Lefebvre se opõe à “era urbana” da ONU. A primeira tem um sentido de superação do industrialismo e da perspectiva que ele implica para um momento de simultaneidade e encontro, sendo que a passagem do industrial para o urbano simboliza também uma mudança da ênfase na produção para a ênfase na reprodução. A segunda apenas assume um limiar fictício de humanos vivendo em um tipo de assentamento (a despeito de suas definições singulares em cada contexto) para celebrar e magnificar uma entidade concebida com intencionalidades e ideologias ocultas.

37. Milton Santos (2008 [1978], p. 123-26) elencou as características que compõem a “especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos”. Destacam-se o seu caráter: *derivado*, no sentido de que sua organização tem determinações longínquas, exógenas, a partir de parâmetros importantes; *periférico* em relação a “o” centro (metrópole colonial) e aos seus próprios centros, geométrica e

[1974]). No outro extremo, o nível Privado “é o solo no qual todos os outros níveis da realidade social estão enraizados” (Shmueli, 2006, p. 217). Os níveis de abstração sugerem racionalidades diferentes associadas a cada nível: da “racionalidade concreta” das práticas cotidianas à “racionalidade abstrata” dos atores hegemônicos da produção do espaço (o Estado autoritário, o planejador, o “desenvolvedor”) (Stanek, 2011, p. 142-43).

Terceiro, os níveis são extremamente complexos, mas têm a mesma relevância analítica e crítica – ou seja, não existe priorização de um nível em detrimento de outros (ver Kipfer, 2006). É uma infeliz coincidência que a tradução para o português sugira tamanhos (P, M, G), pois definitivamente não existe relação de hierarquia analítica ou ordenamento entre eles. As inúmeras ressalvas na obra de Lefebvre sobre a importância do cotidiano não sugerem que ele seja mais relevante analiticamente. Apenas tenta “elevar” essa categoria e esse nível ao grau de interesse das outras categorias e níveis historicamente priorizados nas ciências (parcelares).

Quarto, essa abordagem enfatiza a mediação e a relação *entre* níveis. Segundo Lefebvre (2014 [1961], p. 412-14), “[c]ada nível é o resultado de uma análise que traz o conteúdo dos outros níveis e o torna mais explícito”, ou seja, “cada um deles é tanto um *depósito residual* e um *produto*”. Ainda que represente uma totalidade, um nível é importante para captar discontinuidades já que “exclui a ideia de um campo contínuo”. Dessa forma, ao mesmo tempo que os níveis não se confundem, eles também não são perfeitamente

geograficamente; *aberto*, para atender demandas dos países industrializados; *seletivo*, em termos dos processos de modernização. Logo, dentro do próprio quadro da modernidade, esse espaço é *incompletamente organizado*.

discerníveis, pois “múltiplas ‘realidades’ co-existem em cada nível individual, implicante e (mutualmente) implicadas, envolvente e envolvidas, contendoras e contidas, imediatas e mediatas (imediatas em si mesmas, mediatas em relação a outros níveis mais vastos ou mais restritos)”. “Em um momento particular de vir-a-ser [*becoming*], em um conjunto particular de circunstâncias, um nível pode dominar e incorporar os outros”. Apesar de cada nível ser, em si, uma mediação,<sup>38</sup> estamos interessados na mediação das mediações. Em outras palavras, a mobilização desse aparato dos níveis de realidade e análise não pode supor um isolamento de cada nível – que interrompe, exatamente, uma mediação (ver, como exemplo dessa interrupção, Cardoso *et al*, 2018).

Quinto, os *níveis* de análise não se confundem com a noção de *escala* geográfica, como enfatizou Elden (2006).<sup>39</sup> Seja na perspectiva ampla da literatura da produção social da escala geográfica (ver Smith, 1995; Brenner, 2019), seja na teorização de Lefebvre sobre a “questão escalar” (*la question d’échelle*) que aborda o sentido territorial do termo (ver Brenner, 2000), essas ideias de modo algum se confundem. Isso porque, segundo o próprio Lefebvre (2014 [1961], p. 413), “[a] esquemática de uma escala ... é por demais estática. Apesar de, por definição, eles serem distintos e localizados em estágios diferentes, *níveis* podem interagir”. Eles interagem “[e] nquanto um nível media o outro”. Tomemos como exemplo o nível M. A partir da hipótese de urbanização completa da sociedade, “o urbano não é redutível a uma escala” e está, enquanto *nível*, “sujeito a análise em múltiplas escalas: a escala das regiões metropolitanas, sistemas

38. Ver, por exemplo, o trabalho de Harley Silva (2017a) sobre mediação urbana da relação sociedade-natureza

39. “Apesar de não ser sempre reconhecido em sua recepção anglo-americana contemporânea, Lefebvre faz uma distinção entre o nível e a escala. Nível é um modo de compreensão que leva em consideração a amplitude entre o privado, o domínio da habitação, ao global ou total, através do nível misto, mediador intermediário. Quando Lefebvre fala sobre escala, o maior não é o global, mas o mundo” (Elden, 2006, p. 86, tradução minha).

nacionais urbanos, e redes e estratégias urbanas transnacionais, potencialmente globais” (Kipfer *et al*, 2006, p. 290) e, como procuro argumentar ao longo desse trabalho, às escalas de diferentes territórios de urbanização extensiva. Outro exemplo: um mesmo nível, suponhamos, o Geral tem expressões em múltiplas escalas de governança – e.g. nas prefeituras municipais, nos governos estaduais e nacional. Essa confusão se dá tanto nas tentativas de aplicação dos níveis (ver Cândido, 2018; Cardoso *et al*, 2018; Melo, 2020), quanto nas discussões teóricas sobre eles dentro da história do pensamento de Lefebvre (ver Merrifield, 2006, p. 88; Butler, 2012).

Além dessas ressalvas, convém pensar também as implicações desse aparato teórico-analítico para o estudo da urbanização extensiva – tema que, ainda que não tivesse essa mesma nomenclatura nos anos 70, era muito caro ao próprio Lefebvre.<sup>40</sup> Suas primeiras pesquisas e incursões depois de seu “trânsito da filosofia ‘pura’ ao estudo da prática social” se referem à problemática do campesinato, da agricultura e da industrialização, e da extensão da revolução industrial que muda de curso e chega aos países agrícolas “onde começam a surgir os problemas da acumulação primitiva” (Lefebvre, 1978 [1970], p. 7-8). Em outras palavras, a transição de Lefebvre “do rural ao urbano” foi pela via da urbanização extensiva induzida pela atividade extrativa.

Em terra pireneica, não distante do povoado natal do autor, surge a Cidade Nova. Produto da industrialização e da modernização, glória da França

40. Henri Lefebvre era, sobretudo, um teórico da urbanização *extensiva* – ainda que sua apropriação usual seja de filósofo das cidades. Foi nascido e criado em Hegetmau, na borda da região dos Pireneus, no sul da França, em contextos agrários e extrativos que depois foram objeto de pesquisa. Suas primeiras experiências na cidade grande, em Paris, foram ora a convivência com a elite universitária, ora o serviço militar, o emprego na fábrica e o trabalho de taxista (Elden, 2004, p.2). Soja (1996, p. 7, tradução minha) o descreveu como “[U]ma pessoa da periferia que foi capaz de sobreviver e prosperar também no centro, como um bárbaro refinado, um camponês parisiense dos *forelands* occitânicos dos Pireneus”. Em um de seus trabalhos autobiográficos, Lefebvre afirma: “Paris é meu fascínio. Eu sempre vivi lá, mas não sou parisiense. Se eu contar os anos, tenho vivido muito mais em Paris do que nos Pireneus; mas na medida em que tenho raízes, uma base natal, é na Occitâ-

e da República, Lacq-Mourenx se levanta, burgo novo, ornado de enigmas mais que de belezas clássicas. As escavadeiras passam sobre o solo do *Texas beamês* (como se chamou). A poucos passos da empresa mais moderna da França, entre os poços petrolíferos e os fumos, nasce o que há de se converter em cidade (Lefebvre, 1978 [1970], p. 11).

Se por um lado uma argumentação completa que percorre toda a obra de Lefebvre a fim de demonstrar uma perspectiva e uma preocupação fundamental com a urbanização em espaços não-citadinos foge ao escopo desse trabalho, por outro, a teoria das mediações e dos níveis de realidade de análise cai como uma luva para o estudo e a compreensão da urbanização extensiva. Essa é a primeira implicação: a *extensão da urbanização* implica a *extensão da mediação* e, portanto, de um nível de totalidade social com sua forma (centralidade), função (mediação) e estrutura (diferença) – sobre essa tríade, ver Schmid (2006), Goonewardena *et al* (2006) e (Kipfer, 2009).

Essa mediação apresenta diferenças em relação àquela da cidade, tanto por uma mudança *quantitativa* em termos de extensão territorial de setores e lógicas do Estado e do capital, quanto por uma mudança *qualitativa* das projeções do nível Geral e de suas relações abstratas sobre o nível do espaço urbano. Para além das geografias citadinas, outros agentes, atores e forças hegemônicas (G) disputam a produção do espaço e o processo de urbanização (M) que afetam

nia, onde tenho meus comportamentos, minha sensualidade, minha apreensão pelos valores de uso, meu alimento e amor (...) E depois há o outro pólo, Paris: detestada, admirada, fascinante, a abstração, o elitismo, o insuportável elitismo da esquerda, o explosivo, a cidade fermentando com clãs e cliques, com uma vida política que é tão odiosa e tão excitante ... São contradições, mas são prodigiosamente estimulantes. (Lefebvre, 1975 apud Soja, 1996, p. 30, tradução minha)

a vida cotidiana (P) de *formas* muito variadas. A título de exemplo, podemos pensar na relação da Vale com diferentes “tentáculos” do Estado brasileiro (agências ambientais, órgãos reguladores, policiais, juízes) e nas formas através das quais a empresa estabelece seu controle sobre o território. Podemos pensar na diferença de criação de um parque no centro de Belo Horizonte (G → M) ou na criação de uma unidade de conservação em Carajás (G → M), ambos exemplos da “preservação” ambiental gestada no nível abstrato e projetada com uma série de outras intencionalidades. Além disso, como sinalizado anteriormente, essa mediação implica uma “superposição de temporalidades” (Castriota, 2016a, Castriota e Tonucci, 2018) muito clara em contextos como o amazônico, onde uma diferença de séculos pode estar contida em uma pequena distância territorial.

Ainda, essas mudanças qualitativas e quantitativas se tornam mais agudas na medida em que consideramos uma transição no modo de produção capitalista da economia que se desloca do protagonismo industrial para a atividades de extração, logística e finanças (Gago e Mezzadra, 2017; Mezzadra e Neilson, 2015, 2019). Essas atividades não são apenas consideradas em termos de “setores”, mas são uma transformação tanto na produção hegemônica do espaço, quanto na *lógica* através da qual o sistema opera – em particular, a lógica da extração. Na América Latina, essa transição tem implicações territoriais importantes. Em um continente em que a urbanização é induzida, em larga medida, pelo neo-extratativismo, a forma como essa urbanização (e a mediação entre níveis) se desenvolve é muito diferente – ainda que sempre seguindo a lógica violenta da extração (das espoliações, homicídios, massacres).

Nesse contexto, é fundamental retomar a urbanização extensiva como *projeto* de interrogação crítica de territórios e grupos sociais não-cidadinos compreendendo os condicionantes de sua invisibilização histórica; as formas históricas e contemporâneas de mediação; e as diversas intencionalidades por trás das projeções e materializações de relações sociais abstratas, dos domínios do Estado e do capital. Essa economia política da urbanização, entretanto, não se afasta do nível da vida cotidiana e de suas contradições, da precariedade da vida material coletiva e, por isso mesmo, da inventividade das maiorias urbanas e regionais periferalizadas. Trata-se de estar atento às dinâmicas afetivas, às “secreções” e “vazamentos” (Simone e Pieterse, 2017) cotidianos por sobre a aparência titânica do capital. “Pode ser mais produtivo conceitualmente focar nossa atenção nessas dinâmicas ao invés de redescobrir infinitamente os poderes disciplinares do neoliberalismo” (*Ibid*, p. 15). Trata-se de compreender o funcionamento e o papel das mediações e do nível mediador sem privilegio da cidade e da perspectiva que ela implica. Muito embora essas dimensões não tenham sido abordadas na literatura neolefebvriana supracitada (à exceção de Kipfer, 2018), tento realizar, nas páginas que se seguem, um esforço preliminar de explorá-las, ainda que de forma experimental.

## Plano do Trabalho

A narrativa que se segue é fruto de uma seletividade inevitável que faz parte do campo e de uma sequência de encontros e eventos. Para situar o leitor – e, muito francamente, a mim mesmo – nesse processo, deixei com que a própria trajetória de campo definisse os recortes da narrativa e a estrutura dos capítulos. O modo de escrita é também guiado por essa trajetória que, espero, sirva de inspiração como método expositivo.

O Capítulo 2, “Mar Deserto” é fruto de uma simples aterrissagem no Aeroporto de Carajás no interior da Floresta Nacional de Carajás. Ainda que sua história seja bem documentada, a experiência de aterrissar dentro de uma unidade de conservação que cerca as maiores operações mineradoras do planeta é indescritível. Busco apresentar um pouco do contexto geohistórico regional a partir dessa aterrissagem, enfatizando os papéis que a FLONA desempenha e as contradições que nela estão imbricadas desde o decreto que a constituiu até as formas contemporâneas de *operacionalização* da legislação ambiental através da regulação territorial das unidades do entorno. Apresento também a hipótese de indução da urbanização através da extração (nesse caso, da mineração) com exemplos regionais e internacionais, enfatizando as mediações entre níveis de abstração. Por fim, ofereço um panorama de Canaã dos Carajás em um nível macrológico que se aterra na sequência.

Uma vez no centro urbano canaãense, exploro no Capítulo 3, “Avalanche”, as percepções e concepções dos residentes sobre o “boom” e o declínio econômico que se seguiram à construção e finalização do Complexo S11D. Nessas primeiras semanas, não fiz mais do que me apresentar com um caderno nas mãos e uma mochila nas costas enquanto perambulava diariamente por horas a fio em vários pontos diferentes da cidade. Tive conversas extraordinárias com dezenas de residentes de ocupações e *backgrounds* muito variados – mais de 95% dos habitantes são migrantes (Melo, 2020). Procuo abordar essas histórias de vida e sua relação com o momento *concentrado* da urbanização induzida pela mineração, em especial as formas emergentes de habitação e os modos “oficiais” de viabilizá-las, sublinhando relações diretas entre as atividades de mineração e a produção social de determinados espaços. Ainda que esse primeiro momento do campo tenha sido extremamente frutífero – com participantes entusiasmados, extrovertidos e interessantes –, havia nas conversas um certo receio ou algum tipo de hesitação esquiva que era também expressão da condição de Canaã naquele momento.

As tensões em Canaã me levaram a seguir para Marabá, capital regional do sudeste paraense, de onde escrevo o Capítulo 4, “Terra”. Nele, discuto uma série de temporalidades espacialmente superpostas no presente, que continuam a tensionar e tracionar a realidade social regional de formas muito diversas. Através do encontro com membros e representantes de institucionalidades várias (movimentos sociais, órgãos do Estado, entidades de classe e a própria Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), reúno elementos importantes

para compreender processos históricos e contemporâneos de urbanização extensiva. Também em Marabá, tomei conhecimento de movimentações e atos políticos acontecendo em Canaã dos Carajás vinculados a uma série de ocupações de terras acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), sediados em Marabá; e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás (STTRCC). Tomei a estrada de volta para Canaã, dessa vez indo de encontro à “não-cidade”.

Por fim, no Capítulo 5, “Eclipse”, discuto os “lados de fora” de Canaã, em relação aos lados de fora da teoria urbana, a partir dos protestos e articulações de movimentos e sindicatos, mas também de vilas, comunidades espoliadas e acampamentos<sup>41</sup> sem terra. Ênfase a extensão e a magnitude das transformações provocadas pela Vale e por suas operações e as distorções e abalos subsequentes no cotidiano das maiorias regionais. Apresento de forma mais explícita a situação de quatro acampamentos através dos quais busco sumarizar uma série de outros conflitos e arrisco algumas generalizações quanto à natureza da urbanização por meio dos usos e apropriações dessa nova materialidade e das subjetividades que ela viabiliza e invisibiliza. Concluo reafirmando a ênfase na urbanização extensiva e nas vantagens possíveis de se “eclipsar” a cidade, ainda que de forma momentânea e exploratória.

De forma geral, a dimensão que busco apresentar através da urbanização tem por objetivo trazer elementos dispersos na análise, localizados em diferentes níveis de realidade. Muitos temas são

41. Uso o termo “acampamento” seguindo não apenas a identidade dos participantes sem terra, mas também denotando o que Lygia Sigaud (2000) chamou de “forma acampamento”. Essa expressão denota o espraiamento e a multiplicação de uma forma de ocupação e de luta política. Essa discussão será expandida no Capítulo 4.

importantes para a discussão da problemática da urbanização em Carajás: mineração, luta pela terra, campesinato, migração, cadeias globais de valor, conversão de terra, pistolagem, monitoramento e vigilância, reforma agrária, economia popular, segurança alimentar, unidades de conservação, judicialização e criminalização de conflitos, mobilidade funcional e espacial, entre outros. Esse trabalho, entretanto, não é *sobre* nenhum desses temas. Ao contrário, é uma narrativa que procura reunir questões aparentemente dispersas no estudo da urbanização a fim de interrogá-la, de provocar seu campo de estudos, de propor novos conceitos e, talvez mais importante, novas perspectivas.

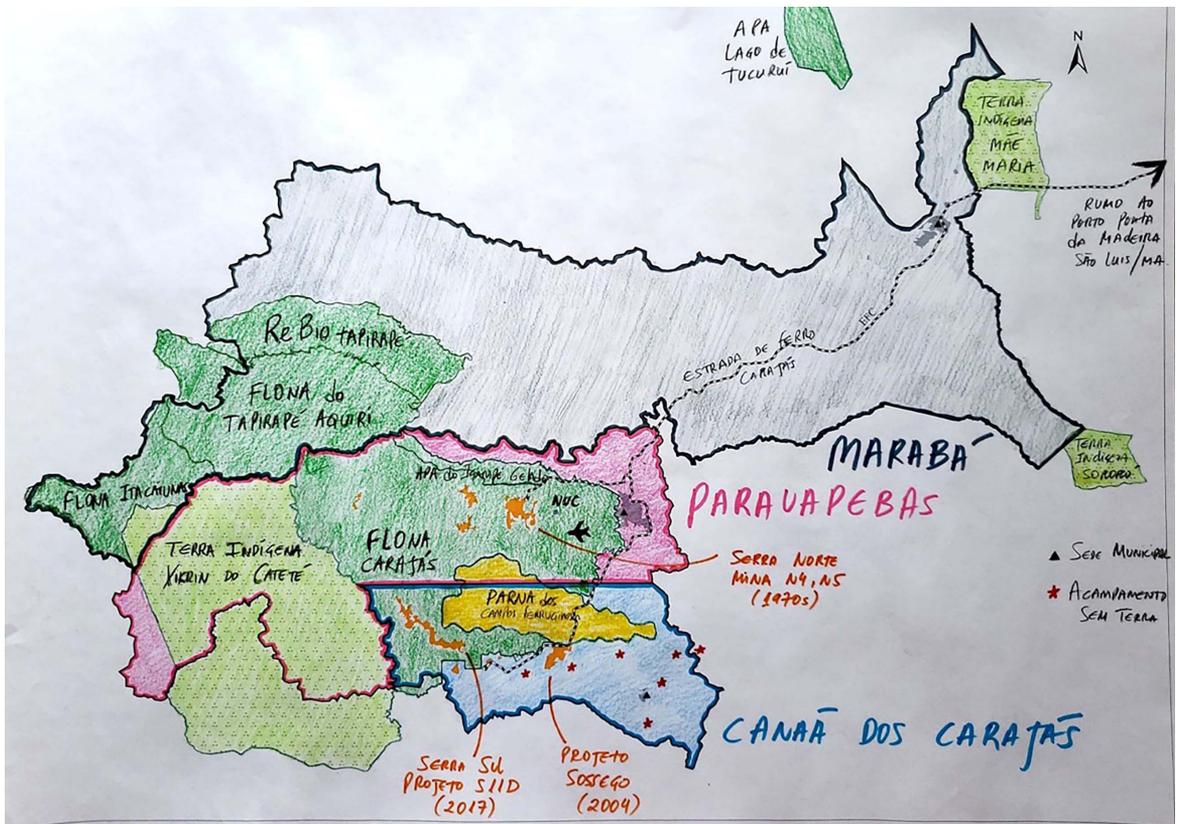
Por esse motivo, encerro este trabalho abrindo portas para uma pesquisa que já germina há algum tempo, que busca interrogar criticamente o peso dessa entidade chamada “cidade” que tanto celebramos, cultivamos, estudamos, e que tanto nos aprisiona o olhar, o pensamento e os sentidos do corpo. Nesta “Coda”, apresento perguntas e problemas que, espero, ajudem a caminhar rumo à crítica do cidadismo, tensionando grandes categorias dos estudos urbanos. Nessa abertura, procuro trazer elementos de cada um dos capítulos anteriores. Seus títulos, diga-se de passagem, não são acidentais. São referências a uma construção histórica através da qual os universos amazônicos foram antagonizados e desumanizados, reduzidos a um mundo pretensamente natural e acultural, enquanto invocam imagens não usualmente associadas à urbanização, mostrando que esses podem constituir casos importantes para seu estudo e para a base de uma nova teoria.

FIGURA 02

DIAGRAMA  
DA REGIÃO DE  
ESTUDO

ELABORAÇÃO

Elaboração própria



## **CAPÍTULO 2**

**MAR-DESERTO /**

**PRESERVAÇÃO, EXTRAÇÃO**

**E URBANIZAÇÃO**

**Mar Deserto**

*Kristoff Silva*

Toda vez que venho ao mar  
Me lembro de um deserto  
Só areia areia areia e ar  
Como elemento

Toda vez que venho ao mar  
Me lembro de um deserto  
Água areia areia água e ar  
Um contém o outro dentro

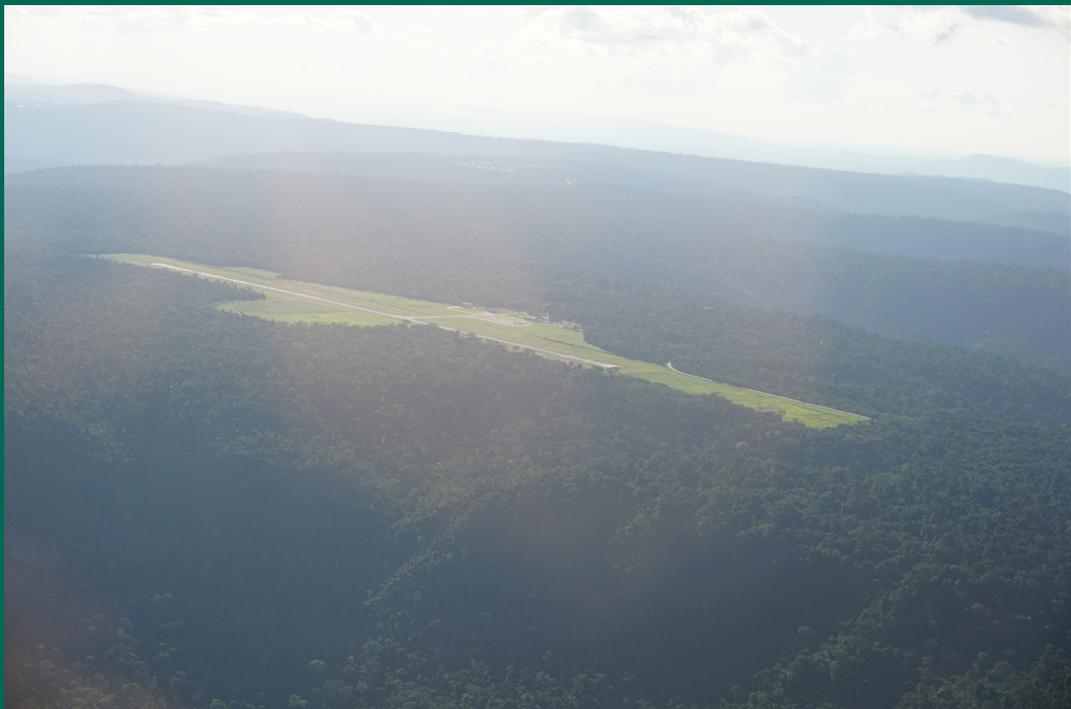
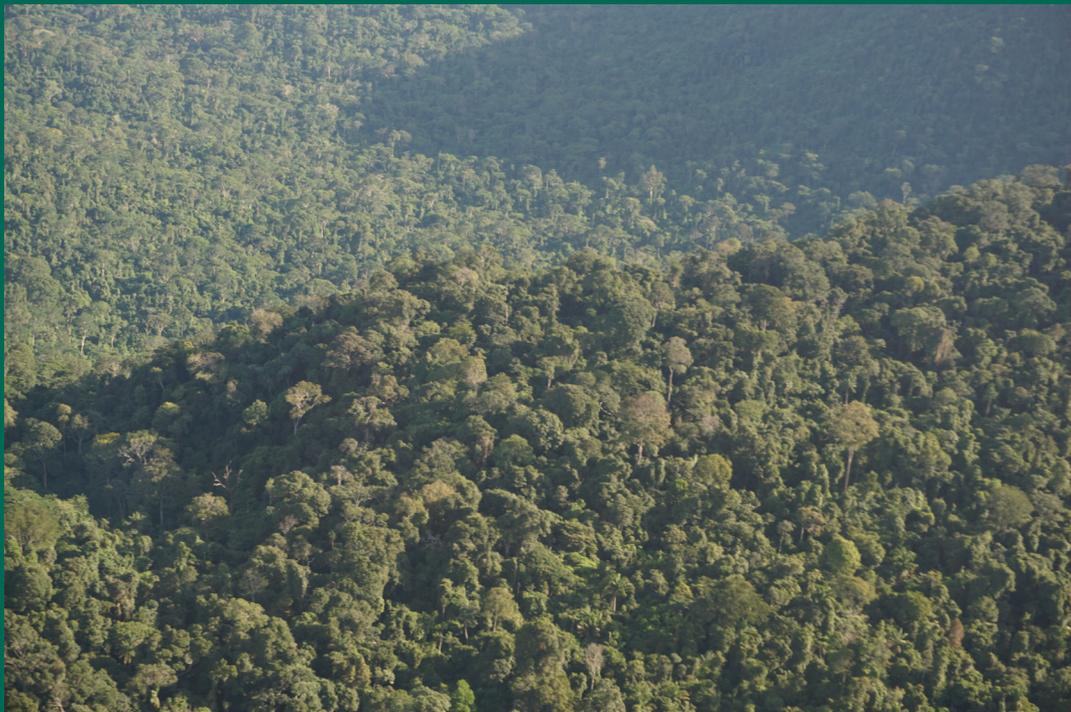
Toda vez que fico só é como se  
Navegasse em mar aberto  
Cruzasse um deserto desde o centro  
Só assim me oriento

Você pode morrer de sede tanto no mar  
Quanto no deserto  
Você pode cair na rede e se perder  
Achando que está no rumo certo

No mar  
Oásis no mar  
Ilhas oásis no mar  
Ilhas são oásis no mar

Na descida do avião em direção ao Aeroporto de Carajás, saí do corredor para tomar o assento do meio enquanto tirava a câmera da mochila. O homem de meia idade no assento da janela gentilmente se ofereceu para trocar de lugar comigo para que eu pudesse fotografar. “De Carajás eu já tive o suficiente”, me disse, apontando para a logo da Vale em sua camisa verde-clara. “Depois de 10 anos a gente cansa de chegar na floresta”. Assim que tomei o seu assento e olhei pela janela, fiquei impressionado com a vista da floresta tropical. Não era como pousar em Belém, onde as florestas das ilhas circunvizinhas à capital paraense são entrecruzadas pelas águas da Baía do Guajará, pelo Rio Guamá e pelos furos e igarapés que dão os contornos das geografias amazônicas. Era um mar de florestas. Um mar verde escuro, que ora acompanhava a inclinação e o movimento das montanhas, ora descansava nos vales. Mas sempre respeitando ilhas alaranjadas: as cavas da mineração. Minúsculas máquinas descendo os degraus cratera abaixo até serem perdidas de vista. Eu me perguntava se, quem sabe um dia, as ilhas poderiam voltar a fazer parte do mar.





Quanto mais próximo do solo, mais a homogeneidade da floresta se transformava em heterogeneidade: os formatos das árvores eram mais visíveis, as áreas de vegetação mais rasteira ganhavam outros contornos e muitos verdes eram nítidos em oposição ao único verde escuro de instantes atrás. *De cima*, tudo parece mais homogêneo. Foi também me aproximando do chão que imaginei jamais ser capaz de me localizar no meio da floresta, se esse fosse o caso. Talvez não sobrevivesse nem por um dia – males de ser nascido e criado na cidade grande. Um rápido exercício de conjectura me levou a concluir que se eu precisasse ser ejetado da aeronave em caso de emergência, o meu oásis no deserto da floresta seriam...as minas. Certamente eu encontraria alguém que me ajudaria a sair de lá, no mínimo os seguranças da Vale. Eu não estava inteiramente certo, entretanto, se as minas dentro da floresta tinham – ou sequer precisavam de – seguranças.

Imediatamente parecia bastante conveniente que dois dos maiores projetos de mineração da história do Brasil estivessem contidos no mar-deserto-floresta, sobretudo em uma região marcada por ocupações de terra, pela atividade madeireira ilegal, pela pecuária extensiva e por massacres, conflitos e disputas fundiárias. Por essas mesmas características, foi necessária a ação do Estado sob a justificativa de “preservar” a tal floresta. Assim foi criada a Floresta Nacional de Carajás (FLONA Carajás) em 1998 – um ano após a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje a Vale S/A, quinto maior grupo minerador do planeta. O Aeroporto de Carajás, onde eu acabara de aterrissar, estava dentro dos domínios dessa unidade de *conservação* que completara 20 anos de existência.

Essa foi a primeira coisa que percebi ao pôr os pés pra fora do avião: a natureza faz o trabalho do muro. Uma espécie de escudo cerca os 411 mil hectares da FLONA, de onde não se pode simplesmente entrar ou sair furtiva ou sorrateiramente. Seu portão principal é fortemente controlado. Por lá passam todos os veículos. Caminhar não é uma opção: os guardas se asseguram de que ninguém perambule por aquelas áreas ou trafegue pela floresta. E, claro, a não ser que alguém seja capaz de lidar com o calor, a humidade e as centenas de espécies vegetais e animais da floresta tropical “preservada”, andar 16 km na mata fechada até a saída pode não ser uma boa ideia. Também não existe opção de transporte público ou de chamar motoristas de aplicativos. A Uber ainda era muito recente em Parauapebas. “Eles não costumam subir aqui”, me disse o rapaz da Gol, “mas de qualquer forma a Vivo só tem sinal depois do portão lá embaixo”. Para sair do Aeroporto de Carajás, as opções eram tomar um táxi ou alugar um carro.

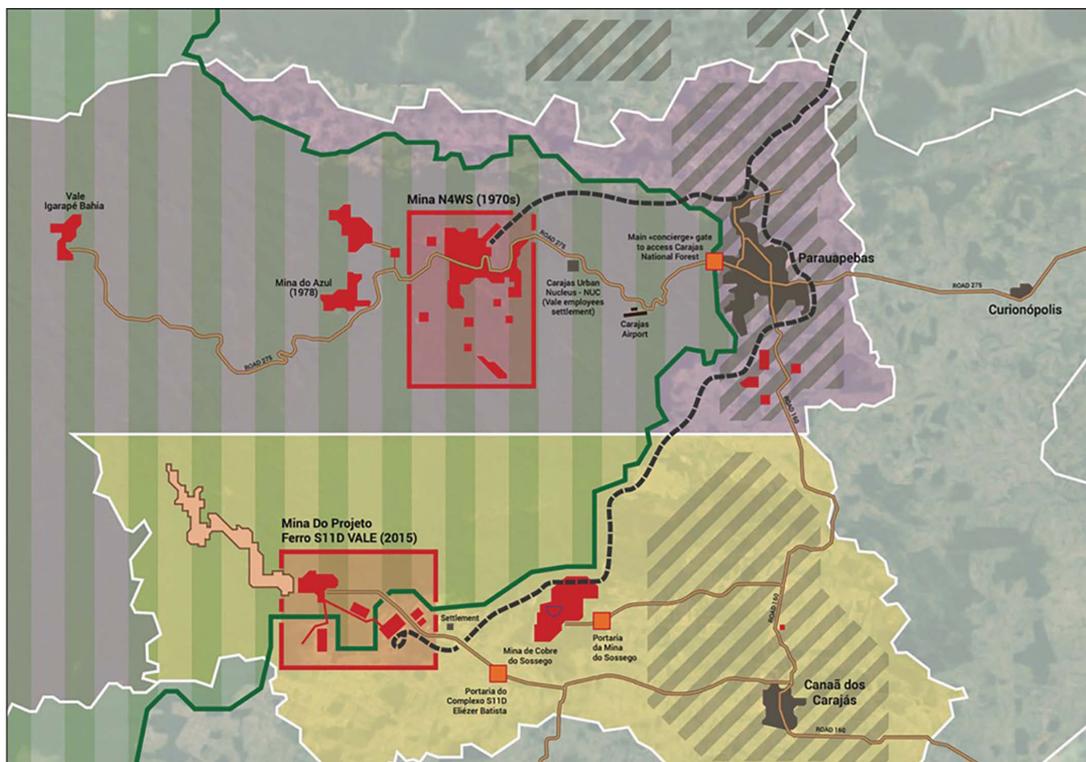
Mesmo sem sinal de celular, dirigir não era um problema, já que a sinalização dentro da FLONA era simples e eficiente: não dava pra se “perder”. A pequena rua que sai do Aeroporto de Carajás chega na via principal da floresta, a PA-275. Com 90km de extensão, ela começa em Eldorado dos Carajás, atravessa o município de Curionópolis – que abrange o famoso garimpo de Serra Pelada –, passa pelo centro de Parauapebas e chega no portão principal da FLONA. A estrada continua floresta adentro, sobe a serra passando pelo Aeroporto de Carajás e chega no Núcleo Urbano de Carajás (NUC) – a *company-town* criada pela CVRD para abrigar os funcionários da Mina de Carajás, o ponto final da PA-275.

**FIGURA 03**

COMPLEXO  
MINERAL DE  
CARAJÁS: SERRA  
NORTE E SERRA  
SUL

**ELABORAÇÃO**

Philippe Rekacewicz/  
Territories  
of Extended  
Urbanization



Antes de sair da FLONA, dobrei na direção contrária da PA-275 para descobrir no portão de entrada do NUC que visitantes “surpresa” não eram bem-vindos, a não ser que estivessem previamente agendados para uma visita guiada à Floresta ou tivessem uma autorização devidamente justificada para entrar na *company-town*. Ainda assim, depois de algum tempo de conversa com o segurança da portaria, consegui entrar nesse núcleo urbano conhecido regionalmente como “bairro da Vale” (Coelho, 1997; Brasil, 2003; Barros, 2018). A descrição dos livros fazia jus à organização sistematizada daquele espaço: a imagem do “desenvolvimento” ilhado na floresta “preservada”. Hotéis, residências, escolas, supermercados, bancos, parques, igrejas, áreas de lazer, tudo minuciosamente organizado. Muitos homens trabalham simultaneamente nos serviços de limpeza, de transporte e de manutenção das paisagens verdes. Lembrei-me a descrição de Maria Célia Coelho (1997, p. 96):

O desenho quadricular da cidade revela seu traçado cuidadosamente planejado. O local das residências e os ambientes comunitários – escola, clubes, praças, comércio, etc. – obedecem a rígidas disposições. Similar a todas as *company-towns*, os padrões das casas refletem a hierarquia dos funcionários da empresa, a mesma hierarquia do local de trabalho. Para cada nível hierárquico, há uma monotonia de casas idênticas separadas uma das outras por pequenas cercas ... Uma cerca maior, de quatro metros de altura, isola o núcleo da mata, protegendo-o

dos animais selvagens. Nas diversas esquinas e nas praças, há placas com dizeres escritos com finalidades pedagógicas [...] O local de moradia é uma extensão do local de trabalho. As conversações entre vizinhos giram em torno de assuntos de trabalho e de fofocas pessoais. Funcionários e seus familiares passam a maior parte de seu tempo confinados em espaços destinados aos seus usos exclusivos, exercendo atividades supervisionadas. Ali, não há como escapar da ordem e do estresse do ambiente de trabalho. Não há privacidade dos moradores. A vida privada dos moradores da serra é amplamente absorvida e controlada pelos vizinhos e pela empresa que lhes regula as ações (Coelho, 1997, p. 69).

Era um espaço tão meticulosamente traçado e higienizado, quanto controlado e vigiado, em meio ao calor, à humidade e à vegetação da floresta tropical. Os objetos dispostos no espaço pareciam querer denotar uma certa coerência social, um senso de organização, de arrumação, de controle; sem fricções, sem “natureza”. A aparente impossibilidade de furtos e roubos combinava com os desenhos simétricos dos jardins e com a paisagem sonora calma. Havia, sem dúvida, uma sensação de estar ilhado. Ilhado no “progresso”, no ordenamento obsessivo, no controle central, e, depois do espanto inicial, no tédio e na discrepância com os arredores.

O NUC também tinha uma atmosfera “suburbana” – no sentido norte-americano do termo, recentemente resgatado e ressignificado por Keil (2017). Enquanto algumas crianças brincavam tranquilas na grama verde na porta de casa sem a supervisão de adultos, outras tentavam aprender a andar de patins nas ruas vazias. Na mesma rua, um homem branco de terno pedalava com um rosto sereno em uma ciclovia bem sinalizada e bem pavimentada. Todos pareciam se conhecer. De alguma forma, eram “vizinhos”. Afinal, no NUC residem apenas funcionários da Vale e do ICMBio. Na saída do restaurante onde almocei, conheci uma jovem professora de yoga que estava de mudança. Seu marido era engenheiro da mineradora e tinha acabado de pedir demissão pelo marasmo da vida no NUC que se tornara “insuportável depois de um tempo”. Ela me disse que eu não conseguiria fazer o “passeio na floresta”, pois era preciso agendar com alguma antecedência.

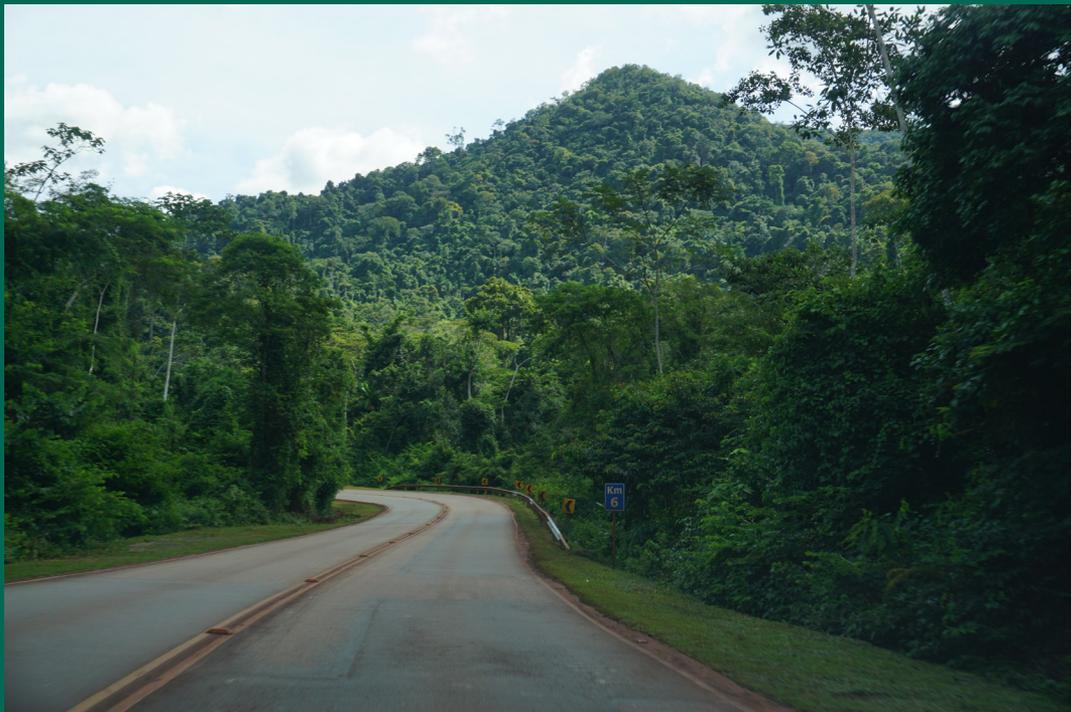
Saí do NUC e entrei novamente na PA-275, dessa vez em direção ao portão de saída. Na cancela, um guarda pediu minha identidade e, muito ríspido, me fez confirmar meus dados pessoais e perguntou repetidamente o motivo da minha visita, como se desejasse silenciosamente que eu me contradissesse. No momento eu fiquei um pouco incrédulo, mas depois confirmei a informação: qualquer indivíduo que entra ou sai dos domínios da FLONA Carajás precisa apresentar sua identidade e qualquer outra informação que os guardas julgarem relevante naquele momento – o que pode incluir eventuais revistas de veículos.<sup>42</sup> Isso significa que qualquer pessoa que entre no site da Gol, compre uma passagem aérea e desembarque no Aeroporto de Carajás terá seus dados coletados pela gestão da FLONA logo na

42. Para Maria Célia Coelho (1997, p. 70), “medida de discutível legalidade”.

porta de saída. Para entrar, também é necessária apresentação de um cartão de embarque que justifique o acesso ao aeroporto, ou ter uma autorização da Vale, da prefeitura de Parauapebas ou do ICMBio para acessar outras dependências. Não apenas o sentimento imediato é de estar dentro de uma propriedade privada, mas é entendimento comum na região de que a FLONA *pertence* à Vale e é frequentemente referida como “área da Vale”.<sup>43</sup>

Logo de início, foi necessário investigar as formas através das quais aquela unidade de conservação habilitava e capacitava a operação do quinto maior grupo minerador do mundo. Em outras palavras, interrogar como uma representação abstrata como a “preservação” da natureza e sua tradução em legislação ambiental através do aparato burocrático do Estado pode ser *operacionalizada* – mediada e instanciada territorialmente – pelo capital minerador, não apenas subvertendo sua intencionalidade, mas tornando-a condição fundamental para sua atividade.

43. Essa referência também está presente em Barros (2018) e Brasil (2003).





## O Mosaico de Carajás e as Operações Extrativas da Vale

A Companhia Vale do Rio Doce foi fundada em 1943 a partir da estratégia varguista de criação de uma estatal especializada em *exportação* de minério de ferro. A maior parte do capital investido era de origem britânica e norte-americana e tinha como contrapartida o abastecimento de suas siderúrgicas. As principais jazidas da CVRD foram incorporadas da Itabira Iron Ore Company no Pico do Cauê, em Minas Gerais, e mantiveram sua preeminência até a descoberta das reservas minerais na Serra dos Carajás em 1968 (Coelho, 2015). Em 1970, antes do deslocamento do protagonismo mineral de Minas Gerais para o Pará, a CVRD se torna a maior exportadora do país. Com o Projeto Ferro Carajás, a estatal ganha um protagonismo regional e nacional ainda maior como gestora e operadora das atividades extrativas na Amazônia Oriental.

Na mesma década, a CVRD inicia a exploração da Mina N4WS, quando reivindicou, sem sucesso, o direito de uso de uma área muito superior aos depósitos minerais com a justificativa de preservação ambiental (Bunker, 2007; Fearnside, 1986). Apenas em 1986, diante da intensidade dos conflitos entre a mineradora e diversos grupos regionais – garimpeiros, indígenas, quilombolas, camponeses – o conselho do Projeto Grande Carajás (PGC, apresentado na seção seguinte) autorizou o poder executivo a conceder à CVRD o direito de uso de uma área de 411.948 hectares (Brasil, 1997 *apud* Barros, 2018) – o município do Rio de Janeiro tem 125 mil hectares.

Em 1997, o STF barrou o decreto de 6 de março de 1997 que concedia o direito real de uso dos 411.948 hectares de terras à CVRD. Meses depois, o processo de privatização da estatal é concluído, no bojo do Programa Nacional de Desestatização do governo FHC com o leilão de 41,73% do controle acionário da empresa para um único consórcio<sup>44</sup> pelo valor ínfimo de 3,3 bilhões de reais – com subsídios do BNDES (Coelho, 2015). O procedimento de desestatização, ainda questionado por diversas ações populares pendentes de julgamento mais de 20 anos depois, passou ao setor privado grande parte da direção e os resultados da companhia (ver Zagallo, 2014).<sup>45</sup> A privatização da CVRD iniciou um processo de transformação regional em dimensões diversas – que ainda não foram inteiramente identificadas e avaliadas.

Em fevereiro do ano seguinte, com a publicação do Decreto nº 2.486/98, é criada a FLONA Carajás sobre os mesmos 411.948 hectares de terra concedidos à CVRD em 1986 – daí a cristalização da noção de “área da Vale” no imaginário dos residentes regionais – ainda que de acordo com o Plano de Manejo (Brasil, 2003), apenas 104 mil hectares fossem áreas de mineração. O decreto é baseado no Código Florestal que previa a criação de “Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim”<sup>46</sup>. No caso específico da FLONA Carajás, há uma ressalva no decreto ligada a “peculiaridades geológicas da área”:

44. O vencedor do leilão foi o Consórcio Brasil que depois se tornaria Valepar. Era composto pela CSN, Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), a Petros (fundo de pensão da Petrobrás), a Funcef (fundo de pensão da Caixa Econômica Federal), a Funesp (fundo de pensão dos empregados da Cesp), o banco Opportunity (de Daniel Dantas) e o Nations Bank.

45. Dentre os inúmeros problemas da privatização da Vale, estão as ligações entre as empresas que fizeram o valuation da CVRD (Merrill Lynch) e a Anglo American (líder do consórcio Valecom). Também foram problemáticas as mudanças na avaliação das reservas de ferro no Pará em Minas – de 7,9 e 5 bilhões de toneladas de ferro em 1995, respectivamente, para 1,4 e 1,8 bilhão de toneladas em 1997, no ano do leilão (Rosa, 2001). Coelho (2015) apresenta o salto exponencial dos dividendos a acionistas entre 1997 e 2013 – chegando a 9 bilhões de dólares em 2011.

46. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 que institui o Código Florestal.

“Art. 2º Os objetivos de manejo da Floresta Nacional de Carajás são aqueles estabelecidos no Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994.

Parágrafo único. Consideradas as *peculiaridades geológicas* da área da Floresta Nacional de Carajás, incluem-se dentre seus objetivos de manejo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, o transporte e a comercialização de recursos minerais.

Art. 3º As atividades de pesquisa e lavra mineral realizadas pela Companhia Vale do Rio Doce [...] bem como a infra-estrutura existente, deverão ser integralmente consideradas no plano de manejo, sem que venham a sofrer qualquer solução de continuidade, observadas as disposições legais pertinentes”. (Decreto nº 2.486/98, grifo nosso)

A FLONA Carajás é criada explicitamente com um marco próprio, visto que o decreto que cria as Florestas Nacionais nem sequer menciona as possibilidades de extração mineral dentre as atividades elencadas para unidades de conservação. Um gestor da FLONA Carajás declarou que “privatizar as jazidas, o território, teria sido um escândalo um pouco maior”, por isso “se fez esse arranjo que foi criar a unidade de conservação em 1998”.<sup>47</sup> A Lei Nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e atualiza o marco legal que regula as Florestas Nacionais expõe contradições

47. Entrevista concedida à Juliana Barros (2018, p. 149) em 17 de junho de 2015.

e ambiguidades ainda maiores. Ainda que a legislação seja expressa quanto ao objetivo principal de compatibilizar a preservação ambiental com a utilização dos ditos “recursos naturais renováveis”, ela não define o tratamento atribuído aos recursos não renováveis, como é o caso do minério de ferro. Além de posicionar legalmente a FLONA dentro dos usos sustentáveis – sem definir “uso não-sustentável” –, a legislação define o território como “público” ao mesmo tempo em que cria regras para acesso de determinados grupos (ver Castriota e Alves, 2019).

Quem, portanto, define esses acessos? O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás estabelece que a gestão da unidade é realizada pelo ICMBio, com participação ativa de um conselho consultivo no qual a Vale tem assento – conforme Portaria N° 81/03-N de 2003. O próprio decreto de constituição da FLONA Carajás já apontava o protagonismo da Vale na gestão da unidade, designando que a empresa deveria participar do processo de elaboração do Plano de Manejo, além de prestar apoio ao ICMBio na vigilância, proteção, fiscalização e conservação do território da floresta, apesar de já se tratar de uma empresa privada – cujo repasse de recursos é fundamental para o funcionamento das unidades de conservação. Até então esse arranjo não tinha precedentes normativos no ordenamento jurídico brasileiro (Castriota e Alves, 2019), criando, portanto, um “efeito derrame” (Gudynas, 2015b, p. 15), i.e. impactos que transbordam a localização imediata da extração e se “derramam” em outras partes do país: “Por exemplo, quando uma flexibilização ambiental é aplicada para permitir um empreendimento extrativista em um local, essa redução também

é aproveitada por outros projetos em outras áreas e em outras partes do país”. Uma única flexibilização, um único precedente legal, acaba por deteriorar a “qualidade ambiental em todo o país e em todos os setores”.

**FIGURA 04****NÚCLEO URBANO  
DE CARAJÁS (NUC)****FONTE**

Google Earth



**FIGURA 05**

MINA, COMPANY  
TOWN, AEROPORTO  
E PARAUAPEBAS

**FONTE**

Google Earth

**FIGURA 06**

MINA DE CARAJÁS  
(N4WS), IMAGEM DE  
SATÉLITE

**FONTE**

Google Earth



**FIGURA 07**  
MOSAICO DE  
CARAJÁS

**FONTE**  
Google Earth

Notemos que a Vale poderia muito bem continuar as atividades mineradoras em Carajás em conformidade com as concessões e licenças já emitidas até então, sem a criação de uma unidade de conservação. No entanto, o poder executivo cria não só a FLONA Carajás, mas todo um sistema de unidades de conservação no seu entorno – o chamado Mosaico de Carajás. O manejo da FLONA é realizado em conjunto com as demais unidades que constituem o Mosaico, criado como *contrapartida* da exploração mineral, abrangendo uma área total de 807 mil hectares. Fazem parte também do Mosaico a FLONA do Tapirapé-Aquiri, a Reserva Biológica do Tapirapé e a Área de

Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado (criadas em 1989), a FLONA Itacaiúnas (criada em 1998) e a Terra Indígena Xikrin do Cateté.<sup>48</sup> Mesmo o posicionamento geográfico das unidades no mosaico é atípico. Como nota Juliana Barros (2018, p. 152), no Mosaico de Carajás a Reserva Biológica (ReBio) – unidade com fortes restrições de uso que veta até mesmo a visitação pública – está na parte externa da floresta, enquanto a Floresta Nacional, unidade geralmente usada como amortecimento para áreas de preservação, está no interior do mosaico.

Os interesses de “preservação” e “uso sustentável” da biodiversidade não guardam relação com os interesses da atividade mineradora. Técnicos do próprio ICMBio (2012) atestaram a desvirtuação da legislação que teoricamente protege o território da FLONA em função de extinção da vegetação nativa. Em outras palavras, a forma como essa unidade é criada pelo Estado – atribuindo à Vale poderes de controle e vigilância – tratou de adequá-la a uma determinada operação. Essa é uma das mudanças importantes pós-privatização: enquanto a CVRD estatal estimulava até certo ponto a “colonização ordenada” dos arredores da FLONA (e da reserva mineral) a fim de amenizar os conflitos territoriais e garantir o abastecimento alimentar regional através de projetos de assentamento (Barros, 2018), a Vale transnacional privada tenta assegurar a *propriedade* e o *controle* da maior quantidade possível de terras.

A criação de unidades de conservação não teve o objetivo de preservar o meio ambiente, tanto quanto de preservar a infraestrutura extrativa da Vale em Carajás. Outros autores utilizaram termos como “escudo verde” (Ribeiro dos Santos, 2018) e “cinturão verde” (Barros, 2018) para se

48. Sobre os Xikrin-Mebêngôkre, ver Gordon (2006). Jorge Ribeiro dos Santos (2013) analisa o conflito dos Xikrin com a Vale, a judicialização do conflito e faz a crítica dos marcos normativos tradicionais do direito brasileiro em relação à questão indígena.

referir a essa funcionalidade do Mosaico. De fato – como será discutido no Capítulo 4 – as disputas históricas do sudeste paraense envolvendo as maiorias regionais (índios, quilombolas, garimpeiros, camponeses, migrantes, trabalhadores sem terra) e as elites regionais (fazendeiros, pecuaristas, mineradoras, madeireiras) explicitam o papel central da terra e do controle do território nas relações regionais de poder. Nesse sentido, de fato, o mar de florestas protege as ilhas mineradoras.

Entretanto, existem fatores mais dinâmicos e processuais do que as ideias de “escudo” ou “cinturão” querem sugerir. Em outras palavras, não se trata apenas de um “enclave ambiental” (Barros, 2018, p. 148). Trata-se de um mecanismo processual através do qual é possível instanciar e mediar diferentes “operações do capital” (Mezzadra e Neilson, 2015).

Em Carajás, a Vale é capaz de ativar e desativar esses instrumentos seletivamente. O exemplo da FLONA não é um caso isolado. Existem outros exemplos de como a legislação ambiental e a regulação territorial que ela engendra podem ser *operacionalizadas*. O mais recente desses exemplos é o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos (PARNA) criado em junho de 2017 como condicionante ambiental<sup>49</sup> pelo IBAMA para a concessão da licença de operação do Projeto S11D em Canaã dos Carajás (Santos, 2018, p. 21). A raridade do ecossistema, o tipo de solo (por sinal, rico em minério de ferro) e outros “apresenta aspectos geomorfológicos, geológicos e fitofisonômicos semelhantes aos encontrados no interior da FLONA Carajás” é o que torna a área, de acordo com o ICMBio, uma “oportunidade para conservação do ambiente de canga”.<sup>50</sup>

49. “De acordo com o que estabelece a Resolução 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as condicionantes ambientais são exigências feitas ao longo do processo de licenciamento e têm como principal objetivo a mitigação e compensação dos impactos ambientais gerados pela atividade de exploração. Dessa forma, a norma que regula as respectivas exigências estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação” (Santos, 2018, p. 63-4).

50. Ambas as citações são da AÇÃO POSSESSÓRIA 0014461-68.2015.8.14.0136 citada por Anréia Silvério dos Santos (2018).

Dos 79.086 hectares do PARNA, 59.638 foram desmembrados da FLONA Carajás e 19.448 são áreas “doadas” pela empresa. Andréia Silvério dos Santos (2018) apurou, junto ao INCRA e a partir de relatórios da Vale, que a empresa adquiriu 16.742,01 hectares de terras contíguas à FLONA como justificativa à criação do PARNA. Existem, entretanto, terras públicas no perímetro adquirido e doado, pertencentes a Fazenda São Luís,<sup>51</sup> também formada a partir de grilagem de terras. Ou seja, terras públicas griladas e aglomeradas em uma única fazenda foram compradas pela Vale (sem a documentação apropriada) e “doadas” de volta para o Estado para a criação de uma unidade de conservação que serve de contrapartida ambiental ao projeto minerador que abriga a maior mina a céu aberto do mundo. “Como a empresa pode compensar o Estado e a coletividade pelos danos socioambientais causados pelo Projeto S11D, apresentando áreas de domínio público como compensação?” (Santos, 2018, p. 75-6).

O decreto de criação do PARNA, 5 de Junho de 2017, dispõe ainda que imóveis rurais de domínio privado, assim como suas benfeitorias, tornam-se de utilidade pública para fins de desapropriação, que por sua vez será conduzida pelo ICMBio. Ou seja, o Estado brasileiro – sob a forma do mesmo ICMBio que compartilha a gestão da FLONA Carajás com a Vale – assume a responsabilidade de desapropriação e indenização de terceiros para que seja criada uma unidade de conservação que é contrapartida da exploração mineral de uma mineradora transnacional.

51. A Fazenda São Luís é um “complexo de fazendas com medida total superior a 17 mil hectares, formado por dezenas de fazendas menores, algumas de propriedade particular com títulos concedidos pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), outras constituídas a partir de lotes sob o domínio da União pertencentes ao Projeto de Assentamento Carajás II, criado ainda na década de 1980, também pelo GETAT” (Santos, 2018, p. 20). O mesmo latifundiário que concentrava essas terras foi responsável, segundo Andréia Santos (2018) a partir de dados da CPT, pela aquisição irregular de lotes de terras públicas, vendidos sem anuência dos órgãos competentes em transações precariamente registradas.

Ainda na área do PARNA, existem também 3.866 hectares de terras de “terceiros”, i.e. famílias camponesas que já residiam e que permanecem em seu território. Com a criação do PARNA, os camponeses ficam proibidos de fazer qualquer tipo de mudança na paisagem – seja criação de animais, plantação, colheita, coleta ou extensão de casas existentes há uma década – sob pena da atividade configurar crime ambiental. Uma das lideranças relatou que técnicos das próprias agências ambientais rondam as áreas do acampamento para se certificar que não haja nenhum tipo de infração enquanto a situação da sobreposição do assentamento e do parque não se resolve.

Como apurou o estudo recente do IBASE (2018, p. 11), a própria criação do PARNA “é citada como item que compõe as condições específicas de validade da Licença de Operação Nº 1361/2016, do Projeto Carajás S11D”. Em outras palavras, a contrapartida de um projeto minerador cria uma unidade de conservação: o S11D criou o PARNA. Apesar disso, o PARNA permite a instalação de “novas linhas de transmissão e gasodutos, e de suas instalações associadas, servidões administrativas e acessos às torres” (Barros, 2018, p. 155). O IBAMA em suas atribuições “autoriza à empresa Vale S/A a extração de minério de ferro, usina de beneficiamento, acessos, pilhas de estéril, diques e demais estruturas auxiliares no Corpo D da Serra Sul, na Floresta Nacional de Carajás” (ICMbio, 2018 *apud* IBASE, 2018, p. 11).<sup>52</sup>

As unidades de conservação não configuram apenas um escudo ou enclave. São mecanismos processuais ativados e desativados seletivamente, de acordo com as estratégias da Vale. A criação de

52. Todas as informações sobre o PARNA podem ser acessadas em <<https://uc.socioambiental.org/es/arp/5447>>.

parques, reservas e florestas nacionais poderia, no contexto de Carajás, ser implementada em uma gama extensa de territórios e municípios, mas essas unidades se estabelecem nas bordas de outras unidades de conservação ou em sobreposição a acampamentos sem terra, sempre de acordo com as operações da Vale. Ainda, elas não operam necessariamente fora da lei. Por vezes, constitui-se o que Gudynas (2018, p. 65) chamou de “alegalidades” do neo-extrativismo, i.e. “ações que são formalmente legais ou pelo menos não proibidas pelos regulamentos”, mas que, de outra parte, “aproveitam as lacunas, limitações ou imperfeições regulatórias para obter um benefício ilegítimo que prejudica a sociedade ou o meio ambiente, e que uma norma procurou prevenir”. Às alegalidades somam-se ilegalidades na aquisição de terras griladas ou de terras públicas federais reivindicadas por posseiros para assentamentos há uma década. Processos ilegais de aquisição das terras são assim legalmente legitimados *através* da legislação ambiental. O mesmo mecanismo permite que a mineradora cumpra uma série de requisitos formais, sejam as contrapartidas ambientais exigidas pelo Estado brasileiro, sejam as exigências de financiadores e emprestadores internacionais que marcam a história dos grandes projetos na Amazônia.

Um último exemplo de operacionalização da legislação ambiental via regulação territorial, ao qual retornaremos no Capítulo 5, é do acampamento sem terra Rio Sossego, em Canaã dos Carajás, localizado próximo a áreas de mineração de ferro e cobre da Vale. Dois camponeses reportaram, em entrevista,<sup>53</sup> que foram abordados pela guarda patrimonial da Vale enquanto pescavam nas proximidades

53. Entrevista com camponês residente do Acampamento Rio Sossego, 3 de maio de 2018.

do acampamento e, inicialmente, verbalmente advertidos. Um dos guardas afirmou ser proibida a pesca no rio – apesar da escassez e da contaminação da água desse mesmo rio pela própria atividade mineradora. Um dos camponeses foi levado até a portaria do Projeto S11D unidade da Vale sob o preceito de assistir um vídeo de sustentabilidade ambiental e foi, uma hora depois, preso por crime ambiental. Apesar de estar atualmente em liberdade, ele ainda responde um processo judicial, assim como outros camponeses que também sofrem de uma perda de mobilidade fundada, entre outros aspectos, na própria legislação ambiental aplicada pela segurança *privada* da Vale – a PROSEGUR.

Na Amazônia Oriental, o Mosaico de Carajás e a *possibilidade* de ativação de determinados territórios através de leis ambientais e unidades de conservação são elementos fundamentais das operações extrativas da Vale, cumprindo funções distintas.

- i) Cerca a atividade mineradora das interferências potenciais decorrentes dos inúmeros conflitos territoriais regionais – nesse sentido, é um “escudo” (Barros, 2018; Ribeiro dos Santos, 2018);
- ii) Regulariza operações ilegais de aquisição de terras ao mesmo tempo em que sinaliza para especuladores nacionais e internacionais uma suposta segurança institucional reforçando a formalização jurídica, o direito de propriedade e mercantilização-financeirização da terra;

- iii) Socializa os custos de “proteção” das unidades de conservação (e, conseqüentemente, das operações mineradoras), na medida em que o Estado arca com os custos relacionados à atuação do ICMBio e do IBAMA na região – cabe lembrar que a estatal CVRD pagava diretamente seus seguros para evitar a ocupação desse território por posseiros, camponeses e garimpeiros (Ribeiro dos Santos, 2018);
- iv) Transfere a responsabilidade da “proteção” da floresta e de qualquer conflito associado àquele território ao Estado, garantindo que eventuais crises, despossessões, conflitos, mortes e desastres ambientais que aconteçam dentro dessas unidades caiam “na conta” do Estado e não atinjam a credibilidade da empresa – teoricamente, um mero membro do conselho consultivo da FLONA;
- v) Cria instrumentos de despossessão, espoliação ou neutralização de quaisquer grupos assentados em determinada área, como no caso dos camponeses de Canaã dos Carajás;
- vi) Cumpre requisitos formais atendendo às “contrapartidas” da atividade mineradora, seja perante o Estado brasileiro, seja perante investidores privados;
- vii) Cria uma enorme campanha de marketing ambiental apoiada em representações populares consolidadas acerca da preservação da biodiversidade – principalmente na Amazônia.

viii) Por fim, as múltiplas unidades de conservação e “reservas” criadas pelo Estado brasileiro operam como *reserva de valor*, na medida em que a “natureza preservada” nessas unidades está assentada sob extensas reservas minerais. Sob esse ponto de vista, essas unidades constituem “territórios de espera” (Simone, 2022). São instrumentos importantes do capital extrativista para manejo de conflitos, eventualidades e decisões intertemporais de exploração.

O caso do Mosaico de Carajás expõe as várias dimensões que são fundamentais para a atuação da Vale em Carajás, ainda que elas não sejam explícitas – que não façam parte dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado da empresa e que não possam ser por ela formalmente assumidas. É um exemplo do que Mezzadra e Neilson (2013, 2015, 2019) chamaram de “lados de fora do capital” para discutir as “operações do capital”. Para esses autores, há uma mudança na lógica operativa do capitalismo contemporâneo marcado crescentemente pela extração, pela logística e pelas finanças. Esses termos passam a se referir não apenas a “setores” da economia, mas sim a uma *lógica* a partir da qual o capitalismo opera – uma vez que o “importante momento histórico do capital industrial e nacional acabou” (2019, p. 6). Extração e logística, particularmente, são cada vez mais “cruciais para o funcionamento do mundo capitalista contemporâneo pelo seu escopo global expansivo, sua racionalidade subjacente, e sua capacidade de romper e fabricar espaços, territórios e vidas” (2015, p. 2). O conceito de operação busca abranger aspectos materiais e imateriais dessa “fabricação do mundo” (2013) a partir da intervenção, da reprodução e da expansão do capital nessa lógica renovada.

Para Mezzadra e Neilson, uma *operação* é baseada em “um conjunto de condições que não podem ser produzidas pelo próprio capital” (2019, p. 77). Por um lado, uma operação se refere à fabricação de um mundo “artificial”, ainda que sem necessariamente produzir um “trabalho” ou uma “coisa” material. Em outras palavras, refere-se “à produção das conexões, cadeias e redes que envolvem materialmente o planeta, permitindo e enquadrando o trabalho e a ação de sujeitos muito além daqueles diretamente envolvidos na execução da própria operação” (2013, p. 15). Por outro lado, uma operação “nunca é meramente técnica” e não pode ser igualada a determinada “atividade ou potencialidade” (2019, p. 5), mas engloba ambas as dimensões para compreender os funcionamentos do capital enquanto relação social. Uma operação, portanto, “se refere a atores capitalistas e circunstâncias materiais específicas enquanto é incorporada em uma rede mais ampla de operações e relações que envolve outros atores, processos e estruturas” (2019, p. 70).

Para incorporar esses “lados de fora” do capital – seguindo a proposta de se pensar uma economia política que leve a sério o espaço, a urbanização e a vida cotidiana – proponho uma articulação do conceito de operações do capital com os níveis de análise lefebvrianos apresentados na introdução da tese. Ao contrário de Mezzadra e Neilson, estou menos interessado na análise diacrônica dos termos gerais da transição do capitalismo em suas “variedades” (Hall e Soskice, 2001) e mais interessado na análise sincrônica – ou seja, na relação desses “lados de fora” do capital com os diferentes níveis de análise e realidade. Mais precisamente, estou interessado nos

elementos que não são necessariamente produzidos ou caracterizados pelo capital, mas são parte constitutiva do processo de acumulação e tem mediações importantes com processos espaciais e com a vida cotidiana.

A importância do conceito de operações do capital proposto por Mezzadra e Neilson está na ênfase dos “lados de fora” – que sinaliza uma abertura para outros níveis de realidade – e uma reconstrução teórica no nível Geral, particularmente a relação entre o Estado e o capital, diante de novas lógicas operativas. Para eles, a “denominação nacional do capitalismo foi desafiada pelo surgimento e pela crescente proeminência de um conjunto de operações do capital cujas lógicas são resistentes a serem contidas e organizadas até pelos estados territoriais mais poderosos” (2019, p. 80). Os estados nacionais “continuam a desempenhar papéis de destaque na articulação do capitalismo e na sincronização das operações heterogêneas do capital”, mas estão envolvidos em articulações complexas de “território, autoridade e direitos [...] onde as pressões de forças globais do capital são sempre tangíveis” (2019, p. 80).

É nesse sentido que cabe enfatizar “[o] poder da *abstração*, uma característica distintiva das operações do capital desde o início de sua história moderna, [que] difunde seus efeitos materiais de maneiras que são significativamente diferentes daquelas que caracterizavam o capitalismo industrial” (2019, p. 80, grifo nosso). A conjunção do conceito de operações do capital com os níveis de análise tem o objetivo, portanto, de “[c]ompreender a interação complexa entre a

abstração e a materialidade nas operações do capital [que] é crucial para avaliar como a unidade do capital afeta seu funcionamento como uma máquina de diferença” (2019, p. 86).

Ainda que esses autores reconheçam que esses “lados de fora são sítios privilegiados para a investigação das operações do capital e sua contestação” (2019, p. 66), eles não fornecem instrumentos teórico-conceituais que explicitem uma mediação. A ideia lefebvriana de níveis de análise pode dar pistas importantes sobre esses “lados de fora”. Para além de um primeiro momento de análise dos atores associados ao nível Geral e da elaboração de suas estratégias e planos, é preciso compreender como uma operação é mediada – como se projeta e se materializa, como atinge os domínios da vida cotidiana e de que forma ela se mostra e se expressa – e como ela é instanciada.

Através do processo de *operacionalização* as diversas operações do capital são mediadas (projeções no espaço via urbanização e penetração na vida cotidiana) e instanciadas (no sentido de fornecer a instância concreta de algo) – frequentemente mobilizando seus “lados de fora” co-constitutivos. O caso do mosaico de Carajás é um exemplo importante desse processo: no nível Geral, onde se exerce o poder e se delineiam estratégias e objetivos, a Vale e o Estado brasileiro determinam o domínio de uma área pretendida pela empresa desde os anos 1970 (momento, inclusive, que a empresa era não apenas estatal, como também instrumento de desenvolvimento do Estado brasileiro) que se projeta no fim dos anos 1990 como unidade de conservação. Definem-se fronteiras e credenciais de gestão e controle do acesso para proteção das minas e das áreas

de beneficiamento e suporte. A decisão é instanciada pelo Decreto nº 2.486/98 mobilizando um ideário de “preservação” da natureza e do meio ambiente – “lados de fora” co-constitutivos do capital minerador que mostram que sua “contrapartida” e sua “reparação” são novos mecanismos de acumulação. A vida cotidiana se transforma para grupos diversos, mas de modo mais brutal e definitivo para as populações que tinham sua condição de sobrevivência naquele meio.

Nesse contexto, as operações da Vale são mediadas e instanciadas territorialmente. O termo território não é aqui associado exclusivamente ao Estado e à soberania estatal de seu controle e disposição.<sup>54</sup> Mais do que isso, é tomado como uma “tecnologia política” que organiza relações sociais e que engloba um conjunto de técnicas de mensuração e controle articuladas a relações político-econômicas (terra) e relações político-estratégicas (terreno) (Elden, 2010, p. 811-12). Aos instrumentos de mensuração e controle soma-se a dimensão político-ideológica da produção de cartografias e “representações do espaço” (Lefebvre, 1991 [1974]). Pois mesmo os órgãos estatais responsáveis por essas cartografias e representações (INCRA, IBAMA, ICMBio) por vezes se *referem à Vale* – em pesquisas, estudos e processos judiciais – para validação e fornecimento dessas representações e “dados” (Barros, 2018). Dito em português claro, órgãos de regulação e controle do Estado brasileiro não apenas confiam nas cartografias e bases de dados da Vale como última palavra, como os tomam como bases para decisões que também influenciam a Vale em seus diversos conflitos. Em outras palavras, a Vale é ao mesmo tempo juíza e combatente no que Alfredo Wagner de Almeida (1994) chamou de “guerra dos mapas” em Carajás.

54. Tomemos como exemplo a definição de Milton Santos (2008 [1978], p. 232-3): “Um Estado-nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania”.

É nesse sentido que interpreto a rearticulação da relação capital-Estado apontada por Mezzadra e Neilson (2019) como um certo “embaçamento” dentro do próprio nível Geral, ou seja, não se distingue exatamente o que é a Vale e o que é o Estado em suas múltiplas instâncias. É nesse sentido que a empresa se beneficia desse embaçamento, pois consegue utilizar os braços do Estado enquanto permanece relativamente “oculta” e é capaz de fazer a mensuração e o controle com monopólio desses instrumentos técnicos e legais. É nesse sentido que essas concepções vão ao encontro às noções populares locais e regionais, onde frequentemente se faz referência a inúmeros “territórios da Vale”. É nesse sentido, como ouvi de lojistas, ativistas, camponeses e burocratas no sudeste paraense, que “a Vale é o Estado”.

## Extração e Urbanização

Dentro dos quadros teórico-conceituais mais tradicionais, o processo de operacionalização pode passar despercebido. As alegalidades (em plena conformidade com a lei) e as formas através das quais esses mecanismos são mediados e materializados de acordo com diferentes contingências e eventualidades não são facilmente apreensíveis.<sup>55</sup> São necessários estudos mais aprofundados das unidades de conservação, das supostas contrapartidas das empresas extrativistas e das condições sob as quais essas empresas e agentes operam – para além dos estereótipos populares e científicos em torno da proteção do meio ambiente e do significado das próprias unidades de conservação do ponto de vista ecológico (ver Martins, 2012).

55. Ver, por exemplo, o trabalho da economista Maria Amélia Enriquez (2009) sobre “Mineração e Desenvolvimento Sustentável”. Para ela, “ao contrário do que o senso comum propaga, os municípios de base mineradora têm um forte sistema de proteção ambiental, uma vez que a dimensão ecológica está razoavelmente institucionalizada em torno de marcos regulatórios e órgãos especialmente voltados para o trato da questão ambiental” (p. 51), incluindo Canaã dos Carajás e Parauapebas.

Quanto maiores os temores de catástrofe ambiental global – pela parcela não-negacionista da população mundial – maior é a tendência a determinadas “representações do espaço” (Lefebvre, 1991) que se pretendem “naturais”, “verdes”, “sustentáveis”. Isso é verdadeiro tanto em vastos territórios neoextrativistas (mineração, hidrocarbonetos, monoculturas extensivas), quanto nas grandes metrópoles globais. Não apenas o ideal da “cidade sustentável” crescentemente assume um papel de liderança no planejamento urbano e no discurso político, como é também crescente a ideia de que “esverdear” as cidades é uma alternativa para salvar o planeta (ver Angelo e Wachsmuth, 2020). As práticas “esverdeantes”, entretanto, têm outros objetivos. Muito se estudou nas últimas décadas sobre formas de despossessão a partir de planos de embelezamento e revitalização, mostrando as intencionalidades hegemônicas por trás da criação de parques e áreas verdes – chegando recentemente a ser chamada de “gentrificação ecológica” (Harper, 2020). Esses são também exemplos de como a “preservação” é uma forma de projeção do nível Geral, uma forma de mediação que tem determinada cristalização espacial, mas que esconde suas intencionalidades e estratégias.

Desejo aqui insistir que, fora das cidades e fora dos domínios citadistas da teoria urbana, há também um processo de urbanização (extensiva) em curso que media e projeta a “preservação”, que transforma as materialidades pré-existentes, que traz novas lógicas de funcionamento, novas relações sociais, que tem ímpetos despossessórios, que permite e inviabiliza acessos a determinados espaços, que cria novas fronteiras e novas regulações territoriais. Um caso como o do Mosaico de Carajás

é também de interesse (ou deveria ser) de uma teoria urbana que se diz crítica – não porque a FLONA seja “cidade”, não porque o Mosaico seja “urbano”, mas porque se trata de um *processo* de urbanização.

A operacionalização é uma das dimensões da urbanização extensiva na medida em que uma das (senão a principal) funcionalidades do processo de urbanização sob capitalismo é garantir “um conjunto de condições que não podem ser produzidas pelo próprio capital” – o próprio conceito de operação de Mezzadra e Neilson (2019, p. 77). Não por acaso, Roberto Monte-Mór (1994) usou o conceito marxista de “condições gerais de produção” para se referir aos elementos que surgiam na Fronteira Amazônica nos anos 1970 e 80, mostrando que aquilo que se achava que era restrito às cidades, incluindo meios de consumo coletivo para reprodução da força de trabalho, já havia sido estendido ao espaço nacional como um todo, ainda que de maneira muito desigual. A função de garantir determinadas condições é ela mesma uma forma de mediação: inicialmente, gestada nos domínios do Estado, nas estratégias das grandes empresas, das autarquias, nas relações sociais mais abstratas em fundações, escritórios e consultorias, até que finalmente projetada (não sem contradições), cristalizada no nível mediador que penetra, por fim, nos domínios da vida cotidiana de formas variadas. Em Carajás: minas, rodovias, ferrovias, correias transportadoras, módulos, linhas de transmissão, pátios e portões.

Notemos que isso não significa que a FLONA, a ReBio ou o PARNA sejam urbanos. Entretanto, tampouco acredito que sejam rurais. É no ponto de encontro da análise das representações do espaço e dos quadros teórico-conceituais tradicionais (incluída aí a dicotomia cidade-

campo) que vale questionar: a quem interessa a ruralização epistêmica desses territórios? Quem ganha e quem perde com uma imagem de um suposto território rural de floresta pristina que deve ser “preservado” pelo capital e pelo Estado? O que está em jogo nas disputas por determinadas representações do espaço?

Haja vista a complexidade do caso do Mosaico, algumas reflexões sobre sua *não-ruralidade* parecem pertinentes – novamente, isso *não significa* afirmar uma urbanidade, mas apenas pensar fora de um quadro dicotômico e antagônico. A quem interessa uma FLONA “rural”, vista sob a ótica do *rus-ruris*,<sup>56</sup> do isolamento relativo, do espaço “natural”? Nem mesmo os elementos usualmente associados ao “rural” – o agrário, o agrícola, as dinâmicas majoritariamente locais do cotidiano, as “ilhas de ruralidade” (Monte-Mór, 1994) – parecem se adequar a esse território. Uma ruralização (sua representação como espaço rural) da FLONA Carajás também é parte constituinte de sua operacionalização. Isso é particularmente verdadeiro em um mundo onde prevalece um pesamento dicotômico e as cidades são celebrados como receptáculo demográfico global (UN Habitat, 2007), como motor de expansão da riqueza material e plataforma privilegiada da interação humana (Jacobs, 1969; Scott e Storper, 2015), como agente triunfal das utopias tecnológicas (Glaeser, 2011) e dos objetos inteligentes (ver Batty, 2013) e até mesmo como panaceia da crise ambiental planetária (Angelo e Wachsmuth, 2020). Nesse contexto, a *ruralização* tem um sentido crescente de *invisibilização* e *homogeneização*. Esse invisível – campo cego do olhar citadista – vai ao encontro direto do usufruto e benefício da mineração e dos grandes projetos.

56. Ver Monte-Mór (2006, 2007).

A dicotomia urbano-rural cumpre um papel importante em direcionar o foco e o enquadramento do olhar. Nesse caso, o *adjetivo* não interessa para a análise. Em outras palavras, pouco importa se a FLONA é urbana ou rural – ainda que não pareça ser nem um, nem outro. Essa é uma falsa dicotomia. Importa pensar no processo socioespacial, em suas especificidades geográficas e históricas, enfatizando uma generalidade que se encontra na função de mediação entre os níveis de análise apresentados. Significa pensar a *urbanização* em detrimento do urbano (substantivo e adjetivo). Daí uma conclusão relevante: um processo de urbanização *não implica* que determinado espaço *se torne ou seja* urbano (adjetivo) – ainda que “o” urbano (substantivo) se apresente como elemento imediato ou como virtualidade do conteúdo daquele espaço.

No caso do Mosaico de Carajás, parece claro que existe um processo de urbanização (extensiva) em andamento. Mas tomemos um exemplo mais simples. Digamos que uma estrada ou um sinal de telefone e internet alcança um espaço intersticial, pensado como “rural” no seu sentido de integração relativa, onde as forças modernizadoras “não penetraram inteiramente e onde formas e processos sócio-espaciais de organização da vida quotidiana e da produção ainda respond[em] predominantemente a dinâmicas locais de base agrária” (Monte-Mór, 2007, p. 107). Nesse exemplo, temos um processo de urbanização – que nada tem a ver com a cidadização fetichizada pelos urbanistas. Isso não significa, contudo, que aquele espaço se tornará urbano. Essa tampouco é uma questão relevante para a análise. Importa pensar nos níveis de abstração projetados no espaço e no cotidiano local. Importa

pensar nos “modos de apropriação do tecido urbano” (ver Castriota e Tonucci, 2018; Castriota, 2016), em como os residentes locais farão uso dos dispositivos móveis e da internet. Importa pensar em quem e como utilizarão essa estrada. Importa pensar nas estratégias que levaram àquela projeção do nível G. Não é possível, contudo, negar a urbanização e sua função privilegiada de mediação.

Existem outros exemplos de processos similares que podem ser pensados a partir da noção de operacionalização como dimensão da urbanização, para além do mosaico de Carajás, que vão de grandes corredores logísticos na América Latina (Wilson, 2016) e na África Ocidental (Hertzog, 2020) até zonas petrolíferas, corredores de navios e backbones de internet nos mares e oceanos do planeta (Couling, 2018; 2022). O avanço dos projetos extrativos e logísticos em escala planetária revela a expansão das possibilidades de operacionalização. Essa noção aqui introduzida é particularmente importante diante da concentração da população mundial (Ibañez e Katsikis, 2014) que tem como contrapartida a operacionalização de vastos territórios não-citadinos de modo a suprir o metabolismo do sistema metropolitano global (Katsikis, 2022). A expansão (territorial, financeira) de atividades extrativas (mineração, petróleo, agronegócio) e logísticas é justamente o que possibilita a existência material e metabólica de um sistema planetário de aglomerações cada vez maiores, onde não apenas a cidade, mas também a *hinterland* explodiu – o que Katsikis (2016) chamou de *hinterglobe*. Para ele, cada vez mais, espaços de produção especializada em produtos primários são conectados entre si por grandes redes logísticas que garantem o fluxo de uma “paisagem

operacional” para outra “paisagem operacional”<sup>57</sup> – e.g. da grande monocultura transgênica de milho para a grande pecuária ou avicultura de confinamento na forma de ração. Para tal, seria importante interrogar criticamente esses processos em escala planetária.<sup>58</sup>

E quanto às escalas local e regional? Qual é a relação entre extração e urbanização? De que formas processos de urbanização (concentrada e extensiva) são induzidos, por exemplo, pela mineração? Aqui, parece muito útil o conceito de Eduardo Gudynas (2015a, 2018) de “neo-extrativismo”: um modo de apropriação territorial e um modelo de extração de recursos com três características principais: alta intensidade ambiental, alto volume de matéria extraída,<sup>59</sup> majoritariamente destinado à exportação (dependência do mercado externo e dos preços internacionais). Essa definição não se restringe às formas literais de extração de matéria terrestre como minério e petróleo, mas também a outras atividades como a pecuária e a agricultura que apresentam essas três características – como as monoculturas exportadoras de soja, por exemplo.

Essa noção mais específica e literal é importante no contexto da América Latina, em cuja história recente o termo foi mobilizado para descrever “governos progressistas” ou “nova esquerda” que mantiveram a ênfase em atividades extrativas como mineração e hidrocarbonetos em busca “de uma outra estratégia de desenvolvimento” (Gudynas, 2010, p. 61). Para Gudynas (*Ibid*, p. 62), os governos Kirchner, Morales, Lula, Vasquez, Mujica, Chavez e Bachelet “coincidem em romper a ênfase de origem neoliberal” que toma “o mercado como cenário privilegiado

57. O conceito, entretanto, não se confunde ao conceito de “paisagem operacional” (Katsikis, 2016; Brenner e Katsikis, 2014; Brenner e Schmid, 2015) que não concebe mediações com o nível da vida cotidiana e, portanto, com as lutas sociais e formas de contestação que não permitem que o processo de abstração se complete – seja totalmente operacional. A ideia de paisagem operacional é uma forma final e acabada do processo de operacionalização.

58. Uma pesquisa que mostre a articulação de espaços de extração ao suprimento, à produção ou ao crescimento de cidades na perspectiva da urbanização em escala planetária está em desenvolvimento (e.g. Arboleda, 2020).

59. Medida que considera todo o volume extraído, independente do “produto” final. Por exemplo, para cada tonelada de prata se extraem do solo 7500 toneladas de matéria terrestre (Gudynas, 2015a, p. 12).

da política e da gestão” e buscam políticas de combate à pobreza com “planos governamentais de assistência monetária focalizada” através das rendas extrativistas. Esse movimento continental chamado de “onda rosa” usou as condições externas favoráveis para promover mudanças econômicas positivas para as classes trabalhadoras, ainda que sua insustentabilidade tenha sido fundamental para a grave crise política e econômica subsequente (Loureiro, 2018, p. 36). De outra parte, esses governos toleraram a destruição da natureza e aumentaram a produção extrativista diante do “boom” de commodities que já tinham participação significativa na pauta de exportações – 90% no caso da Venezuela e 60% no Chile (Gudynas, 2010); no Peru, 75% do território amazônico foi concessionado a empresas extrativistas.<sup>60</sup> Para Maristella Svampa (2015), esse processo marca a passagem do consenso de Washington para o “consenso de commodities”, sendo o neoextrativismo responsável por uma reprimarização da economia que, ao mesmo tempo, agrava dinâmicas despossessórias, mas sobretudo ambientais.<sup>61</sup>

O conceito de Gudynas e Svampa de extrativismo é particularmente importante para se pensar a urbanização extensiva em múltiplas dimensões. Primeiro, porque todas essas atividades extrativistas coexistem e a ênfase dos governos nacionais no modelo extrativista de desenvolvimento e na chamada “soberania nacional” dos recursos naturais foi usada como plataforma legitimadora das atividades extrativas e dos discursos do capital extrativista. No caso da mineração, é explícita a “privatização necrocapitalista da soberania” (Barros, 2018, p. 208) marcada por dispositivos discursivos, técnicos e políticos como

60. “El 75% del territorio amazónico en el Perú ha sido concesionado”, El Comercio Peru, Sociedad, 6-dez-12. Acesso em 7-mar-18. Disponível em <[http://archivo.elcomercio.pe/amp/sociedad/lima/75-territorio-amazonico-peru-ha-sido-concesionado\\_1-noticia-1506061](http://archivo.elcomercio.pe/amp/sociedad/lima/75-territorio-amazonico-peru-ha-sido-concesionado_1-noticia-1506061)>.

61. De acordo com Fearnside e Figueiredo (2015), há uma relação direta entre deflorestamento na Bacia Amazônica e o aumento do comércio com a China. O consumo chinês de soja, carne, minério e madeira brasileira, assim como os investimentos chineses em projetos logísticos no Brasil e na América Latina impulsionam o desmatamento (ver também Arboleda, 2020).

a “primazia minerária” e a “segurança nacional” – em que, por exemplo, os atingidos pela mineração são enquadrados como opositores ao “desenvolvimento” e ao “interesse nacional”. As formas pelas quais esse aparato é utilizado podem ajudar a entender as imbricações entre dinâmicas contemporâneas de abstração (concernentes ao nível Geral) e configurações históricas e geográficas específicas (luta pela terra, conflitos fundiários, espoliações, massacres), bem como as possíveis contra-projeções (do nível Privado) e práticas contestatórias que se desdobram em um novo campo de batalha (nível Mediador). A mobilização ideológica e jurídica do “desenvolvimento” e da “soberania nacional” é uma das faces da urbanização extensiva na medida em que permite a apropriação privada de determinadas áreas, frequentemente acompanhada da espoliação de grupos diversos. Notemos também que a relação do Estado com o neo-extratativismo não se dá apenas na esfera federal, mas sim entre múltiplas escalas institucionais – como as administrações executivas municipais e estaduais, as agências reguladoras federais, as forças policiais federais, municipais, regionais e estaduais, os tribunais de justiça, etc.

Em segundo lugar, além da área de extração (o poço de petróleo, a mina, a área de plantio) toda atividade extrativista pressupõe “suportes” e “conectores” (Gudynas, 2015a, p. 143) – i.e. uma infraestrutura localizada para abastecimento (e.g. água, energia), para escoamento (rodovias, ferrovias), manejo de resíduos (barragens de rejeitos) – que são também projeções do nível Geral nos territórios de urbanização extensiva. Estão incluídas aí as linhas de transmissão, hidrelétricas, pontes e represas, áreas de montagem e desmontagem de módulos

para mineração. Além dessa infraestrutura de suporte e conexão, a face mais imediata, inteligível e tangível da urbanização extensiva *produzida* pelo capital extrativo, são de igual importância os processos de urbanização *induzidos* por essas atividades. À urbanização planejada e antecipada, concebida no nível Geral do capital e do Estado, se opõe uma urbanização não-planejada (ainda que possa, às vezes, ser “esperada”) que é do domínio da necessidade, das expectativas, das aspirações que implicam um conjunto de práticas espaciais. Um dos elementos fundamentais, dos inúmeros que povoam os níveis do espaço urbano (M) e da vida cotidiana (P), é o movimento migratório de pessoas induzido por projetos extrativistas. Cidades, vilas, povoados, acampamentos, aldeias são formados, avolumados e adensados assim como são destruídos e esvaziados pelo fluxo de trabalhadores sempre que novos projetos são anunciados, iniciados e executados. No caso da mineração, há uma tendência de “inchaço” populacional com consequências diversas, como é o caso de Canaã dos Carajás, explorado no Capítulo 3. Mas no caso da monocultura de soja, de outro lado, há um movimento oposto, de decréscimo populacional e mesmo de desaparecimento de cidades inteiras.

Tomemos como exemplo o trabalho brilhante de Nikos Katsikis (2022) sobre urbanização extensiva no centro-oeste dos Estados Unidos pela mecanização da agricultura. O autor compreende o chamado *cornbelt* (“cinturão do milho”) que se estende por 8 estados americanos como um sistema metabólico de comida, ração e combustível. Esse sistema de paisagens especializadas produz 30% do milho e 20% de toda a soja do mundo. Apesar de ser viabilizado em grande medida por uma

espécie de discurso neomalthusiano acerca da produção de alimentos, 52% da produção de milho é direcionada para ração e 38% para produção de biocombustível. Em termos nutricionais, menos de 10% das calorias produzidas são direcionadas para o consumo humano. Os preços de milho e soja (assim como as dinâmicas econômicas locais e regionais) são, portanto, crescentemente influenciados pelos preços internacionais de ração, combustíveis e seus bens complementares.

O *cornbelt* é certamente agrícola, ainda que seja cada vez menos rural. As paisagens desse cinturão são crescentemente um complexo que inclui instalações de armazenamento de grãos e fábricas de ração; destilarias de etanol e biocombustível; fábricas de fertilizantes, plantas de pesticidas; parques eólicos, redes de eletricidade e gasodutos, corredores ferroviários e nós de frete intermodal. A demanda e o preço da energia são cada vez mais um fator chave, especialmente considerando que a produção é completamente mecanizada e o armazenamento (e o transporte) é feito em elevadores de grãos. Uma vez que um fazendeiro coloca a carga no elevador (que paga o preço em tempo real do mercado de capitais), ela é direcionada pelo sistema de ferrovias ao terminal de Chicago, Kansas City ou St. Louis.

O mercado oligopolizado do agronegócio estadunidense permite o controle de preços e quantidades. Do lado dos insumos, Monsanto e Du Pont controlam 60% do mercado de sementes – sementes azuis que dispensam o uso de vários agrotóxicos por já os possuírem em sua carga genética. A Cargill tem 60% do mercado de herbicidas e inseticidas. John Deere e New Holland incorporam em seus tratores e máquinas os

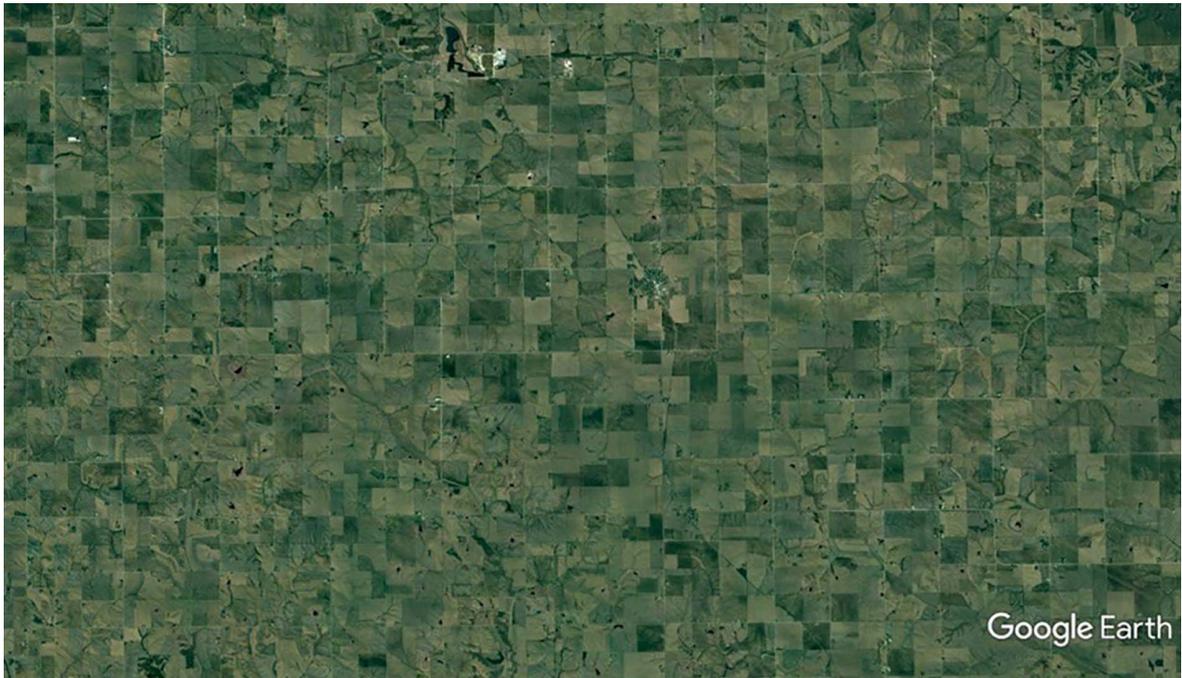
dados e as coordenadas de monitoramento agrícola e vendem pacotes de máxima eficiência produtiva (“agricultura de precisão”) adequados às sementes transgênicas, ao tamanho da plantação, à sazonalidade e a todas as complexidades produtivas que entram no caminho da mecanização completa. Do lado da produção, por exemplo, Tyson, Cargill, Swift, Smithfield controlam 85% do processamento de carne bovina que utilizam a ração do *cornbelt*.

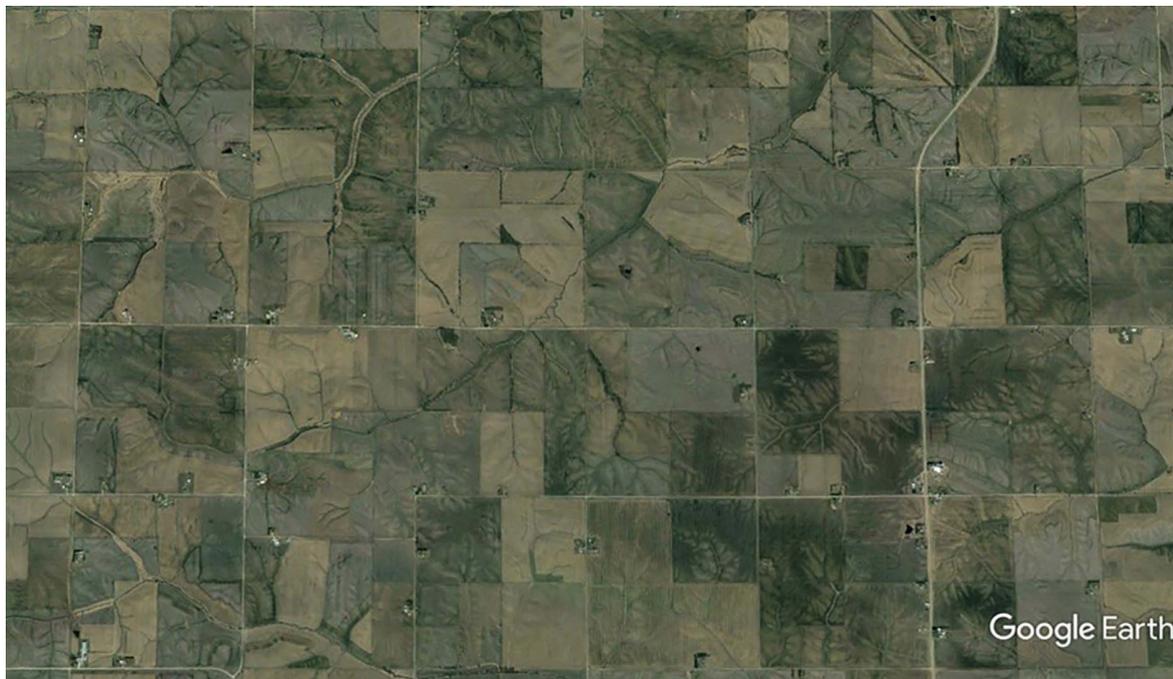
**FIGURA 08**

PAISAGENS DE PRODUÇÃO DE GRÃOS NO ESTADO DE IOWA, IMAGEM DE SATÉLITE

**FONTE**

Google Earth





As famílias historicamente assentadas na região ainda são proprietárias de 90% das fazendas. Entretanto, perderam o controle do processo produtivo em um cotidiano de produção agrícola completamente transformado. A grande maioria aderiu aos pacotes de insumos (em nome da “competitividade”) e com isso perderam completamente a prática e o conhecimento do cultivo da terra acumulado por seus pais e avós há mais de dois séculos. Aderiram também ao modelo de venda para a indústria oligopsonista e são completamente reféns dessas empresas e dos preços internacionais de toda a cadeia produtiva. Os bancos e instituições financeiras, naturalmente, fazem parte do pacote técnico-informacional com linhas de crédito e empréstimos nos quais os fazendeiros já estão completamente atolados. Do ponto de vista desses produtores, o cerco está fechado<sup>62</sup> por todos os lados – ainda que esses agricultores tenham a propriedade da terra, é importante notar.

**FIGURA 09**  
PAISAGENS DE  
PRODUÇÃO DE  
GRÃOS NO ESTADO  
DE IOWA, IMAGEM  
DE SATELITE

**FONTE**  
Google Earth

62. Aqui faço referência ao trabalho de Jean Hébette (1991b).

Os custos reais de produção agrícola no *cornbelt* dobraram nos últimos 20 anos. No estado de Iowa, onde 85% de seus 150 mil km<sup>2</sup> são fazendas, o terreno médio é de 140 hectares. Nele, um fazendeiro sozinho consegue operar todas as máquinas e fazer, em algumas horas, o plantio, a colheita e o depósito no elevador de carga. Enquanto o custo médio anual de produção é de 200 mil dólares, a receita máxima é de cerca de 240 mil dólares. Um terço dos fazendeiros vem operando em prejuízo na última década e só se sustenta através de subsídios governamentais. A situação dos fazendeiros deve piorar, uma vez que a exaustão completa da terra é eminente dentro do modelo atual.

Outra característica de Iowa é o decréscimo do número de fazendas (incorporadas em propriedades maiores para “sobrevivência” individual desses empreendimentos) e da própria população. Muitas formas concentradas de urbanização (de qualquer tamanho, sejam vilas, cidades, lugarejos) simplesmente desapareceram e deram lugar a paisagens agrícolas mecanizadas, enquanto a população se concentra em uma das 4 maiores cidades do estado. Quanto mais depopulada um condado ou cidade se tornava, menor a atividade econômica, menos serviços urbanos eram oferecidos, tornando cada vez mais difícil a vida dos que permaneciam, gerando ainda mais depopulação. Quanto aos fazendeiros que visitou, Katsikis me disse em conversa pessoal que vivem “isolados” geograficamente, mas desfrutam de toda a infraestrutura de comunicação e informação, usam smartphones e internet, usufruem das redes internacionais de redes sociais e videogames e tem no seu *habitat*<sup>63</sup> (Lefebvre, 2013 [1968]) todos os utensílios e aparatos domésticos de um residente de grandes cidades.

63. O conceito de *habitat* foi proposto por Lefebvre (2013 [1968]) para demonizar uma nova realidade material que emerge da segregação da classe trabalhadora quando de sua expulsão do centro urbano em direção à periferia dos pavilhões e conjuntos habitacionais. Ele se opõe ao conceito de habitar, ligado às experiências e atividades na centralidade lúdica e aglutinadora própria do espaço urbano. Desprovido da vida coletiva, sua vida urbana se reduz às suas condições de habitação. O paralelo com o agricultor mediano do *cornbelt*, equipado em termos urbano-industriais e sozinho em um raio de centenas de metros, parece suficientemente claro.

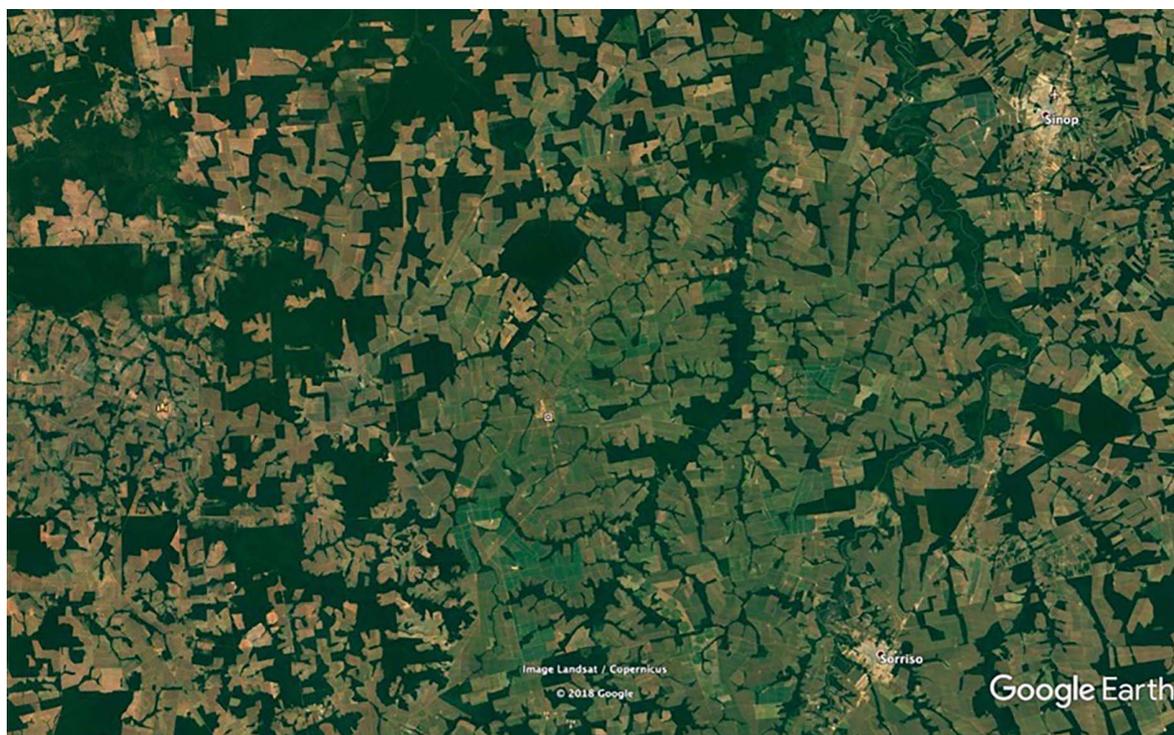
Os desdobramentos ambientais do modelo extrativista do *cornbelt* são muito variados, ainda que unanimemente negativos. Em seu trabalho de campo, Katsikis (2022) descreve a ausência completa de insetos nas fazendas que visitou, resultado dos genes inseticidas adicionados nas sementes. A emergência de super-insetos resistentes aos inseticidas, ao invés de soar o alarme do cataclisma ambiental vigente, deu início à produção de super-inseticidas. A erosão do solo atinge patamares muito elevados – uma média de 20cm de solo em 160 anos – e o nitrogênio dos fertilizantes corre pelos sistemas de água se convertendo em nitrato, que não apenas é venenoso para o consumo humano, mas reduz o oxigênio nos ecossistemas aquáticos.

Com o caso do *cornbelt*, quero chamar a atenção para a diversidade de formas de urbanização extensiva que tem generalidades – relações amplas entre urbanização induzida pelo neo-extrativismo – e especificidades em relação ao contexto histórico-geográfico e à própria natureza da atividade extrativista – nesse caso, agricultura no centro-oeste dos Estados Unidos. Além de ser um outro exemplo claro do processo de operacionalização (mediação, abstração), assim como no caso da FLONA, nenhum dos adjetivos dicotômicos parece adequado. De fato, ele é predominantemente agrícola, mas é redefinido pela mecanização completa da atividade; pela alienação do trabalho com a perda dos conhecimentos e da relação com a terra; pelo grau de abstração envolvido nesses territórios (projeções do nível G); por objetos técnico-científico-informacionais que vão de máquinas especializadas e sementes geneticamente modificadas a videogames e eletrodomésticos de última geração; pela crescente presença de conectores e suportes

(concomitante à crescente ausência de seres humanos) que permitem que esses espaços de produção especializada transfiram seus produtos aos grandes centros urbanos globais ou, como ocorre frequentemente, a outros espaços de produção especializada. Esse é crescentemente o caso do Mato Grosso, que demanda estudos similares capazes de avaliar não apenas os termos gerais da atividade, mas também a gênese geo-histórica específica desse processo e as transformações espaciais e cotidianas. De acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE de 2017, a soja é responsável por 35% do valor total da produção agrícola nacional (112 dos 319 bilhões de reais) e 43% da área total de plantio (34 dos 79 milhões de hectares plantados). O município de Sorriso (MT) é o principal produtor com 2,1 milhões de toneladas em 2017.

**FIGURA 10**  
SORRISO (MT),  
IMAGEM DE  
SATÉLITE

**FONTE**  
Google Earth





**FIGURA 11**  
SORRISO (MT),  
IMAGEM DE  
SATÉLITE

**FONTE**  
Google Earth

Para a região amazônica, interessa o estudo das diversas formas capitalistas de extração e dos processos de urbanização que elas induzem. Mineração, extração de petróleo e madeira, mas também monoculturas de milho e soja e pecuária extensiva constituem uma ameaça ao bioma em função da *escala* sem precedentes desses projetos. A própria atividade, assim como seus suportes e conectores, produz e induz transformações profundas nas densidades (de seres humanos, minérios de milhos), nos padrões de aglomeração e desaglomeração, no espaço de vida e no cotidiano dos grupos residentes, nos ecossistemas locais e regionais, nas formas de uso e ocupação do solo, etc. Não tenho aqui a pretensão de exaurir as

variáveis de interesse ou as possibilidades analíticas e teóricas na relação entre neo-extrativismo e urbanização. Procuo apenas sinalizar a importância do estudo mais aprofundado dessa relação apontando elementos iniciais para sua teorização e incorporação sistemática no campo dos estudos urbanos e regionais.

Há uma agenda importante, já cristalizada e reconhecida, do estudo dos chamados “grandes projetos”, atenta ao desmatamento e à destruição de rios e montanhas, à violação de direitos e territórios das maiorias regionais, ao solapamento de cavernas e sítios arqueológicos (e.g. Castro e Hébette, 1989; Malheiro, 2019). A relação entre urbanização (concentrada e extensiva) e neo-extrativismo procura se somar a esses esforços, chamando atenção para as formas de mediação existentes, para a mudança da materialidade desses espaços (cada vez mais equipados em termos urbano-industriais), mas também para as formas de apropriação desse tecido urbano (industrial, informacional) pelas maiorias regionais, para os novos usos dos objetos e novas apropriações dos espaços transformados, para as contra-projeções a partir da vida cotidiana – na direção  $P \rightarrow M \rightarrow G$ .

Procuo explicitar que essa extensão da urbanização não é uma via de mão única, mesmo nos contextos violentos de extração. Há sem dúvida a destruição socioambiental, a violência, o domínio e o controle territorial, como discutido até aqui, que expressam tendências de homogeneização e abstração. Há o inchaço das cidades, os movimentos migratórios, as explosões e declínios socioeconômicos e as formas precárias de habitação e trabalho, apresentados no Capítulo

3. Mas há também o *possível* que está contido no *atual*. Há também apropriações, usos e práticas criativas e adaptativas que ameaçam formas e processos hegemônicos. Há confrontos e enfrentamentos, persistência e tenacidade. Há o surgimento de novas subjetividades a partir dessas novas materialidades, como veremos no Capítulo 5. Há uma série de temporalidades superpostas (apresentadas no Capítulo 4) através da urbanização e de sua função mediadora, que resgata o passado e traz o histórico e o político para o terreno do imediato.

Para tal, será preciso uma nova compreensão da urbanização, mais ampla, que atinja espaços de extração, infraestruturas de conexão e suporte, mas também acampamentos, vilas, pastos, aldeias e cidades, centros e periferias transformados pelos muitos movimentos socioespaciais que o neo-extrativismo induz. Por isso considero fundamentais a crítica e a superação de antigas categorias que, apesar de cristalizadas na linguagem popular e no cotidiano, dificultam a análise. Um momento de redefinições e clareamento dos termos do debate (político e científico, popular e acadêmico) parece necessário.

Será preciso reafirmar exaustivamente a não equivalência entre o agrícola e o rural, assim como a não equivalência entre cidade e urbano (entre urbanização e cidadização). Será preciso esmiuçar e destacar o conteúdo que se apresenta no interior desses espaços, a despeito de todo o “verde” que compõe as paisagens, fazendas e unidades de conservação. Será preciso protestar e insistir que a urbanização não tem a mesma “cara” e que o “espaço abstrato” (Lefebvre, 1991) pode ser, como crescentemente é, verde (ver Angelo, 2021). Será

preciso mostrar que mesmo a faceta óbvia da urbanização (produção e crescimento de cidades, citadização) tem contrapartidas e conexões com urbanizações outras, que frequentemente escapam ao olhar citadista. Começaremos por alguns exemplos regionais que ilustram e explicitam a produção dessas estruturas historicamente.

## Mineração e Urbanização em Carajás

O termo “Carajás” vem de “Karajás”. Ele se refere aos habitantes seculares das margens dos rios Araguaia e Tocantins, cujo primeiro contato foi registrado nas missões jesuítas da Província do Pará em 1658 e o segundo nas frentes de expansão de bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVIII. De acordo com Toral (1992), possivelmente os Karajás foram “empurrados” Araguaia abaixo por populações Tupi-Guarani que formavam uma província nos cursos do Tocantins e do Xingu. Fontes do final do século XVI já descreviam o baixo Araguaia, próximo à sua foz no Tocantins, como habitado por “caraiaúnas” ou “carajaúnas”, designações Tupi. Foi a partir desses termos que Fritz Krause, em 1908, cristaliza a grafia Karajás<sup>64</sup> – cujo significado mais próximo seria “macaco grande”. Sabe-se que estiveram em franca disputa com os vizinhos Kayapó, com os quais houve forte intercâmbio de práticas culturais (ISA, 2018).

Segundo Terence Turner (1992), os Kayapó ocuparam essa mesma região até o século XVII, quando se dividiram em três grupos. Os Pau D’arco viviam na área que hoje corresponde à região de Carajás. Eles foram contatados durante as missões católicas ao longo do século XIX

64. Notemos que a família Karajá pertence ao tronco linguístico Macro-Jê (dividida em Karajá, Javaé e Xambioá), e não ao Tupi. O nome “Karajás”, portanto, foi “consagrado” (ISA, 2018) por um antropólogo alemão na língua Tupi.

e no início do século XX, eram 1.500 pessoas vivendo em 4 grandes aldeias. Após uma sequência de doenças epidêmicas trazidas pelos colonizadores, os últimos sobreviventes, morreram na década de 1940. Os outros dois grandes grupos passaram por uma sequência de divisões até a configuração contemporânea de 14 grupos Kayapó, incluindo os Xikrin do Cateté, cujas terras são contíguas à FLONA Carajás. Os Karajá, de outra parte, “nunca se afastaram daquilo que consideram seu território tradicional, mesmo depois da ocupação de uma boa parte dele pelos brasileiros” (Toral, 1992, p. 15). Hoje, sua população de cerca de 3700 pessoas está dividida em aldeias no rio Araguaia e seus afluentes (GO, TO, PA, MT), em particular na ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo (ISA, 2018).

“Carajás” designa também a Serra de Carajás, no sudeste do Pará, uma cadeia de sub-montanhas desgastadas, formando vários platôs; um complexo de chapadas e cristais entre os rios Itacaiúnas e Parauapebas. A partir da atuação da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o termo passa a designar uma série de projetos logísticos e extrativos – Mina de Carajás, Núcleo Urbano de Carajás, Estrada de Ferro Carajás, Projeto Ferro Carajás, Projeto Grande Carajás, Aeroporto de Carajás. No final dos anos 80 e início dos 90, “Carajás” passa a nomear também municípios emancipados no contexto da fragmentação territorial de Marabá e Parauapebas (Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás). Nesse trabalho me refiro à “região de Carajás” não para reafirmar uma suposta vocação mineral, mas justamente para enfatizar uma “inversão de mirada” (Barros, 2018) em um espaço onde a Vale e mineração têm tanto protagonismo e força de polarização.

A história dos grandes projetos de mineração na região começa ao final dos anos 1960 – ainda que a história da extração seja muito mais antiga (Emmi, 1988). Os depósitos minerais da Serra dos Carajás foram descobertos em 1968 e avaliados inicialmente em 18 bilhões de toneladas minério de ferro com mais de 66% de teor de pureza (Coelho, 2014). Em 1974, a CVRD obtém direito de lavra e em 1978 começa a exploração efetiva da Mina Carajás – empreendimento de 3 bilhões de dólares para extração (e exportação) de ferro, manganês, cobre, cromo, níquel, cassiterita e ouro<sup>65</sup>

Toda a infraestrutura mineradora começou a ser construída nos anos 1970, através do Projeto Ferro da CVRD (Coelho, 1997). Além da Mina e do NUC, em 1977 se iniciaram as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Silva Júnior e Petit, 2017). Em 1980, começou a construção dos 890km da Estrada de Ferro Carajás (EFC) para conectar a Mina ao porto Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, concluído em 1986. Nesse período, portanto, teve início uma série de processos de urbanização *induzidos* pela atividade mineradora, particularmente a partir do Projeto Grande Carajás (PGC).

O PGC foi instituído pelo Decreto 1.813/1980 em uma área de mais de *900 mil quilômetros quadrados* – cerca de 11% de todo o território brasileiro – com investimentos de US\$ 62 bilhões (Hall, 1991). Ele foi concebido (e propagandeado) como um amplo projeto de desenvolvimento, incluindo extração, infraestrutura logística e energética, produção industrial e agricultura. Entretanto, essa suposta amplitude do PGC foi intencionalmente usada pelos militares para

65. Ver Hall (1989) e Marçal (1997) para uma história detalhada do descobrimento das reservas minerais de Carajás. Coelho (2015) discute sua estrutura e controle, além de apresentar uma história detalhada da Companhia Vale do Rio Doce, incluindo a distribuição geográfica de suas reservas, a utilização da estatal por diferentes governos e a “evolução” de sua relação com o mercado externo.

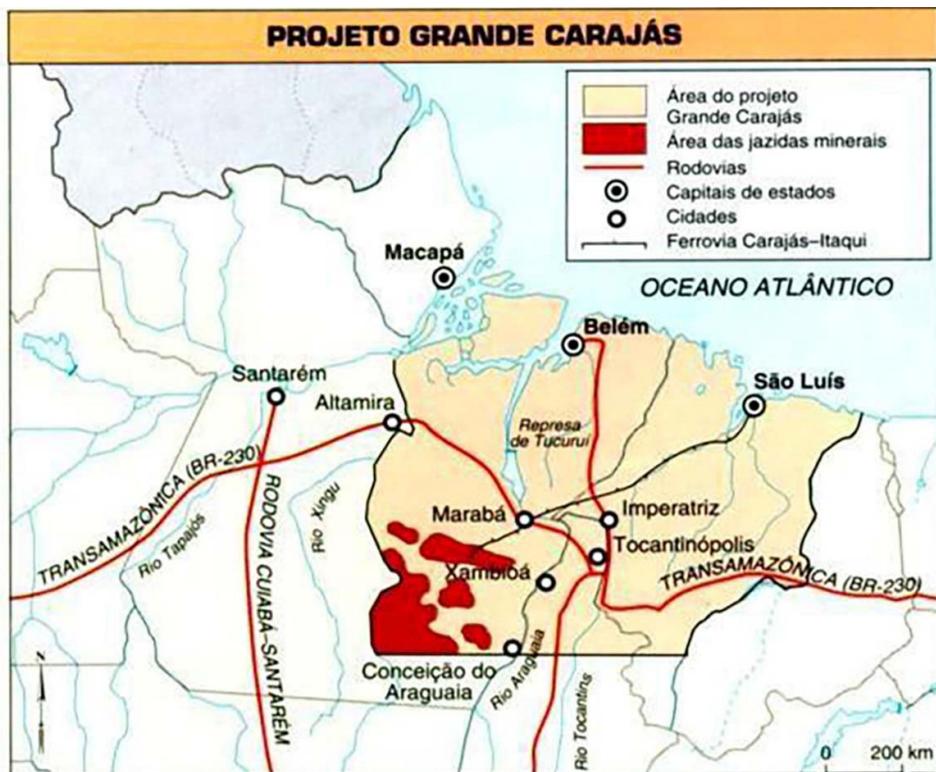


FIGURA 12

PROJETO GRANDE CARAJÁS

FONTE

Ciência Hoje, ano I, n. 3, p. 32, 1982

mascarar a priorização absoluta da mineração e da construção de um complexo integrado de extração e exportação, controlado pela CVRD (Hall, 1991; Hébette, 1991; Coelho e Cota, 1997; Bunker, 2007; Coelho, 2015). O objetivo principal do PGC era, portanto, conectar a Amazônia Oriental à economia nacional e mundial. Ao mesmo tempo, o PGC alterou a correlação regional de forças posicionando a CVRD no topo da hierarquia regional de poder frente às antigas oligarquias rurais grileiras (Michelotti, 2019; Ikeda, 2014).

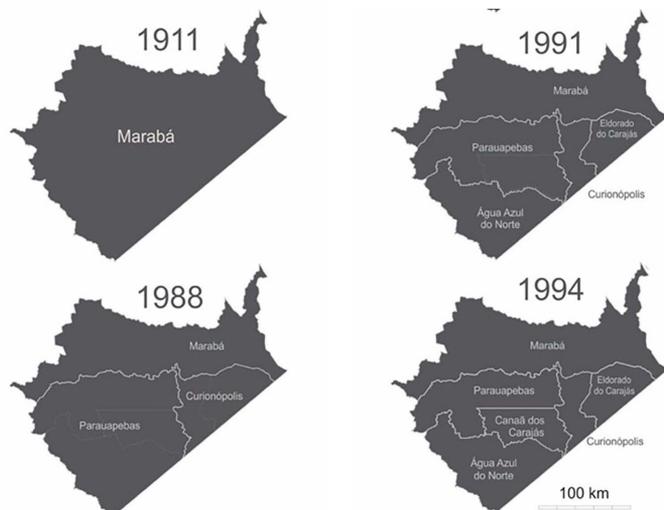
As faces não-minerárias do PGC também produziram inúmeras distorções regionais. A transferência de guseiras de Minas Gerais para áreas ao longo da EFC sob a premissa de verticalizar a cadeia e criar conexões setoriais acabaram por criar incentivos para o desmatamento e a produção de carvão vegetal (Coelho, 1997). O plano agrícola fracassou na diversificação produtiva e criou condições institucionais para a concentração de terras, contra a população campesina e migrante que supostamente deveria favorecer – ver Hall (1991) e Fearnside (1986) para uma discussão mais ampla do PGC agrícola.

O PGC contou com uma série de “estímulos” para a iniciativa privada e para os “colonos” migrantes. Os estímulos “formais” incluíam incentivos fiscais de 100% para qualquer investimento “infraestrutural ou produtivo”, tarifas de importação reduzidas para bens de capital, linhas de crédito e preços “especiais” de energia, em conjunto com incentivos infraestruturais e financeiros excepcionais oferecidos por diferentes instituições nacionais e regionais, desde que tivessem como alvo atividades estabelecidas na área do PGC. Esses “incentivos” formais foram absorvidos por grandes empresas e empreiteiras, frequentemente empresas fantasmas de São Paulo, que aplicavam seus subsídios governamentais em atividades mais lucrativas (Hall, 1991).<sup>66</sup> Os incentivos “informais”, é claro, também eram muito atraentes: quase não havia controle da poluição e do desmatamento e havia uma oferta excessiva de mão-de-obra com escassez relativa de organização sindical (*Ibid*). Os empréstimos internacionais que financiaram o PGC foram concedidos pelo Banco Mundial, a Comunidade Econômica Europeia e outros bancos estaduais e comerciais nos EUA, Europa,

66. Para uma listagem celebratória e tecnocrata dos mecanismos estatais de transferência de renda para empresas no âmbito do PGC (chamados de “incentivos fiscais”), ver Sá (1987). Para uma discussão crítica desses mecanismos, ver Hall (1991).

Japão e União Soviética. A contrapartida contratual foi o fornecimento de matérias-primas para as usinas desses países – um dos grandes clássicos do Terceiro Mundo.

Nos anos 1980, houve também uma mudança na estrutura municipal da região. Entre 1988 e 1994, cinco municípios foram criados por meio da divisão do que anteriormente era o município de Marabá, quais sejam, Parauapebas, Curionópolis, Água Azul do Norte, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás, que abrigam diversos projetos mineradores com características qualitativas e quantitativas distintas. Essa fragmentação municipal possibilitou mecanismos novos e mais complexos de controle, ou seja, novos aparatos públicos e novos representantes produzindo nova legislação para um novo centro urbano. A nova estrutura criou “municípios com graus diferenciados de subordinação às decisões e ações da empresa Vale” (Palheta da Silva, 2013, p. 53).



**FIGURA 13**  
DIVISÃO DO  
MUNICÍPIO DE  
MARABÁ

**ELABORAÇÃO**  
Philippe Rekacewicz/  
Territories  
of Extended  
Urbanization



**FIGURA 14**  
A MINA DE CARAJÁS  
E O CENTRO  
URBANO DE  
PARAUPEBAS

**FONTE**  
Google Earth

No contexto da expansão da mineração, inúmeras cidades emergiram a partir do influxo migratório. O caso mais emblemático ainda é de Parauapebas, município que abriga grande parte da FLONA Carajás e é amplamente estudado no contexto das “boom towns” amazônicas (ver Godfrey, 1990). Seu centro urbano – localizado logo no portão de saída da FLONA Carajás – se formou nos anos 1970 a partir do movimento de pessoas em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de emprego. O influxo migratório foi tão intenso que uma cidade emergiu no “pé da serra”. Em contraste com a NUC – uma “company town” planejada e estruturada pelo capital estatal em um espaço sem “rugosidades” (Santos, 2006 [1996]) – Parauapebas era uma precária “cidade de terceirizados” [*city of subcontractors*] (Roberts, 1995). De

1983 a 1991, sua população cresceu de 1,3 mil para 53 mil pessoas, vivendo principalmente em terras ocupadas e casas autoconstruídas. Bairros inteiros surgiam rapidamente, às vezes formados apenas por migrantes maranhenses da mineração ou curionopolitanos (ver Souza, 2014; Palheta da Silva, 2013).

À época, averiguou-se que para cada emprego formal gerado, sete ou oito pessoas migrariam para a cidade (Palheta da Silva, 2013, p. 171), apesar das incapacidades locais de oferecer serviços básicos. Os níveis de desemprego, analfabetismo, prostituição e criminalidade eram altos, uma vez que a principal preocupação institucional era manter funcionando as operações extrativistas (Coelho, 1997). Isso não impediu que até mesmo funcionários do alto escalão da CVRD escapassem da vida planejada e absolutamente controlada no NUC, o “bairro da Vale” no alto da serra em busca de uma vida mais anônima, alegre e vibrante na cidade “no pé da serra” (Palheta da Silva, 2013).

Além do exemplo de Parauapebas (cidadização), existem outras formas dessa urbanização induzida, como a própria infraestrutura do complexo minerador criada pelo PGC e seus muitos desdobramentos – estes sim, se estendem para o domínio dos conflitos fundiários, dos massacres, da amputação ambiental. Além da relação Mina e Parauapebas, há também conectores e suportes. O caso da Estrada de Ferro Carajás (EFC) é particularmente importante. Seus 892km de extensão – recentemente estendidos em 101km para incorporar o Complexo S11D – conectam as minas da Serra Norte e da Serra Sul ao terminal portuário de Ponta da Madeira e atravessam unidades de

conservação, terras indígenas e quilombolas e sítios arqueológicos. Além da infraestrutura do próprio corredor logístico, várias indústrias minero-metálicas e empreendimentos agropecuários se instalaram ao longo da EFC para aproveitar vantagens locais – em especial as guseiras e siderúrgicas que se instalaram em centros como Açailândia (MA), Marabá (PA) e Santa Inês (MA) (Carneiro, 2014).<sup>67</sup>

A implantação da EFC e a instalação dos empreendimentos minero-metálicos engendraram alguns dos mais violentos conflitos por terra na Amazônia Oriental (ver Hall, 1991; Silveira, 1993; Coelho e Cota, 1997) em um momento em que a questão ambiental também era relegada ao segundo plano. Mesmo antes do início das obras já havia conflitos em torno da posse de terra pelas expectativas de sua valorização e pela violência despossessória em pleno regime militar (Silveira, 1993). Esses conflitos não se resumem à “história” e continuam ressoando nos mais de 100 povoados e centralidades urbanas que a EFC atravessa, seja pela buzina de cada um dos 24 trens diários de 4km de extensão ou pelos 4 minutos incessantes de barulho das locomotivas a cada hora do dia ou da noite, seja pelos variados impactos sociais da duplicação recente da EFC sobre bairros populares da capital regional Marabá (Feitosa, 2013).

Consideremos também as usinas hidrelétricas, infraestruturas de suporte da atividade extrativista. As barragens e reservatórios são, em si, formas de urbanização importantes no contexto amazônico. Nos últimos 40 anos, 13 empreendimentos hidrelétricos de médio e grande porte foram instalados na Amazônia brasileira (Silva Júnior e

67. Silveira (1993, p. 194-95) apresenta um quadro com todos os municípios ao longo da EFC, discutindo sua gênese, função econômica, localização (em termos da infraestrutura de transportes) e área de influência.

Petit, 2017). Na Amazônia Oriental, a UHE Tucuruí é fundamental para o abastecimento de diversos projetos extrativistas. Sua construção foi liderada pela Eletronorte e custou 7,5 bilhões de dólares. Nos anos de 1982-83, havia 30 mil trabalhadores na construção da usina que, quando de sua conclusão em 1984, era a quarta maior do mundo.

A UHE Tucuruí expulsou muitas comunidades no entorno das barragens compostas por grupos variados que tiveram suas terras, práticas culturais e atividades econômicas alagadas (quilombolas, indígenas, camponeses e ribeirinhos). Foram inundados 2,8 mil km<sup>2</sup> para a construção da represa através do deslocamento de 6 mil famílias, majoritariamente vinculadas a atividades de pesca, agricultura e coleta. Além de problemas de erosão do solo, de emissão de gases na atmosfera e da mortalidade de peixes e de outras espécies migratórias, existe ainda risco de erosão dos vales abaixo das represas e de inundação dessas áreas (Silva Júnior e Petit, 2017, p. 317). Toda a infraestrutura multi-bilionária supracitada de extração, conexão e suporte (mina, ferrovia, porto, hidrelétrica, núcleo urbano, etc.) – produzida através da espoliação e do massacre de povos amazônidas variados e de financiamentos estatais gigantescos (a troca de dívidas internacionais com contrapartidas abusivas) – é hoje de *propriedade* ou *controle* da Vale S/A – lembremo-nos, novamente, privatizada por 3,3 bilhões de dólares.

**FIGURA 15**

USINA  
HIDRELÉTRICA DE  
TUCURUÍ

FONTE  
Google Earth

Os exemplos de urbanização em Carajás são extensos. Poderíamos pensar na abertura da Transamazônica, no asfaltamento da PA-150, nas cidades que surgiram nas bordas dessas estradas e na migração sem precedentes dos anos 1970 e 80, discutidas no Capítulo 4 (mas ver principalmente Michelotti, 2019; Pereira, 2015; Schmink e Wood, 2012). Poderíamos pensar na proliferação de garimpos e seus respectivos núcleos urbanos. Ou no Rio Verde (hoje bairro de Parauapebas), no quilômetro 30 (hoje Curionópolis), no quilômetro 3 (hoje Eldorado dos Carajás) (ver Coelho, 1997). A mineração produz espaço e altera as condições históricas de sua produção e a urbanização, seja em sua forma concentrada ou extensiva, é o processo que melhor contempla, apreende e compreende a produção desse espaço.

As transformações socioespaciais são moldadas por aquilo que a mineração *induz* (expectativas, investimentos, movimentos migratórios, crescimento populacional, etc.), e não somente por aquilo que ela *produz*. Se, por um lado, a mineração produz espaço – em especial, logística –, por outro lado, como argumenta Gudynas (2015a) ao diferenciar a atividade industrial da atividade extrativa, a mineração extrai, mas não *produz* nada.<sup>68</sup> Ainda que exista um beneficiamento do minério anterior à sua exportação, a economia mineral – particularmente em Carajás – é majoritariamente primarizada. É uma atividade crua de extração e transporte.

Além das estruturas de suporte e do aparato logístico necessário, existem dinâmicas espaciais induzidas pelo movimento de pessoas, pelos conflitos territoriais emergentes e por uma série de mudanças nos incentivos econômicos e nos mecanismos de “regulação territorial” (Brenner e Schmid, 2015) – discutidos nos capítulos seguintes. Na escala local e regional, as rendas da economia mineradora têm impactos mais limitados do que se imagina.<sup>69</sup> Mesmo a literatura analítica mais convencional postula que os principais elos que a atividade mineiro-metálica mantém com a economia local e regional são as rendas dos salários, os impostos e as compras das empresas na região (Enriquez, 2004), que são baixas do ponto de vista do município e insignificantes se comparadas ao volume de recursos movimentado pelas mineradoras. As descontinuidades produtivas, condicionadas à exaustão do minério,<sup>70</sup> provocam choques locais nos salários, no emprego e na arrecadação. O emprego está geralmente condicionado à construção da mina e tem, portanto, um tempo limitado que é tão menor quanto maior o nível tecnológico.

68. Bunker (1985) já fazia uma distinção entre economias de produção e economias extrativas. A diferença entre elas cria trocas desiguais, tanto em termos do valor do trabalho incorporado, quanto do esgotamento virtual dos chamados recursos naturais – a partir do qual o subdesenvolvimento é visto como “materialização, no tempo e no espaço, de um avanço na degeneração de processos físicos e sociais” (Coelho, 1997, p. 54).

69. Coelho (2015) sugere que as empresas mineradoras e suas agências de consultoria propagam um discurso cuidadosamente elaborado buscando ampliar sua legitimidade social e escamotear seus intensos impactos socioambientais e sua volatilidade econômica. Sua ênfase se dá nos investimentos da mineração nas regiões e seus desdobramentos na expansão do mercado locais de bens e serviços, na criação de empregos diretos e indiretos e na captação de renda pelos governos municipais e estaduais por meio de impostos e royalties.

70. Ainda que já possamos, a partir dos crimes ambientais da Vale em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, falar de uma “economia da compensação”.

Em termos de arrecadação, a mineração desfruta de uma condição na qual, simultaneamente, representa um custo baixo para a empresa diante dos totais de produção e receita, mas é  *muito* significativa dentro do quadro fiscal das administrações municipais. Como me disse um lojista em Canaã dos Carajás, “qualquer migalha da Vale, pra gente é montanha”. A nova CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) da Lei 13.540 de 2017 definiu novas alíquotas para rochas, areias e cascalhos (1%), ouro (1,5%), diamante (2%), bauxita, manganês e nióbio (3%) e ferro (3,5%) sobre a receita *bruta* de vendas – uma das grandes mudanças, visto que até então o cálculo era realizado sobre a receita *liquida*. Desse percentual, 60% vai para o município minerador, 15% para o estado minerador, 15% para municípios e estados *afetados* pela mineração e 10% para a União.

Recordemo-nos aqui da existência da Lei Kandir, de setembro de 1996, que isenta do tributo ICMS os produtos destinados à exportação. Lembremo-nos também que a arrecadação depende da licitude do faturamento comercial das mineradoras. Morlin (2017) estimou que o subfaturamento das exportações de minério de ferro no Brasil entre fev-2009 e dez-2015 foi de US\$ 39 bilhões (26% do valor total das exportações). O mesmo trabalho mostrou que existe uma “triangulação” entre subsidiárias: a filial brasileira exporta para uma filial num paraíso fiscal a preço baixo e esta re-vende o produto pelo preço cheio ao importador final. Em 2016, 74,3% das exportações brasileiras de minério de ferro foi *destinado* a China (66,5%) e Japão (7,8%), mas 92,2% foi *pago* por Suíça (83,1%) e Áustria (9,1%). A perda de arrecadação tributária nesse período totalizou US\$ 12,4 *bilhões*.

Entretanto, a mineração não pode ser analisada apenas de um ponto de vista abstrato, macroeconômico, com ênfase no nível Geral, nas escalas aumentadas, na rigidez locacional, no enclave. Os elementos e variáveis mais abstratos, situados em níveis mais abstratos de relações sociais, têm *sempre* uma mediação concreta nos níveis da urbanização e das práticas espaciais cotidianas. A geração tecnológica é um bom exemplo. Ao longo da história, a tecnologia empregada na mineração variou enormemente<sup>71</sup> – do garimpo e da extração com animais e máquinas simples ao *fracking* e à mina a céu aberto. Ela também depende da tecnologia disponível no país, de decisões de investimento em pesquisa e desenvolvimento, etc. Entretanto, a velocidade da extração e da construção de um complexo minerador afeta os tempos e os espaços local e regionalmente como veremos nos capítulos seguintes: o tempo de parcelamento do lote do trabalhador, o tempo de construção da casa, o tempo de realização do lucro das imobiliárias e dos donos de terra, o tempo de ocupação de terra rural, o tempo do acampamento, do plantio e da colheita, que por sua vez se expressam nas paisagens das bordas dos centros urbanos até as roças camponesas situadas nos campos, minas e aterros sanitários municipais.

O mesmo pode ser dito da estrutura da cadeia produtiva (verticalidades, horizontalidades, novos produtos), da estrutura da empresa extrativista (e.g. CVRD e Vale S/A), do papel do Estado, etc. Os contextos históricos e geográficos e a formação sócio-espacial são determinantes. Enquanto o agronegócio minerador do *cornbelt* americano independe da propriedade da terra (que ainda é das famílias fazendeiras seculares),

71. Gudynas (2018) caracterizou diferentes “gerações” do neo-extrativismo para discernir a mudança temporal do nível tecnológico.

no Brasil ela é apoiada na grilagem de terras, na violência, no uso do aparato do Estado em conjunto com as empresas extrativistas.

O contexto empírico (especificidade) deste trabalho busca uma renovação da teoria urbana através da reafirmação da urbanização extensiva e sua importância contemporânea para compreensão de transformações socioespaciais em curso (generalização). Ele é composto pelos múltiplos processos de urbanização que se desdobram na região de Carajás – em toda a sua complexidade, com diferentes determinações histórico-geográficas e níveis de realidade e de análise – com ênfase em um projeto minerador: o Complexo S11D Eliezer Batista da empresa Vale, localizado no município de Canaã dos Carajás dentro dos domínios da FLONA Carajás.

## Canaã dos Carajás: o solo e o subsolo

Na primeira metade dos anos 1980, a área que hoje corresponde ao município de Canaã dos Carajás era ocupada por pequenos agricultores migrantes que se estabeleceram a partir dos projetos de colonização de terras do GETAT (Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins), órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional.<sup>72</sup> Os lotes agrícolas do projeto compunham o Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE), cuja produção supria as operações do Projeto Grande Carajás (PGC). Quando o município foi emancipado em 1994, sua economia ainda era majoritariamente baseada em atividades agropecuárias (Cabral *et al*, 2011; Cruz, 2015). Ao fim do século, Canaã tinha 10 mil habitantes e

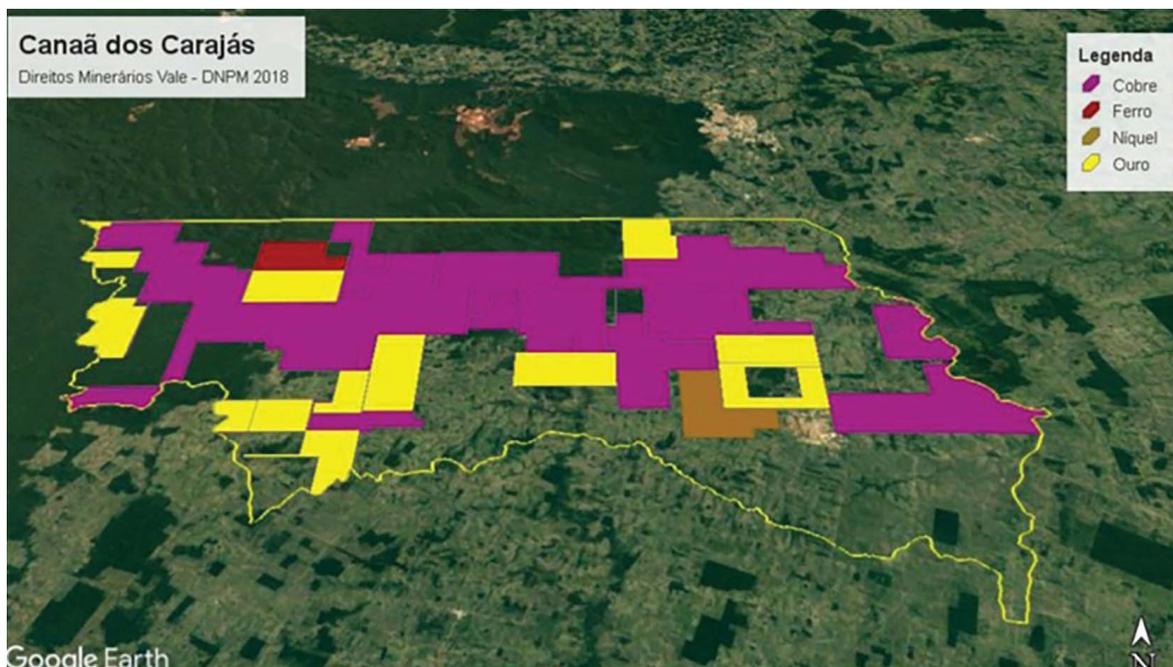
72. Wilson Corrêa (2016) analisa com detalhes a atuação do GETAT no sudeste paraense, enfatizando sua forma autoritária e sua articulação com o regime militar para garantir, sobretudo, benefícios aos grandes proprietários de terra.

era o segundo lugar na produção estadual de leite. Nesse momento, grande parte da infraestrutura que se considera básica para um centro urbano era inexistente (abastecimento de água, tratamento de água e esgoto, pavimentação, coleta de lixo, delegacia) (*Ibid*, p. 53). “[E]ra comum, na área urbana, a existência de pequenas roças e pequenos pastos, onde a atividade agrícola se fazia presente” (*Ibid*, p. 46). Na “zona rural” não havia assistência técnica e infraestrutura básica e apenas 10% tinham luz elétrica (*Ibid*).

Em 1997, a Phelps Dodge encontrou extensas reservas minerais de cobre em Canaã e 5 anos depois, a Vale iniciava as obras de instalação da Mina do Sossego para extração dessas reservas – à época, o maior projeto de exploração de cobre no Brasil com 244 milhões de toneladas de cobre e ouro associado (*Ibid*, p. 54), além de outras 125 milhões posteriormente inferidas (IBASE, 2018). O minério era beneficiado em Canaã (até atingir a concentração de 30%) e seguia de caminhão até a Estrada de Ferro Carajás em Parauapebas. Depois do início da operação da Mina do Sossego, em 2004, a produção agropecuária canaã-nense caiu pela metade, assim como a área total plantada (Cabral *et al*, 2011). Em 2005,<sup>73</sup> começam os primeiros estudos do que seria, anos depois, o projeto S11D.

No final dos anos 90, um quarto do subsolo de Canaã já estava onerado pela mineração (791 mil ha), com apenas 1 projeto de concessão de lavra (10 mil ha) (Cabral *et al*, 2011). Hoje, existem 72 processos minerários ativos (a grande maioria é da Vale), sendo que 5 estão em regime de licenciamento, e 4 são concessões de lavra (ouro, ferro e

73. Os estudos viabilidade técnica e econômica foram iniciados em 2005. A empresa requisitou, junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), uma área de servidão ao redor do projeto de 12.144 ha, pedido aceito pelo órgão em janeiro de 2009. A área a ser desmatada e alterada na FLONA Carajás correspondente a 2.722 hectares, sendo 23 hectares (1%) em ambientes de lagoa, 1.062 hectares em ambientes Savânicos (39%) e 1.506 hectares em ambientes florestais (55%), mais 130 hectares em ambientes de pastagens (5%) fora da FLONA (Reis, 2014). A Licença Prévia foi concedida em 2012.



**FIGURA 16**

DIREITOS  
MINERÁRIOS DA  
VALE EM CANAÃ  
DOS CARAJÁS

**FONTE**

ANM, IBASE (2018,  
p. 11)

cobre). Somando-se as áreas de pesquisa mineral, 60% do subsolo canaãense está onerado pela mineração (IBASE, 2018). O IBASE (*Ibid*, p.12) estimou também que a compra total de terras pela Vale S/A corresponde a 32% da área total do município. Outros 60% são áreas de “preservação” que compõem o Mosaico de Carajás. Seja pelo solo, seja pelo subsolo,<sup>74</sup> a Vale tem, em termos *formais*, controle quase total do território canaãense.

Além do solo e do subsolo, a mineração também exerce influência e controle sobre o município através dos royalties da mineração – as receitas Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Em 2005, quando começam as atividades do projeto Sossego, a renda da CFEM em Canaã era de 10,3 milhões de reais.

74. A dicotomia solo-subsolo foi criada pela Constituição de 1988 que estabelece que a União tem a propriedade de recursos minerais, em distinção da propriedade do solo. Cabe ao Estado, por-

Para 2020, a estimativa é de 349,4 milhões. A explosão da arrecadação é uma das expressões da magnitude do Projeto S11D no município. Esse empreendimento da Vale marca uma transição tecnológica rumo à mecanização completa das atividades de extração e logística, além de alcançar uma escala sem precedentes: é a maior mina a céu aberto da história. O valor aproximado do investimento é de US\$ 14,3 bilhões, com capacidade de extração estimada em 90 milhões de toneladas de minério com alto teor (66,67% em *média*) (IBASE, 2018).

Através do S11D, as exportações municipais atingiram 6,7 bilhões de dólares em 2020. O PIB per capita municipal, de acordo com dados do IBGE, saiu de R\$ 3,6 mil em 2002 (antes da instalação do Projeto Sossego), para R\$ 48,6 mil em 2008 (pós-Sossego e pré-S11D), e hoje, com dados atualizados do último REGIC 2018, Canaã dos Carajás é o 16º PIB per capita do Brasil – R\$ 197,1 mil.

tanto, conceder os direitos de pesquisa e extração a determinado concessionário que terá o produto da lavra. Entretanto, ao proprietário do solo (o chamado “superficial”) estão garantidos direitos de participação nos resultados ou indenização (ver Benatti, 1997; Michelotti, 2019, p. 252-55). A Vale tem, portanto, poderes garantidos pela constituição enquanto for detentora dos direitos de extração sobre qualquer terra, em nome do “interesse nacional”. Para não precisar lidar com o superficial, seu hedge consiste na aquisição prévia dessas terras – por vezes, de forma ilegal, como veremos no Capítulo 5.

**FIGURA 17**  
PROJETO S11D,  
IMAGEM DE  
SATÉLITE

**FONTE**  
Google Earth

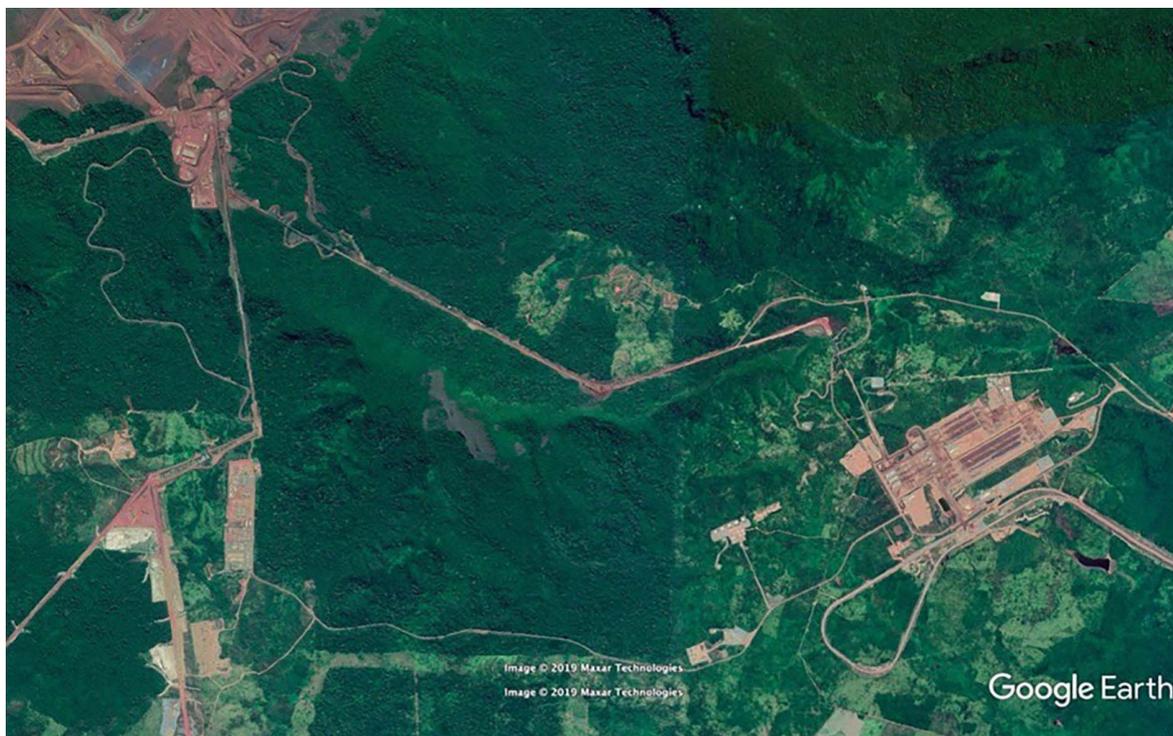


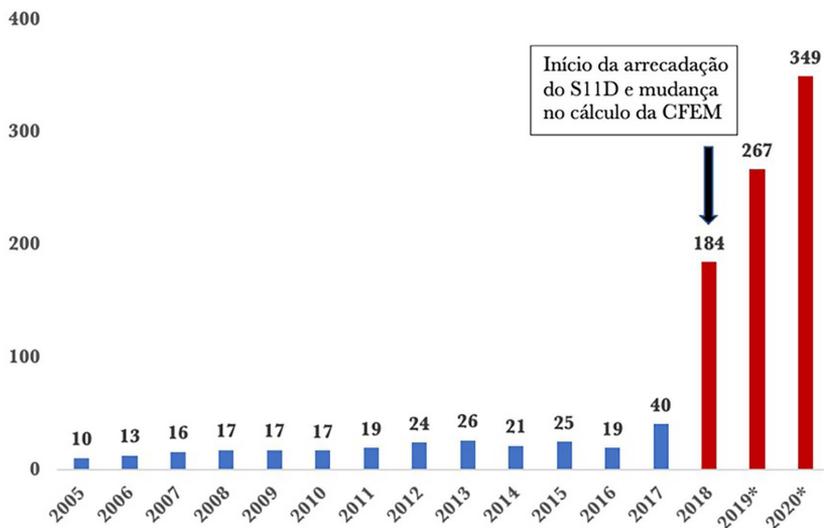
**FIGURA 18**

COMPLEXO  
ELIEZER BATISTA  
S11D, IMAGEM DE  
SATÉLITE.

**FONTE**

Google Earth





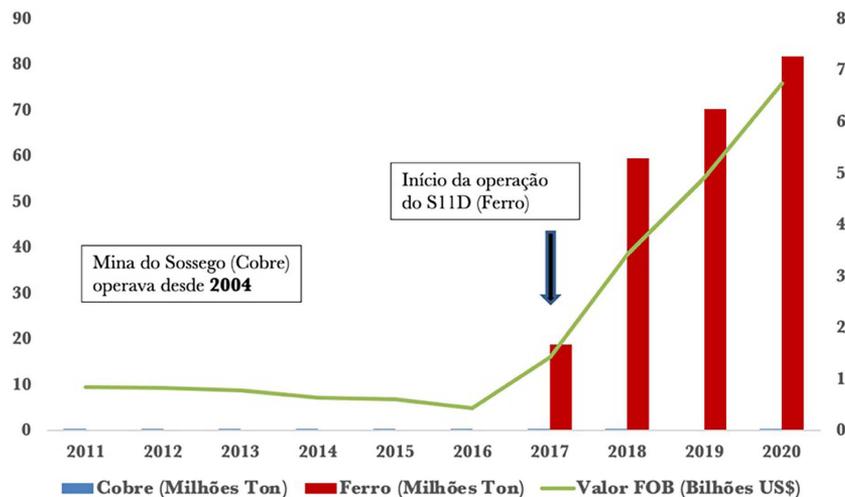
(\*) Valores estimados, IBASE (2018).

**FIGURA 19**

ARRECAÇÃO DA CFEM EM CANAÃ DOS CARAJÁS (MILHÕES DE REAIS).

**FONTE**

Elaboração própria a partir dos dados do IBASE (2018)



**FIGURA 20**

EXPORTAÇÕES MUNICIPAIS DE MINÉRIO DE FERRO (COD.2601) E MINÉRIO DE COBRE (COD.2603) DE CANAÃ DOS CARAJÁS.

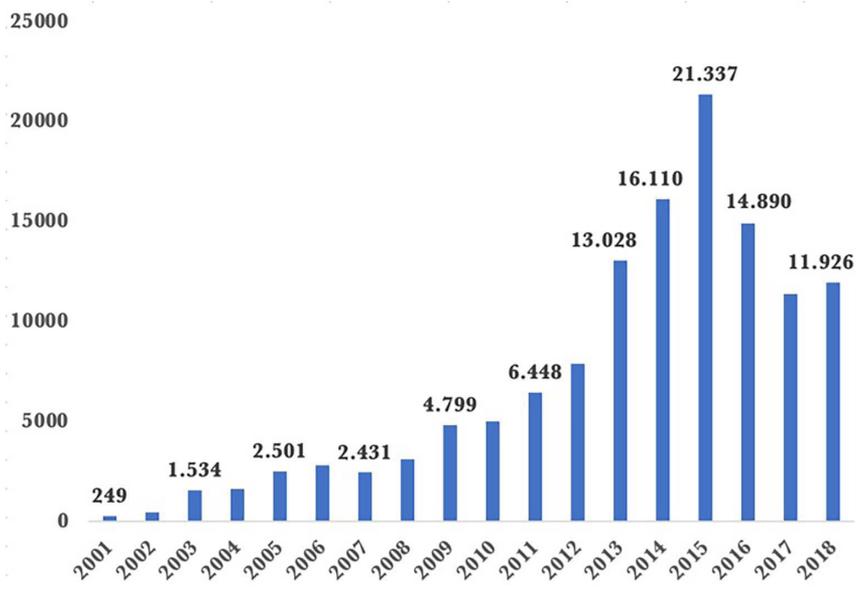
**FONTE**

MDIC/Comexstat

Entre a concessão da Licença de Instalação em 2013 e a concessão da Licença de Operação em 2016, a construção do complexo empregou dezenas de milhares de pessoas. Representantes de entidades de classe e funcionários da prefeitura compartilham a estimativa de 25 mil empregos criados na construção do complexo. Em entrevista, um funcionário da Vale afirmou que todo o processo criou 45 mil postos de trabalho, sendo que, no pico da operação de construção, havia 17 mil pessoas trabalhando. Nesse período, estima-se que mais de 40 mil pessoas migraram para Canaã dos Carajás, à época com pouco mais de 30 mil habitantes.<sup>75</sup> Com o início da operação, estima-se que apenas 100 trabalhadores diretos (altamente qualificados) permaneçam em Canaã trabalhando no complexo (Cardoso et al, 2018, p. 131) em função do nível de automatização da mina.

O sistema de lavra não será o convencional (perfuração, desmonte, carregamento e transporte do minério por meio de caminhões fora de estrada, desde as frentes de lavra até as instalações de britagem semimóvel previstas na área da cava, de onde o minério britado seguiria por Transportadores de Correia de Longa Distância – TCLD até a Usina de Beneficiamento prevista), que será substituído pela metodologia “truckless”, que compreende a lavra do minério sem o uso de caminhões através da utilização de equipamentos e máquinas modulares. (ICMBio, 2012, p. 1)

75. De acordo com os dados oficiais do IBGE, a população estimada de Canaã dos Carajás em 2018 é de 36.050 pessoas. Os dados do censo de 2010 (antes do início das obras do S11D) acusam 26.716 pessoas. A série histórica registra um crescimento estável da população através de dados estimados. Esse número está certamente subestimado. Não apenas as estimativas locais (de residentes diversos, comerciantes, burocratas) excedem em muito os dados do IBGE como, conforme avaliou o IBASE (2018), os dados do TSE informam que existiam 39 mil eleitores no município em 2015. A Prefeitura de Canaã dos Carajás (2016) já estimava uma população de 52,8 mil pessoas em 2014 e, segundo Melo (2020), 69,9 mil em 2018. Um funcionário da Vale afirmou, em entrevista, que era estimada uma população de cerca de 65 mil habitantes em 2019.

**FIGURA 21**EMPREGO FORMAL  
EM CANAÃ DOS  
CARAJÁS.FONTE  
IBGE/RAIS

O caso de Canaã dos Carajás é extremo. Trata-se de um município que, em cerca de 5 anos, recebeu um megaprojeto de mineração que induziu o movimento de dezenas de milhares de migrantes que se viram, na sequência, desempregados. Como procuro mostrar, essa é uma nova camada sócio-temporal de práticas, estratégias e conflitos sobre o já existente mosaico de conflitos regionais e, por isso mesmo, um contexto privilegiado de pesquisa para compreensão da relação entre a mineração de “quarta geração tecnológica” (Gudyinas, 2015a) e os processos de urbanização por ela induzidos.

Qual é a “cara” de um boom econômico como esse? E quanto ao seu declínio subsequente? O que houve com as dezenas de milhares de migrantes que perderam o emprego? Eles permaneceram em Canaã?

Qual era o sentimento geral em relação à mineração e como os residentes percebiam as mudanças recentes? A economia urbana foi capaz de se sustentar? Quais foram as formas de habitação e trabalho predominantes no contexto do “boom” e da crise? A prefeitura foi capaz de estimular ou encorajar economias não dependentes da mineração? Qual era a situação de Canaã 1 ano depois do início da operação do S11D?

**CAPÍTULO 3**

**AVALANCHE /**

**CANAÃ DOS CARAJÁS:**

**O 'BOOM' E A CRISE DA**

**CIDADE MINERADORA**

A viagem pela PA-160 dura cinquenta minutos até Canaã dos Carajás. Atravessar todo o seu centro urbano, por outro lado, leva apenas cinco. A avenida principal, Wayne Cavalcanti, concentra grande parte do comércio e dos serviços locais: oficinas mecânicas e postos de gasolina, depósitos e farmácias, bancos e boutiques, escritórios de advocacia e consultórios odontológicos, restaurantes e padarias, igrejas e delegacias. E muitas, muitas lojas de roupas e acessórios. São elas as principais responsáveis por uma paisagem sonora intensa e conturbada – embora não sejam as únicas – mesmo em comparação com cidades mais densas e populosas. Uma loja de materiais e implementos agrícolas veicula soluções para “o homem do campo” no mesmo amplificador que toca música sertaneja no meio da calçada. Carros de som anunciam cultos de fins de semana com pastores evangélicos regionalmente renomados. Mini-bugs amplificadas intercalam a programação da rádio local com promoções de redes varejistas. Quatro pequenos caminhões de som divulgam a chegada de um novo supermercado, cuja logomarca estampa a camisa dos homens que estão no teto do caminhão soltando fogos de artifício e balançando bandeiras. Mas as lojas de roupas e acessórios são mais numerosas ao longo da avenida principal e utilizam volumosas caixas de som fixadas em suas fachadas contíguas, onde se misturam músicas de Beyoncé em ritmo de brega e Wesley Safadão, quase como se os termos da competição econômica fossem dados em decibéis.

Na hora do almoço, o sol vigoroso diminui o movimento na avenida central e os restaurantes se enchem gradualmente. A chamada “vocação mineradora” de Canaã “minou” sua própria capacidade de produzir alimentos e grande parte da carne vem de frigoríficos de outros municípios. Entretanto, as inúmeras churrascarias ao longo da Wayne Cavalcanti e da Avenida Pioneiros expressam a presença duradoura da pecuária regional: uma refeição “sem balança”, servida à vontade, com grande variedade de carnes de churrasco custa 12 reais. De noite, as churrascarias relativamente mais sofisticadas recebem majoritariamente homens. Entre o áudio dos jogos de futebol transmitidos nas TVs e a música sertaneja dos carros de som circulando na avenida, sotaques mineiros e cariocas são bastante reconhecíveis. Em certa noite, um garçom me disse que “a Vale agora só emprega gente de fora, mesmo que o povo daqui faça de tudo pra se qualificar”, já que as posições remanescentes na mineração eram preenchidas apenas por engenheiros e gestores especializados. Na fila do caixa, três jovens de uma empresa terceirizada de manutenção de máquinas se gabavam dos respectivos reembolsos de seu farto jantar e calculavam a quantidade de chocolates que podiam pedir sem estourar o teto do recibo.

Ao longo do dia e da noite, a constante no movimento das ruas eram os carros e SUVs cobertos em poeira de minério, que pareciam ser o único elemento do ambiente sensorial que tornava *perceptível* aos residentes do centro urbano a presença de uma mina no município. Esses veículos minerários eram adesivados com números e letras largas – códigos de identificação à distância – e com logomarcas da



Vale, de terceirizadas da mineração ou das locadoras de veículos. A identificação dos veículos a longas distâncias era importante não apenas nos territórios de mineração, mas em todas as áreas do município. Funcionava como uma espécie de credencial social em um momento em que a desconfiança, o medo do forasteiro e do desconhecido prevaleciam.

Essa era exatamente a condição do centro urbano canaãense em 2018 derivada da crise econômica, social e política com o fim das obras de instalação do Complexo S11D e com a consecutiva demissão de milhares de trabalhadores que se instalaram em Canaã a partir de 2011. A agência dos Correios havia sido assaltada pela segunda vez em três meses, e dois de seus funcionários foram sequestrados na van da própria instituição. Muitos residentes faziam alusão a filmes de faroeste para descrever a conjuntura local ao relatarem episódios de violência nos meses anteriores: perseguições de carro, brigas, tiroteios, cobranças de dívidas e assaltos. Três agências bancárias foram invadidas apenas no primeiro semestre. Quinze pessoas armadas explodiram uma agência do Banco do Brasil e uma cooperativa de crédito com dinamite. Múltiplas invasões domésticas e sequestros alimentavam o noticiário local, além do aumento da prostituição e do tráfico de drogas.

Na rádio, os apresentadores do programa matinal de notícias denunciavam a inadimplência da prefeitura da “capital mundial do minério de ferro” que há meses não pagava as contas de luz e água de diversos prédios públicos, desgastando ainda mais a imagem da gestão



local. O prefeito reeleito Jeová de Andrade havia sido afastado por 180 dias pelo Ministério Público por contratações ilegais e superfaturadas de serviços de advocacia para o município, mas retornou ao cargo depois de duas semanas por determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A crise política local era alimentada pelo circo midiático em torno da prisão de Lula, realizada na mesma semana da minha chegada no sudeste paraense.

Os serviços públicos se deterioravam apesar do aumento significativo das receitas da CFEM que, até 2017, não tinha identificação própria no orçamento de Canaã. “O problema aqui é que a prefeitura não reverte pra cidade”, me disse um moto-taxista. Em 2018, 39% dos recursos (184 milhões de reais) foram despendidos sob a rubrica “urbanismo”, mantendo o programa Asfalta Canaã<sup>76</sup> (75 milhões) que até então assegurava a popularidade do prefeito. Apesar disso, a Secretaria de Obras declarava não ter orçamento para reparar os danos causados pelas chuvas ou dar manutenção à infraestrutura dos bairros emergentes. Escolas e postos de saúde operavam com contingente de pessoas reduzido e apostavam na greve para conseguir um assento na mesa de negociações com a prefeitura. Segundo uma representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP), as condições de trabalho estavam cada vez mais precárias com a estrutura das escolas em constante depreciação e um crescente número de profissionais “sem saúde financeira ou mental”.

Muitas pessoas pareciam espantadas com o contexto em que se encontravam e apelavam a memórias relativamente recentes numa mistura de nostalgia e lamento – de não ter comprado determinado

76. O Asfalta Canaã foi a grande plataforma eleitoral do atual prefeito canaãense. Lucas Cândido (2018, p. 117) discute esse “corolário de desenvolvimento” canaãense no qual “o progresso é medido pela quantidade de vias asfaltadas na cidade”.

pedaço de terra, de não ter direcionado seus negócios e atividades em certa direção, de não terem procurado trabalho em outro lugar. Mas pareciam, ao mesmo tempo, não se arrependem da vinda para Canaã, mesmo que o horizonte estivesse mais nebuloso. A ênfase era sempre colocada nos “bons tempos” da “terra prometida” – Canaã/ “Canaan”, antiga denominação da região hoje correspondente ao Estado de Israel, vislumbrada por Abraão em tempos bíblicos, que dá o nome ao município. Por vezes a crise atual era interpretada como trabalho de Deus: “nessa terra a gente tem que ter fé. Tem que provar nossa força o tempo todo, igual era aqui 30, 40 anos atrás”, me disse uma pioneira.<sup>77</sup>

Muitos residentes se apressavam em me convencer de que não havia lugar melhor para se estar, apelando a uma racionalidade bastante simples e direta: se você está em um lugar que atravessa um surto de crescimento dessa magnitude, você vai ganhar dinheiro. Em Canaã, a lógica de “estar no lugar certo na hora certa” era inconteste, sobretudo frente às recompensas potenciais desse movimento. Donos de hotéis, taxistas e moto-taxistas, comerciantes, garçons, burocratas, lojistas e muitos outros participantes do jogo econômico local faziam questão de que eu compreendesse, em cada conversa, o quão extraordinária era a vida econômica local durante o “boom”. Os hotéis estavam sempre cheios, outros estavam em construção e diversos esquemas de acomodação surgiam diariamente. Os supermercados constantemente tinham filas de até duas horas – e em dia de pagamento, era melhor evitar fazer compras. Bares, lanchonetes e restaurantes de todas as faixas de preço ficavam lotados. Moto-taxistas se aproveitavam da ausência de transporte público local: “A gente fazia uns 300, 350 por dia, às vezes até 500! (...) hoje a gente luta pra fazer 50”.

77. Os “pioneiros” são os atuais residentes de Canaã que são antigos colonos dos projetos de assentamento do GETAT, ainda nos anos 1980. São migrantes de diversas partes do país que chegaram a Canaã através desses projetos e se estabeleceram como camponeses. Por serem proprietários das primeiras terras do município, muitos pioneiros ganharam (e ainda ganham) dinheiro com a emancipação e expansão de Canaã.



Um lojista europeu que veio de Belo Horizonte em 2014 se lembrava feliz do período de sua chegada, quando não era preciso fazer promoções: “Tudo que tinha a gente vendia. A qualquer preço”. As filas dos bancos eram imensas e chegavam até a porta de sua loja. “As vezes paravam cinco, seis ônibus de peão ... pra vir aqui no Bradesco [receber]”. Agora seu empreendimento era capaz de “sobreviver” porque não precisava pagar aluguel. Ele construiu um pequeno prédio com a loja no térreo, onde continua vendendo roupas, acessórios e utensílios domésticos de marcas nacionais e internacionais. Para ele, a única vantagem da crise era a queda nos salários. “Em 2014 ninguém queria trabalhar por salário mínimo”.

Várias redes varejistas regionais também se aproveitaram do surto de crescimento local. Lojas de eletroeletrônicos, móveis e utensílios domésticos – que operavam também em Marabá, Parauapebas e outros municípios em Goiás, Maranhão e Tocantins – abasteciam as residências dos migrantes da mineração e usavam seus próprios instrumentos financeiros e mesas de crédito para garantir carnês e prestações acessíveis. Um gerente varejista lamentava o fim das obras do S11D. “Quando fica só a Vale, aí cai bastante”. Para ele, a agropecuária precisava retomar o seu espaço na economia local. “A mineração acabou com a pecuária e a agricultura do município”. Na franquia que administrava da Magazine Liliani, a relação de dependência da mineração era explícita. “Agora a gente vende mais é quando a Vale solta o PL [participação nos lucros] e injeta renda na cidade”. Mas se a situação da loja era ruim, individualmente surgiam algumas oportunidades, sobretudo pra quem conseguiu juntar dinheiro

nos anos anteriores. “Ontem mesmo me ligou uma mulher querendo vender a casa dela por 15 mil ali no Minha Casa Minha Vida ... que ela pagou 50 [mil]”.

O declínio dos preços e aluguéis de imóveis residenciais e comerciais era uma das dimensões mais importantes e imediatas da crise, visto que milhares de pessoas deixaram Canaã depois da construção do Complexo S11D. Algumas lojas tiveram seus aluguéis reajustados para baixo antes mesmo do encerramento dos períodos acordados. Esse era o caso de Ricardo, que agora estava fechando sua loja de roupas na Wayne Cavalcanti, embora suas economias pudessem lhe garantir mais um ano de aluguel em sua loja de 8 metros quadrados. “Era 1500, em 2015. Chegou a 1000 no ano passado. Agora a dona quer 750, mas eu é que não quero”. Segundo ele, esse era o caso de muitos outros lojistas. “Eu nunca vi o preço do aluguel cair enquanto o inquilino está dentro”, contou rindo, “mas é isso que tá acontecendo! Hoje em dia você aluga uma casa boa aí por 300, 400 reais”.

Ricardo nasceu em Tucuruí pouco antes da construção da usina hidrelétrica criada para abastecer a produção minero-metalúrgica regional. Era técnico em segurança do trabalho e conseguiu uma oportunidade de emprego em Parauapebas em 2012. No ano seguinte, ele e sua esposa vieram para Canaã. Ela era formada em Gestão Ambiental, mas não conseguiu emprego por não ter experiência na área. Ele conseguiu. “No começo, eu era um dos 20 mil trabalhando no S11D”. Em 10 meses ele conseguiu comprar um lote para construir sua casa, até que o excesso de oferta e a queda na demanda por mão de obra finalmente teve seu efeito nos salários. “Eu ganhava o dobro do dinheiro que os técnicos ganham hoje”.

O casal gradualmente expandiu sua rede de relacionamentos e decidiu abrir uma loja de roupas na avenida central, calculando que seria um negócio melhor do que continuar empregando sua mão de obra na mineração. E foi. Nos últimos anos eles conseguiram terminar sua casa e guardar algum dinheiro. “Cheguei a ter salário aqui [na loja] de 7 mil reais”. Segundo ele, nos finais de semana as lanchonetes e sorveterias mais próximas ficavam tão cheias “que não cabia gente na calçada ... e entravam na minha loja”. Agora, os amplificadores na porta de sua loja anunciavam seu fechamento. Ricardo descreve o processo atual: *“Tá tudo caindo, igual uma avalanche. Vem de cima pra baixo atingindo todos os níveis”*. Apesar da avalanche, ele acredita que “sair de Canaã pra começar uma vida em outro lugar” naquele momento seria um erro. “Não adianta você correr de um lado pro outro que vai dar na mesma ... é melhor eu ficar aqui, do que eu vender o que eu tenho e ir pra uma cidade que não conheço ninguém, começar do zero”. Além do mais, “é melhor [ter] a Vale do que nada, né? Alguém tem que pelo menos dar manutenção naquela mina enorme, então pelo menos tem isso”. Ele também estava certo de que, em algum momento, ele sairia da cidade. “A intenção não é ficar pra sempre”.

Esse é o caso de muitos residentes. Pessoas em movimento que se deslocam continuamente na esteira de grandes projetos extrativistas, ainda que sejam capazes de exercer múltiplas funções. Apesar do conhecimento acumulado por essas pessoas em diferentes localidades lhes garantir algum êxito no desempenho de outras funções econômicas, o principal *indutor* do movimento era, ainda assim, um grande projeto. A lógica (econômica) por trás dessa indução não é apenas uma questão

funcional, no sentido de que o migrante busca um emprego específico na empresa extrativista – nesse caso, a mineração – mas sim uma racionalidade econômica mais geral que vai além da vaga de emprego ou do exercício de uma determinada atividade. Isso porque o grande projeto minerador induz uma aglomeração para a qual será necessário provisionar uma série de bens e serviços que escapam do escopo, mas sobretudo da *atenção* do “circuito superior” da economia urbana (Santos, 2004 [1979]).<sup>78</sup>

Uma parte significativa dessas necessidades menos associadas a bens duráveis ou de tecnologia mais alta e mais ligadas ao cotidiano, se conecta a um trabalho autônomo, por vezes familiar, que caracteriza as economias nascentes em contextos de surtos de crescimento. É o ponto em que a economia popular (Coraggio, 1994, 2000; Diniz, 2015; Simone e Pieterse, 2017; Gago, 2019) encontra a economia de aglomeração (Jacobs, 1969; Scott and Storper, 2015). Nas ruas de Canaã havia diversas manifestações desse encontro, dos vendedores ambulantes de milho, panelas e capas de celular aos *banners* de manicures pendurados nas portas das casas e placas com números de *Whatsapp* oferecendo serviços diversos. Mesmo se dando em bases regulares, algumas dessas transações – como trocas de moradia temporária por algumas horas de trabalho ou por determinado pedaço de terra, ou de uma carona de moto-taxi por uma refeição ao final do expediente – permanecem invisíveis.

78. Milton Santos (2004 [1979]) faz uma distinção entre os dois circuitos da economia urbana. Enquanto o circuito superior, focado na acumulação de capital, incorpora economias de escala, é intensivo em capital e tem projeção externa à região em que se encontra, o circuito inferior é intensivo em trabalho e se articula mais fortemente à economia urbana local.





Ainda que essas economias possam parecer residuais frente ao grande projeto minerador, às redes varejistas, às rendas da CFEM ou aos grandes empreendimentos imobiliários, elas constituem tanto oportunidade de trabalho (oferta), quanto possibilidade de consumo (demanda) para as maiorias regionais que se instalaram, ainda que temporariamente, nos centros urbanos ao longo da fronteira amazônica. Elas garantem a provisão de bens e serviços em centros e periferias urbanas onde há uma disposição desigual dos meios de consumo coletivo para reprodução da força de trabalho (Castells, 2014 [1972]).<sup>79</sup> Nesses contextos, enxergar uma certa oportunidade depende menos da existência de um determinado mercado, mas de um “ângulo” através do qual é possível ver outras oportunidades, economias e formas de trabalho (Simone e Pieterse, 2017).

79. “O tema do ‘urbano’ parece conotar os processos de reprodução simples e ampliada da força de trabalho, enfatizando as condições específicas de sua realização. Mais concretamente, nas sociedades capitalistas avançadas, assistimos a uma coletivização crescente das condições subsequentes a estes processos, já que existe uma interpenetração técnico-social das produções e atividades que aí se fazem necessárias e já que a concentração

Por um lado, parece claro que o aumento do dinamismo da economia urbana canaãense a partir de 2011 tinha motivos tão diretos quanto o crescimento da população e do emprego, o aumento da massa salarial local e a expectativa de crescimento da demanda por bens e serviços. Por outro, parece também importante a mudança qualitativa de uma economia de aglomeração com novas aspirações e capacidades, aptidões e talentos, sobretudo na experimentação de formas diversas (e frequentemente bem sucedidas) de trabalho e habitação. É notável a participação de uma população não apenas migrante, mas em constante movimento, capaz de se adaptar e de incorporar um novo repertório de práticas. Na pesquisa do LabCam/UFPA com 216 residentes, apenas 3,26% dos residentes eram naturais de Canaã, e 81,22% dos migrantes haviam morado em outros lugares antes de migrar para o município (ver Melo, 2020; Cândido, 2018). Basta coletar uma pequena amostra das histórias por trás desses movimentos para perceber a quantidade de trajetórias e experiências que se encontravam na aglomeração induzida pelo grande projeto minerador.

Juliana veio do Maranhão em 2006, foi empregada de diversas lojas, trabalhou como secretária em uma terceirizada da mineração no S11D, mudou-se algumas vezes de cidade, voltou para cuidar de sua mãe e hoje vendia milho na porta de casa. Raquel era de Goiás, mudou-se para Araguaína, perdeu o emprego em 2013 e desde então estava em Canaã trabalhando em sua própria loja de bolos e salgadinhos – agora acompanhada de sua irmã. Flávia nasceu no interior de Minas, foi para Montes Claros ainda adolescente, fugindo da violência doméstica e dos abusos do padrasto. Foi adotada por um casal de médicos que a

dos meios de produção e de sua gestão leva a uma concentração paralela dos meios de consumo. Em tal situação, o urbano não remete apenas a uma forma espacial, mas exprime a organização social do processo de reprodução” (Castells, 2014 [1972], p. 539).

levaram para estudar em Belo Horizonte até concluir o segundo grau. Foram todos morar em Pedro Leopoldo, onde conheceu seu primeiro marido que era gerente de uma fazenda no Tocantins, para onde se mudou. Depois da demissão do marido ela prestou concurso no interior da Bahia, onde trabalhou na polícia civil. Quando seu marido e filha foram sequestrados, decidiu sair da polícia. Foram para Ourilândia do Norte, no Sul do Pará, onde trabalhou em um hotel até se separar, mudando-se em seguida para Canaã dos Carajás, onde “o pessoal falava que tava bom”. Aqui, ela conheceu seu segundo marido e abriu um restaurante. Ela dizia estar feliz por ter conseguido comprar sua casa com o sucesso do restaurante no período de crescimento, apesar de frustrada com as “grandes empresas locais” que atrasavam pagamentos mensais dos convênios firmados por saberem que ela não tinha outras opções e dependia daquele “contrato informal” para manter seu restaurante. Assim como Ricardo, Juliana e Raquel, Flávia não quer ficar “para sempre” em Canaã.

O grupo que parecia satisfeito com o “des-inchaço” populacional são os autointitulados “pioneiros”. Tratam-se de colonos subsidiários dos projetos estatais de colonização de terras que chegaram em Canaã nos anos 1980 em condições muito adversas. Os relatos de pioneiros e pioneiras – nessa e em outras pesquisas (ver Cândido, 2018; Melo, 2020) – tem, em geral, duas constantes. A primeira é a narrativa da força, da superação das adversidades e da fé cristã como caminho do progresso na direção da terra prometida. A segunda é a aversão aos atuais migrantes – uma vez que esse grupo de pioneiros é também se identifica, em um contexto de migração intensa, como “locais”

– frequentemente retradados como “festeiros, usuários de drogas, frequentadores de prostíbulo” (Cândido, 2018, p. 110). Havia uma culpabilização desses “forasteiros” por arruinarem Canaã dos Carajás. Uma senhora pioneira, me explicou: “esse povo de fora só quer dinheiro e só vem fazer bagunça na cidade [...] A gente, que é *cidadão* de bem, tem que aguentar”. Mais adiante, ela esclareceu que “quem dá mais trabalho” é “esse pessoal das terceirizadas”. Curiosamente, ela era crítica da Vale e da grande mineração que vem “tirar os tesouros da nossa terra” – “essas montanhas aí que você tá vendo é tudo cheia de pedra preciosa” –, mas tolerante com os funcionários do alto-escalão, compartilhando com eles a cidadania autoconferida. De fato, e de maneira bem prática e imediata, os funcionários diretos da Vale tinham um status particular – expresso nos uniformes verde claro que circulavam em lojas, padarias, restaurantes e supermercados mais caros –, uma espécie de credencial social de prestígio que garante até mesmo atendimento hospitalar prioritário no município.<sup>80</sup>

Em muitos contextos ao longo da fronteira amazônica a migração é marca definidora dos lugares e relações sociais. “Migrante”, contudo, não é uma categoria ou condição social homogênea – em particular, para o migrante maranhense (Silva, 2010). Em Canaã, pioneiros e funcionários da Vale pareciam desfrutar de direitos coletivos e condições de vida bastante diferente das massas de migrantes de alta mobilidade funcional e espacial em busca de melhores oportunidades, que seguem essa dinâmica da “avalanche”. As formas de habitação dessas massas de trabalhadores, nesses contextos, é também central para compreensão das transformações da cidade mineradora.

80. Relato de uma residente em entrevista concedida a Lucas Cândido (2018, p. 109-110).

## Morar na Avalanche

O influxo migratório que mais do que dobrou a população de Canaã entre 2011 e 2016 durante a construção do S11D superou as capacidades locais de acomodação temporária e permanente. Dezenas de milhares de postos de trabalho foram criados apenas na construção complexo, empregando trabalhadores diretos e indiretos da mineração, além do fluxo de pessoas induzidos pelo aquecimento da economia urbana. A moradia rapidamente se tornou um problema para a administração local bem como um mercado quente para atores exógenos. O preço da terra e dos aluguéis disparou nesse período. Embora houvesse uma tendência regional de valorização fundiária generalizada, ela não se compara àquela induzida pela expansão da “economia urbano-mineral” (Michelotti, 2019), contexto no qual a mineração cria também uma “corrida por terras” tanto dentro do perímetro urbano, quanto na zona rural, ligadas a potenciais minerários, localização e condições para implantação de infraestrutura (*Ibid*, p. 249).

A ausência de um quadro sistemático e adequado para o desenvolvimento urbano na Amazônia significa que as experiências cotidianas dos residentes regionais dificilmente são levadas em conta.<sup>81</sup> A inventividade que nasce da experiência das maiorias regionais, inclusive em termos de moradia, não é incorporada nas políticas públicas, nos marcos legais e nas práticas institucionais das cidades amazônicas. Dito de outra forma: não há uma *mediação* “de baixo pra

81. Ainda que de alguma maneira essa assertiva seja generalizável para o Brasil, as especificidades da bio- e da socio-diversidade amazônicas e as várias rodadas históricas de saque e colonização por parte de atores exógenos conclamam um aparato regulatório e um repertório de práticas próprio dessa região.

cima”, da experiência do nível ecológico, do “habitar” até as relações institucionizadas no nível do Estado. Mais do que frequentemente o resultado dessa imediação é o mesmo: empresas regionais, nacionais e internacionais são capazes de obter lucros rápidos através da manipulação do ambiente construído, fornecendo opções de habitação precárias sob a legenda do “legal”, do “seguro” e do “privado”.







Várias expressões desse tipo de “solução” de mercado (mas sempre com a participação do Estado) foram mobilizadas em Canaã dos Carajás. A mais frequente e extensa delas são os *loteamentos residenciais*, um tipo de empreendimento imobiliário muito comum em áreas de urbanização no sudeste paraense dirigido por empreiteiras regionais privadas geralmente em parceria com prefeituras locais. Seu trabalho é basicamente construir condições básicas de habitação em áreas que são vendidas como “bairros planejados” – “terreno legalizado, localização privilegiada, preços acessíveis, financiamento direto e taxas de juros baixas”, além do fornecimento de “redes de água, asfalto e meio-fio, iluminação pública, esgoto e drenagem urbana”.<sup>82</sup> Ao comprador resta a tarefa de construir sua própria casa, além de honrar as parcelas mensais de R\$ 199 pelo lote de 300 m<sup>2</sup>.

As áreas de loteamentos residenciais aumentaram drasticamente durante o boom econômico, uma vez que a combinação de autoconstrução e parcelas mensais baixas se tornou a principal e mais acessível opção para os trabalhadores. Caminhando do centro para fora, veem-se casas e pontos comerciais diversos, lojas e prestadores de serviços transmutando-se em uma primeira onda de loteamentos. Eles são mais densos e sua combinação difusa forma bairros “novos”, mas de difícil distinção entre si, alguns deles retratados em programas de rádio locais e notícias online como centros de tráfico de drogas e prostituição. Os limites de cada propriedade não são muito claros, uma vez que não há cerca entre as casas – que, por sua vez, não possuem tinta ou reboco. Alguns desses primeiros loteamentos estão lado a lado a áreas de vulnerabilidade e erosão, às vezes ocupadas e habitadas.

82. Extrato do comercial online do bairro 'Jardim Europa' em Canaã dos Carajás, desenvolvido pela Buriti Empreendimentos. <http://buritiempreendimentos.com.br/jardim-europa-canaa-do-carajas/>. Acesso em 13-Mai-18.

Avançando em direção às margens de Canaã, a infraestrutura começa a esmaecer: rotatórias incompletas, casas inacabadas e até abandonadas, estradas terminando abruptamente em matagais. Nesses limites, bares, lojas e templos neopentecostais igualmente precários e autoconstruídos só são identificáveis pelos *banners* de plástico em suas fachadas de tijolos. Placas de “vende-se”, “aluga-se” e até mesmo “troca em moto” tornam-se cada vez mais frequentes nas fachadas de casas esparsas, muitas das quais não tinham teto nem paredes. Indo um pouco mais longe, há ainda alguma infraestrutura dos empreendimentos, mas quase nenhuma casa. Vê-se apenas postes de iluminação, lotes claros, grama baixa e um estande verde sob o qual duas pessoas com camisetas combinantes se protegem da chuva e do sol.











Do ponto de vista do trabalhador migrante, a habitação é também uma aposta. Imagine-se recém-chegado em Canaã dos Carajás.<sup>83</sup> Com sorte, você foi contratado por alguma empresa ligada à mineração. Os alugueis das casas centrais estão caros pelo aumento da demanda e não foi possível entrar na fila do Minha Casa Minha Vida.<sup>84</sup> Sua melhor opção é o loteamento. Você escolhe o lote em uma das áreas de expansão e compra o material de construção que lhe é entregue dias depois. Você está de pé, no lote, contemplando um mar de grama entrecortado por traçados de asfalto e postes de luz. Aquela vasta paisagem verde e laranja lhe parece vazia e você a contempla sem saber se um dia aquele monte de grama vai se tornar um monte de casas ou um monte de vizinhos. Isso dependerá do ritmo de expansão que por sua vez depende da atração de migrantes via mineração. Como num esquema de pirâmide, você não pode ser um dos últimos a entrar.

Se os lotes ao seu redor forem adquiridos, isso significa que a cidade “chegou” até você. Você foi absorvido pela concentração. Muito provavelmente haverá algum tipo de comércio, ainda que subsidiado pela economia popular. O bar pode não ter todas as licenças pra operar, mas haverá um bar perto da sua casa. O mesmo vale para o salão de beleza, a mercearia e certamente para a igreja. O transporte não será um serviço público provido pelo poder municipal, mas talvez a densidade crie uma demanda por transporte coletivo e um serviço de van seja criado a partir de um grupo de Whatsapp. Você terá vizinhos e vizinhas. Pode ser que vocês se tornem amigos e se ajudem na labuta diária. Alguém com quem você possa contar e que, quem sabe, tenha uma rede de solidariedade mais ampla na cidade. Alguém para deixar

83. Parte desse exercício imaginativo deriva do relato de um ex-lojista e ex-trabalhador da mineração.

84. Canaã dos Carajás tem um conjunto de 933 unidades feitos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1), anunciado em 2013 e finalizado em 2015 (ver Cândido, 2018; Melo, 2020). Para uma discussão crítica do Programa Minha Casa Minha Vida na região, ver Cardoso *et al* (2014).

o filho, receber encomenda, pedir um remédio ou uma carona. Você pertencerá a um bairro. Quanto mais pessoas residirem nesse bairro, mais pessoas da cidade saberão da existência desse bairro. Saberão que ele tem um nome e se lembrarão desse nome. Demandas coletivas podem ser mobilizadas junto à prefeitura – quanto mais residentes, mais eleitores. Se a cidade continuar a se mover, se ela ultrapassar sua residência, maior sua proximidade relativa do centro. Pode ser que ela se valorize para além de suas expectativas. Se um dia você precisar colocar novamente o pé na estrada – reencontrar um tio, um filho, um amor perdido; reestabelecer sua loja ou sua profissão; retornar para uma economia pujante, um centro em expansão, um lugar onde “tá bom” – sua casa será um ativo importante para a sua reconstrução.

Se “a cidade” não chegar até você, a situação será bem diferente. Os poucos residentes que vi e pude conversar nas bordas dos loteamentos mais afastados relataram problemas ligados às longas distâncias e à saída massiva de moradores. Sentada sob a sombra em frente a sua casa, uma jovem me disse que “de noite dá até medo de fantasma”. Segundo ela, “aqui, nada é perto”. O marido vai trabalhar com a moto e ela sai a pé quando precisa de alguma coisa. Ela apontou o mercado mais próximo que, pelos meus cálculos, ficava a pouco mais de 1km de distância. Ela lamentava a ausência de transporte público. “Tem gente que usa bicicleta [...] mas o sol, né?”. Mesmo de moto, havia o obstáculo da poeira: não dá pra fazer uma entrevista de emprego com a roupa e os sapatos alaranjados de terra.<sup>85</sup> Existem serviços de vans irregulares – tanto em termos da frequência e consistência do serviço, quanto em termos legais – organizados por grupos de Whatsapp e anunciados nas rádios locais. “Mas pra cá eles que colocam o preço que eles querem”.

85. Relato de um morador de Canaã registrado por Cândido (2018).

Na região sudoeste do município, os loteamentos residenciais não “terminam em mato” como os demais, mas em um complexo de centenas de casas contíguas com elevado padrão de construção que, surpreendentemente, não têm muros ou cancelas. Trata-se de um empreendimento lançado pela Vale em parceria com a empreiteira regional Buriti e a VBI Real Estate.<sup>86</sup> O *Residencial Vale* hospeda funcionários de mais alto escalão da mineradora em Canaã em cerca de 500 casas idênticas de dois andares variando em cores sóbrias, largas de garagens, mas sempre equipadas com câmeras e sistemas de segurança. Nas mesmas casas estão distribuídos alguns dos escritórios da empresa em Canaã. Cada bloco tem cerca de 50 casas divididas por muros largos e altos.

86. A “private equity real estate investment firm headquartered in São Paulo” with “equity commitments of approximately \$1.1 billion”. Extraído do site da VBI Real Estate <http://www.vbirealestate.com/site/home>. Acesso em 14-May-18.



Notemos um aspecto importante da relação entre a mineração e a urbanização concentrada: o tempo e os processos de construção da casa ou do bairro têm relação estreita com o tempo e os processos da mineração contemporânea – que Gudynas (2015a) chamou de quarta geração tecnológica. A mega-mineração a céu aberto tem um emprego mínimo de trabalho que é também altamente especializado. Em Canaã, essa característica é expressa pelo Residencial Vale e pelo *contraste* com os loteamentos residenciais. Quanto mais automatizado o processo e mais especializado o trabalho *pós-construção* do complexo minerador, menor e mais simplificado será o espaço planejado dos funcionários especializados – basta comparar o Núcleo Urbano de Carajás e o Residencial Vale.

De outra parte, a fase de construção do complexo (que gera mais emprego e atrai mais migrantes) também é mais rápida, portanto, a massa de trabalhadores tem emprego por menos tempo. Grande parte desses trabalhadores se aloca nos loteamentos residenciais. É claro que as empreiteiras regionais que produzem os loteamentos estão cientes de que o mercado imobiliário irá colapsar depois da construção da mina, de modo que não há tempo suficiente para construção das casas – uma tarefa que é repassada aos compradores. Em contextos de rápido crescimento econômico e decadência, os agentes de mercado se empenham em vender as terras sem valor adicionado sob a forma de construção pois não há tempo para que tal valor seja realizado.

O impacto na paisagem residencial é duplo. O primeiro é qualitativo e deriva também do aumento da velocidade do processo de extração.

Quanto mais rápida a construção do complexo e menos postos de trabalho restarem às massas de migrantes, menos tempo para construção da casa e para pagamento de parcelas referentes ao lote. Nesses contextos, maior é o abandono, as ruínas e a precariedade das casas. Essas paisagens residenciais de arruinamento, portanto, têm relação estreita com os tempos e processos da mineração contemporânea. O segundo impacto é quantitativo, ou seja, esses loteamentos se estendem desmesuradamente até a perda completa de densidade, criando bairros praticamente idênticos, mas com nomes diferentes apenas por serem frutos de empreendimentos imobiliários diferentes. Com efeito, esses “bairros” são às vezes distinguíveis nas conversas cotidianas apenas pelo nome da empresa responsável – e.g. “bairro da Buriti”, “bairro da Nova”.

Já o “bairro da Vale”, como o Residencial é popularmente conhecido, é expressão da divisão social do trabalho no espaço característica das cidades reféns de uma única empresa ou empreendimento. Perguntei a um funcionário da Vale sobre a ausência de portões e muros no Residencial e ele me respondeu: “A Vale aprendeu com o Núcleo de Carajás e Parauapebas”<sup>87</sup> – i.e. com o confinamento de trabalhadores, com a extensão das relações da empresa para o bairro, com a convivência forçada com colegas de trabalho, mas, mais importante, com o surgimento de uma cidade que se contrapõe à vila ou bairro planejado de trabalhadores. Esse também é o caso das chamadas cidades mono-industriais: pretende-se a criação planejada de um espaço de reprodução da força de trabalho (ver Castells, 2014 [1972]) que é posteriormente contraposto aos espaços onde se assentam as

87. Entrevista com funcionário da Vale, 9 de dezembro de 2019.

massas de trabalhadores. No caso de João Monlevade, o pequeno povoado de Carneirinhos absorveu grande do fluxo migratório induzido pela construção da usina da Belgo Mineira a partir dos anos 40 e, em 1991, o Bairro Carneirinhos concentrava 77% da população, contra os 4,2% que residiam na vila projetada pela indústria abrigava (Costa e Monte-Mór, 1995). Em Ipatinga, nos anos 60, surgia a “outra Ipatinga”, chamada de “cidade espontânea”<sup>88</sup> dos trabalhadores que se contrapunha aos bairros residenciais planejados pela Usiminas ligados pelas vias circundantes à própria usina (Costa, 1996). Mesmo na cidade histórica de Ouro Branco que recebeu a siderúrgica da Açominas na segunda metade dos anos 1970, as pretensões urbanísticas de bairros “mesclados” entre funcionários e não-funcionários não se sustentaram (Costa e Costa, 1998).

Nesses centros urbanos produzidos *pela e para* a empresa – incluído aqui o Núcleo Urbano de Carajás – “tais espaços traduziam, ao nível urbano, a hierarquia existente no interior da fábrica” (Costa, 1996, p. 1129). Nesses bairros, “há grande homogeneidade na arquitetura das edificações e na inserção sócio-econômica-funcional de seus habitantes, ou seja, há bairros para as chefias e quadros superiores, para operadores, para a mão-de-obra não especializada” (Costa e Monte-Mór, 1995, p. 5). Aos funcionários-residentes, oferece-se implicitamente uma espécie de credencial social e um atendimento prioritário, por exemplo, nos hospitais e escolas. Em Canaã dos Carajás, essas marcas mais convencionais de “bairros dos engenheiros” e “vila dos operários” são traduzidas em um único empreendimento imobiliário financeirizado. Além disso, se nas cidades mono-industriais

88. A “outra Ipatinga” nada tinha de espontânea, uma vez que o processo foi cuidadosamente direcionado pelas duas famílias que, com exceção de dois bairros, eram proprietárias de *todas* as terras do novo centro urbano.

de meados do século XX a empresa se encarregava do planejamento e da “produção das condições gerais de reprodução da força de trabalho [que] abrange a moradia e a implantação inicial da infra-estrutura e demais serviços e equipamentos sociais” (*Ibid*, p. 7) – incluídos aí clubes, escolas, supermercados, hospitais – na cidade mineradora do século XXI essa relação não é tão clara. A empresa se encarrega de determinadas obras de maneira muito seletiva, deixando a problemática da reprodução da força de trabalho nas mãos do Estado.<sup>89</sup>

Em Canaã não foi possível verificar investimentos da Vale na produção do espaço urbano de forma inequívoca e direta. Isso não quer dizer que não existam uma série de obras feitas “com dinheiro da Vale”, como me disse um gerente da empresa,<sup>90</sup> que gentilmente me ofereceu um *tour* para mostrar as várias obras concluídas e em andamento, “a Vale fez por Canaã”: praça, escola, hospital, feira coberta, fórum, duplicação de avenidas, pavimentação de rodovias, além de uma antiga área de comissionamento do S11D nas bordas do centro urbano, supostamente doada para construção de um “polo tecnológico e empresarial”. Não fui capaz de verificar a composição factual dos investimentos que deram origem a cada um desses equipamentos. Do lado da Vale, o gerente afirmou que essas são tentativas da empresa de criar uma “cidade modelo da Vale” que sirva de referência para outros municípios em projetos mineradores futuros, daí sua necessidade de investir em um “modelo”. Por outro lado, residentes de Canaã e representantes de movimentos sociais regionais negaram esses investimentos. De acordo com eles, por exemplo, a área de pré-montagem de módulos do S11D foi cedida pela prefeitura de Canaã dos Carajás para a Vale antes da

89. De fato, essa tendência já se manifestava nos anos 70. A *Cenibra*, instalada em Belo Oriente em 1973, decidiu alugar seus funcionários em centros urbanos vizinhos no Vale do Aço e em Governador Valadares. A estratégia de oferecer transporte aos trabalhadores, ao invés de habitação, serviços, infraestrutura, etc. serviu para “evitar o ônus do planejamento e construção de cidades” (Costa e Monte-Mór, 1995, p. 6).

90. Entrevista com funcionário da Vale, 10 de dezembro de 2019.

construção do complexo mineral, de modo que não seria possível que a Vale doasse uma área que não lhe pertencia para a mesma instituição que lhe cedeu a terra.

O único desses equipamentos sociais “da Vale” a que tive entrada e acesso foi a Casa de Cultura de Canaã dos Carajás, que conheci através do programa de rádio que ouvia quase todas as manhãs, o “Canaã Notícias”. Em certo dia, além dos informes sobre as transferências de título de eleitor e dos esclarecimentos sobre o funcionamento dos correios depois do assalto seguido de sequestro, a âncora e apresentadora Madonna anunciou a estreia de uma exposição de fotografia feminista e a abertura das inscrições para as aulas de balé clássico e para a oficina “Quarteto de Sopros”, todas no âmbito da Casa de Cultura. No mesmo dia fui até o local conhecer a instituição, sediada em uma casa exuberante e totalmente contrastante com seus arredores. Passei pelo acervo histórico – naquele momento em construção – vi a exposição e aprendi sobre os eixos temáticos da Casa de Cultura ao redor do qual são feitas as oficinas, exposições e aulas. Para além dos relatos de uma “dificuldade de atingir o público”, da falta de transporte público como obstáculo à adesão da população e da relutância dos migrantes em “participar da vida cultural de Canaã”, havia um sentimento positivo de seus funcionários e gestores de um horizonte favorável para “fazer cultura” em Canaã. Fui também informado que 100% dos recursos que mantém a Casa de Cultura são oriundos da Lei Rouanet.<sup>91</sup>

91. A partir de estudos de caso na região de Carajás envolvendo a empresa Vale, Juliana Barros (2019, p. 185) discute a ideia de “responsabilidade social corporativa” como “faceta assistencial da dominação territorial” onde diversas “ações comunitárias de cunho ‘educativo’ e de ‘estímulo à organização comunitária’ [...] constituem a expansão do poder empresarial”.



Certamente, na *perspectiva* de muitos residentes, não era claro o que era obra da prefeitura e o que era obra da Vale. A própria CFEM era às vezes percebida como uma forma de “compensação” da Vale pelas atividades que realiza no município, enquanto sua reversão em obras era atribuída à administração municipal. Novamente, como discutido no Capítulo 2, há um embaçamento do que é a Vale e o que é o Estado, agora na escala municipal, que revela outras formas através das quais a empresa se mostra ou se oculta. A Casa de Cultura é apenas um dos vários exemplos que Canaã dos Carajás oferece à análise.

Morar na avalanche, portanto, é uma experiência extremamente complexa. Há processos constantes de transformação sócio-espacial – tanto no “boom”, quanto na crise – induzidos por fatores muito variados, ainda que ligados à mineração. O fluxo migratório intenso, ainda que de natureza diversa, gera um choque de demanda, que se desdobra nos grandes clássicos da cidadização brasileira – loteamentos, ocupações,<sup>92</sup> casas do programa habitacional federal vigente, construção e auto-construção de casas, bairro da grande corporação, etc. em condições muito desiguais de saneamento, iluminação e transporte. As práticas e as lógicas populares, gestadas na vida cotidiana (P), se encarregam da co-produção dessa materialidade mediadora (M) e geram múltiplas apropriações daquilo que “vem de cima” (G).

Há também intervenções diretas na forma espacial da aglomeração que dá suporte ao grande projeto minerador, realizadas pela própria mineradora, contando com os recursos do Estado (CFEM e Lei Rouanet são apenas dois exemplos). Praça, escola, hospital, casa de cultura,

92. Existem também ocupações urbanas em Canaã dos Carajás. Ver Cândido (2018) e Melo (2020).

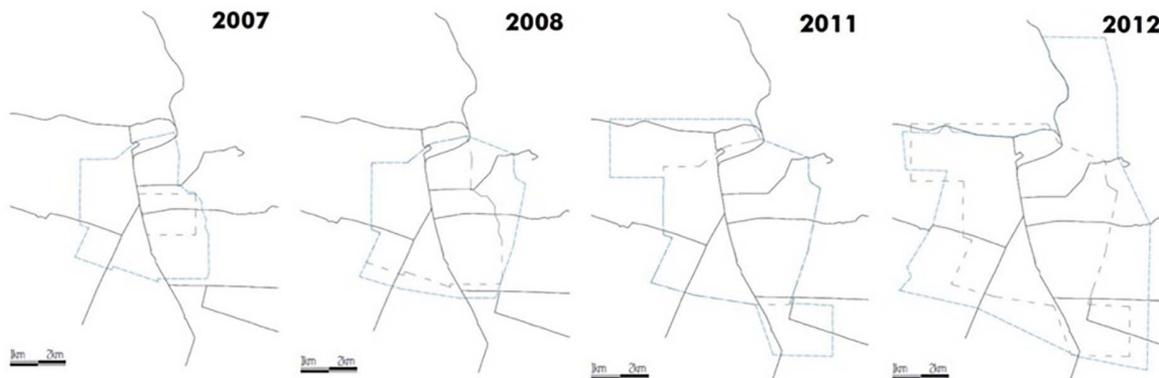
feira, fórum (obra de importância particular, como veremos no Capítulo 5), ruas, avenidas e rodovias: *projeções* das estratégias do nível Geral no espaço urbano; novos textos e símbolos, representações de uma “cidade modelo” da mineração que pretende denotar certas coerências, ocultando certos conflitos.

Em todo esse processo, o papel do Estado é central, como procurei ressaltar até aqui. Nas diversas escalas de governança, o Estado é indispensável na viabilização dessas projeções: do Mosaico de Carajás, do Minha Casa Minha Vida, da Casa de Cultura, etc. Mas, aqui, estou interessado em uma forma específica de regulação territorial por parte do Estado que viabilizou a grande maioria dos projetos supracitados em Canaã: a conversão formal de terra rural em terra urbana – ou, em outras palavras, a mobilização de “urbano” e “rural” como categorias governamentais.

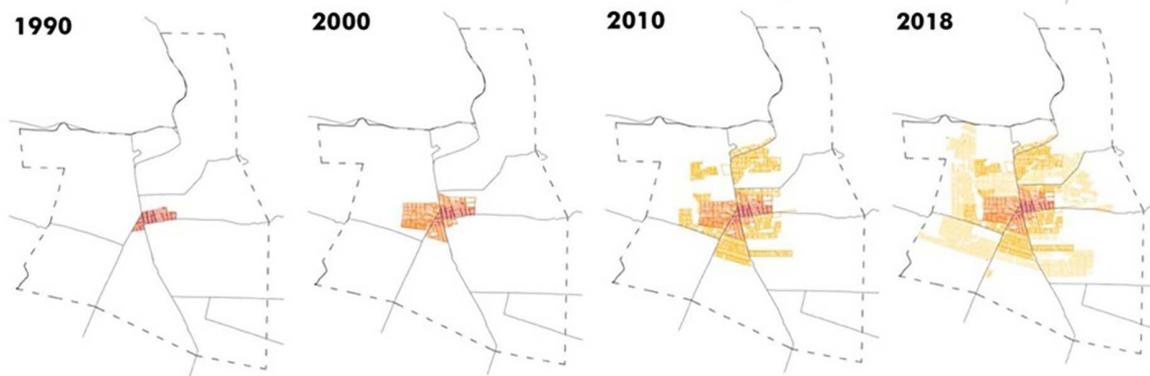
## **Conversão de Terras: Urbano e Rural como Categorias Governamentais.**

A expansão urbana e os projetos discutidos na seção anterior foram possíveis apenas por sucessivas extensões do perímetro urbano. Embora existam evidências de loteamentos irregulares improvisados já no fim dos anos 1990 e início dos 2000, quando já se sabia da instalação do Projeto Sossego (Cândido, 2018; Cardoso *et al*, 2018), as expansões mais significativas acontecem a partir de 2007 e, em maior escala, 2011 e 2012 (Cruz, 2015; Cândido, 2018; Melo, 2020), coincidindo em grande medida com as obras do S11D.

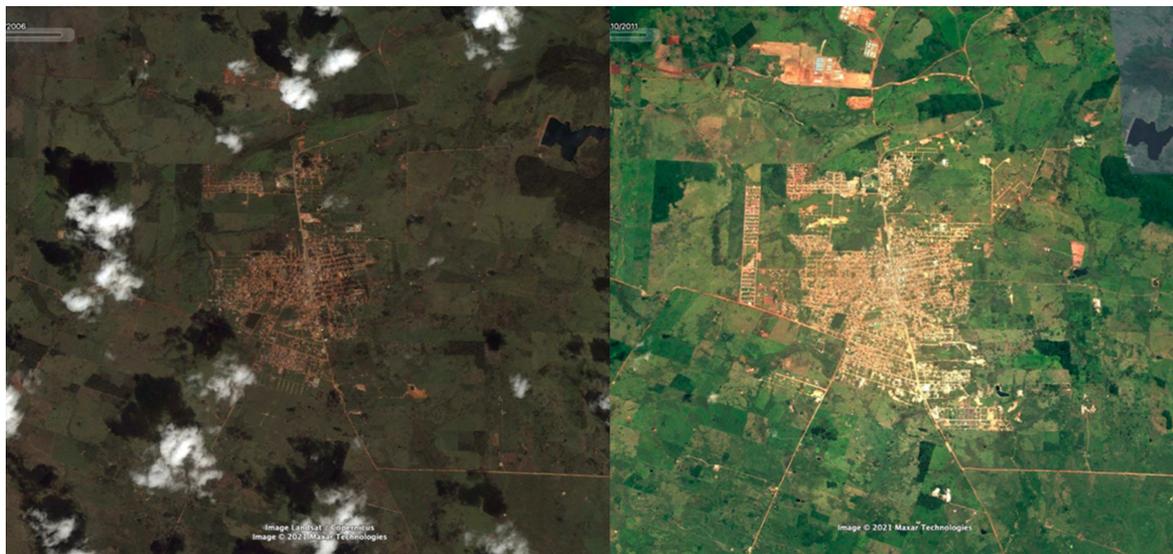
**FIGURA 22** EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CANAÃ DOS CARAJÁS FONTE Cândido (2018)



**FIGURA 23** EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE CANAÃ, EM KM<sup>2</sup>: 2,0 (1995), 5,87 (2005), 20,30 (2015).  
FONTE Cândido (2018), Melo (2020).



**FIGURA 24** CENTRO URBANO DE CANAÃ, 2006, 2011, IMAGEM DE SATÉLITE. FONTE Google Earth.



**FIGURA 25** CENTRO URBANO DE CANAÃ, JUL-2015, MAI-2018, IMAGEM DE SATÉLITE. FONTE Google Earth.



Na avaliação de Cândido (2018, p. 106), há uma primeira rodada especulativa na virada do século na qual “fazendeiros, pequenos empresários e proprietários de terra que se beneficiaram pelo acesso privilegiado a informações sobre o Projeto Sossego passaram a lotear e comercializar suas terras de maneira improvisada e não sistematizada, porém de forma altamente especulativa”, e uma segunda rodada, influenciada pelo Projeto S11D, onde “os agentes imobiliários locais se articularam a empresas imobiliárias nacionais e regionais de maior capital [...] para expandir o número de loteamentos”. Cardoso *et al* (2018) também argumentam que esse movimento recente tem natureza inteiramente especulativa, resultando em 40% de áreas despovoadas dentro do perímetro. Ambos os trabalhos argumentam que não há lógica por trás da maioria das expansões do ponto de vista tecnocrático do planejamento e do urbanismo (ver Cândido, 2018; Cardoso *et al*, 2018).

Na mesma tônica, vários residentes mencionaram esquemas ilícitos por trás da conversão da terra, implementados de forma bastante seletiva de acordo com os interesses daqueles que poderiam se beneficiar do procedimento – o que de forma alguma é especificidade de Canaã dos Carajás (ver Santoro, 2014). A conversão de terras, fez com que os proprietários de terras rurais, no ápice do “inchaço” populacional, pudessem obter lucros substanciais a partir da possibilidade de parcelamento, dado que a terra urbana poderia, então, ser dividida em lotes de 300m<sup>2</sup>. Os dados, reunidos em pesquisas ainda dispersas, dão uma ideia magnitude da explosão do mercado imobiliário. A pesquisa de Bandeira (2014) mostrou que

o preço médio dos lotes urbanos aumentou 965% de 2001 a 2014; enquanto Cândido (2018) reúne relatos que dão conta de trocas de casas e lotes por bezerras e porcos no fim dos anos 1990.

Grande parte dos proprietários rurais que se beneficiaram da conversão de terras em Canaã dos Carajás são pioneiros que fazem parcerias com incorporadoras regionais na criação de empreendimentos como os loteamentos residenciais. O camponês migrante de ontem é o corretor imobiliário/rentista de hoje: dos “colonos que receberam terra, só tem um que é pobre. O resto tudo é milionário”.<sup>93</sup> Já na escala regional, onde outros circuitos econômicos do “complexo agromineral do sudeste paraense” (Michelotti, 2019), outros projetos extrativos e outros fluxos migratórios dão a tônica do mercado imobiliário, a expansão dos “urbanos” formais e a consequente conversão de terras beneficiam as antigas oligarquias e elites regionais, sobre as quais nos deteremos no Capítulo 4. Hoje, com a mineração claramente “acima” das oligarquias na hierarquia regional de poder, o rentismo cumpre um papel importante na manutenção de algum poder político e econômico dessas famílias – que parecem ter migrado da acumulação primitiva à extração da renda fundiária urbana.<sup>94</sup>

Finalmente, é preciso também salientar que a urbanização formal da terra também *pode* operar como forma de regularização de operações ilegais de aquisição de terras e como sinalização para especuladores nacionais e internacionais, enfatizando a formalização jurídica, o direito de propriedade e mercantilização-financeirização da terra. Digamos que determinada área fosse povoada por povos indígenas no início do

93. Entrevista de um pioneiro concedida a Cândido (2018, p. 105).

94. Raul Ventura Neto (2017) apresenta o rentismo como estratégia fundamental do empresário formado na primeira metade do século XX e sua relação com as transformações na economia regional e com a perda da hegemonia do capital comercial local.

século XX; depois tomada por oligarquias rurais na década de 1940; cercada pelo Estado na década de 1960 para realização projetos para colonos migrantes na década de 1970; em seguida, ocupada por camponeses sem terra nos anos 80; e, por fim, expulsos por fazendeiros grileiros nos anos 90 que se estabeleceram de forma definitiva. Se essa mesma área, com tantas superposições no passado, for finalmente tornada “urbana”, seu último ocupante poderá finalmente formalizar a propriedade de forma definitiva. Recordemo-nos que o INCRA é o regulador das terras rurais, e a prefeitura é a reguladora das terras urbanas – e que, obviamente, os bancos de dados federais e municipais não são sincronizados. A operação de todo esse processo na prática, e nebulosidade do trânsito entre bases de dados e documentos oficiais é suficiente para que a transação e a efetivação se concluam – que também variam de município para município.

As interações e efeitos recíprocos do “urbano” e do “rural” como categorias governamentais têm uma série de outros desdobramentos, pouquíssimo explorados pela academia brasileira – em parte, porque a caducidade do pensamento e das “áreas do conhecimento” faz questão de acompanhar a caducidade da dicotomia urbano/rural (e.g. sociologia urbana e sociologia rural). Urbanos de um lado, rurais de outro, aguardam pacientemente em seus territórios epistêmicos até que o imbróglio se solucione por si só – à exceção de alguns estudiosos das regiões metropolitanas, realidade conformada pela própria urbanização extensiva que transcende e abarca os polos dessa dicotomia (ver Lima, 2019). Definições formais de urbano e rural não têm sequer o mesmo sentido e o mesmo escopo em diferentes instituições e legislações no

país. O “urbano” do setor censitário do IBGE (2017), não é o mesmo “urbano” do código tributário brasileiro (de 1966), que é também diferente da classificação de “urbano” para parcelamento do solo (de 1979). O “rural” do ITR não é o mesmo da aposentadoria “rural”, do crédito “rural” e nem mesmo da luz “rural”.

Aqui, não pretendo nomear todas as suas consequências e imbróglis, mas sim apontar alguns problemas decorrentes da mobilização de urbano e rural, dentro de um quadro dicotômico, como categorias governamentais, cuja governança não se dá sem dificuldades, contradições e ilicitudes. Além disso, importa lembrar que, ao contrário do que sugere Ananya Roy (2015), reconhecer o “urbano” e o “rural” como categorias governamentais não cria qualquer tipo de contraste com o estudo da urbanização extensiva. Isso porque as categorias de análise dos estudos urbanos não precisam ser reféns das categorias governamentais. Como argumentei no Capítulo 2, a urbanização não necessariamente precisa tornar, de forma automática e definitiva, um certo território, urbano. Uma visão dicotômica e uma leitura precária da urbanização extensiva que lê (onde não se escreveu) que “o rural” acabou, essa sim é prejudicial para a teoria urbana.

De outra parte, importa também enfatizar – agora em uníssono com Ananya Roy (2009) – que um município como Canaã dos Carajás pode ser a base para produção de teoria urbana mesmo dentro das lentes mais convencionais da “cidade”, da urbanização concentrada, da aglomeração. Neste capítulo, procurei discutir alguns dos processos que se desdobram em um centro urbano a partir de um grande projeto

de mineração, mas que têm correspondência com outros processos, em outros estados e municípios e até mesmo em grandes metrópoles nacionais. O grande projeto atrai a mão de obra migrante. Há um choque na economia urbana induzido pelo “inchaço” populacional e pelas rendas da mineração – ainda que elas sejam ínfimas comparadas ao produto da mineração. O aumento generalizado dos preços também se verifica no mercado imobiliário, enquanto ocupações e “soluções” de mercado são gradativamente implementadas. As casas nos loteamentos parcelados são autoconstruídas, e a velocidade e a automatização do complexo minerador por vezes não permite que a construção se conclua. Incompletudes e arruinamentos são sua expressão material, ausência que explicita uma presença. “Bairros” (sejam os “planejados”, sejam os “da Vale”, sejam os “fantasmas”) mais ou menos densos, mais ou menos identificáveis, se estendem do centro para fora. Também nessa direção caminha o perímetro urbano, de formas seletivas, feito “sob demanda” (Santoro, 2014). Nesse processo, antigos colonos tornam-se corretores e especuladores e a renda fundiária urbana realoca poderes na hierarquia local e regional.

A forma da cidade – se podemos chama-la de cidade, usando a acepção mais popular do termo – se estende e se transforma a partir do projeto minerador. Novos espaços são gestados por movimentos induzidos (práticas populares, autoconstruções, projetos privados, loteamentos da “livre” iniciativa) e por intervenções diretas da Vale e da prefeitura. Royalties da mineração, isenção de impostos, políticas de “responsabilidade social” (ver Barros, 2018), todos os recursos são mobilizados e direcionados à produção da “cidade modelo da Vale”,

ao mesmo tempo que esses recursos do Estado o colocam no lugar de responsável pela implementação e efetivação dessas projeções. Transferência de responsabilidade, de olhares, de atenção, que revelam e escondem o que se embaça seletivamente no nível Geral. Há também mediações na cidadização.

• • •

No meio da tarde, caminhava em uma das ruas perpendiculares à avenida principal. Passei por um prédio relativamente novo que parecia estar quase concluído e tirei a câmera da mochila para bater uma foto do prédio, notando que o padrão de construção não se parecia com nada que eu tinha visto até então. Logo do outro lado da rua, um homem de meia idade, baixo, branco e parrudo, saiu uniformizado de dentro de uma loja e me interpelou: “você está tirando foto aqui?”. “Sim”. “Pra que que você tá tirando foto?”. “Estou fazendo uma pesquisa aqui em Canaã”. Olhei de volta pra mochila aberta e pensei em apenas guardar a câmera e continuar caminhando. Voltei minha atenção novamente ao homem do outro lado da rua e vi que já haviam outros três homens ao seu lado, mais altos e mais jovens, todos usando o mesmo uniforme. No meio da rua, os quatro me olhavam fixamente, imóveis. Decidi ir ao encontro deles e amenizar a tensão imediatamente instaurada.

“Pra que que você está tirando foto aqui?”. “Tudo bem? Então, eu estou fazendo uma pesquisa aqui em Canaã. Eu sou estudante e...”. No meio da frase, ele me interrompeu e levantou a voz: “estudante de que?!”. “Bom, eu sou da Universidade Federal de Minas Ge...”, “Eu perguntei estudante de que!!!”. Na mesma velocidade que o conflito escalou, me concentrei em manter meu tom de voz e respondi: “De economia. É uma pesquisa sobre a mineração e o crescimento da cidade de Canaã em função dos projetos na região. Estou inclusive conversando com alguns lojistas e fazendo entrevistas. Você trabalha nessa loja?”, perguntei, procurando ignorar os demais olhares. “Sim”, me disse secamente o homem que, apesar de toda a proximidade, dava mais um passo na minha direção. “Então, se você topar participar, ajudaria muito. São perguntas sobre a atividade econômica da cidade”. Longos segundos se passaram, até que ele decidiu ignorar minha frase anterior e, se aproximando ainda mais, olhou nos meus olhos e trouxe sua voz para um volume mais baixo: “O que tem na sua mochila?”.

“Na mochila? Bom, é onde eu guardo meu caderno e minha câmera”. “É a mochila da câmera?”, questionou, esperando alguma atitude da minha parte. “É, uai”. Abri a mochila e coloquei a *bag* da câmera nas mãos do homem enquanto mostrava o interior da mochila com apenas um caderno. No meio da vistoria, me dei conta que estava cercado pelos quatro civis. “Aqui no caderno estão as perguntas do questionário. Então, você topa participar?”. “Onde está a sua identificação?”. Peguei de volta a *bag*, coloquei dentro da mochila e, do bolso menor, tirei alguns documentos e mostrei a ele. Nenhum dos homens demonstrou interesse pelos documentos. Enquanto os guardava de volta na mochila,

tomei alguns dos centímetros que estavam entre nós e perguntei, como que tentando tirá-lo de uma espécie de transe: “Cara, vocês querem participar da pesquisa ou não?!”, dessa vez olhando também os outros rapazes. Eles se entreolharam e, quando senti que alguma decisão tinha sido tomada, disse, antes que pudessem responder: “Bom, se vocês não querem participar da pesquisa, é uma pena. Uma boa tarde pra vocês.” Saí por entre dois dos rapazes maiores e andei até o fim do quarteirão sentindo seus olhares na nuca.

Apreensivo, tive vontade de cancelar meu compromisso de fim de tarde, mas por fim decidi manter meu horário marcado com uma das pioneiras de Canaã. Caminhei até sua casa processando o ocorrido. Chegando ao local do encontro, fui extremamente bem recebido por ela. Conversamos por quase duas horas sentados em duas cadeiras de plástico na calçada, com uma terceira a sua frente para que ela apoiasse os pés. Ela me contou vívida e animadamente sobre sua história em Canaã, desde “os tempos do GETAT”. Por fim, antes de ir embora, contei a ela sobre o episódio dos quatro homens e da câmera. Ela fechou o rosto em tom de preocupação: “Aqui o povo desconfia até da [própria] sombra, ainda mais hoje [em dia]. Vai saber o que esse homem tá escondendo...”. Agradei e me despedi, ainda sentado, pelo carinho e por compartilhar comigo sua história. Ela me agradeceu muito por ouvir suas histórias e pelo olhar interessado, e me disse pra ir com deus e tomar muito cuidado, “porque aqui tá muito perigoso”.

Quando estava prestes a me levantar, um homem toca as canelas da senhora que repousavam sobre a cadeira, como que pedindo o assento. “Ô meu filho, que bom que você chegou. Esse aqui é um rapaz de Belo Horizonte e tô contando pra ele das histórias da sua mãe”. Ele puxou a cadeira, colocando-a literalmente encostada na minha, de modo que pudesse apoiar seu antebraço no braço da *minha* cadeira. Sem dar “boa tarde”, se aproximou tomando um certo espaço do meu assento: “Cê é jornalista?”. “Não, sou economista”. “E desde quando economista sai de Minas pra vir aqui ouvir história de Canaã dos Carajás?”, perguntou com a cara fechada e a voz bem baixa, como se não quisesse que sua mãe o escutasse. Dei uma risada amistosa e me preparei para dar as devidas explicações, mas antes que um segundo episódio de desconfianças, intimidações e esclarecimentos se desenrolasse, sua mãe o interrompeu: “Meu filho, vai lá dentro pegar o ventilador pra sua mãe?”. Sem tirar os olhos dos meus, o rapaz se levantou. Tirou as chaves do bolso e entrou portão adentro. Achei que seria inconveniente sair antes que ele retornasse, mas ele demorou o suficiente para que sua mãe se levantasse: “Acho que ele esqueceu do ventilador ... aqui em Canaã não venta de jeito nenhum!” Aproveitei a deixa para me agradecer e me despedir de forma mais definitiva.

Ao nascer-do-sol, arrumei as malas e parti para Marabá.

**CAPÍTULO 4**

**TERRA /**

**TEMPORALIDADES**

**SUPERPOSTAS NO SUDESTE**

**PARAENSE**

Três estradas conectam Canaã dos Carajás a Marabá. A primeira é a PA-160, que leva de volta a Parauapebas. No “Pebas”, é preciso tomar novamente a PA-275 – a mesma que atravessa o interior da FLONA Carajás – mas dessa vez em direção a Eldorado dos Carajás. De Eldorado a Marabá bastaria seguir pela antiga PA-150, federalizada em 2010 para se tornar BR-155. Percorri o primeiro trecho muito rapidamente me perguntando até que ponto o interesse minerador na conexão rodoviária entre Canaã e Parauapebas era capaz de assegurar a qualidade da estrada. Observei atento o vetor de expansão leste na saída de Parauapebas onde se intercalam condomínios de alta renda, centros logísticos da Vale e um shopping de 22 mil metros quadrados. Com o fim abrupto do tecido urbano relativamente mais denso se veem pontos esparsos de suburbanidade; aqui, um centro de distribuição, ali, um clube campestre.

Cheguei a Curionópolis esperando encontrar elementos que remetessem a Serra Pelada. Nada feito. Ao invés disso, o que encontrei foi um *outdoor* com a imagem de Jair Bolsonaro onde se lia “Direita Curionópolis” em letras garrafais. Já em abril de 2018 havia propagandas similares em outras cidades do interior do Brasil sob investigação, uma vez que o período oficial de campanha eleitoral ainda demoraria vários meses para começar. Parei para abastecer no posto próximo ao *outdoor* e o frentista

me contava, com esperança e emoção, da “febre Bolsonaro” na região. Disse que sua primeira opção de voto era o Lula “porque ele cuida dos pobres”, mas como ele tinha sido preso, votaria em Bolsonaro “porque ele vai dar arma pro povo se proteger”.<sup>95</sup>

Passei os 32 km seguintes processando mentalmente a conversa com o frentista. Ainda que seu argumento fosse extremamente claro, era frustrante não poder compreendê-lo e internalizá-lo tão rápido quanto eu gostaria. A concretude do argumento fundado na cotidianidade e na experiência imediata era tão clara quanto o abismo entre os dois candidatos dentro do espectro macro-político nacional. Foi perdido nesses pensamentos que cheguei a Eldorado dos Carajás e tão logo me deparei com um cavalete de madeira na beira da estrada com a mensagem em verde, azul e amarelo: “CARAJÁS, ESSA IDEIA CONTINUA”. A mensagem se refere a uma proposta separatista para uma nova unidade federativa do Brasil a partir do desmembramento do sul e sudeste paraense (estado de Carajás) do restante do Pará, complementar à proposta de desmembramento do oeste paraense (estado do Tapajós). Ao estado do Pará restaria sua atual região nordeste.

Em Eldorado dos Carajás a PA-275 desagua na BR-155 em um entroncamento conturbado que reúne o tráfego advindo de Parauapebas e Xinguara. Logo no início da BR-155 vê-se um pequeno conjunto de troncos de castanheiras aglomerados na chamada “curva

95. Naqueles meses de abril e maio no sudeste paraense, ouvi pelo menos uma dezena de relatos idênticos, entre pobres e ricos, citadinos e camponeses, empresários e sem terra. O significado da arma e da “proteção” entre esses grupos era, entretanto, radicalmente diferente.



do S”. Nesse local, em 17 de abril de 1996, dezenove sem terra foram assassinados pela polícia militar do estado do Pará durante uma marcha de 4.221 trabalhadores *até a capital do estado* para protestar contra a demora na desapropriação da Fazenda Macaxeira. A PM foi encarregada de desobstruir a rodovia. A perícia dos corpos concluiu que pelo menos dez vítimas foram mortas à queima-roupa e sete foram mortas com foices e facões. O Massacre de Eldorado dos Carajás<sup>96</sup> teve repercussão nacional e internacional. Em julho de 1996, durante a VI Mostra Internacional de Arquitetura de São Paulo, o arquiteto Oscar Niemeyer decidiu doar um monumento em homenagem aos trabalhadores assassinados utilizando recursos próprios e de organizações de direitos humanos.

O monumento doado pelo arquiteto carioca na mostra paulistana, entretanto, não figuraria no local do massacre, mas sim em Marabá, no cruzamento da BR-155 com a BR-230, a 90 km de distância da curva do S. Aparentemente o prefeito marabense oferecera o que se julgou um local de grande fluxo de automóveis que daria visibilidade ao monumento e finalmente decidiu-se por Marabá em função de sua importância na cobertura de imprensa, no velório dos trabalhadores assassinados e na sede das instituições judiciais e policiais relevantes no caso – enfim, pelo seu posto de capital regional do sudeste paraense. O Monumento Eldorado Memória foi então inaugurado no dia 7 de setembro de 1996 em um evento que reuniu autoridades locais, movimentos sociais e residentes regionais.

96. Para uma narrativa detalhada do massacre dentro do contexto histórico de violência no campo do sudeste paraense, ver Afonso (2017).

Quinze dias depois o monumento foi completamente destruído. Sua destruição não foi devidamente investigada – ainda que a autoria de fazendeiros regionais seja de conhecimento popular – e sua reconstrução nem ao menos cogitada. Quase 3 anos depois, mais de 800 trabalhadores sobreviventes inauguraram na própria curva do “S” o Monumento das Castanheiras Mortas. Foram erguidas 19 castanheiras queimadas e mutiladas, em homenagem aos 19 assassinados no massacre. Na curva do S, o monumento popular sobrevive. Até onde pude ver, dividindo a atenção entre a estrada e as castanheiras, resta algo como cinco ou seis troncos de pé. Infelizmente não existem placas ou objetos que chamem a atenção ou descrevam-no. Chegando em Marabá notei, atolado no trânsito da BR-155, que há apenas uma larga rotatória gramada no mesmo local onde o primeiro monumento foi destruído. Era como se tivessem vestido de pasto o que antes era memória edificada do trabalhador rural.

Na capital regional pude entender um pouco mais dos elementos que ela reúne. De imediato há um sentido econômico.<sup>97</sup> Com quase 275 mil habitantes, Marabá polariza centros menores e exerce funções comerciais, políticas e institucionais importantes entre tribunais, secretarias, fóruns, sedes de órgãos públicos, etc. Ela também concentra uma parte importante da infraestrutura regional em termos de energia e transporte (rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo). Ela se articula com outros centros urbanos e agentes em escalas mais amplas e possui uma conexão significativa com circuitos globais de produção (Michelotti, 2019).

97. De acordo com o último REGIC (Regiões de Influências das Cidades) do IBGE (2018), Marabá é uma Capital Regional C influenciada no Pará apenas por Belém. É o centro mais importante do sudeste paraense cuja região de influencia abrange quase toda a mesorregião.

Mas seu papel fundamental na minha trajetória de campo estava em sua capacidade de atração, centralização e polarização, não apenas de atividades econômicas, de mão de obra e de infraestrutura, mas principalmente do histórico e o político. Marabá reúne políticos e oligarcas, militantes e missionários. Reúne uma série de movimentos sociais e de instituições que estão dentro e fora do domínio do Estado. Reúne universidades sem as quais não teria sido possível ter uma visão mais endógena dos movimentos, dos conflitos, da história e das temporalidades superpostas no sudeste paraense. É a partir desses encontros – alguns explícitos, outros implícitos nas páginas que se seguem – que este capítulo busca apresentar essas camadas geohistóricas e as superposições de temporalidades – também mediadas pela urbanização.

## Oligarquia do Tocantins

As primeiras cidades e aglomerações moderno-coloniais na Amazônia brasileira estão tão distantes de um imaginário urbano-emancipatório quanto se é possível estar: o ar da cidade *não* liberta. Ao contrário, ao longo do século XVII, assentamentos religiosos aglomeravam indígenas de etnias variadas para exploração de suas *hinterlands* imediatas em busca das chamadas “drogas do sertão” (Costa, 2019). No sudeste paraense, expedições jesuíticas na segunda metade daquele século conduziam indígenas compulsoriamente para essas aglomerações mais próximas a Belém (Velho, 2009 [1972]). Tanto os assentamentos religiosos mais próximos da atual capital paraense,

quanto a própria rota entre o sudeste paraense e o norte do estado ao longo do rio Tocantins deram origem a vários centros urbanos – como Cametá, Baião e Alcobaça. Entre meados do século XVIII e início do século XIX, a pecuária nordestina subsidiária da produção açucareira se expandiu (da região que hoje corresponde ao sul do Maranhão) em direção ao rio Tocantins, criando novos vilas e povoados – como Carolina, Grajaú, Tocantinópolis, Porto Franco e Araguatins. Com a dificuldade de penetração na floresta densa, essa frente de expansão alcança as margens do Tocantins apenas no final do século. Em 1895 é fundado o Burgo de Itacayuna – assentamento que deu origem ao atual município de Marabá – como suporte à delimitação das fronteiras do estado do Pará, e como centro produtor de alimentos (sobretudo carne bovina) para a capital paraense que organizava a economia da borracha em ascensão. Tanto a formação urbana, quanto a formação agropecuária da região se associam às economias de extração e ao abastecimento de outras aglomerações que também concentravam capitais comerciais e extrativistas (Michelotti, 2019).

O município de Marabá foi criado oficialmente em 1913.<sup>98</sup> Naquele momento, a crise da borracha gerada pelos plantios ingleses no sudeste asiático fez com que os capitais mercantis se voltassem para outros produtos da biodiversidade amazônica (Emmi, 1999). É nesse contexto que Marabá emerge como produtora de castanha-do-pará sendo líder já em 1925. Incorporam-se não apenas os capitais comerciais, mas também a forma de organização da produção e do

98. Marília Emmi (1999, p. 27-43) apresenta uma discussão mais detalhada da passagem do Burgo de Itacayuna ao município de Marabá.

comércio. Nesse momento se dá a passagem da coleta dos chamados castanhais livres baseados no trabalho familiar – predominantes até 1925 (Velho, 2009 [1972]) – para um sistema de arrendamento anual. As famílias que controlavam os castanhais através do arrendamento – embora ainda houvesse castanhais livres – viriam a constituir no tempo a chamada “Oligarquia do Tocantins” (Emmi, 1999). Elas tinham não apenas o controle da terra, mas também uma relação privilegiada com o restante da cadeia, incluindo comércio e crédito.

Mudanças técnicas incrementais na produção e nos transportes, como a invenção dos barcos a motor, permitiram a exploração de castanhais mais distantes e, conseqüentemente, a expansão territorial do poder dessas famílias. Na medida em que a exploração das *hinterlands* imediatas de Marabá avançava mais para o interior – novas rodadas de acumulação primitiva via expropriação de terras indígenas e castanhais livres – surgia a presença do “barracão”: “uma espécie de armazém dentro da própria mata” ao qual “tinham de recorrer os castanheiros que trabalhavam na zona em torno, com margem cada vez menor para alternativas à proporção que a distância da beira e de Marabá aumentava” (Velho, 2009 [1972], p. 52). Mais distantes do centro urbano, através do barracão e no interior da mata, os mecanismos de controle sobre os trabalhadores se tornavam também mais violentos. Isso porque o “barracão” era, além de uma centralidade comercial dos oligarcas aos quais os trabalhadores recorreriam para mantimentos e itens básicos de sobrevivência, uma tecnologia coercitiva herdada do período da borracha (ver Emmi, 1999, p. 69-70).

Em seu auge (1881-1912), a produção da borracha era fundada no seringal-empório, marcado pelo trabalho não-assalariado, pelo monopólio da logística e do comércio e pelo monopólio da compra do látex. Sua força de trabalho era composta majoritariamente por migrantes nordestinos atraídos pelos anúncios propagandeados por empresários-seringalistas que assumiriam os custos de viagens dos trabalhadores – as primeiras dívidas dos seringueiros com os seringalistas. Conquanto fossem trabalhadores *isolados* (sem suas famílias) e *autônomos* (sem que de fato fossem empregados do seringal) esses migrantes nordestinos seriam aprisionados pelo barracão instalado no seringal através de suas dívidas cada vez maiores e mais frequentes. O auge da borracha foi fundado na “imobilização da força de trabalho dos seringueiros, sua exploração exclusiva, por tempo indeterminado, em relação social próxima à escravidão: a peonagem da dívida” (Costa, 2012, p. 70). Quem tinha dívidas não podia sair. Quem tentava fugir era capturado e castigado. Quem finalmente pagava as dívidas, era roubado, trapaceado ou assassinado.

As elites de Marabá se utilizaram do mesmo sistema.

Os castanheiros, agora, já se internavam muito na mata; em geral a ponto de tornar impraticável o contato com um centro urbano durante os meses de trabalho, e mesmo com pouquíssimos outros contatos humanos. Podiam situar-se em colocações que distassem muitos dias a pé de Marabá. [...] Os

castanheiros tentavam manter-se durante a safra o mais autossuficiente que fosse possível, para evitar as dívidas nos barracões do castanhal. Alimentavam-se em boa parte de caça, da própria castanha e do seu leite, do açáí, do cupuaçu, etc. Mesmo assim não podiam deixar de recorrer ao barracão em busca de munição, querosene, sal, açúcar, café, fumo, farinha, etc.; a não ser que ainda estivessem muito próximos a Marabá, o que cada vez mais deixava de ser a regra geral. Não é preciso dizer que as condições de trabalho eram as piores possíveis, sujeitos à chuva, às doenças, aos animais e mesmo a choques com grupos indígenas. Seu abrigo era o mais tosco que se possa imaginar: uma simples cobertura inclinada de palha sobre estacas onde era amarrada a rede (Velho, 2009 [1972], p. 56-57).

Ainda que tenham enfrentado resistências diversas dos trabalhadores (ver Emmi, 1999, p. 74), essas famílias – Mutran, Azevedo, Moraes, Chamié, Miranda, entre outras – consolidaram seu domínio econômico e político já nos anos 1950, quando da criação do sistema de aforamento perpétuo<sup>99</sup> que garantia não apenas o domínio da organização produtiva, mas a apropriação efetiva da terra. A oligarquia criou também bancos comerciais, empresas exportadoras, “associações de produtores” e abrem pastos que marcam a consorciação da extração da castanha com a pecuária bovina: “as famílias oligárquicas foram assumindo uma característica de grande empresa extrativista e pecuarista” (Michelotti, 2019, p. 90).

99. Modalidade jurídica utilizada pelo governo paraense para conceder perpetuamente o direito de uso sobre grandes extensões de terra em troca de um pagamento fixo e anual do usuário (foreiro).

A ampliação do poder econômico foi acompanhada da ampliação do poder político, tanto na atuação das instituições que compunham a cadeia produtiva, comercial e financeira, quanto na ocupação direta de cargos políticos.

Notemos que a condição de possibilidade da oligarquia como “forma de poder” no sudeste paraense é espacial: “o isolamento das cidades e povoados acessíveis somente pelos rios, que proporcionava a alguns o monopólio das comunicações, dos transportes e, portanto, do comércio” (Emmi, 1999, p. 44). Em um primeiro momento, a propriedade da terra nem sequer foi condição necessária para o estabelecimento do poder oligárquico. O fundamental era o domínio dos centros e centralidades e dos fluxos entre elas; do grande centro urbano, do comércio, dos barracões; das distâncias entre esses centros e os trabalhadores e castanhais e dos rios – “cada rio tinha um dono” (*Ibid*, p. 44).

Apesar de ter sido sistematicamente desafiada e enfraquecida pelos novos atores notoriamente superiores na hierarquia regional instalados no bojo do projeto nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960 (ver Emmi, 1999; Ikeda, 2014; Barreiros *et al*, 2017; Michelotti, 2019), essas famílias ainda têm relevância na correlação regional de forças. Esses mesmos sobrenomes, por exemplo, perduram até os dias de hoje nos quadros políticos paraenses em todos os níveis de governança, além de conservarem a posição de latifundiários.

Perduram também a migração e exploração de famílias de trabalhadores nordestinos. Mais do que um mito fundador articulado a uma construção identitária (própria do Centro-Sul), a migração perdura como processo cotidiano marcado pela etnicização de migrantes, em particular, o maranhense (Silva, 2010). Por um lado, a percepção popular do fenômeno “se presta a inaugurar *começos* e à pretensão de *unificação* de identidades; por outro, erige a migração como problema social” (*Ibid*, p. 209).

Perduram as práticas de trabalho escravo por parte de grandes empresas e proprietários de terra. “Você tem empresários aqui, figuras que investiram em fazendas, donos de hotéis, postos de gasolina, donos de grandes lojas de comércio, concessionária de carros [...] acusado de trabalho escravo”, me disse Airton Pereira,<sup>100</sup> professor da UEPA, para quem a co-existência heterogênea de temporalidades é uma característica fundamental da região. “Existe uma certa simbiose entre o novo e o velho”. Dentre as várias camadas temporais (de diferentes durações) que fazem parte dessa “simbiose”, três dimensões geohistóricas figuram proeminentemente no *atual*: a migração, o campesinato e a luta pela terra. Na última década, “teve muita ocupação, mas assim [...] essa nossa região, sobretudo Marabá, é uma região que sempre teve uma mobilidade grande, sempre teve uma migração grande. [...] Então, por exemplo, não é novidade pra nós lidar com a história da migração, seja de grandes empresários, seja de estrutura de trabalhadores, famílias pobres, né?”

100. Entrevista com Prof. Airton Pereira, Campus da UEPA, 25 de Abril de 2018.

## Movimentos em Direção à Amazônia

“A minha família, por exemplo, veio de Minas Gerais”. Os pais e irmãos mais velhos de Airton Pereira (2013, p. 2-3) “cultivavam o cafezal do fazendeiro e, entre as leiras de pés de café, colhiam cereais no sistema de meação”. Depois de “nove dias de deslocamento das sete famílias, todas parentes de meu pai, em um caminhão” chegaram em Goiás em busca de terra. “Além dos adultos e das vinte e uma crianças, o caminhão trouxe alguns baús de madeira com as poucas mobílias, uns cães de caça, duas cabras de leite, algumas ferramentas de trabalho, tachos de fazer rapadura, uma máquina de costura, carne de porco para comer no caminho, uma sanfona pé-de-bode e uma garrucha 38”. Nas muitas vezes em que o caminhão quebrava, alimentavam-se as cabras e delas tiravam o leite para as crianças menores. “Foi durante a pausa de oito anos, no estado de Goiás, no caminho rumo à Amazônia, que eu nasci, o 13º dos 15 filhos da família”. Em Goiás, entretanto, as “terras livres [...] não passaram de histórias mal contadas”. Depois de “oito anos abrindo fazendas para os patrões [colhendo] cereais na meia ou na terça e [deixando] as pastagens prontas” juntaram-se a um grupo de posseiros. “Após um ano, enfrentando as dificuldades de acesso à área e o problema da malária [...] foram então expulsos pelos pistoleiros de Siqueira Campos” – fazendeiro e político regional que, entre 1971 e 2014 foi vereador, deputado federal e governador do Tocantins por quatro mandatos. “Quase tudo ficou perdido naquele lugar”. Naquele momento, a “propaganda governamental, de terra e lucro fácil na

Amazônia, somou-se à necessidade da família” e o “estado do Pará apareceu então como [...] território que se prestava à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações”.

Depois de atravessarem o rio Araguaia, chegaram ao Pará “jogados à própria sorte”. Através do contato com posseiros, conseguiram demarcar três lotes em Conceição do Araguaia. “Após três anos, apareceram homens armados embargando os serviços nas roças e ameaçando-nos de expulsão” para que “Aygo Pille, sobrinho de Amador Aguiar, gerente das Fazendas Reunidas Tainá-Rekã, do Banco Brasileiro de Desconto S/A (BRADESCO)” pudesse “anexar as nossas posses a uma fazenda que se formava ali próximo”. A família de Airton resistiu. Apesar da exposição “aos conflitos e à violência” permaneceram livres da “canga pesada da sujeição”. A trajetória e os propósitos de sua família, em seu entendimento, “foram similares aos de muitos outros trabalhadores rurais migrantes, nas décadas de 1970 e 1980, que ocuparam terras devolutas ou imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos” (Pereira, 2013, p. 3-4).<sup>101</sup>

A intensidade da migração e a atuação do Estado nesse período inauguram um novo momento do campesinato amazônico que é marcado pela urbanização – seja sob a forma de rodovias, de extensão de infraestrutura, de projetos minero-metalúrgicos, de projetos integrados de colonização, ou mesmo de novas cidades e municípios. Até então, entre os anos 40 e 60, famílias migrantes combinavam plantio e criação de animais com a pesca e a coleta. Não havia cercamento das propriedades individuais, mas sim das roças. “A

101. Assim surgiram Santa Rita, São Raimundo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia, entre outros.

divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. ‘Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é de sicrano. Até na serra tal é de beltrano’. Mas não existiam ‘donos da terra’”. Essas famílias – de coletores de castanha, posseiros, garimpeiros de diamante ou cristal – viajavam em burros e cavalos no meio da mata. Depois de atravessarem os rios, constituíam *centros*, i.e., “pequenos aglomerados de famílias que, muitas vezes, possuíam laços de parentescos ou eram trabalhadores que procediam de uma mesma região”. Essas aglomerações produtivas, “[...] embora não se localizassem ‘na beira’, não eram distantes dos rios. Morava-se ‘na beira’ (dos rios) e trabalhava-se nos ‘centros’ (da mata). Com o tempo, esses centros tornaram-se vilas e povoados” (Pereira, 2015, p. 68).

Os anos 1960 marcam a mudança no padrão de ocupação e na organização do espaço regional: os rios, que até então determinavam predominantemente a mobilidade regional de pessoas e objetos, foram, nos termos de Airton, “suplantados pelas rodovias”. Até então os rios Araguaia e Tocantins conduziam os fluxos regionais. Comerciantes em embarcações a remo ou motor traziam e levavam produtos da biodiversidade regional. Famílias de migrantes e posseiros trafegavam entre destinos e origens. Padres ministravam missas e batizados em cavalos sertão adentro, ou em barcos igarapés afora. Entre 1963 e 1969, a conexão regional com o centro-sul do país foi ampliada quando da conexão de Marabá e Conceição do Araguaia até a Belém-Brasília – respectivamente, 221km (PA-70, hoje BR-222) e 133km de estradas abertas. A conexão com a região nordeste se

ampliou nos anos 1970 com a Transamazônica (BR-230). A cada ano, novos trechos eram concluídos e novas linhas de ônibus surgiam entre municípios (*Ibid*, p. 70).

As estradas inauguram uma nova mobilidade, por novos veículos, trazendo novos atores e racionalidades. Novos migrantes e trabalhadores, novos corpos e aspirações, assim como novas formas de urbanização derivadas desse movimento. “Acompanhando a abertura da rodovia PA-150, vinha uma multidão em busca da terra, da madeira e do trabalho”, e mesmo que não conseguisse terras “concentravam-se nessas novas localidades e nos entroncamentos das estradas”. Nas margens dessas rodovias, “o acesso de migrantes também foi crescente. Na PA-150 surgiram os povoados de Nova Ipixuna, Arraias (Nova Jacundá) e Goianésia. Na PA-70, os povoados de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Vila Rondon. Todos estes povoados são hoje municípios.” (*Ibid*, p. 77)

Essas estradas passaram, aos poucos, a mudar o ritmo do lugar, impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidade e de vivências. O caminhão, o automóvel e o ônibus transportavam mercadorias, correspondências, pessoas e novos hábitos. Chegavam não só passageiros, mas também caminhões de mercadorias do Centro-Sul que na volta levavam tábuas de mogno explorados nas matas por madeireiros de diversos lugares, especialmente aqueles de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná (Pereira, 2015, p. 72).

Notemos que há uma relação entre as novas estradas, os novos automóveis, as novas mercadorias e uma série de mudanças na sociabilidade, na vivência e na percepção e uso do tempo. Em outras palavras, há uma mudança do terreno sócio-político compreendida a partir da experiência, do espaço vivido e dos ritmos cotidiano que advém da extensão da materialidade urbano-industrial. Podemos interpretar essas mudanças também como extensão da mediação de um conjunto de relações sociais mais abstratas (G) ao nível da vida cotidiana (P) através da urbanização (M) – inclusas, mas não exclusivamente, cidades. Através da urbanização extensiva as lógicas difusivas do capital e do Estado alcançam os espaços de vida e as experiências imediatas das maiorias regionais, mesmo aquelas que residiam nos vales, montanhas e matas mais profundas *ao mesmo tempo* em que reconstituem sua vida material de forma significativa. É esse o sentido de *mediação* que tenho procurado enfatizar: apresentar, introduzir, fazer conhecer (ver Goonewardena, 2005). Essa noção de mediação parece particularmente importante para associar transformações espaciais (ambientais, materiais) a transformações sociais (reprodução de relações sociais abstratas no bojo da vida cotidiana).

As transformações no espaço de vida através de novas materialidades urbano-industriais e as mudanças subsequentes no terreno sócio-político foram mais brutais e disruptivas a partir do regime militar. Nesse período se *projetam* em solo amazônico as estratégias, planos e projetos apoiados tanto em estereótipos

populares e científicos, quanto em pretextos desenvolvimentistas e geopolíticos já introduzidos. A partir do final dos anos 1960, entra em vigor um suposto projeto de “integração territorial” para a Amazônia que toma a região como fronteira territorial para expansão da mineração, exploração de madeira, agropecuária, produção hidrelétrica e colonização de terras.

“Colonização” foi literalmente o termo utilizado pelos militares para a criação de seus programas de “ocupação” de terras. Entretanto, há aqui um sentido regional de colonização que é preciso antecipar. De forma mais notória e imediata, projetou-se um futuro de extração e exploração para a Amazônia, que seria também um “novo mercado” para bens de consumo fordistas produzidos pelo sudeste industrializado. Os condutores dessas políticas e os beneficiários dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal eram majoritariamente sulistas e sudestinos.<sup>102</sup> Além disso, as chamadas políticas de colonização tinham o objetivo explícito de aliviar pressões populacionais nas metrópoles sudestinas que alcançavam altos níveis de modernização e concentração de renda com um empobrecimento análogo de suas periferias imediatas e favelas, cada vez mais o destino de migrantes nordestinos (ver Monte-Mór, 2004). A “solução” proposta pelos militares foi transferir o “excedente de mão de obra” (nordestino, periférico) para a colônia amazônica. A construção de várias estradas e rodovias regionais – incluindo a Transamazônica que liga o Norte ao Nordeste do Brasil – abriu caminho para uma migração sem precedentes para a fronteira, inclusa aí a região sul e sudeste do Pará.

102. Bruno Malheiro (2019) faz uma discussão fundamental sobre o colonialismo interno e as políticas do Estado na Amazônia brasileira, chamando a atenção para as formas através das quais conceitos como “segurança”, “pobreza”, “população” e “território” são mobilizadas seletivamente para “normalização do risco amazônico”.

Convencionou-se chamar de *colonização dirigida* o processo formal de direcionamento e assentamento de migrantes pelos programas oficiais. Sua expressão principal está nos *Projetos Integrados de Colonização* (PIC) criados ao longo de toda a fronteira amazônica.<sup>103</sup> Eram projetos públicos ou privados, amplamente divulgados na televisão, no rádio e nos jornais para atrair migrantes de diferentes partes do país. As condições variavam de acordo com a região e a natureza do projeto de colonização mas, em termos gerais, os colonos teriam direito a terras baratas e altamente subsidiadas, baixas taxas de juros, crédito para construção de casas e produção agrícola (máquinas, ferramentas, fertilizantes) e assistência técnica. Os padrões de assentamentos planejados variavam (agrovilas, agrópolis, rurópolis), mas todos deveriam estar próximos a estradas locais e regionais, dotadas de escolas, centros de saúde e armazéns governamentais de produtos básicos (Hall, 1991).

Dois projetos de colonização são particularmente importantes como expressão da colonização dirigida no sul e sudeste do Pará. O primeiro foi o PIC Marabá, projeto conduzido pelo próprio Estado no começo dos anos 1970, que se estenderia por 529km em uma faixa de 10km de cada lado da Transamazônica. Cada família teria direito a transporte para os núcleos, um lote de 100 hectares, além de “serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, quatro hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila”. Executado pela tecnocracia militar, o projeto previa distribuição dos lotes e das centralidades planejadas “a partir de riscos e desenhos lineares em mapas” (*Ibid*,

103. Para uma discussão dos PICs em Rondônia e no norte do Mato Grosso, ver Monte-Mór (2004).

p. 105). Quando o projeto foi de fato executado, o PIC não apenas foi implantado *em outro lugar* (em trechos menores de São João do Araguaia e Itupiranga), como possuía tamanhos diferentes de lotes e centralidades. Algumas estradas que constavam no projeto “passariam pelo meio de rios, pântanos ou escalavam serras”. Além da falta completa de conhecimento do relevo, da disponibilidade de água e das condições climáticas da região, os militares trataram ainda de buscar agricultores sulistas para ocupar as terras acreditando que “os agricultores do Sul ensinariam os nordestinos a trabalhar com a terra na Transamazônica usando tecnologias modernas no trato da lavoura” (*Ibid*, p. 106).<sup>104</sup>

Além da incompetência técnica, os militares tinham ainda interesses prioritários em relação aos projetos de colonização que iam na direção oposta de seu pretensão objetivo social. Enquanto o INCRA implantava o PIC Marabá, as Forças Armadas buscavam aniquilar os guerrilheiros ligados ao PC do B que viviam em meio aos posseiros da região. Nesse processo, as estratégias e instituições se misturavam: carros do INCRA eram utilizados no controle e repressão da Guerrilha do Araguaia<sup>105</sup> e guias do exército tornavam-se beneficiários do PIC Marabá. De outra parte, as terras “pertencentes” a grandes fazendeiros e oligarcas não foram incluídas no conjunto de terras designadas ao PIC quando havia sobreposição entre o plano e a área por eles pretendida. Finalmente, elas “foram destinadas às grandes propriedades para a criação de gado bovino” (Pereira, 2015, p. 106). O governo federal anunciou que assentaria 100 mil famílias na região até 1974. Até 1980, apenas 8 mil foram assentadas.

104. O desrespeito completo pela geografia e as políticas fundadas na colonialidade regional tornaram a tecnocracia motivo de chacota e apelidou-se o INCRA de “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia” (Pereira, 2015, p. 122).

105. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado de resistência ao regime militar composto por cerca de 70 membros do PC do B (Partido Comunista do Brasil). Entre abril de 72 e janeiro de 75, esses militantes foram, em sua maioria aniquilados. O número total de presos, mortos e torturados, entretanto, foi muito superior, uma vez que engloba muitos trabalhadores rurais, padres e freiras que foram obrigados a servirem como guias ou informantes dos militares (Pereira, 2015).

O segundo projeto de colonização expressivo na região adveio dos “incentivos” do Estado à iniciativa privada que atraiu várias empresas do sul e sudeste do Brasil para o sul e sudeste do Pará no contexto do Programa Grande Carajás (PGC). A empreiteira mineira Andrade Gutierrez, responsável pela construção da rodovia PA-279 ganhou, junto ao INCRA, os *direitos de colonização* das terras ao longo da rodovia apesar de sua completa inexperiência com projetos similares. Em 1979, a empresa adquiriu 400 mil hectares do governo federal compostos de *terras indígenas* dos povos Xikrin para construção do *projeto de colonização* Tucumã no município de São Félix do Xingu (Pereira, 2015).<sup>106</sup> O acordo com o INCRA e o governo do estado do Pará dispunha que a empresa era responsável pelo processo de loteamento e construção (mantendo 50% de reservas florestais) que envolvia estradas, centro urbano e instalações técnicas, além de serviços básicos, apoio técnico e financeiro em cooperação com órgãos públicos nacionais (Monte-Mór, 2004).

Tucumã pretendia ser um “modelo” de projeto de colonização.<sup>107</sup> Para tal, assim como foi feito no PIC Marabá, a estratégia seria atrair colonos do sul do país, particularmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde a produção mecanizada de soja vinha expulsando pequenos agricultores (*Ibid*). Escritórios no sul do Brasil anunciavam lotes de até 280 hectares no sul do Pará com escolas, estradas, crédito, centros urbanos e serviços variados (Pereira, 2015), utilizando a logo *Vida Nova no Sul do Pará*. A construção da infraestrutura do projeto começou em 1981 usando incentivos fiscais do PGC. No mesmo ano, chegavam os primeiros colonos sulistas para ocupar os lotes adquiridos, assim como outros

106. Para uma discussão de outros projetos de colonização privados, em particular no norte do Mato Grosso, ver Monte-Mór (2004).

107. Projeto “guiado por princípios de justiça social” a partir de uma “a ideia de uma comunidade de pequenos agricultores nascida dos sonhos igualitários de dois militantes de esquerda” Uma company town no meio da floresta, em formato de borboleta, cujo projeto urbanístico veio das finalistas da construção de Brasília. Ver, sobre o tema, o artigo recente de João Moreira Salles (2020).

migrantes que perseguiram os serviços e a infraestrutura do projeto Tucumã. A descoberta de ouro na área titulada promoveu um enorme fluxo migratório de garimpeiros que foram capazes de, eventualmente, ocupar áreas dentro do projeto. A guarda privada da Andrade Gutierrez criou uma guarita para controlar a ocupação. Uma aglomeração se formou da guarita para *fora*, que ficou rapidamente conhecida como Guaritaí (ver Monte-Mór, 2004). Da guarita para dentro, os guardas buscavam controlar o movimento nas centralidades e áreas agrícolas para evitar que sem terra, garimpeiros e migrantes fossem capazes de penetrar as cercas de arame farpado. Os conflitos entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” escalaram rapidamente dada a violência desmedida da segurança privada da empreiteira e as ameaças constantes de ocupação.

Em 1983, havia 3 mil pessoas do lado de dentro e 12 mil pessoas do lado de fora do projeto privado (Pereira, 2015). Em meio à concentração densa de barracas de lona e construções de madeira e papelão, a economia popular gerava todo tipo de provisionamento, “todos amontoados uns contra os outros, de modo que se pudesse andar do supermercado para a barbearia e depois para uma farmácia, e mais além no bordel, e de volta a um açougue, e a um pequeno mercado, e assim por diante” (Monte-Mór, 2004, p. 239). Em 1985, depois do linchamento do chefe da segurança da empreiteira na guarita de Tucumã, a Andrade Gutierrez vendeu a mesma área de volta ao governo federal por 26 milhões de dólares. Em 1988, as duas aglomerações foram emancipadas de São Felix do Xingu para se tornar Ourilândia do Norte e Tucumã.<sup>108</sup>

108. Registros e análises mais detalhados sobre Tucumã e Ourilândia podem ser encontrados em Monte-Mór (2004) e Schmink e Wood (2012 [1992]).

Guardadas as suas especificidades, projetos de colonização o PIC Marabá e o Projeto Tucumã foram ubíquos na fronteira amazônica nos anos 1970 – Monte-Mór (2004) discute outros casos de projetos semelhantes na região. É seguro dizer que a vasta maioria das famílias migrantes que chegaram na Amazônia nesse período nunca foi assentada em um projeto de colonização, fossem os projetos do INCRA ou do GETAT. Para muito além da pretendida ocupação ordenada de terras a partir de ônibus, caminhões e aviões do governo central, houve um movimento massivo de migrantes para a Amazônia que excedeu qualquer estimativa. No caso do sudeste paraense, sabe-se que apenas municípios cortados pela Transamazônica cresceram a uma média de mais de 200% ao ano na década de 1970, quando mais de 15 mil pessoas chegavam a cada ano na região (Pereira, 2015, p. 123). Mesmo as famílias que foram finalmente assentadas encontraram uma situação muito diferente da esperada. A maior parte da infraestrutura acordada não foi construída. O clima e o solo eram completamente desconhecidos para a maioria dos habitantes. Esse também foi o caso de doenças como a malária. Estradas locais e regionais inundavam repetidamente e prejudicavam os fluxos de insumos e produtos agrícolas. Quase não havia assistência além das redes emergentes de solidariedade e os mecanismos de crédito eram rígidos demais, muitas vezes exigindo títulos de propriedade da terra (Hall, 1991).

As condições estruturais adversas, a escassez e a execução precária dos projetos de colonização e a magnitude do desse movimento multitudinário em direção à Amazônia conduz à novas práticas

espaciais, a partir do terreno da necessidade imediata das massas migrantes. Tem início, de forma mais ubíqua e intensa, as ocupações de terra, as apropriações, expropriações e conflitos em torno da posse da terra e em torno do trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro em suas diversas formas, aliado ao capital nacional (em sua maioria, empresas do centro-sul do país) e internacional, intensificam sua ação na região através de grandes projetos e incentivos fiscais, mas também de apropriações ilícitas de grandes porções de terra.

## Terra: Apropriações e Expropriações

As mesmas estradas que permitiram a chegada de migrantes e colonos foram condição de possibilidade para o estabelecimento de empresas do centro-sul do país. Junto com essas empresas, vieram as concessões de terras públicas, que incidiam muitas vezes sobre áreas já ocupadas por posseiros. Entre 1924 e 1976, o governo do Pará vendeu 7 milhões de hectares de terras – 5,6% do território *paraense* (Pereira, 2015, p. 73). Esse foi também o período dos programas de incentivos fiscais para instalação de empresas na Amazônia, no qual proprietários de terra registravam suas fazendas como empresas rurais para ter acesso aos recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966.<sup>109</sup> Esses programas acabaram por incentivar a concentração fundiária e atividades primárias e extensivas em terra, visto que eram quanto maior o tamanho do imóvel, maior o volume de recursos (Costa, 2000). Isso era particularmente verdadeiro para

109. A SUDAM substituiu a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na execução de programas econômicos na Amazônia. Segundo Renata Andrade (2018, p. 75), não havia programa de renúncias fiscais na Amazônia até a década de 1960. A SPVEA concedia financiamento a determinadas empresas “mediante o pagamento de juros reais e garantias com a escritura pública de confissão de dívida em cartório”. Os incentivos fiscais, presentes desde 1959 como instrumentos de política de desenvolvimento no Nordeste, foram exportados para a Amazônia através dessas instituições em 1963, e foram finalmente estendidos ao setor agropecuário em 1965. É nesse momento, e através dessas instituições, que se oficializa e se formaliza a transferência de recursos do Estado brasileiro para que empresas sudestina, sulistas e transnacionais se estabeleçam na Amazônia como “pecuaristas”. A SUDAM continua atuando na Amazônia brasileira, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional do governo Bolsonaro.

empresários sudestinos: dos 48 projetos aprovados na SUDAM até 1975, apenas 1 tinha participação paraense (Costa, 1992). Em pouco mais de uma década, empresários sulistas, sudestinos e estrangeiros se tornaram grandes latifundiários no Pará: em 1980, os 59 projetos *agropecuários* financiados pela SUDAM espalhados em 4,5 milhões de hectares (equivalente à área do estado do Espírito Santo) eram divididos entre instituições financeiras (Bamerindus, Bradesco, Mercantil), industriais (Volkswagem, Supergasbrás, Nixdorf), empreiteiras (Andrade Gutierrez, Encol) e exploradoras de madeira e castanha (Pereira, 2015, p. 75).

Através da SUDAM e do ITERPA, milhões de hectares e dólares paraenses foram destinados a empresas exógenas sob a premissa de desenvolver atividade pecuária: até 1980, 9 milhões de hectares de terra (equivalente a área da Guiana Francesa) foram ocupadas por fazendas de gado *apenas no sul e sudeste do estado*. Isso não significa que esses 9 milhões de hectares tenham tido algum uso produtivo, seja para a pecuária, seja para outras atividades de ampla extensão territorial (como castanha e madeira) que “justificam” esse tipo de estrutura agrária. Ao contrário, bastava que uma empresa (frequentemente fantasma) registrada como agropecuária fosse proprietária de uma grande extensão de terra para que pudesse receber os recursos da SUDAM.

É notável o caso da Fazenda Bela Vista (ver Pereira, 2004). Seus 17,4 mil hectares (equivalente à área do município de Aracaju) foram adquiridos do governo paraense em 1961, repassada a um grupo de

empresários paulistas em 1969 e finalmente registrada em nome de três empresas agropecuárias. Entre 1970 e 1972, essas três empresas receberam 13,7 milhões de cruzeiros – 2,6 milhões de dólares (preços de 1972) – em incentivos fiscais sob a forma de projetos da SUDAM. A terra não recebeu nenhuma função produtiva até 1985. Essa não foi uma especificidade dessa fazenda: “[a]penas três entre os 94 projetos [da SUDAM] agropecuários e agroindustriais implantados apresentaram alguma rentabilidade, no período compreendido entre 1981 e 1983” (Pereira, 2004, p. 108).

O poder político e econômico da grande propriedade de terra incentivava o crescimento das fazendas comandadas ora por famílias oligarcas, ora por fazendeiros-empresa do centro-sul através da *grilagem* de terras. “Grilagem” se refere à prática de falsificação de títulos de propriedade e de registros de compra e venda sem a linhagem da transmissão, geralmente seguindo práticas violentas de espoliação de seus ocupantes e reiteradamente contando com a conivência de cartórios e órgãos governamentais (Pereira, 2015, p. 99). O termo vem de uma técnica para produzir um efeito de envelhecimento em um papel que basicamente consiste em colocar documentos falsos dentro de uma caixa com grilos para torná-los amarelados (devido ao excremento dos insetos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, portanto, mais confiável. A expropriação/apropriação de terras e a falsificação de documentos foram práticas tão comuns que se diz que algumas áreas na região possuem “múltiplos andares” – i.e. múltiplos títulos falsos e, portanto, múltiplos “donos” da mesma terra (Palheta da Silva, 2013).

A contrapartida das práticas de expropriação dos grileiros eram as práticas de apropriação e re-apropriação por parte de migrantes e posseiros expropriados que ocupavam terras devolutas e imóveis titulados e/ou aforados, sempre em confronto com policiais e pistoleiros de grandes proprietários de terra.<sup>110</sup> Nos anos 70 e 80, as ocupações de terra na região não tinham coordenação central de movimento ou entidade civil, sindical ou religiosa.

Bastava tão somente os trabalhadores embrenharem-se na mata, demarcar com rústicas picadas as suas posses e fazer ali as suas roças. Normalmente, formavam-se pequenos grupos de trabalhadores, localizava-se um imóvel improdutivo e aí se efetuava a ocupação. Nunca em grandes aglomerações, mesmo se o imóvel fosse extenso. A ocupação total do imóvel se concretizava posteriormente, muitas vezes, depois de dois ou três confrontos com os proprietários e seus pistoleiros. [...] Para sua consolidação, os posseiros precisavam enfrentar a força dos grandes proprietários que era, quase sempre, maior que a sua. Estes pequenos grupos eram conhecidos, muitas vezes, por enfrentantes (Pereira, 2015, p. 143).

Em um segundo momento, mais famílias aparecem em busca de terra e gradualmente se formam novas redes definidas inicialmente pelo terreno da necessidade e da reciprocidade necessária para a

110. Como nota Airton, tanto no imaginário popular, quanto em parte da literatura acadêmica sobre os conflitos pela posse da terra está o “posseiro” como figura passiva e pré-existente em território amazônico, que é posteriormente expulso pelo grande proprietário de terra; uma figura que reage à ação violenta de seus pretensos expulsos e que não ocupa áreas tituladas. Entretanto, os posseiros não apenas resistiram a muitos desses ataques, como nem todos foram por elas atingidos. Não se pode mesmo afirmar que os trabalhadores migrantes chegaram antes das empresas que, por sua vez, se apossaram de suas terras. (Pereira, 2015). Esse tipo de antagonismo – proprietários de terra vs. trabalhadores rurais; propriedade privada (mercadoria) vs. posse (trabalho) – é tão traiçoeiro quanto difícil de evitar.

troca, o trabalho e a proteção.<sup>111</sup> As primeiras roças e benfeitorias na terra garantem a posse através do trabalho. Garantem o alimento através do qual essas famílias subsistem e garantem também a legitimidade das ocupações. Sua efetividade dependia também dos representantes de instituições mediadoras – de movimentos de base, de sindicatos rurais, da Comissão Pastoral da Terra – que assistiam os posseiros nas negociações com o dono da terra e com o Estado.

Nesse processo, a cidade tinha também um papel importante. Sua função mediadora e sua forma de centralidade aglutinadora restabelece as possibilidades aos migrantes que ali chegavam. Muitos deles se tornam posseiros apenas depois de um tempo morando nas periferias das cidades, vilas e povoados (Pereira, 2015, p. 148). Além de seu papel de “atração” e de “re-socialização” de migrantes (Becker, 2015), os centros urbanos tinham uma função informacional para as ocupações de terra – o “buzz” da aglomeração urbana (Storper e Venables, 2004) passa a ser importante para saber onde a polícia pretende agir, quais são os planos de determinados fazendeiros, onde as viaturas e os órgãos do Estado farão suas rondas, etc.

Em cada ocupação, entretanto, surgem dificuldades internas, conflitos inerentes às divisões de terra, ao tamanho ou à posição do lote, essas sempre mediadas pelas lideranças emergentes dentro de cada ocupação de terra. O sucesso dessas mediações internas leva à consolidação gradual das práticas de trabalho coletivo e de reuniões, de superação de adversidades (da instalação de cercas, da escassez das sementes, da mira dos fuzis, das estradas, das

111. “Ali estava constituída a sua vida familiar e comunitária: o lote, a casa, o pomar, a roça, os animais, as pastagens, os casamentos entre si, as festas, os terços, as novenas, as reuniões, os compadrios, o comércio, o mutirão, a escola, a troca de dias como cooperação no trabalho, etc. [...] Ali estava presente também toda uma trajetória de sofrimento: os constantes deslocamentos até se estabelecer, os acidentes com animais peçonhentos, o enfrentamento às doenças como malária, verminoses, hepatites, leishmanioses, comuns em regiões de abertura da floresta, além da convivência constante com o medo de pistoleiros e da polícia” (Pereira, 2015, p. 156).

condições sanitárias) e da proliferação de solidariedades (mutirões, jogos, festas, casamentos, missas). Até que haja desapropriação e emancipação da ocupação como projeto de assentamento, não há fim dos conflitos (Ibid, p. 161).

O Castanhal Rainha foi um dos primeiros ocupados na região de Marabá nos anos 70. Parte do castanhal coincidia com um projeto de colonização nas margens da Transamazônica, mas o INCRA negou que famílias ocupantes se tornassem beneficiárias do projeto. Essas famílias não cadastradas se uniram a alguns dos colonos já cadastrados no projeto que igualmente não haviam recebido as terras para abrir pequenas estradas, plantar roças e dividir as terras paralelamente. O “proprietário” do castanhal tomou conhecimento da ocupação e propôs que todos os trabalhadores trabalhassem para ele como meeiros. A recusa dos trabalhadores foi imediatamente acompanhada de violência, ameaças de morte, tiros no meio da noite, incêndios nas roças e nos primeiros paióis de cereais. Esse processo durou 20 anos. Apenas em 1994 o castanhal foi finalmente desapropriado e os posseiros remanescentes alocados no projeto de assentamento (Pereira, 2015, p. 125-133).

A violência atual e potencial desses conflitos é uma dimensão constituinte das ocupações, apropriações e expropriações de terra. É preciso dizer, por um lado, que muita ênfase foi colocada na violência como característica primordial do sul e sudeste do Pará, sobretudo através da grande mídia, dos noticiários, das reportagens, das capas de revista que se prestaram unicamente a reconhecer a

desumanidade dos massacres e assassinatos que tomaram lugar na região. Essa é uma caricatura perigosa que esconde complexidades e riquezas regionais. Também é preciso dizer, por outro lado, que essa é uma dimensão histórica que, assim como outros elementos trazidos até aqui, são ao mesmo tempo temporalidade, prática e cotidiano. As formas como ela se apresenta hoje não são as mesmas – a julgar pelos vídeos de corpos mutilados em massacres e assassinatos que circulam em grupos de Whatsapp de forma bastante comum e irrestrita. Os agentes também não são exatamente os mesmos – como o Capítulo 5 procura mostrar, existem outras instituições e empresas envolvidas em formas de violência mais sofisticadas. E, ainda assim, há muito sangue do passado derramando no presente.

## **Violência Instituída**

Em maio de 2017, um grupo de 25 sem terra ocupou a Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'arco, após 4 anos de uma sequência de ocupações e despejos violentos. Naquela noite, o grupo aguardava outros 40 trabalhadores que chegariam na manhã seguinte como reforço. Às seis da manhã, ao ouvir um som de portas de carro batendo e concluindo corretamente que eram policiais, pegaram o que conseguiam carregar e fugiram no meio da mata. Não fosse a chuva torrencial, teriam chegado mais longe na corrida, mas decidiram parar e esticar uma lona supondo que os policiais não entrariam na mata. Por causa do estardalhaço da água na lona, não se deram conta que estavam cercados por 29 policiais que sem maiores delongas

começavam a atirar. Fernando Araújo saiu debaixo do corpo baleado de seu namorado, rastejou até um matagal mais alto de onde ouviu a súplica de seus companheiros, os sons de espancamento e as várias dúzias de tiros disparados pelos policiais (ver Tinoco, 2017).

A história do Massacre do Pau D'arco, onde 10 pessoas foram assassinadas por um grupo de policiais civis e militares, tem início em 2013, na primeira ocupação da fazenda Santa Lúcia depois da morte de seu proprietário, o paranaense Honorário Babinski. À época suas posses somavam 40 mil hectares de terra (o município de Belo Horizonte tem 33 mil) que foram herdadas por Honorário Babinski Filho, de 21 anos. O garoto reivindicou imediatamente a reintegração de posse. A juíza responsável pelo caso pediu então a comprovação de uso produtivo da terra para efetuar o despejo. Honorato Filho forneceu às autoridades: uma ficha autodeclaratória entregue à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará onde afirmava ter 1700 cabeças de gado; um recibo de compra de 1700 vacinas; e um comprovante de vacinação de 75 cabeças de boi – todos emitidos na mesma semana do pedido da juíza. As autoridades aceitaram os documentos como prova de uso produtivo, efetuaram o despejo e deu-se início a uma longa sequência de ocupações e despejos com conflitos cada vez mais violentos até o massacre. Segundo Tinoco (2017), documentos de 2013 comprovam a contratação de pistoleiros localmente renomados para realizar “serviços de cerca” para Babinski – prática tão comum na região que muitas vezes os contratados não sabem que serão designados para esse tipo de serviço.<sup>112</sup>

112. A CPT (2013) denunciou a ação de pistoleiros de uma fazenda do Grupo Santa Bárbara – do banqueiro Daniel Dantas – contra seus ocupantes. Os pistoleiros são contratados como cerqueiros, vaqueiros, inseminadores, “mas na verdade o serviço é outro”. Dentre os depoimentos está o de uma mãe que afirmava que seu filho de 19 anos foi contratado para trabalhar em uma fazenda como vaqueiro e descobriu posteriormente que ocuparia o cargo de “vigilante”. “O rapaz então esclareceu para a mãe que, para não dar problema, a fazenda contrata todos como vaqueiros, mas, na verdade, a tarefa deles é outra: expulsar sem terras da fazenda”.

Os ruralistas locais celebraram o massacre e apoiaram os policiais envolvidos. “Tem que matar, é bandido”, disse Luciano Guedes em entrevista a Tinoco (2017). Luciano é ex-presidente do sindicato rural e ex-prefeito de Pau D’arco, e veio do Paraná junto com seu sogro que, segundo ele, é um dos pioneiros fundadores. “Não existia isso aqui quando eu cheguei, em 1988. Nós construímos tudo. Eu tenho o maior orgulho de dizer que eu desmatei, que construí cidades, estradas”. O Massacre de Pau D’arco foi o mais sangrento desde o Massacre de Eldorado de Carajás. Entretanto, não houve punição dos policiais envolvidos e nem mesmo investigação quanto ao possível mandante. Honorato Babinsky Filho hoje tem 28 anos e mora na cidade do Rio de Janeiro. Em seu perfil público do Instagram,<sup>113</sup> exibe suas fotos de modelo e ator, seu corpo cuidadosamente cultivado, imagens das praias e da vida noturna carioca e, ocasionalmente, de rios paraenses.

Pau D’arco não é exceção. Segundo a CPT, dos 914 assassinatos realizados entre 1964 e 2010, apenas 15 casos foram a julgamento e apenas 6 acusados estão presos. Contraditoriamente, os mandantes e executores são sempre conhecidos e reconhecidos. De fato, são muitos os envolvidos nas apropriações e expropriações de terra: posseiros, fazendeiros, mediadores, padres, policiais, juízes. Os pistoleiros em si podem ser individualmente contratados ou podem fazer parte de milícias privadas. Existem ainda intermediários, que operam entre o mandante e o pistoleiro, mantendo sigilo entre as partes. Esse não era sempre o caso. Muitos pistoleiros precisavam se fazer conhecidos para que temidos – e, ainda assim, jamais punidos.

113. <https://www.instagram.com/honorato-babinski/>.

O caso mais emblemático, descrito por Airton Pereira (2015) com riqueza de detalhes, é o de Sebastião da Teresona. “Negro de 1,60 metros de altura, grandes bigodes, sorriso largo e muito ouro nos dentes. Era um homem de olhar baixo e tímido. Pai de cinco filhos [...] Sebastião tinha o dedo médio da mão direita decepado e cicatriz de um corte no braço direito, heranças de esfregas com posseiros” (p. 199). Nordestino pobre, percorreu o sul do Maranhão antes de chegar ao Pará. Assim como outros pistoleiros, Sebastião era formalmente contratado como “fiscal de fazenda”. Na prática, atuava como “gato”, i.e., aquele que alicia e contrata trabalhadores que são posteriormente submetidos a outras funções e até mesmo condições análogas à de escravidão (herança do antigo “barracão”). O gato também tem a função vigiar e punir. Segundo depoimento de seus cúmplices, Sebastião executou vários trabalhadores com diferentes vínculos com as fazendas por cobrarem seus salários, por tentarem fugir ou por não pagar suas dívidas. Seu grupo de mais de 30 pessoas prestava esse tipo de serviço para vários fazendeiros regionais, cujos sobrenomes são os mesmos da Oligarquia do Tocantins. Em contrapartida, esses empresários não mediam esforços para tira-lo da cadeia de formas muito variadas. Em 1986, alguns deles chegaram a prestar depoimento como testemunhas de Sebastião.

São centenas de casos (*Ibid*, p. 204-5). Na Fazenda Surubim, em maio de 1985, o grupo de Teresona invadiu uma área de posseiros, assassinaram Julimar Lima de 17 anos e levaram uma de suas orelhas. Seu corpo ficou exposto por 7 dias até que a polícia o resgatasse para o sepultamento. Três semanas depois, na mesma fazenda,

assassinou Francisco Morais e estupraram sua esposa Leonildes Silva, antes de matar a ela, a seu irmão Manoel Morais e a seu filho de 2 anos de idade. Todos os corpos foram queimados e levados dias depois pela PM numa carroça. No mesmo mês assassinaram mais dez trabalhadores cujos corpos ficaram tão desfigurados que nunca foram identificados.<sup>114</sup> Muito renomados e reconhecidos, foram todos imediatamente identificados e presos pela Polícia Militar. Horas depois, o delegado encarregado não apenas liberou os pistoleiros como determinou que fossem escoltados de volta às suas casas em Marabá. Ordenou também que a caminhonete utilizada pelo grupo no massacre fosse devolvida a seu proprietário, o fazendeiro João Almeida. Sebastião foi preso em dezembro 1987. A juíza Ezilda Mutran – nora de Vavá Mutran, grande proprietário de terras e deputado estadual naquele ano – expediu uma autorização para que ele passasse o fim de ano com a família. Teresona não voltou para a cela e o processo do massacre da Fazenda Surubim foi arquivado em outubro de 1990. Outros episódios incluem licenças para tratamento de saúde que resultavam em fugas sem explicação por parte da polícia, mandados de prisão extraviados e prisões domiciliares nunca inspecionadas. Nos raríssimos casos em que foram julgados e tiveram sentenças expedidas, não houve cumprimento das mesmas.

Mais do que atestar a impunidade no Pará profundo e agrário, interessa aqui sublinhar uma forma específica de operação do Estado em todas as escalas de governo. Mais do que ser cúmplice de uma sequência de *centenas* de assassinatos, ele é condição de possibilidade para que essas formas de poder e violência continuem

114. O mesmo ocorreu com outras 100 pessoas assassinadas entre 1985 e 2010. Cadáveres desfigurados, corpos esquartejados, vidros com orelhas humanas. Cabeças arrancadas, dependuradas e expostas. “Corpos-texto” aos vivos (Pereira, 2015, p. 221).

a persistir. Seja na forma de órgão regulador federal, polícia militar estadual ou judiciário regional, o Estado é parte do poder hegemônico tanto quanto o poder hegemônico é parte do Estado. Não há ausência do Estado no campo como comumente se crê – basta perguntar a qualquer um que viveu os tempos do GETAT. Há uma *outra forma* de apresentação e expressão do Estado que é própria daquele espaço – e que, mais do que frequentemente, a cidade desconhece. Sebastião da Teresona respondia processo por 36 homicídios e era acusado de outros 50. Ele *não foi preso e nem sequer julgado* pelas dezenas de assassinatos de posseiros e trabalhadores rurais no sudeste paraense, mas sim pelo assassinato de um comerciante e seu filho de 13 anos *na cidade* de Belém. Em maio de 1991 foi condenado a 30 anos de reclusão, mas morreu 4 anos depois, aos 47 de idade, assassinado num presídio estadual.

Para além do nível da lei e dos processos judiciais, há também expressões no nível da vida cotidiana. Policiais postergavam denúncias e chamados de trabalhadores argumentando que as máquinas de escrever estavam quebradas, que não havia papel pra fazer o boletim de ocorrência, que o escrivão não estava presente, que o delegado estava ocupado com outro caso. Recusavam chamados de pessoas ameaçadas ou em situação de conflito justificando que as viaturas estavam sem combustível ou danificadas. “Há casos também em que escrivães tenham transcrito para o papel informações que o depoente não havia relatado, amenizando ou distorcendo o fato ocorrido”. (*Ibid*, p. 216) Além disso, nos registros e inquéritos policiais, “[o]s trabalhadores rurais são representados como aqueles que

praticam uma agricultura atrasada e irracional, sem capacidade de se organizar e de decidir sobre as suas vidas, gente sem vontade própria, fáceis de serem conduzidos por pessoas ‘estranhas’ ao meio rural”. (*Ibid*, p. 217).

Do outro lado, os posseiros organizados reagiam organizadamente. Desenvolviam estratégias de defesa e confronto armado e construíam trincheiras e emboscadas sobrepondo árvores e abrindo valas para atirar protegidos. Erguiam pontes e estradas estreitas e estabeleciam as primeiras roças em locais de mais difícil acesso para se proteger de possíveis ataques. Possuíam alianças com sindicatos, parlamentares, e setores progressistas da Igreja – todos eles, notemos, instalados nos centros urbanos. Além disso, eram centrais as articulações com “pessoas de sua confiança nas cidades, vilas ou áreas vizinhas aos litígios”, já que essas poderiam “informar de possíveis contratações de pistoleiros por parte dos proprietários rurais, do desencadeamento de alguma operação policial às áreas, de algum noticiário na imprensa que os interessavam” (*Ibid*, p. 225) – o “buzz” da aglomeração urbana (Storper e Venables, 2004; Scott e Storper, 2015). Quando sabiam antecipadamente da movimentação de policiais ou pistoleiros, criavam corredores, faziam picadas em uma única estrada de acesso com múltiplos pontos ao longo da estrada, onde tomariam posição. Quando os pistoleiros penetrassem na mata pela trilha, os últimos posseiros atiravam na direção dos pistoleiros, ou mesmo “ao ermo, fazendo-se que estavam ali em condições de resistir no mesmo pé de igualdade” (Pereira, 2015, p. 226). Ao recuarem pela estrada única, estariam encurralados pelos posseiros já entrincheirados. Cada uma dessas emboscadas gerava

um novo alarde nas delegacias, nas fazendas e na imprensa, novas denúncias contra posseiros e movimentos organizados e nova pressão das empresas ruralistas (oligarcas, sulistas e sudestinos) para policiamento, prisões e despejos.

Para além da ênfase na violência como elemento central da vida cotidiana, e para além da penetração dos desígnios do Estado com formas muito variadas – e sempre espacialmente mediadas – é preciso notar que esse elemento temporal, bem como sua persistência histórica, é uma expressão das formas de ambivalência, não apenas do Estado, mas sobretudo do trabalhador. Como nota Airtton, “não podemos considerar os trabalhadores rurais como passivos e vítimas de todos os processos”, afinal, na tentativa de “dispersar as milícias privadas e forçar o governo a desapropriar aqueles imóveis, às vezes, alguns grupos de posseiros procuravam dar visibilidade às forças e à coragem que não tinham” (*Ibid*, p. 239). Há muito pouco de homogêneo em cada uma dessas histórias, apesar das regularidades. Pelo contrário, mesmo dentro dos grupos de posseiros, existem contradições profundas, divergências, tensões e conflitos de interesse.

Entretanto, essas mesmas contradições e condições que se manifestam na luta pela terra – trabalhador rural e sem terra, vítima e herói, enraizado e migrante – são constituintes de subjetividades produzidas no bojo desse processo. “A experiência de luta dos posseiros nas áreas ocupadas [...] mostrou a capacidade desses trabalhadores rurais de se constituírem enquanto sujeitos políticos,

portadores de direitos e com capacidade de fazer órgãos e as instituições do Estado os ouvir” (*Ibid*, p. 239). Foi também através da criação de um aparato institucional próprio, capaz de representar determinado grupo e ser ferramenta de pressão e diálogo junto às demais instituições, que se constituíram esses sujeitos políticos. A formação política dos sujeitos e a formação de “suas” instituições não se separam. Em outras palavras, e como veremos a seguir, as lutas e conflitos ocupavam diferentes níveis de abstração: nas práticas de formação política, nas áreas litigiosas, nas assembleias, câmaras e sedes de órgãos do Estado.

## **Institucionalidades e Mediações**

Muitos processos estavam interligados no sudeste paraense. O projeto dos militares de colonização/integração/desenvolvimento da Amazônia, em franco conflito com as antigas oligarquias produziram, em termos regionais, uma nova correlação de forças e uma nova materialidade. Grandes empresas do centro-sul tornaram-se grandes latifundiárias através de incentivos fiscais, grandes projetos foram desenhados e instalados e novas-velhas tentativas de “ocupação” da Amazônia procuraram atrair uma massa de migrantes como “colonos”. Grande parte dos trabalhadores migrantes não encontraram a terra prometida pelo governo federal e um novo campesinato se estabeleceu em oposição ao latifúndio. O conflito e a violência se estabeleceram na vida cotidiana das majorias regionais.

Além dos conflitos nas áreas litigiosas, houve também uma institucionalização dos grupos envolvidos. Essas instituições foram fundamentais não apenas na composição da correlação regional de forças, mas na forma como o processo de redemocratização foi disputado no Brasil. Os anos 80 são um ponto de chegada importante onde agendas e pautas são coletivizadas e onde as lutas são travadas também nos domínios do Estado. Essas instituições atuaram tanto na representatividade desses setores junto à imprensa, ao judiciário, ao Estado, quanto na mediação de conflitos específicos. Isso era verdadeiro para latifundiários ligados a oligarquia do Tocantins, empresas do Centro-Sul, comerciantes e fazendeiros, mas também para posseiros, índios, garimpeiros, seringueiros, etc.

Afinal, nos anos 70 e 80, não foram apenas as massas de trabalhadores migrantes que partiram em busca de terra e trabalho. Populações muito diversas e numerosas eram crescentemente expropriados de suas terras – posseiros mais antigos, chegados nos anos 1950 com *centros* já constituídos; povos indígenas em conflito com pecuaristas e mineradoras; quilombolas que residiam ao longo das terras pretendidas pela Estrada de Ferro Carajás; beneficiários dos projetos de colonização; populações ribeirinhas que viviam às margens dos rios Tocantins e Araguaia; atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí, dentre muitos outros. Cada vez mais os grandes projetos espoliavam residentes regionais através de pastos, minas, ferrovias, hidrelétricas, fazendas. Cada vez mais “o cerco se fechava” (Hébette, 1991) para grupos camponeses, mas

também para atingidos por barragens, ribeirinhos, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, faxinalenses, mas também meeiros, parceiros, arrendatários, reassentados (Pereira, 2015, p. 34).

Cada novo projeto implicava em um novo confronto de práticas, de racionalidades, de tempos superpostos sobre um contexto espacial complexo. Debates sobre a reforma agrária vinham ganhando força desde os anos 50 no bojo das discussões sobre o papel da agricultura no desenvolvimento nacional. A criação de um aparato institucional de mobilização social, entretanto, impulsionou as articulações e lutas de grupos muito variados. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), criada em 1964, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas, mas também setores progressistas da própria Igreja Católica e partidos políticos gradualmente deram “força às reivindicações de assalariados rurais e moradores de engenhos e fazendas, arrendatários, parceiros, foreiros e posseiros que demandavam direito à terra” (Michelotti, 2019, p. 92).

No sul e sudeste do Pará tem destaque a atuação do Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR)<sup>115</sup> e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – instituição nacional criada em 1975 influenciada pelas mobilizações das dioceses do sul e sudeste do Pará, dada a quantidade e a gravidade dos conflitos nessa região.<sup>116</sup> Nos Anos 70, agentes pastorais, padres, freiras, bispos realizam diversos trabalhos político-pedagógicos (direitos sociais, cooperativismo) junto às populações

115. Os STRs surgiram nos anos 1940. Na região sul e sudeste do Pará, “o sindicalismo rural se desenvolveu no bojo dos grandes fluxos migratórios dos anos 70” (Hébette, 1991b, p. 204) ligados a proprietários rurais e aparelhos do Estado. Foram transformados em núcleos assistencialistas e clientelistas com vistas a quebrar as mediações do clero progressista com o campesinato (ver; Pereira, 2015, p. 251). Apenas na virada para os anos 1980, essas instituições assumiram um papel na “resistência coletiva dos camponeses à pressão do latifúndio, à violência da grilagem e à marginalização pelo Estado” (Hébette, 1991b, p. 204).

116. Assim como a CPT, a criação do INCRA em julho de 1970 também foi fortemente influenciada pelos conflitos no sudeste paraense. Segundo Pereira (2015, p. 55) o INCRA foi criado para atuar na questão agrária nacional, mas com ênfase prioritária na colonização ao longo da Transamazônica.

camponesas, na direção de sua organização para saída coletiva da precariedade e da opressão. A CPT vem da parte do clero ligado ao MEB (alfabetização, produção agrícola, sindicalismo, saúde, alimentação, vermes, doenças e cursos de marcenaria, costura, etc.) em vários pontos da Amazônia. Nos anos 80 há uma ampliação de sua estrutura e escopo tanto pelos novos recursos e parcerias possíveis através de novas redes, quanto pelo aprofundamento dos conflitos e da violência. Além da assistência direta aos trabalhadores, deu-se início a uma série de registros de mortes, assassinatos, massacres, torturas, ameaças (como é feito até hoje), além de nomes, datas e lugares associados a cada ocorrência. Tomava-se a declaração dos envolvidos e autenticavam como declaração pública de violência (Pereira, 2015, p. 252).

Do outro lado, articulavam-se também os proprietários de terra, auto-intitulados “produtores” – mesmo aqueles incapazes de comprovar uso produtivo de suas enormes extensões de terra – em instituições como a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Rural Brasileira. Defendiam a elevação da produtividade através da modernização da produção e dos transportes para a grande empresa e propriedade privada da terra, premissas compartilhadas por uma série de instituições, programas e projetos do Estado brasileiro – e.g. SPVEA (1953-66), Operação Amazônia (1966), SUDAM (1966), BASA, Polamazônia (1974), PGC (1980), etc.

Os anos 1980 foram o clímax dessa disputa inter-níveis: pressão institucional sobre os três poderes através de entidades representativas variadas; apropriações, ocupações e expulsões na terra e conflitos

funditários como marca do cotidiano. De acordo com a CPT de Conceição do Araguaia, entre 1982 e 1992, 4.352 famílias foram expulsas por pistoleiros e/ou policiais, 884 casas foram queimadas e 28.439 famílias foram ameaçadas. 1.647 trabalhadores rurais foram espancados e feridos e 870 foram detidos ou presos (Pereira, 2015, p. 153). A região sul e sudeste do Pará era certamente uma das regiões mais fundamentais em toda essa batalha. Em resposta às mobilizações populares, às ocupações de terra e ao movimento de luta pela reforma agrária, se intensifica também uma espécie de contra-reforma conservadora. A região passou a estampar revistas e jornais não só como palco de conflitos, mas também como região “atrasada”, “comunista”, fadada ao “retorno da guerrilha do Araguaia” (ver Reis, 2017; Pereira, 2015). Nesse contexto, as elites regionais procuravam intervir através da mobilização do aparato estatal militar até hoje presente na região.<sup>117</sup> Nenhuma das principais forças (expressas em institucionalidades diversas) foi capaz de impor seu próprio projeto. As negociações no nível institucional e as pressões no nível *mediador* atravessaram os anos 80.

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em maio de 85, propunha o assentamento de 300 mil famílias por ano através de uma grande articulação nacional de trabalhadores rurais, entidades de suporte e mediação, para debate na constituinte. Ele resgatava a preocupação do Estatuto da Terra com o cumprimento da função social da terra através da desapropriação de terras improdutivas. Dentre os instrumentos propostos, estavam a aquisição de terras com títulos da dívida agrária e a gestão democrática através da

117. Ainda hoje, além das abundantes unidades militares abrigadas em Marabá, a Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria da Selva coordena também 5.600 soldados em 3 batalhões de “Infantaria da Selva” e 1 esquadrão de “Cavalaria da Selva” (Pereira, 2015, p. 131) – quartéis e batalhões são também projeções da ordem distante, materializações do nível mais abstrato do Estado enquanto “vontade e representação” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 77).

participação das entidades populares representativas. A resposta enfurecida dos latifundiários veio na forma de pressão institucional – a União Democrática Ruralista (UDR) foi fundada em 1985 – e aumento da repressão no campo. A rearticulação dos latifundiários, grandes empresas e demais forças conservadoras levou a novos arranjos dentro e fora do Estado, incluindo ameaças ao governo federal – grupos de latifundiários do sul e sudeste do Pará escreveram, em carta ao Ministro da Agricultura, que se “o governo insistir em manter seu projeto de reforma agrária, muito sangue vai correr na região” (Pereira, 2015, p. 173). Depois do massacre da Fazenda Surubim pelo grupo de Teresona, por exemplo, o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) declarou ao *Jornal do Brasil* que “[s]e existem, no país, alguns tanques de gasolina na forma de tensão social, o Governo acendeu a centelha com o Plano de Reforma Agrária” (*Ibid*).

A burocracia estatal foi capaz de dismantelar pouco a pouco as propostas mais estruturalmente significativas do PNRA. Várias versões foram formuladas e reformuladas. Assessores exigiam sempre novas modificações e a cada nova mudança uma nova movimentação dos poderes era necessária – assim como no caso da reforma urbana, diga-se de passagem. Técnicos do INCRA e do MIRAD pediam demissão e escreviam cartas tentando pressionar a aprovação do PRNA. Por fim, a proposta inicial da aliança democrática foi completamente alterada resultando em uma política de criação de assentamentos rurais que não alterava a estrutura fundiária. As desapropriações previstas, ao final, chegaram a ser sobrevalorizadas, lastreadas no mercado financeiro (e não de terras) servindo como

(mais um) mecanismo de transferência de renda aos latifundiários (ver Hall, 1991; Pereira, 2015). Cada nova movimentação no nível institucional tinha mediações com a prática social e os conflitos nas áreas litigiosas. Só na Nova República, de acordo com dados da CPT, 2.973 conflitos de terra e 488 assassinatos de lideranças, trabalhadores, padres, advogados, etc., além de 1.644 prisões ilegais – número subestimado (Pereira, 2015, p. 177).

De outra parte, foi também um momento de criação de capacidade institucional e mobilização de posseiros para disputar os STRs e para criar novas associações de trabalhadores – como a Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacuindá de Dorothy Stang. Parte do ganho institucional, “comunicacional”, representativo, etc. ampliou tanto as *escalas*, quanto os *níveis* onde se desenrola e se disputa a luta camponesa (ver Michelotti, 2019). “Foi também o período em que os trabalhadores inaugurariam os prédios públicos como alvo de suas ocupações” (Pereira, 2015, p. 272), que a meu ver é uma das formas mais didáticas de se mostrar como a mediação funciona e como os níveis operam, do Privado ao Geral. Acampar na sede do INCRA, num ministério ou fazenda era também uma forma de pressionar essas instituições – para desapropriar um imóvel, julgar um processo específico, utilizar determinado recurso público, etc. Além do combate entrincheirado, há também um combate nos níveis mais abstratos, fundado na pressão sobre o poder público. De um histórico e de uma imagem de “clandestinidade”, de apelidos que dificultassem seu reconhecimento pela polícia e pelos pistoleiros, gradativamente se instituem práticas de, ao contrário, falar, se colocar, buscar ser

ouvido, chamar atenção da mídia, dos ativistas e militantes, dos acadêmicos, das entidades de mediação e dos movimentos sociais para as violações de direitos e para o interior do acampamento.

As novas institucionalidades que procuro destacar são uma espécie de ponto de chegada dos grupos e das temporalidades diversas que se superpõe na região. Há um acúmulo de muitas décadas de ocupações e espoliações, de debates e massacres numerosos, que ainda operam na região na propagação das práticas, na manutenção da memória e na ampliação dos repertórios dos grupos envolvidos. Todos esses tempos co-existem no presente, enraizados e manifestos em práticas cotidianas e nas estratégias gestadas do nível Geral. As oligarquias, o barracão, os movimentos migratórios, o sonho do eldorado, as “aventuras” na Amazônia, as grandes empresas do centro-sul, as lógicas exógenas, o conflito, os massacres e o sangue derramado. O presente apresenta esses elementos na “simbiose” com o passado de que falou o Professor Airton Pereira:<sup>118</sup> a pressão dos ruralistas, a reapropriação da memória da guerrilha do Araguaia e a “caça aos comunistas”, o discurso de modernização da agricultura baseado no latifúndio e na propriedade privada. E, talvez mais importante, a ciência de que, sempre que algo está em jogo em níveis mais abstratos e em escalas mais ampliadas, o acirramento da luta se dá nos campos de batalha mediadores.

118. “A luta pela terra, portanto, não reflete apenas um passado da história regional, mas o presente, seja pela sua permanência enquanto conflito social aberto, seja pelas marcas que imprimiu nas distintas trajetórias que compõem o aqui e agora e disputam, através das relações de poder, as frações territoriais e os próprios sentidos do território.” (Michelotti, 2019, p. 72)

## Contemporaneidades

Essas temporalidades apresentadas até aqui não são exatamente contínuas, não se encontram em todos os lugares e não se apresentam da mesma maneira. Sobre todas elas, pairam novos elementos e transformações significativas. Sobre o debate acirrado da reforma agrária nos anos 1980, se sobrepuseram, em anos recentes, outras pautas e debates que, apesar de remeterem a essas temporalidades, parecem tê-la esquecido. O ‘boom’ das commodities, por exemplo, fez mais do que viabilizar a onda de políticas distributivas latino-americanas (Gudynas, 2015; Svampa, 2015). Com a dominância das atividades neoextrativistas, esvazia-se também o debate da reforma agrária, enquanto discute-se o agronegócio, a mineração, o pré-sal e grandes projetos de infraestrutura como possíveis instrumentos de desenvolvimento econômico. As utopias tecnológicas que preconizam a modernização do espaço agrário brasileiro (*à la cornbelt*) se instrumentalizam e se transmutam em formas diversas de urbanização e industrialização do antigo campo.

Se hoje as pautas cidadistas e as grandes metanarrativas urbanas triunfalistas demandam atenção, recursos e soluções para as cidades e propõem que sejam elas mesmas o centro da transformação (ver Angelo e Wachsmuth, 2020), então é preciso uma contraposição no sentido de criticar esse tipo de abordagem míope e resgatar aquilo que se solapou com a cidadização do mundo. O debate da reforma agrária é, sem dúvidas, um dos elementos centrais desse resgate.

Sua importância só parece aumentar à medida em que a urbanização extensiva avança e vastos territórios vão sendo gradativamente operacionalizados – até que desertificados. Em torno da reforma agrária, orbitam questões ligadas a concentração de terras, violência no campo, destruição ambiental, insegurança e escassez alimentar, inserção nas relações econômicas internacionais (Michelotti, 2019, p. 12) e, será preciso adicionar, a disputa pela urbanização extensiva que, inegavelmente, prossegue.

Nas páginas que restam, procuro deixar claro que, conforme a urbanização extensiva avança, o que se passa fora dos olhares e dos domínios da cidade se torna ainda mais relevante, tanto para as maiorias regionais amazônicas, quanto para nós, cidadãos metropolitanos. Mobilizei o exemplo do *cornbelt* como forma de apresentar, através de um caso extremo, como muitos futuros humanos e não-humanos podem se parecer em pouco tempo: desertificação, despopulação, concentração em aglomerações, *habitat* ao invés de habitar. De forma muito definitiva, acredito que nosso futuro depende dos territórios de urbanização extensiva e da capacidade coletiva de disputa dos termos dessa urbanização – ao contrário das agendas citadistas que preconizam as “cidades” como solução para as catástrofes ambientais que não param de se aglomerar no horizonte. É também por esse motivo que penso que também a questão camponesa é de interesse dos estudos urbanos.

O sul e sudeste do Pará é um caso importante de transformação desses territórios – e de como visões homogêneas do “rural” não são nada apropriadas. No caso do agronegócio, como nota Michelotti (2019), há uma mudança no patamar tecnológico global, com novos níveis de automação que garantem economias de escala e atendem a novos setores (e.g. biocombustíveis, ração animal). A flexibilização dos mercados futuros e a engenharia financeira que domina o mercado de commodities afetam a cadeia produtiva de alimentos, e complexifica cada vez mais a interação entre corporações agrícolas, bancos de crédito rural, produtores de máquinas e implementos agrícolas, seguradoras e corporações biotecnológicas produtoras sementes geneticamente modificadas. Esse processo se desenvolve também no Brasil, onde há um deslocamento das estratégias de acumulação para setores extrativistas e, simultaneamente, a reprimarização produtiva aumenta o poder das elites “donas” de terras.

A penetração do “agro-mínero-negócio” (Michelotti, 2019) reconfigura essas batalhas históricas e escancara diversidades e complexidades – entre outros motivos, pois, a luta pela terra e a (r)existência das maiorias regionais, com ênfase nas populações camponesas, são as forças que enfrentam, com seus corpos e territórios, o avanço da boiada. Nessa região, há uma concentração de grandes empreendimentos que comercializam alimentos do agronegócio “nacional”, enquanto bloqueiam ativamente canais locais e regionais.<sup>119</sup> O resultado é a redução da área colhida de alimentos regionais importantes e expansão da área colhida de soja – entre outros fatores, porque o sul e sudeste do Pará é um território estratégico

119. A pesquisa de Fernando Michelotti (2019) revela que a quantidade e a variedade de produtos locais e regionais é baixa na região. Nos grandes supermercados, mais de 80% dos produtos agropecuários comercializados vem de fora da região – ora de matrizes em Belém, ora de distribuidoras regionais que trazem seus produtos de fora do estado. Seus entrevistados argumentam que os produtos dos camponeses locais não têm nota fiscal, não permitem o cumprimento dos contratos na escala que precisam, não tem preços competitivos que compensem o frete baixo de outras partes do país, ou que não recebem a prazo (p. 190-191).

para acumulação de capital em escala global (*Ibid*, p. 202) a partir da produção de commodities inserida em cadeias produtivas globais, como minérios e grãos. Além disso, em uma região onde os bens naturais são estratégicos para o agro-mínero negócio, a principal forma de apropriação da riqueza é a renda da terra.

Essa relação agronegócio-mineração é muito importante. Transformações recentes do campo estão ligadas a esse binômio: logística, energia, mineração, tecnologias cada vez mais avançadas e inseridas em cadeias globais de valor. Existem hoje articulações muito variadas entre agronegócio e a mineração em Carajás, desde contratos de comodato entre fazendeiros e a Vale (Barros, 2018) até a corrida por terra imbricada à corrida por minerais (Michelotti, 2019). Tem destaque as sinergias econômicas imediatas entre o sistema pecuário e minerador, visto que a pecuária não cria divergências caso as terras sejam utilizadas para mineração futuramente (já que boi não tem que ser indenizado e é mais facilmente deslocável do que famílias e comunidades). No fim, há uma convergência de poderes para a mineração no ápice da hierarquia regional política e econômica porque os fazendeiros e pecuaristas também ganham mais com a hegemonia da mineração do que com a hegemonia do gado *através da renda da terra*, seja na forma de especulação ou valorização imobiliária, seja na forma de indenizações. Apesar da pecuária ser secundária no conjunto do complexo produtivo regional (cuja renda nem se compara à renda da mineração), sua capacidade de cobrir áreas mais vastas é maior. É uma ocupação “produtiva” (aos olhos da desapropriação para fins da reforma agrária) a preços muito baixos que garante a

ocupação de terras nos arredores minerais. A pecuária, portanto, permite uso flexível do espaço e permite mobilização das “massas redundantes de capital regional” (*Ibid*, p. 266). A mercantilização da terra, por fim, é parte da construção da “coerência estruturada” a que se refere Fernando Michelotti (2019). Essa articulação agrominero-negócio é mais do que a soma de mineração e agronegócio tomados isoladamente. Ela forma um conjunto de estruturas políticas, econômicas e territoriais mais complexas de lidar.

“Ainda estamos engatinhando para entender como enfrentar essa lógica”, me diz Raimundo Gomes da Cruz Neto, o “Raimundinho”, coordenador do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP)<sup>120</sup> que atua há mais de quatro décadas na região com mobilização e educação popular. “Porque hoje não são pistoleiros de aluguel. São guardas armados. Pistoleiros fardados de guarda patrimonial”. “Hoje é tudo na justiça, e quando o quebra pau vai pra justiça, o juiz de plantão já deixou assinada a liminar de despejo [...] São outras etapas de massacre e opressão”. A criminalização dos movimentos sociais e sindicais também é uma marca da contemporaneidade. “Todos nós respondemos processos”.

120. CEPASP foi criada como centro de pesquisa em 1984. Foi aumentando o escopo e os territórios e atuação, em especial junto aos camponeses que enfrentavam a realidade do campo. Para Raimundinho, “[n]ão basta buscar a terra e lutar, tem que dar apoio aos companheiros mesmo depois que conseguem a terra”. A organização está sediada na “Comuna CEPASP”, espaço próprio conquistado há décadas, que “resiste a todo tipo de desmonte”. “Na sala do fundo, no salão, tem aula de dança, tem hip-hop [...] tem capoeira [...] economia solidária” e há também as feiras camponesas, compostas pelo “pessoal que vem de assentamentos aqui perto. [...] [É] aqui, de 15 em 15 dias, aos sábados. Fazemos a divulgação, damos estrutura básica”.



“Todos os investimentos do Estado se voltam contra os camponeses”, mesmo em uma região historicamente marcada pela luta pela terra. “São mais de 500 projetos de assentamento, mais de 1 milhão pessoas [...] Mas depois o Estado vai no revanche: ‘você vão ficar sem assistência, sem escola, sem estrada, sem luz, etc.’ – ‘então nós vamos criar!’.” A perspectiva é “construir tudo no braço”. “Sem lutar não tem jeito [...] Nenhuma vez foi o INCRA que simplesmente deu a terra para as pessoas”. As movimentações que se dão na esfera mais abstrata de relações (G) tem impactos muito imediatos (M). “Todo mundo sabe que o Temer não vai comprar terra pra reforma agrária. Então alguns correm pra ocupar e os donos de terra correm pra expulsar” – como no PNRA de 1986. “No fim”, conclui Raimundinho vigorosamente, “quem enfrenta o capital é o campesinato”.

Hoje, esse campesinato e esse enfrentamento “são mais fortes em Parauapenas e Canaã do que em Marabá”. A própria crise da cidade, me informa Raimundinho, gerou um movimento de ocupação de terras no campo, e seis acampamentos<sup>121</sup> se formaram quase simultaneamente. “Em Canaã a velocidade e escala da especulação imobiliária são enormes. Existem prédios construídos no pico que até hoje não foram sequer inaugurados”. No auge econômico, o “dono do boteco diz que fechava o bar no fim da madrugada e já tinha gente batendo na porta às 6 horas da manhã. Hoje [na crise] são 7 da noite e eu ainda não vendi nada”.

Com a explosão do desemprego, da violência e da criminalidade, a CEPASP e as Brigadas Populares, juntamente com outros movimentos sociais regionais, fizeram uma caminhada em Canaã dos Carajás até o escritório da Vale. “Se ninguém aluga carros de som pra nós, então nós vamos gritando [...] ocupando a cidade panfletando, soltando foguete, faixa, tudo”. Depois das primeiras movimentações, “a turma ocupou as terras da Vale”, na zona rural do município. “Agora, no meio do ano, é aniversário de 3 anos dos acampamentos [...] lam despejar, mas ocuparam ferrovia e rodovia que chegava ao S11D e suspenderam o despejo”. “É precário? É. Mas o povo tá lá!”

Ao final da conversa, o coordenador da CEPASP me diz que “hoje, os sindicatos urbanos de trabalhadores de Canaã se articulando com movimentos de trabalhadores do campo”. A premissa – a mesma que uniu várias pautas na caminhada de 2015 – é que todos os movimentos tem um opositor em comum: a Vale. “Canaã é terra prometida só

121. Lygia Sigaud (2000) utilizou a expressão “forma acampamento” após estudar a proliferação de acampamentos ao longo dos anos 80 e 90, associados a pedidos de desapropriação. Essa “forma” é derivada do processo de ocupações que tem como ponto de chegada a constituição do MST e é crescentemente a forma através da qual se publicizam e se reivindicam demandas coletivas em diversas escalas. Em espacial, ao Estado, o acampamento sinaliza instantaneamente um pedido de desapropriação, no qual está embutida a “maior” das pautas, a reforma agrária. Essa forma, predominantemente vinculada aos trabalhadores sem terra, se distingue pelo movimento que os organizou. Em alguns movimentos, denota também novas hierarquias e modos de organização interna, ainda que a participação no acampamento nem sempre implica “filiação” ao movimento. Como nota a autora – e como aqui desejo enfatizar – há também uma materialidade

se for pra Vale”. Alvorçado, imediatamente quis saber mais sobre a união das pautas dos trabalhadores da cidade e do campo e da perspectiva política que orientava essa articulação. “Vai ter um ato dos trabalhadores dos acampamentos lá em Canaã e depois, de tarde, um ato unificado de lideranças dos sindicatos urbanos e dos acampamentos”. “Quando?!”, perguntei desconcertado. “Depois de amanhã”.

Parti na tarde do dia seguinte de volta à Canaã dos Carajás.

específica dessa forma (no caso da região da mata pernambucana, lonas e bandeiras) frequentemente posicionadas na beira das estradas – uma forma de mediação.





**CAPÍTULO 5**

**ECLIPSE /**

**ALÉM DA CIDADE:**

**URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E**

**A POLÍTICA DO ESPAÇO**

A viagem de volta para Canaã não se parecia com a viagem de ida a Marabá. Minha atenção convergia para elementos que eu não havia notado trafegando na direção oposta. Quanto mais eu me afastava da capital regional, mais improvisado parecia ser o tecido urbano. Passei por dois pontos de ônibus que eram demarcados por tocos de madeira e lonas estendidas sobre tábuas, sem nenhuma sinalização. Não fossem as pessoas sentadas nos bancos de tronco de árvores com o olhar fixo para a estrada, talvez nem fosse possível reconhecê-los. Um terceiro ponto de ônibus era formado por uma tampa de caixa d'água apoiada numa encosta, cuja inclinação oferecia ao passageiro que aguardava o transporte uma possibilidade de assento sobre o papelão posicionado. O comércio de beira de estrada – em sua maioria comida, mas também artesanatos variados – tinha instalações igualmente improvisadas. O quanto essas materialidades eram reconhecíveis parecia depender do observador e do momento da observação dos objetos, de seus usos e funções.

De certo ponto de vista, trata-se da pobreza e da precariedade que sistematicamente se reproduzem nas periferias capitalistas, enquanto o progresso técnico cria soluções para necessidades cotidianas cada vez mais específicas e compartimentadas em espaços centrais. De outro ponto de vista, é também notável a capacidade inventiva dessas mesmas populações que criam soluções autônomas para

a vida social e material, tanto no terreno da produção, quanto no terreno da reprodução social (ref). Há no improviso e na gambiarra uma expressão de independência inventiva, ainda que precária, da dependência tecnológica que marca os países subdesenvolvidos (Silva, 2018; Furtado, 2008 [1978]), que se desenha no nível do capital e do Estado, se projeta no nível mediador em objetos técnicos que penetram e organizam a vida cotidiana. O que se faz com cada objeto e o que se cria a partir de outros usos é tão variado quanto as combinações entre criatividade e a necessidade permitem.

As distrações na estrada, contudo, eram pouco numerosas. Na maior parte do tempo, minhas únicas companheiras de estrada eram as linhas de transmissão de energia que acompanhavam as planícies verdes na “descida” de Marabá pela PA-150, acompanhando o Rio Sororó. Em algum momento entre Eldorado dos Carajás e Curionópolis, despontam repentinamente no horizonte montanhas majestosas formando as serras que há décadas mobilizam imaginários de riquezas escondidas.

Havia também uma impressão de estar voltando para um outro lugar, com questões e conflitos bastante diferentes do que pude apreender enquanto voltava minha atenção para o *boom* e o declínio da cidade e da economia urbana local. Ainda que houvesse uma série de transformações importantes – aquelas discutidas no Capítulo 3 – havia outras que não pareciam apreensíveis a partir do centro. Interessava-me em particular o conflito dos camponeses com a Vale a partir da ocupação de terras na zona rural do município.





Qual era a natureza desse conflito? Quais eram as estratégias contemporâneas mobilizadas pelos grupos envolvidos? Qual era o perfil desse *camponês*<sup>122</sup> e de seus *acampamentos*? Qual era a forma contemporânea dessas temporalidades superpostas – luta pela terra, campesinato, mineração, pistolagem, etc.? A minha própria jornada de campo revelava algo interessante sobre essa possibilidade de encontro com os conflitos agrários. Apesar de ter passado várias semanas em um centro urbano circunscrito por esses mesmos confrontos e disputas, foi preciso ir até a capital regional Marabá para conhecê-los, acessá-los e saber como e onde encontrá-los.

122. A categoria “camponês” tem uma grande diversidade de sentidos que evoluíram junto com as transformações no campo (ver Guzman e Molina, 2005). Hoje, alguns autores começam a relacionar diretamente as transformações do campesinato com processos de urbanização extensiva (ver Ghosh e Meer, 2020, para uma discussão do caso indiano). Aqui, mobilizo a categoria “camponês” no sentido que, segundo Leonilde Medeiros (2009, p. 5), foi resgatado a particular da arti-

Cheguei às cinco e meia da manhã na PA-160 na altura da VS45.<sup>123</sup> O local do fechamento da estrada era estratégico: logo antes da rotatória que dá acesso à Avenida Wayne Cavalcanti e à Estrada do S11D. Estivesse o motorista entrando ou saindo da cidade ou da mina, ele se depararia inevitavelmente com o bloqueio. Embora eu não soubesse o exato local de fechamento da estrada, não tive dificuldade de encontra-lo por conta da coluna espessa de fumaça que saía da rodovia. A PA-160 já estava bloqueada por dezenas de camponeses dos acampamentos do município. Me aproximei da aglomeração na avenida passando por entre os carros já com os motores desligados. Havia galhos e troncos no meio da estrada, mas o bloqueio efetivo da circulação era feito pelos próprios camponeses – seus corpos e suas faixas.

A primeira pessoa com quem conversei foi Zequinha, um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás – STTRCC, associado à FETAGRI e a CUT. Já ciente da minha chegada, colocou-se à disposição para ajudar no que fosse necessário, muito gentil e abertamente. Em poucos minutos ele me colocou a par da manifestação e disse que iria me apresentar para as pessoas que ali estavam. Antes mesmo que eu pudesse agradecê-lo, Zequinha tomou meu antebraço em sua mão esquerda, levou sua mão direita à boca para propelar um assobio alto e agudo e, em seguida, estendeu-a para o alto para chamar a atenção dos presentes. Numa agilidade indescritível, todos os que puderam ouvir o assobio se prontificaram e começaram a se aglomerar à nossa volta. Tinha gente saindo da sombra da árvore,

culação entre a Via Campesina e o MST no final dos anos 1990, “como expressão de valores ligados à preservação ambiental e da biodiversidade, à produção de alimentos, em especial para mercados locais, à soberania alimentar, à diversidade cultural e, principalmente, à crítica a um modelo de agricultura baseado no agronegócio (entendido como produção em larga escala, com base em monoculturas, altamente tecnificado, voltado para o mercado externo e controlado por grandes empresas de comercialização e produtoras de insumos)”. Nessa concepção, toma-se relativa distância de concepções econômico-produtivas como a do “agricultor familiar” e de outros sentidos de ênfase econômica produtiva e reprodutiva de “campesinato” (ver Costa, 2019). Por fim, e talvez de maneira mais relevante, os residentes das ocupações de terra de Canaã com quem trabalhei se identificam como “camponeses” e o espaço de sua ocupação como “acampamento”.

123. VS-45 ou Vical Secundária, 45, é uma estrada secundária de caráter local. A grande maioria não é asfaltada e se torna praticamente intratável em épocas de chuvas.

vindo do acostamento, mãe pegando filho pequeno no colo que brincava no tronco, colocando as faixas no chão e caminhando em nossa direção. Em alguns segundos, várias dezenas de pessoas se aglomeraram em silêncio profundo. Zequinha pediu que eu me apresentasse. Acho que nunca dirigi a palavra a um público tão atento. Falei de mim, da pesquisa, dos meus propósitos e dos meus interesses e me coloquei à disposição nas semanas que viriam. Recebi os cumprimentos coletivos com muita alegria aos quais se seguiram saudações individuais extremamente entusiasmadas.

Fui apresentado a várias lideranças dos acampamentos representados no ato, ligados ao STTRCC. Zequinha me explicou que a rodovia era desbloqueada a cada 30 minutos para que os carros pudessem passar. Em seguida, os corpos e faixas tornavam a ocupar a rodovia e garantir o bloqueio. Tratava-se de uma intervenção simbólica e totalmente pacífica, pra mostrar pras pessoas que o trabalhador rural, nos termos de uma das lideranças, *existia, produzia e trabalhava* em Canaã dos Carajás. “A gente tem que ter o valor das pessoas [...] e ser reconhecido pela Vale e pela prefeitura”. Alguns acampamentos exigiam reparação da Vale, outros protestavam sua criminalização e perseguição enquanto camponeses, outros falavam do desejo de paz, dignidade e, frequentemente, *cidadania*. Roberto, liderança do Serra Dourada, se queixava do trato que recebia na cidade. “[...] eu entro num mercado ou numa loja, as pessoas olham esquisito [...] mas eu sei dos meus direitos e as coisas que eu posso falar”.

A conversa foi interrompida, como muitas outras, por buzinas e gritos de motoristas que eventualmente bradavam palavras de ordem. Apesar de liberarem a rodovia a cada 30 minutos, havia muita gente nervosa querendo atravessar. Havia veículos de todo tipo: motos e carros de passeio, carros e SUVs com números adesivados da mineração, e também caminhões pesados de máquinas e equipamentos da mineração que nem sequer cabiam na pista. Havia também muitas motocicletas que eventualmente tentavam atravessar o bloqueio pelo acostamento de terra sempre que alguém se distraía, mas a polifonia subsequente de “ous”, “eis”, “aês” e “us” acabava por garantir que ninguém furasse o bloqueio.

Roberto continuou: “a gente não depende de Canaã; Canaã é que depende da gente”. Ainda assim, eram sistematicamente estigmatizados e criminalizados. “O povo lá [na cidade] num tem emprego, num tem casa e quer ficar pagando mais caro na farinha, no feijão?” Para ele, a necessidade fundamental era a de educar e “equipar o camponês”. “Pra isso a gente conta com o sindicato e com a CPT”. Roberto insistiu que eu o visitasse para ver o mamão que crescia em seu quintal. Segundo ele, o mamão tinha um metro de comprimento.

Outros líderes mostravam faixas com demandas específicas de cada acampamento e me convidavam para visita-los e conhecer o acampamento, os conflitos, as casas e famílias. Chamava minha atenção como as pessoas pareciam felizes e animadas. Compartilhavam comida, conversavam, reencontravam amigos. Por vezes uma risada espalhafatosa atravessava um grito de um dos

motoristas. Os camponeses riam e faziam brincadeiras com quem estava dentro do carro, sobretudo os SUVs adesivados da mineração: “oh, esse daí é mais saliente hein, num deixa ele passar não!”. Alguns sorriam de volta, outros os xingavam e ameaçavam – soube no dia seguinte ao evento que uma das lideranças recebeu voz de prisão no meio do bloqueio.

Foi no meio de uma risada que fui apresentado ao Pastor Gilmar. Ele contava que Canaã dos Carajás significa, ao mesmo tempo, paraíso (Canaã) e inferno (Carajás),<sup>124</sup> logo, pelo significado das palavras, está indo tudo como Deus quer. O pastor me disse que, apesar dos quatro processos criminais que tem “nas costas”, ele não tem nada de criminoso. Tranquilizava-o saber que o mesmo se passou com Jesus Cristo. Afirmou que a terra é posse de quem nela trabalha e luta, então não poderia pertencer a outras pessoas senão os próprios trabalhadores. Outra liderança ao seu lado o interrompeu: “nós queremos é liberdade pra trabalhar e fazer nosso sustento”. Ao fim, me disse o pastor, “a gente quer andar de cabeça erguida; a gente quer *ser cidadão!*”

Entusiasmado com a reivindicação de cidadania do pastor camponês, engatilhei mentalmente algumas perguntas que o permitissem elaborar mais sobre o tema. Foi tarde demais. Fomos interrompidos por repórteres da rede de televisão estadual que pretendiam fazer a cobertura do bloqueio da estrada. Em uma rápida deliberação, optou-se pelo pastor como representante dos acampamentos e dos manifestantes. Todos se juntaram atrás das faixas compondo o fundo da imagem captada

124. “O índio é um povo maravilhoso [...] mas esse nome Carajás está ligado ao satanismo”, disse o pastor.

pela câmera, enquanto pastor Gilmar discorria na tevê sobre o ato, a pauta camponesa e exigia da *Vale* alguma postura em relação aos acampamentos – novamente embaralhavam-se Vale e Estado.

Os repórteres haviam chegado tarde, próximos ao horário previsto para o fim da manifestação. Depois da entrevista, a estrada foi desobstruída, as faixas recolhidas e as pessoas começaram a subir de volta na traseira do caminhão para voltarem aos acampamentos. Perguntei qual era o motivo de começarem o bloqueio da estrada tão cedo, se o público do qual desejam chamar a atenção começa a transitar com mais intensidade do meio para o fim da manhã. “É a hora que o pessoal da Vale começa a passar”. Fiquei impressionado com a precisão e a quantidade de informações que os camponeses tinham sobre operações e movimentações específicas da mineradora.

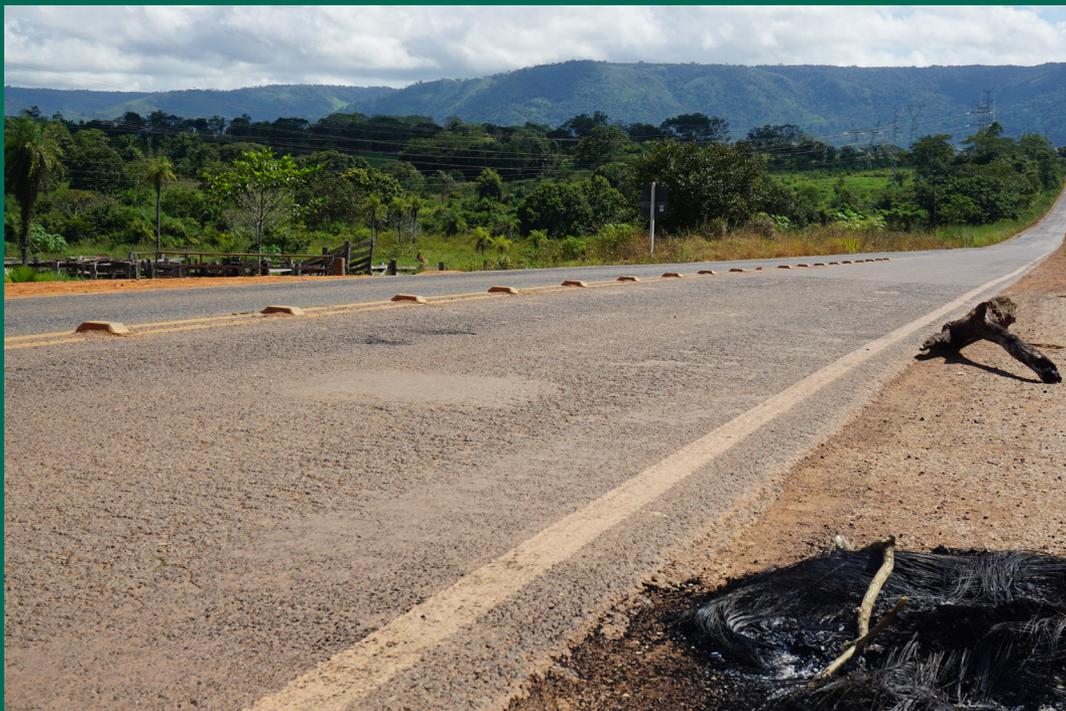












Encerrada a manifestação dos camponeses no ponto estratégico de acesso à cidade e à mina, voltei a encontra-los apenas no meio da tarde, durante o ato que, segundo Raimundinho, era o primeiro que unificava as pautas “urbana e rural”. Cerca de 200 pessoas se aglomeraram na praça do Bosque Gonzaguinha. A montagem durou cerca de uma hora, entre instalações de som, posicionamento das pilhas de panfletos, organização prévia das falas e busca de objetos que tampassem os adesivos de “Bolsonaro” estampados no caminhão de som – segundo os organizadores, alugado com certa dificuldade. Estavam presentes lideranças camponesas de Canaã, representantes de movimentos sociais regionais sediados em Marabá e representantes dos sindicatos locais sediados em Canaã. O tema central era, inevitavelmente, a mineração. De imediato se tornava claro como “a” mineração – suas operações, sua lógica,

seus procedimentos e disposições, mas também sua contestação, seus impactos socioambientais, seus efeitos nas relações sociais no município – atravessava a *dicotomia* urbano-rural, tornando-a obsoleta. Do ponto de vista da luta daqueles trabalhadores por condições dignas de trabalho e vida no município de Canaã dos Carajás, não havia sentido em dividi-los, quando a solução parecia ser unificá-los.

Esse momento de conflito entre práticas espaciais e representações do espaço<sup>125</sup> oferece algumas oportunidades. Se rejeitada a representação “urbano/rural”, é possível em seguida conceber uma unidade coesa de indivíduos e grupos que são certamente diferentes entre si – em termos das materialidades que compõem seu cotidiano, em termos dos conflitos que enfrentam, em termos de suas condições de trabalho e vida, em termos de suas respectivas subjetividades – mas que comungam do mesmo objetivo, da mesma luta, do mesmo opositor. Além do mais, como veremos a seguir no caso do acampamento Grotão do Mutum, essas categorias em sua lógica dicotômica são mobilizadas *pela Vale* em processos judiciais contra os camponeses e formam parte substancial de seu argumento “legal” despossessório. Ou seja, não apenas a dicotomia urbano-rural não interessa em nada aos trabalhadores, como também interessa muito ao capital e ao Estado.

Na praça, a estratégia era ampliar o debate sobre a mineração no município e a atuação da Vale. Propôs-se a defesa dos chamados “territórios livres da mineração”, debate incipiente na cidade, e

125. A prática espacial diz respeito às relações quotidianas que são estabelecidas e tem correspondência com a materialidade do espaço apreendida através dos sentidos do corpo. A representação do espaço corresponde a uma dimensão paradigmática, i.e. às formas de representação através de “metáforas” e representações – concebido após a percepção, onde reúnem-se elementos para formar um “todo” cognoscível. Sobre a(s) tríade(s) que compõem a teoria da produção do espaço de Lefebvre (1991), ver Schmid (2012).

interrogou-se o real sentido do progresso e do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, lideranças camponesas demandavam serviços municipais de transporte, educação e saúde, melhores estradas e abastecimento de energia – em outras palavras, “meios de consumo coletivo” nos termos de Manuel Castells (1983 [1972]) ou “condições gerais de produção e reprodução” (Monte-Mór, 2007). Assistindo entusiasmado a todas aquelas falas, tinha a impressão que a qualquer momento um camponês tomaria o microfone para dizer “em resumo, queremos a urbanização dos acampamentos sem terra!” – o que naturalmente não aconteceu.

Por outro lado, os mesmos camponeses protestavam a hiper-vigilância de suas terras pretendidas, a poluição dos rios a que recorriam para ter água potável, a atitude da polícia em seus territórios, o controle rigoroso de seus movimentos (sobretudo quando próximos às áreas de mineração), os abusos físicos e mentais da guarda patrimonial da Vale e os drones e helicópteros que rondavam os acampamentos. A meu ver, essas falas eram expressão do lado indesejado, do ponto de vista dos camponeses, da urbanização capitalista igualmente concebida no nível Geral e projetada no nível Mediador. Mas então seria possível ter urbanização sem urbanização?

Representantes de “sindicatos urbanos” manifestavam seu descontentamento com a condição de “reféns da Vale na cidade”. Relatavam dificuldades cotidianas de negociação com empresas e com a prefeitura que mais do que frequentemente se referiam à Vale para justificar qualquer tipo de decisão – atraso de pagamentos,

rompimento de contratos, demissões e contratações. A Vale era uma espécie de “motivo de força maior” na vida cotidiana, operando como argumento universal para qualquer negociação.

Uma representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) falava da “onipresença da mineração” no município e fazia críticas à ideia de “vocação mineral”: “a gente não precisa viver são de minério [...] precisamos nos articular com os movimentos do campo e retomar a agropecuária”. Como educadora, julgava fundamental “inserir essas pautas na educa o local” que era cada vez menos plural, diversificada e heterogênea e mais centrada na minera o: “quem termina o ensino médio tem que sair de Canaã, ou mesmo antes de chegar no ensino médio [...] e quando tem curso técnico e profissionalizante é sempre de que?   sempre minera o, sempre voltado pros interesses da empresa”. Mas ela alertava o público: “Não se iluda [...] Tudo que é feito pela Vale é feito com dinheiro público [...] As duas escolas construídas pela Vale foi através de isen o fiscal ou CFEM”. A professora concluiu sua fala com um argumento extremamente claro e didático, fundado no espaço e na vida cotidiana: “A evidência mais clara de que alguma coisa está errada em Canaã   que Canaã é muito parecida com outras cidades aqui da região. [...] Mas não é a cidade que tem a maior mina a céu aberto do mundo, todos os minérios, cobres, ferro, tudo? Então *tinha que ser diferente*”. Por esse motivo, os movimentos deveriam, juntos, intervir no processo político e econômico local.

Ao final do ato, agendei uma série de entrevistas e visitas com as lideranças presentes. Estava particularmente curioso com a situação dos acampamentos sem terra, com as reivindicações dos camponeses e com a natureza dos conflitos. Era o momento de conhecer o “lado de fora” da cidade mineradora – também formado a partir de uma construção geohistórica particular.

## **Canaã dos Carajás: o “lado de fora”**

A área que hoje corresponde ao município de Canaã dos Carajás era, nos anos 1970, ocupada por pequenos agricultores migrantes que se estabeleceram em vilas. No final da década, intensificaram-se os conflitos de terra ligados à grilagem, à exploração de madeira ilegal e à pecuária bovina que marcaram também o restante do sudeste paraense (Cruz, 2015). Era o momento de surgimento de movimentos sociais de ordens diversas na Amazônia, de organizações de base eclesial e de partidos políticos. Era também a fase de consolidação das empresas do centro-sul, dos incentivos fiscais da SUDAM e do PGC, mas também da pistolagem, das ameaças e das torturas. Ao mesmo tempo surgia o garimpo de Serra Pelada que aglomerou 60 mil garimpeiros em 1979 (ver Almeida, 1986; Fearnside, 1986). Grupos variados se organizavam e demandavam direitos em múltiplas esferas institucionais ao mesmo tempo que se aprofundava o problema da violência no nível da vida cotidiana.



Com a criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins) ligado ao Conselho de Segurança Nacional, houve expectativa de controle dos conflitos de terras através da regularização fundiária<sup>126</sup> em sua área de abrangência – 450 mil km<sup>2</sup>, dentro da área do Projeto Grande Carajás. Em 1982, o GETAT criou os chamados *projetos de assentamento de colonos* com o apoio da CVRD – o nome foi utilizado para se diferenciar dos *projetos de colonização* do INCRA que ofereciam maior infraestrutura e serviços para os colonos (Fearnside, 1986).

Os projetos de assentamento de colonos (PA) Carajás I, II e III seriam executados através da desapropriação de fazendas improdutivas com o objetivo de assentar 1551 famílias vindas de Goiás e do Maranhão (Cabral *et al*, 2011; Cruz, 2015). Carajás II (1982) e III (1983) estavam localizados entre os rios Parauapebas e Vermelho, à época fronteira sul da área de concessão de mineração da CVRD. Esses PAs tinham dupla função. De um lado, servir como polo agrícola para abastecer toda a região do PGC – embora tenham sido elaborados “para assentar colonos com um mínimo absoluto de despesa e demora, dado o crescimento acelerado dos problemas sociais em áreas vizinhas” (Fearnside, 1986, p. 398). De outra parte, tinham a função de cercar e *proteger* a área de concessão minerária da CVRD, que se tornou a FLONA Carajás em 1998 (Cruz, 2015, p. 33).

Além dos projetos de assentamento, o GETAT criou também três Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE I, II e III) para onde as famílias beneficiárias eram direcionadas. Chegavam na

126. Mas como nota Fearnside (1986, p. 407), “[p]arece que o interesse principal do GETAT é a transferência rápida para propriedade particular do máximo possível das terras atualmente classificadas como ‘terras da união’.”

porta do assentamento, aguardavam o sorteio das terras, recebiam alimentação e dormiam em barracões. No dia seguinte, recebiam algumas sementes, ferramentas agrícolas e uma ajuda de custo de três meses. Entretanto, essas condições variavam enormemente: a qualidade do solo, as condições do terreno, o transporte precário, as doenças, os serviços de saúde e o crédito. Nesse contexto, algumas famílias deixavam seus lotes e outras chegavam em busca de terra (Cruz, 2015).

Uma área substancial do Carajás III saiu do plano original para ser mantida na área de uma fazenda que a reivindicava (Fearnside, 1986), e por onde passaria a PA-275. Como a intenção era criar nesse PA um “grupo de colonos modelo” (*Ibid*, p. 402), vários técnicos agrícolas foram enviados para o assentamento e puderam escolher a localização de seus lotes, geralmente próximos à avenida central. A tentativa fracassou, não apenas porque os colonos sulistas e sudestinos não apresentavam nenhuma eficiência em solo amazônico, mas também porque os migrantes mais antigos não queriam abandonar seus métodos em nome de um suposto grau de instrução mais elevado dos técnicos recém-chegados (*Ibid*).

Dentre os colonos que chegaram através dos PAs do GETAT, aqueles que ainda residem em Canaã até os dias de hoje são chamados *pioneiros*, em grande parte pelo trunfo das narrativas de força e superação que ainda hoje está presente nas conversas cotidianas de Canaã. Grande parte dessas pessoas é tributária da Vila CEDERE II, que apresentava as melhores condições dentre as demais e foi

finalmente escolhida como sede municipal quando o município foi emancipado em 1994. Foram os seus habitantes que escolheram o nome “Canaã dos Carajás”.<sup>127</sup>

Nos anos 80, vários processos corriam em paralelo. De um lado, pesquisas e sondagens do solo conduzidas por uma subsidiária da CVRD, de outro, a emergência dos garimpos de Serra Dourada e Sossego que juntos, chegaram a abrigar 3 mil trabalhadores. Simultaneamente, havia muita pressão de fazendeiros e especuladores sobre as terras de colonos. A precariedade dos serviços e da infraestrutura local fizeram com que muitas famílias deixassem suas terras, eventualmente incorporadas na formação de algumas grandes fazendas em propriedades mais extensas (ver Santos, 2018). O preço da terra chegou a níveis tão baixos que há relatos de trocas de terra por televisão (Cândido, 2018), levando à formação de grandes fazendas (ver Palheta da Silva, 2013).

A entrada da mineração no final dos anos 90 muda esse quadro radicalmente, a partir dos estudos para a construção da Mina do Sossego – sobre a área, diga-se de passagem, do antigo Garimpo do Sossego. Os primeiros movimentos da Vale (recém privatizada) no município (recém emancipado) criaram uma corrida por terras característica dos grandes projetos de mineração (ver Michelotti, 2019; Malheiro, 2019) que se sobrepõem gradativamente à atividade agropecuária (ver Cabral *et al*, 2011; Cruz, 2015; Cândido, 2018). Há um direcionamento dos investimentos para o centro urbano, nos moldes discutidos no Capítulo 3, com expectativa de migração,

127. “A metáfora bíblica da Canaã, da terra que “emana leite e mel”, “prometida pelo Senhor aos escravos de Israel no Egito”, é evocada na imagem construída pelo imigrante que busca a liberdade e a terra. A representação de Canaã significa gradativamente: morte, miséria, redenção e salvação. No final de todas as etapas, o ciclo se fecha com a morte honrada pelo esforço do trabalho familiar na terra e o resultado de seus frutos” (Bahia, 2008, p. 109-110).

pujança da economia urbana e aumento das rendas da CFEM. Simultaneamente, há uma corrida por terras fora da cidade baseada em especulações e informações privilegiadas de empreendimentos futuros. Há muito tempo se sabe que nenhuma atividade paga tão bem quanto a indenização da Vale.

Ao final dos anos 90, 25% do subsolo de Canaã já era, de alguma forma, licenciado ou requisitado pela mineração (IBASE, 2018). No início dos anos 2000, começa a construção da Mina do Sossego e há uma primeira rodada de migração e especulação fundiária no centro urbano, assim como de distúrbios socioambientais em seu entorno. Segundo Thiago Cruz (2015), a partir de publicações populares da CEPASP e da CPT, alagamentos em residências, roças, pastos, galinheiros foram provocados por diques construídos pela Vale para evitar alagamentos nas áreas de mineração. Explosões quase diárias na mina provocavam barulho estrondosos nos arredores, dos quais derivavam distúrbios de comportamento humano e animal. Além disso, a fumaça da mineração atingia casas e plantações, com efeitos desconhecidos para a saúde dos residentes e dos consumidores finais. Tremores de terra geravam rachaduras nas residências. Outros relatos descrevem o trato autoritário, o descaso e a arrogância de funcionários da Vale e do Estado aos residentes das imediações, por vezes danificando cercas, pastos e outras benfeitorias ao entrarem em suas propriedades para fins diversos. Os caminhões que transportavam o minério (antes da expansão da EFC até Canaã) provocavam poluição do ar e do solo pelos resíduos dos caminhões – alguns dos quais eram lavados a céu aberto nas vilas e, nas ruas,

via-se produtos químicos escorrendo a céu aberto no momento da lavagem. A pesquisa de Santos (2011) adiciona a esses distúrbios a impossibilidade de acesso aos rios Sossego e Parauapebas em determinados pontos e mudanças em sua coloração.

A dimensão do S11D, entretanto, é muito superior em termos do volume, da intensidade e do impacto ambiental, em termos dos efeitos no centro urbano (discutidos no Capítulo 3), e em termos da infraestrutura estendida para viabilizar suas operações. Em 2005, começaram os estudos de engenharia para o comissionamento futuro de módulos, montagem e instalação das linhas de transmissão, unidades de beneficiamento de minério, além da estrutura logística que inclui o sistema de correias transportadoras e a duplicação, remodelamento e expansão do ramal ferroviário. Algumas dessas unidades demandavam ainda grandes alojamentos de curtíssimo prazo e containers para os trabalhos terceirizados.

Um funcionário da Vale, em entrevista, afirmou que o S11D pode ser comparado ao pré-sal ou à transposição do rio São Francisco em termos de inovação tecnológica, em termos de produtos e processos. “Se tivéssemos usado a tecnologia da Serra Norte, ainda estaríamos na fase de implantação”. Inúmeras atividades foram executadas em paralelo, em especial na construção dos módulos de transporte e na terraplanagem. Grandes espaços eram devotados ao comissionamento dos módulos que depois eram transportados e montados – até 70km de distância. Para ele, as duas grandes inovações foram o sistema de transportadoras e correias de longa distância e os investimentos no

ramal e no Porto em São Luís – lembrei-me de um geólogo que conheci em Marabá que me disse que “a Vale é uma empresa de logística”. Essas inovações permitem um leque enorme de possibilidades e flexibilizações no processo produtivo e na redução, em sua visão, do impacto ambiental – em termos de uso de água, supressão vegetal e no trato dos resíduos, uma vez que o processamento a seco dispensa o uso de barragem de rejeitos.

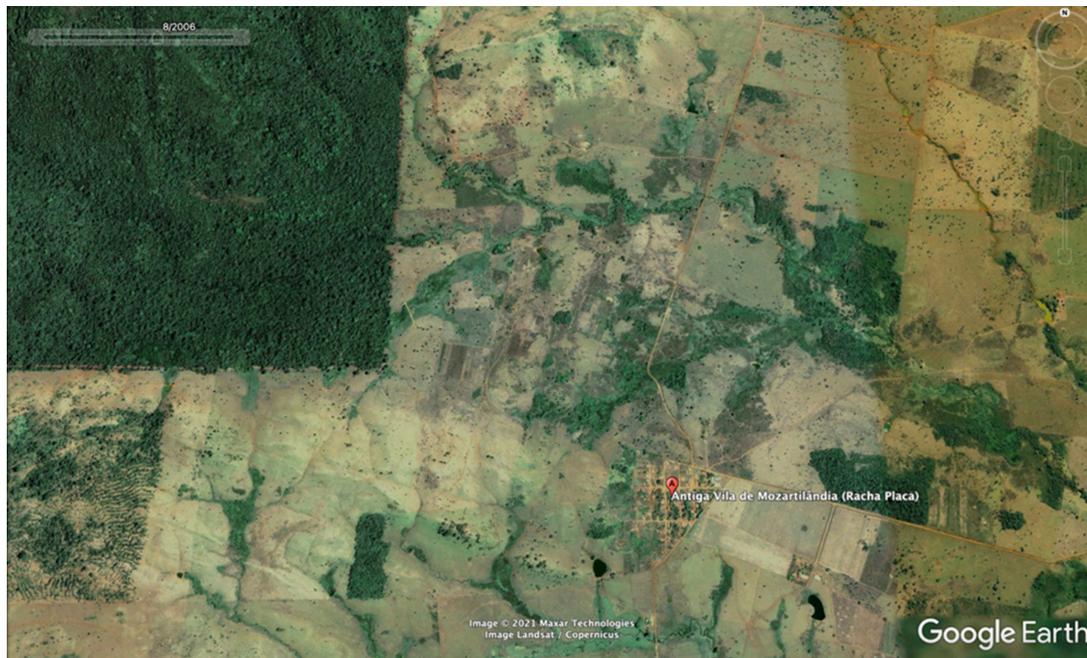
Aqui me interessa explorar alguns dos conflitos diretamente derivados dessas formas específicas de urbanização extensiva, que dá pistas sobre como o nível Geral se projeta através da urbanização, para além de sua materialidade imediata. Um dos exemplos mais conhecidos em Canaã, é o da Vila Racha Placa. Ela se iniciou como uma ocupação de posseiros em 1978. Seu Valdivino, mais conhecido como Nego Padre, é um dos fundadores. Nasceu no sul de Goiás e subiu para Araguaína ainda “moço”. “Os marisqueiros é que vinham cortando terra da união por aí, cortando lote e depois iam nas cidades vender”. No final dos anos 70, “essa região toda aqui era só São Felix do Xingu, Conceição do Araguaia e Marabá [...] então ainda nem existia Parauapebas e Canaã”. Seu irmão comprou um lote de 100 alqueires de um dos comerciantes e o trouxe “pra abrir a terra”. “Na época só tinha duas fazendas, não tinha estrada, nada”. Andavam 60 quilômetros para ter acesso ao transporte mais próximo. “Eram mais de 2 dias a viagem”.

Nos anos 1980, “por causa do ‘môza’ [Mozart]”, gerente da CVRD muito querido pela prestação de pequenos favores à comunidade, nomeou-se a vila Mozartópolis. A relação com a mineração era

pacífica e amistosa. Recebiam materiais, combustíveis, além de pequenos favores e serviços que ajudavam a vila a se desenvolver. Nos anos 90 a relação com a empresa mudou. A Vale começou a restringir as atividades dos moradores da vila, sobretudo em sua relação com a natureza, proibindo caça, pesca e uso de alguns rios e cachoeiras. O estopim foi a placa instalada pela mineradora dentro do que consideravam ser os domínios da então Vila Mozartnópolis onde se anunciava que, naquela área, era proibida a caça e a pesca para fins de preservação. “Pegamos o machado e ‘rachamo’ ela no meio [...] Por isso que virou Vila Racha Placa”.

Por 30 anos a vila autogerida e autoconstruída se organizou e se desenvolveu ao redor de suas próprias necessidades. Até 2008, a vila tinha 600 residentes. Situada a 65km do centro urbano de Canaã, a vila tinha acesso pela vicinal construída pelo GETAT nos anos 1980, além de vias locais que foram autoconstruídas, assim como a maioria de suas instalações e utensílios comuns. Contava com energia elétrica, captação de água limpa nas cachoeiras circundantes, água encanada em todas as residências, posto de saúde, serviços agrícolas básicos, igrejas, comércio, hotel, transporte, escola de ensino fundamental e médio e quadra esportiva. Alguns residentes trabalhavam na atividade agropecuária de suas próprias terras, mas a maioria trabalhava para fazendas que se formaram em sua circunvizinhança imediata. Naquele ano, a Vale decidiu comprar a vila inteira, já que a mina do S11D seria construída a apenas 2km e o espaço da vila faria parte do complexo minerador.

**FIGURA 26** LOCALIZAÇÃO DA VILA RACHA PLACA. ACIMA, 2006; ABAIXO, 2018. FONTE Google Earth



No começo, a empresa fez ofertas de compra de casas na vila que foram rejeitadas em sua maioria. É notável que os valores, entretanto, nem refletissem a necessidade da empresa e nem fossem suficientemente altos “pra fazer quem não quer vender, vender”, nos termos de Nego Padre. Ainda hoje não se tem uma resposta objetiva para porque o quinto maior grupo minerador do mundo, em vias de explorar a maior mina a céu aberto da história, faria uma oferta módica para os moradores da vila, sendo que no mesmo processo do mesmo empreendimento sabe-se que as ofertas foram significativamente maiores para outros agentes. Entre 2008 e 2012 a empresa comprou terras de fazendas ao redor da vila. Nesses negócios, a Vale pagava valor acima dos preços de mercado – algumas das transações e documentos oficiais apresentados por Reis (2014) registram até o dobro do valor médio por hectare, além de dar conta da existência de terras públicas em meio ao montante “vendido” por fazendeiros e “comprados” pela Vale.

Segundo Reis (2014, p. 52), além da redução gradual de emprego nas fazendas, houve pequenas formas de embargo comercial à Vila Racha Placa e exigências informais aos vendedores de terras agrícolas que vendessem também suas residências e casas que possuíam na Vila. “O acordo de venda obrigava ainda esses proprietários a destruírem esse patrimônio, tão logo fechasse o contrato de venda”. Aos remanescentes restava uma espécie de cenário de guerra com casas e lojas destruídas. “Quem visitou a vila nesse período teria a impressão de que havia acontecido um terremoto” (*Ibid*).<sup>128</sup>

128. Reis (2014, p. 57) apresenta uma sequência de fotografias feitas pela própria autora das casas demolidas compondo a paisagem da vila. Estratégias parecidas são empregadas em outras áreas de conflito, como é o caso do Bairro Alzira Mutran, em Marabá, atravessado pela Estrada de Ferro Carajás (Feitosa, 2013).

Ainda assim, a grande maioria dos moradores não tinha interesse em vender suas casas, momento em que outras estratégias foram colocadas em prática. Uma delas eram as ofertas sistematicamente mais baixas feitas por terceiros (Reis, 2014) levando alguns residentes a criar uma percepção de queda ininterrupta dos preços e eventualmente vendendo suas casas com medo de novas quedas. Essas casas eram subseqüentemente destruídas. Nego Padre ressalta que, até determinado momento, quem vendeu sua terra e sua casa na vila foi capaz de comprar um lote na periferia de Canaã em um dos loteamentos residenciais. Entretanto, com o influxo de migrantes do S11D, a demanda impulsionou os preços e alguns ex-residentes da vila ficaram em “situação de extrema pobreza”. “[E] mesmo quem conseguiu construir casa, vai fazer o que? Comer a casa?”

O suporte e a assistência do estado (G) gradualmente deixaram de existir na vila (M): houve suspensão dos serviços básicos da prefeitura, retirada do ensino modular da escola local e desativação do posto de serviços agropecuários. No nível do cotidiano (P), várias formas de pressão psicológica eram exercidas por terceiros – grupos civis e empresariais notoriamente reconhecidos local e regionalmente, mas nunca devidamente autuados e responsabilizados pelos transtornos causados às populações atingidas pela mineração – para criar confusão e desinformação: “se não aceitarem, não poderemos fazer outra proposta”; “você vão ficar sem nada”; “mesmo se não aceitarem, saibam que a mineração tem o direito do subsolo, tem a questão da soberania e do interesse nacional”; “estamos dando a dica pra venderem agora”; “mesmo se você ficarem, você não vão poder

mais construir nada”; “se eu fosse vocês eu vendia agora porque o preço das casas em Canaã está aumentando”. E apesar de tudo, “[a] gente continuou vivendo lá mais de ano com o povo da cidade achando que o Racha Placa tinha acabado”, me diz Nego Padre. Como último recurso, os “ofertantes” rememoravam aos residentes que poderia ser muito perigoso para “as filhas de vocês” a presença de milhares de homens trabalhadores da mineração – elas inclusive “poderão cair na prostituição” (Reis, 2014, p. 53).<sup>129</sup>

Assim como em outros conflitos entre as majorias regionais e grandes projetos extrativistas, há muito mais de extorsão, violência e tortura psicológica do que de decisão econômica intertemporal. Separados, fragmentados, com seus processos sendo cada vez mais negociados *individual e não coletivamente*, os residentes não podem encontrar formas objetivas de avaliar como vender a terra e onde alocar esse dinheiro no atropelo de uma infinidade de processos que correm em paralelo e são de difícil compreensão. É precisamente nesse sentido que atuam movimentos sociais do sudeste paraense como a CPT, os STRs e a CEPASP: na reorganização de um coletivo de pessoas com uma causa comum, no restabelecimento emocional e psicológico dessas pessoas e na assistência nos processos jurídicos e negociações.

A mudança radical na trajetória da Vila Racha Placa se dá no momento de aproximação desses movimentos sociais e dos pesquisadores da UNIFESSPA. Há um trabalho de reorganização e rearticulação, com diálogo entre moradores e registro do

129. Como afirma Bernardete Monteiro (2019) a partir da experiência de mulheres em territórios de mineração em Minas Gerais, a violação do corpo das mulheres (ou sua ameaça) precede a violação do território. Ver também Monteiro (2016).

histórico de ações e ameaças. São realizadas as primeiras rodas de conversa e diálogo, assegurando que as pessoas que ali vivem não estão sozinhas e desprotegidas. Através da CPT, institui-se um processo de assessoria e é feita também uma denúncia nos meios de comunicação. A partir desse momento há uma mudança na postura no processo de negociação por partes dos vilões<sup>130</sup> que, de forma mais ativa, demandam reuniões com a Vale munidos de novas informações.

Com novas reivindicações, os moradores da Vila Racha Placa passam a pressionar por respostas mais ágeis e favoráveis da Vale através de bloqueios e interdições das estradas: a própria urbanização extensiva garante uma nova arena de disputa *através da mediação que ela estabelece*. A rearticulação estabelece uma re-coletivização da luta e dos acordos e os residentes deixam de aceitar conversas e acordos individuais da empresa. O apoio jurídico e orientação legal, entretanto, garante que mesmo os que desejam sair da situação e aceitar acordos (casa na cidade, acordo financeiro, novas terras na zona rural do município) tenham essa oportunidade. Juntos, residentes e ativistas fizeram um levantamento de demandas gerais para todos os envolvidos: projeto de assentamento formalizado, programa de atendimento rural, construção de uma nova vila *pele menos tão equipada quanto* a Racha Placa, pagamento de auxílio desemprego enquanto corre o processo judicial, realização de compra de terras e casas de acordo com valor de mercado e exumação dos corpos no cemitério local para a nova vila. O acordo final envolveu compensação financeira coletiva e garantia de grande parte das

130. “Vilão” é o habitante de uma vila. A transformação de sentido do termo não é inocente. A etimologia da palavra vilão remete a uma palavra latina medieval, villanus. Segundo o Merriam-Webster, a palavra villa em latim clássico se refere a “casa de campo” e, no período do latim tardio – séculos III a VI – a qualquer “agregação de habitações rurais”, sendo praticamente equivalente em significado à palavra “aldeia”, ou em português, “vila”. O latim medieval – usando entre os séculos VII ao XV – tornou vilão o “habitante de uma villa”, “um sinônimo de aldeão”. Veio da aristocracia latifundiária dominante, através de seus usos políticos da linguística uma primeira transmutação do significado em “pessoa mentirosa e de maneiras rudes”. Ainda segundo o dicionário, a equiparação de “boas maneiras” com “moral” tratou de piorar as conotações da

demandas individuais para a maioria dos residentes da vila. “Mas uns 30% estão até hoje esperando a justiça”, me disse Nego Padre, entre os quais há casos graves de alcoolismo e depressão. A Vila Américo Santana abriga hoje residentes da antiga Vila Racha Placa, finalmente destituída.

A história da Vila Racha Placa é mobilizada aqui como um exemplo inicial das manifestações da urbanização extensiva induzida pela mineração. Aqui quero apenas ressaltar a multiplicidade de elementos que estão envolvidos nesse processo. A meu ver, a urbanização não é apenas um processo “construtivo”. É também parte do processo de urbanização a demolição das casas, a destituição da vila, as lutas para que corpos sejam exumados do cemitério. O comércio fechando, os serviços públicos interrompidos e as praças vazias são também formas de urbanização induzidas pela mineração, porém expressa pela pilhagem e pela desertificação. Há aqui uma oportunidade para enxergar a urbanização não apenas como construções, densidades, diferenças e heterogeneidades, mas como arruinamento, decréscimo e destruição. Ou nos termos de Simone (2020), ver a urbanização não apenas como “máquina auto-replicadora de si mesma”, reproduzindo-se nos mesmos termos em todos os lugares, mas que cada vez mais significa uma aceleração do “ser perturbado” – agitado, abalado, alterado (*being unsettled*).

Em outras palavras, se tomarmos o sentido estritamente material do termo, a urbanização deve ser pensada para além daquilo que é erguido e edificado, mas alcançar também os domínios do arruinado,<sup>131</sup> do inacabado, do abandonado. Afinal, há algo de comum entre as

palavra, tornando vilão um criminoso deliberado. Ver “The History of the word Villain”, disponível em: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-villain-in-the-history-of-the-word-villain-isnt-the-villain>.

131. Alice Hertzog (2020) analisou processos de urbanização a partir de movimentos cotidianos na África Ocidental ao longo do corredor logístico rodoviário-portuário Lagos-Abidjan que atravessa Nigéria, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim. Em sua interpretação, o movimento de pessoas (não apenas migração ou movimentos pendulares) ao longo desse corredor e as materialidades induzidas que são sistematicamente erguidas e arruinadas em seus arredores são parte constitutiva da urbanização nessa região.

ruínas das casas, das construções, da igreja e até do cemitério da Vila Racha Placa e os loteamentos residenciais nas bordas do centro urbano repletos de casas sem reboco, mas frequentemente sem parede e sem teto. Há algo de comum entre essas formas de urbanização e a própria mina, eventualmente abandonada como outras minas, relegadas a projetos futuros ditos “pós-minerários” quando finalmente se acessa a fratura colossal no solo da floresta. É como me disse um moto-taxista em Canaã, “quando eles forem embora vai sobrar só um buraco no chão”.

O caso da Vila Racha Placa também nos permite “abrir o leque” da mediação e dos níveis de realidade, se estivermos atentos para as formas de projeção das estratégias no nível Geral. Elas não concernem apenas o complexo minerador-logístico em si, mas também se projetam na forma de casas e construções destruídas que passam a fazer parte integral do cotidiano de seus residentes com formas muito variadas. Elas se projetam não apenas na forma de “avalanche”, mas também de “terremoto”. Manifestam-se no terrorismo psicológico, na ameaça de violação do corpo, na desativação dos serviços essenciais até então oferecidos pelo Estado ( $G \rightarrow M \rightarrow P$ ). De outra parte, em um contexto pós-movimentos sociais, de mais organização e pressão sobre a Vale e o Estado fazendo uso da própria materialidade – nesse caso, a Estrada do S11D – para afirmar e reivindicar demandas coletivas ( $P \rightarrow M \rightarrow G$ ). Formas similares de mediação e outros aprendizados sobre projeções, apropriações e contestações, no contexto da urbanização extensiva, podem ser apreendidas também nos casos dos acampamento sem terra de Canaã, apresentados no início deste capítulo, sobre os quais nos deteremos a seguir.

## Acampamentos Sem Terra

As narrativas acerca do momento inicial de ocupações e formações de acampamentos em Canaã são muito diversas. Algumas enfatizam um movimento extremamente coordenado de articulações e mobilizações, mas que, de toda forma, é também marcado pelo não antecipado, pelo fluxo “espontâneo” de eventos, pela circulação de pessoas que aparecem e se unem antes ou logo depois da ocupação. Outras as explicam como um processo cumulativo de eventos, como algo óbvio, que estava no ar, que derivam das próprias ações do capital minerador no município e da grave crise que assolou o centro urbano – mas que, de toda forma, carece de liderança, de uma faísca, de um movimento organizado. De toda forma, sabe-se que sete acampamentos sem terra surgiram no município em meados de 2015, no momento do aumento do desemprego e da violência na cidade. Alguns desses acampamentos são vinculados ao MST (Eduardo Galeano e União do Axixá) e outros à FETAGRI, assistidos pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás (STTRCC), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP).

Como tantas outras ocupações de terra na região, esses acampamentos se constituem de forma semelhante: um grupo de pessoas “sobe” na madrugada, “embrenha-se” na mata e demarca um acampamento com suas “rústicas picadas” – como descreveu Airon Pereira (2015). Também suas trajetórias tem algo de semelhante já

que, desde o início, são atreladas entre si. Isolados e desarticulados, seu poder de negociação é baixo – independente da “mesa” em que estejam assentados. Unidos, têm mais capacidade de mobilização e se relacionam com seus opositores de maneira mais organizada.

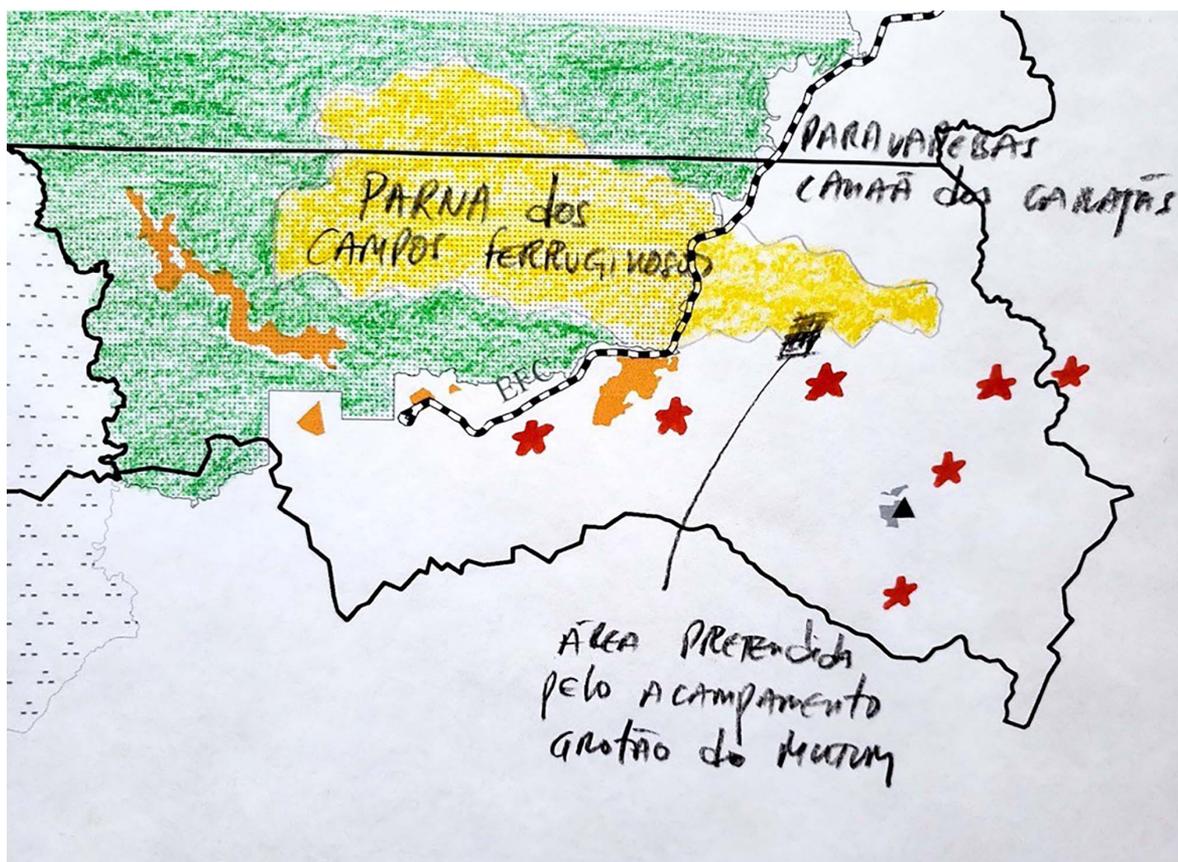
Ainda assim, cada um apresenta uma constelação de questões e conflitos próprios. Apresento a seguir o caso de quatro desses acampamentos como forma de exposição de alguns elementos centrais desse levante camponês na história recente de Canaã em oposição aos domínios do Estado e da Vale. Não tenho o objetivo nem a pretensão de apresentá-los de forma exaustiva, mas sim de enfatizar traços importantes desse campesinato canaãense. Cada história é aqui narrada de modo a ressaltar alguns elementos mais amplos e gerais. Em cada caso há especificidades, mas também generalidades compartilhadas com outros acampamentos. Há heranças históricas da experiência e do repertório de outros grupos camponeses que os precederam na luta pela terra, mediada por movimentos sociais diversos. Mas há também, como procuro argumentar, muito a se aprender sobre processos de urbanização, em especial sua função mediadora, sua capacidade de repolitização e os modos de apropriação do tecido urbano estendido. Há uma crítica importante da noção de cidadania como atributo próprio da cidade e dos cidadãos, assim como uma *perspectiva* acerca da cidade que vem “de fora” dela, de seu “outro” co-constitutivo. Cada um desses acampamentos tem algo a ensinar sobre a urbanização e sobre os elementos que ela organiza e articula que a cidade possivelmente não tem.

FIGURA 27

DIAGRAMA DOS  
ACAMPAMENTOS  
DE CANAÃ DOS  
CARAJÁS.

FONTE

Elaboração própria



## Grotão do Mutum

Às margens da via de acesso à Mina do Sossego, as famílias remanescentes do acampamento Grotão do Mutum ocupam um único hectare de terra à espera da resolução do conflito judicial. O líder do acampamento é o ex-garimpeiro Raimundão. Ele trabalhou em Serra Pelada nos anos 1980 e chegou em Canaã na década seguinte para trabalhar no Garimpo do Sossego. “Os garimpeiros é que acharam o Sossego e a Vale tirou isso da gente. Aí tem muito mais do que cobre. [...] Ela tira do chão o ouro e paga o ferro”. Raimundão me contou da ocupação do 13 de junho de 2015, às 2 da manhã, em uma área da antiga Fazenda São Luís, adquirida pela Vale em 2008. Os ocupantes sabiam, entretanto, que aquela área estava repleta de irregularidades.

Existem muitas estratégias de controle territorial por parte da Vale no sudeste paraense. No Capítulo 2, enfatizei a operacionalização da regulação ambiental e das unidades de conservação que formam o Mosaico de Carajás e apresentei o caso do Parque Nacional Campo dos Ferruginosos (PARNA). Mas há também a estratégia dominante de compra de terras no entorno dos projetos de mineração para controlar os arredores dos projetos mineradores. Essa prática, por sua vez, alimenta uma corrida por terras (ver Michelotti, 2019).

Esses processos não se dão sem ilegalidades. Andréia Silvério dos Santos (2018) analisou com riqueza de detalhes a procedência jurídica das aquisições de terra feitas pela Vale em Canaã dos Carajás. A advogada analisou processos judiciais, contratos de compra e venda

de terras e ações possessórias em que a Vale pede reintegração de posse de áreas que a empresa nem sequer possui – como foi o caso das terras ocupadas pelas 150 famílias que formaram o Grotão do Mutum. “O domínio territorial exercido pela mineradora no município”, na visão da autora, “consolida o processo de concentração das áreas rurais agricultáveis” (p. 59). Para ela, a mineradora “assumiu o papel de latifundiária ao concentrar milhares de hectares de terras – públicas e privadas – [...] muitas adquiridas a partir de um indiscriminado processo de grilagens, que ocorre com o conhecimento e legitimação do Estado” (p. 79). As irregularidades e fraudes são tão numerosas e se sobrepõem de uma forma tão escancarada que parecem constituir uma estratégia por si só: fazer algo tão absurdo que parece impossível aos olhares mais diversos que o terceiro maior grupo minerador do planeta infrinja a lei (*ilegalidades*) e se utilize da lei (*alegalidades*) e do aparato estatal de maneira tão grotesca e amadora.

Andréia enfatiza “a absoluta ausência de zelo com as formalidades jurídicas pertinentes ao negócio celebrado”, a começar pela organização dos documentos do processo “de maneira muito simples, constando apenas dados básicos de qualificação sobre vendedores e adquirente, localização, tamanho do lote e em alguns deles o memorial descritivo da área adquirida” (*Ibid*, p. 80). Por exemplo, “[t]odas as transações foram feitas sem a anuência do INCRA, ainda que em diversos casos se tratasse de lotes de Projetos de Assentamento” (*Ibid*, p. 80). Durante o processo judicial que tratava da reintegração de posse e do despejo das famílias, descobriu-se que os rumores sobre a irregularidade da titulação de terras eram verdadeiros, pois

a área ocupada da antiga fazenda vendida para a Vale correspondia a *trinta lotes* dos PA Carajás II e III. Nessa transação – onde o preço referencial *máximo* por hectare, de acordo com o INCRA, era de R\$ 4.072,73 – a Vale pagou R\$ 8.166,75 por hectare – R\$ 145,4 milhões por 17,8 mil hectares de terra (Santos, 2018, p. 82).

A requisição de reintegração de posse foi feita na 1ª Vara Cível da Comarca de *Canaã dos Carajás*, sendo que o processo era de competência da Vara Agrária de *Marabá*. Ou seja, a Vale acionou o judiciário local em detrimento do judiciário regional para tratar da ocupação de uma terra rural que, em muitos casos, abrangiam lotes de projetos de assentamento de competência de órgãos federais.<sup>132</sup> Ainda assim, as ordens de despejo foram concedidas *sem que* a Vale tivesse comprovado a propriedade daquela terra para pedir reintegração de posse. Os memoriais descritivos apresentados pela Vale que compõem as ações possessórias são extremamente contraditórios. Não apenas a empresa se utiliza de meros contratos de compra e venda de terras como “provas” de titularidade, como também esses mesmos contratos especificam “posse” da terra (significando que a pessoa que vendeu a terra para a Vale não possuía a propriedade) e explicitam a existência de “projeto de assentamento” e “gleba de posse da União” nas áreas que foram vendidas (de forma claramente ilegal) para a Vale.<sup>133</sup>

Nessa primeira ação de reintegração de posse da Vale, a empresa declarou que ali é desenvolvida atividade de interesse nacional e que inexistente posse agrária. A juíza prontamente acatou ao pedido da

132. Isso porque os procedimentos adotados pela Vara Agrária “favorece[m] a democratização da questão agrária na região, uma vez que valoriza a retórica em detrimento da violência e burocracia, todos esses, elementos caracterizadores do campo jurídico” (Santos, 2018, p. 101). Na Vara Cível de Canaã não há audiência prévia e pode haver reintegração de posse sem que a parte contrária seja ouvida. Além disso, para Santos (Ibid), na Vara Cível há uma facilidade de concessão das ordens liminares: “os espaços de julgamento dos interesses da empresa suplantam até as competências e as hierarquias institucionais do sistema jurídico”.

133. Ver, por exemplo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ação Possessória 0047447-75.2015.8.14.0136. 1ª Vara Cível de Canaã dos Carajás, 2015.

Vale. Notificados da reintegração, os camponeses recorreram à CPT para assessoria jurídica. A defesa ofereceu uma peça contestatória fundada, entre outros argumentos, no fato de as terras ocupadas serem públicas e do processo ser de competência da Vara Agrária de Marabá. Uma segunda decisão judicial tratou de pedir os documentos que dessem conta da titularidade do imóvel e manteve o caso na Vara de Canaã até que se comprovasse que a terra era mesmo pública. A defesa entrou com um recurso para que fosse reconhecida a competência da Vara Agrária de Marabá por se tratar de conflito coletivo pela posse de área rural, mas o desembargador decidiu pela continuidade do processo na Vara Cível de Canaã (Santos, 2018).

A Vale então requereu o reestabelecimento da reintegração argumentando que não há conflito agrário no processo em questão e que a área em questão *está vinculada ao Projeto S11D para fins de preservação ambiental*.

Caso a situação atual da invasão do imóvel não seja resolvida, mediante o cumprimento da liminar de reintegração de posse anteriormente deferida, e a *área não seja destinada para a conservação da biodiversidade, como determina o rito do licenciamento ambiental do projeto S11D, o próprio empreendimento pode ter problemas para a emissão de sua Licença de Operação*, razão pela qual a Vale requer o reestabelecimento da liminar para cumprimento da reintegração de posse, nos termos

requeridos (e já deferidos) na exordial. (Ação Possessória 0014461-68.2015.8.14.0136 apud Santos, 2018, p. 88, grifo nosso).

Dentro dessa lógica, a Vale teria não apenas o poder de explorar determinado território de forma *diretamente* – ou seja, destituir o beneficiário de uma terra que esteja sobre uma reserva mineral –, como também *indiretamente* via “conservação da biodiversidade” como consta na ação possessória. Basicamente, a empresa argumentou que se determinado(s) ocupante(s) não se retirar(em) do lugar X, ela é incapaz de preservar o meio ambiente e, portanto, não terá sua licença ambiental pra minerar o lugar Y.

Dentre os documentos apresentados está uma declaração do ICMBio (assinada pelo gestor chefe da FLONA Carajás) enfatizando a vinculação da Fazenda São Luís ao S11D e o interesse de criação de uma Unidade de Conservação.

Declaramos que de acordo com as informações que dispomos pelo menos parte da terra citada, adquirida pela mineradora, *tem o objetivo de conservação da biodiversidade (ver mapa anexo) para compensar parcialmente o grande impacto ambiental advindo da instalação do projeto de mineração de ferro S11D o que inclui uma mina no interior da Floresta Nacional de Carajás, além de estruturas anexas tais como o ramal ferroviário, a usina, as pilhas de estéril, estradas, linhas de transmissão, entre outros.*

[...]

Contudo, para a efetiva conservação da biodiversidade na serra da Bocaina é importante que a área esteja desocupada e o atual litígio solucionado e ainda que seja estabelecida ali uma área protegida nos moldes da legislação vigente. (Ação Possessória 0014461-68.2015.8.14.0136 *apud* Santos, 2018, p. 89)

Ou seja, um técnico da instituição estatal que regula a área operacional que condiciona o controle territorial da Vale endossou uma espécie de contrapartida inversa que basicamente descreve a urbanização extensiva dentro da FLONA. E mais: a Vale argumentou que não havia conflito *agrário* porque a terra não era *rural*.

Frisa-se, o aproveitamento das terras invadidas condicionada a atividade minerária e/ou compensação ambiental, beneficia toda a coletividade de certa forma (desenvolvimento nacional e atendimento dos objetivos da Lei 9.985/2000). *Não se trata de imóvel pura e simplesmente rural (devido a sua destinação para implantação e cumprimento de condicionantes dos Projetos da Vale)* (Ação Possessória 0014461-68.2015.8.14.0136 *apud* Santos, 2018, p. 88, grifo nosso).

Esse é um exemplo cristalino de como a dicotomia urbano-rural interessa ao capital e ao Estado, que atribuem o sentido que bem entendem aos termos e criam métricas próprias de regulação territorial – uso do solo, tributação, parcelamento, previdência, cada um tem um “urbano-rural” diferente do outro. O sentido da dicotomia é tão pueril e maleável que sua carcaça é esvaziada e preenchida da forma mais conveniente. Na realidade vivida, como notou Raimundão, a história é outra. “O MP [Ministério Público] estadual diz que a zona rural não é pra gente [...] Mas lá na cidade vamos fazer o que?”.

A reintegração de posse foi concedida à Vale em janeiro de 2016 sem apuração da titulação das terras e cumprida pelo Comando de Missões Especiais (CME) e a Polícia Militar do Pará. Naquele dia, todas as plantações e casas foram destruídas. Raimundão lamentava o momento. “O primeiro despejo veio com 9 meses [...] [quando] ia começar a colher feijão, arroz, milho [...] Tinha que deixar pelo menos a gente colher, negociar”. Hoje as famílias remanescentes aguardam um acordo com a Vale, e seu hectare de terra depende de não ocuparem outra área. O INCRA reconheceu que parte das terras da Fazenda São Luís são públicas. Por isso, a expectativa é que a Vale assente essas famílias em outra área, de tamanho similar às terras públicas das quais se apropriou irregularmente – supostamente satisfazendo a União pelas terras griladas e a demanda social dos camponeses. Surpreendentemente, apesar de, em suas palavras, “luta contra a Vale” há décadas, desde seus tempos de garimpeiro, Raimundão diz que não é “contra a Vale”. “Se ela quiser minerar ali, [que] dê um pedaço de terra [...] É o mínimo”.

O processo judicial, entretanto, parece não avançar. Nos termos descritos por Airton Pereira (2015) sobre o trato moroso dos vários braços do Estado na relação com os camponeses, Raimundão narra de forma similar inúmeros reagendamentos e “imprevistos” na condução de seus processos judiciais: “às vezes é porque o juiz adoeceu, não pode ir, aí remarca e tal.” [...] *Mas sempre vai ter alguém do Grotão do Mutum lá.*” O líder do acampamento enfatiza recorrentemente a persistência e a tenacidade inesgotáveis, imprescindíveis para o papel que desempenha e as transformações pessoais que vieram dessa experiência de coordenador. “Ninguém aqui nunca tinha sido coordenador de nada na vida”. “Eu era garimpeiro e roceiro. Agora vou em Marabá, vou em Brasília”. “Eu entrei no início só pra ganhar um pedaço de terra [...] Mas pessoas como o Raimundinho, o Zequinha, foi Deus que colocou no meio de nós pra gente ter dignidade”. “O que eu aprendi foi com eles”. A ubiquidade dos movimentos sociais nas trajetórias desses grupos é também conhecida e transmitida pelos próprios assistidos e amparados. “Não é só o Racha Placa, não. É qualquer lugar aí que você ver é essa história”. “Veio o povo da CPT e colocou todo mundo debaixo das asas”. No auditório do atual acampamento, Raimundão espera uma “solução única”, que contemple todos os acampamentos e que trate de suas *demandas* de forma *coletiva*. Ele também aguarda a resolução de seu processo individual, já que está sendo processado pela Vale por seu papel de liderança no Grotão do Mutum e na articulação com outros acampamentos.

Independente de posicionamentos ideológicos e juízos de valor quanto às ocupações de terra e à propriedade privada, notemos que foram essas ocupações que revelaram a grilagem de terras feita pela Vale. Ou seja, foi *através* desses pedidos de reintegração de posse realizados *pela Vale* que os movimentos sociais em conjunto com os camponeses descobriram a situação das terras. Em outras palavras, só foi possível ter conhecimento das fraudes *porque houve ocupação de terras*: “[...] a partir dessas exigências realizadas pelos trabalhadores/as rurais e suas representações que o INCRA constatou a existência de milhares de hectares de terras públicas federais sob domínio da Vale na região” (Santos, 2018, p. 79). É inevitável imaginar quantos outros milhares de hectares de terra estão sob domínio não apenas de fazendeiros, mas de grandes corporações extrativistas quando, na verdade, tratam-se de terras públicas. Segundo a SR-27 do INCRA (regional de Marabá), a existência de mineração faz com que uma região seja considerada como “baixa prioridade” para aquisição de terras para reforma agrária, uma vez que os preços da terra se tornam proibitivos para o órgão fundiário.

Mas, então, se a mera existência da mineração em determinada localidade afasta o olhar das autoridades competentes que deveriam interrogar e fiscalizar a titularidade das terras, como desvendá-las “legalmente”? E, se isso não for possível, é possível fomentar ocupações de terra em contextos de titularidade duvidosa? É possível utilizar os conhecimentos enraizados no cotidiano, que “todo mundo sabe”, que “todo mundo conhece”, para interrogar as apropriações e projeções do capital e do Estado sobre o espaço? Recordemo-

nos que a Vale, como discutiu Barros (2018), é frequentemente a instituição à qual órgãos estatais responsáveis por bases de dados espaciais, cartografias e outras representações recorrem para validação e fornecimento dessas representações e “dados”. Isso não configura apenas um conflito de interesses. Naturalizar o domínio das representações do espaço às grandes empresas extrativistas é permitir que a própria empresa seja ao mesmo tempo árbitra e combatente na “guerra dos mapas” (Almeida, 1994).

## Rio Sossego

As ocupações de terra são práticas historicamente consolidadas na região, como vimos no Capítulo 4. Ainda assim, cada processo é singular e cada conflito tem especificidades. Ocupar é sempre um processo de experimentação coletiva que envolve avaliações quantitativas e qualitativas da terra, das pessoas, das capacidades e dos recursos, mas também dos proprietários e controladores de determinada área. O caso do acampamento Rio Sossego é, de certa forma, um caso extremo, por estar em conflito direto com a Vale através de duas minas e uma ferrovia. O acampamento está localizado entre o Projeto S11D e o Projeto Sossego, e uma de suas bordas é delimitada exatamente pela Estrada de Ferro Carajás.

Mas esses não são os únicos perigos que os circundam. Afinal, ocupar é também uma espécie de jornada de mão única. Uma vez identificado como “camponês”, não há volta. Tornam-se “cartas

marcadas” no jogo socioeconômico à medida que barreiras explícitas e tácitas são criadas para conseguir um emprego ou acesso a serviços básicos, mesmo que a ocupação não tenha tido sucesso. Um dos coordenadores, Junior, conta que tentou conseguir emprego em Canaã dos Carajás, mas “o SINE é só carta marcada”. Segundo ele, os empregadores pedem que o trabalhador passe no SINE antes de ser formalmente encaminhado pra vaga para que seja mais um na estatística de emprego. “Mas aqui eles sabem quem eu sou [...] sabem tudo”. Agora que se associou aos acampamentos, aos 29 anos de idade, não consegue emprego como caminhoneiro e operador de máquinas, sua profissão “original”. Além do mercado formal de emprego, as relações na cidade, de modo geral, também mudaram. “Tem que ver o jeito que o povo olha lá na rua [na cidade]”.

João o interrompeu e acrescentou: “mas tem muita gente de lá querendo vir pra cá” porque “ficou ruim lá na rua [...] O povo tá sem alternativa”. Aos 58 anos, João diz não ter chance de conseguir emprego na cidade. É neto de agricultor, tem ensino médio completo e trabalhava como motorista pra mineração. Não quis “fazer a vida na roça”, não tem familiaridade com o trabalho agrícola, mas disse preferir o acampamento à vida “na rua”. “A necessidade fez a ocasião, né?” João comprou um lote “na rua” por 23 mil reais. Depois de pagar cerca de 20 mil do montante total, ficou desempregado. “Agora faz 5 meses que eu não pago, entendeu? Quando eu voltar, vou ter que pagar juros tudo de novo”.

“A gente vive bem”, prossegue Júnior, “mas a gente sabe que tem muita coisa que a prefeitura não deixa chegar no acampamento, tipo serviço de saúde, vacina, ambulância [...] educação, transporte escolar”. Assim como dezenas de camponeses com quem conversei, naquele e em outros acampamentos, Júnior identificava algumas condições urbano-industriais como “condições básicas” e como “dignidade”. Em grande parte, tratava-se de meios de consumo coletivo próprios das cidades como os serviços públicos supracitados. De forma também significativa, parte do enriquecimento da vida material era identificado como equipamento do espaço de vida em termos urbano-industriais, tanto no espaço de habitação (eletrodomésticos, parabólica, móveis e utensílios), quanto no espaço de trabalho (ferramentas, implementos agrícolas, pequenas estradas). Os próprios camponeses supriam parte dessa ausência através do trabalho coletivo. Não apenas as casas, mas também as estradas eram autoconstruídas. “O INCRA não fez a estrada que a gente pediu, nem a prefeitura. Aí a gente foi lá e fez”, conta Junior em meio a risadas.

De outra parte, estava claro que o “enriquecimento” não era percebido apenas pelo “equipamento”. Nas palavras de um camponês, “é engraçado porque aqui a gente *ao mesmo tempo* é rico e pobre”. A relação ambígua entre improviso/criatividade e o terreno da necessidade *dentro* do quadro da vida cotidiana camponesa criava novas percepções e perspectivas para esses sujeitos que se *tornavam* camponeses. “A gente tem dignidade no alimento [...] e é tudo sem veneno”. Júnior completou: “Aqui não tem dinheiro, mas tem diversidade”.

A produção de alimentos diversificados é o pilar principal da vida camponesa, não apenas nos acampamentos canaãenses, mas também através de uma extensa variedade de “campos” e de movimentos sociais. Seu impacto em Canaã foi imediato, em particular sobre os preços da farinha de mandioca e de outros produtos importantes da dieta regional. Um agricultor do acampamento notava que o preço dos alimentos era uma das formas importante de se fazer política no centro urbano. “O saco caiu mais da metade do preço [...] Isso todo mundo na cidade sabe”. Junior protestou: “Mas ainda assim falam que a gente é vagabundo. [...] Olha, aquela feira dos produtores tinha que chamar ‘feira dos atravessadores’ [...] Se eles [a prefeitura] deixassem a gente vendia na rua, né?” Seu canal principal de escoamento do excedente agrícola é por atravessadores que revendem o produto no centro urbano canaãense. Parte disso é um problema social e ideológico, visto que alguns dos “cidadãos de bem” protestam a própria existência dos camponeses, ainda que isso lhes renda uma dieta mais saudável e barata. Parte disso também é um desafio logístico. “A gente não tem carro pra ficar pegando e levando os alimentos [...] Temos até um projeto de feira itinerante, cada dia em um bairro. Estamos correndo atrás de uma licença, mas já viu né?”

O conjunto de relações que permite a produção e a reprodução camponesa aos poucos parece se sobrepôr de forma soberana pelo próprio terreno da necessidade. Elas parecem pairar sobre as relações que moldaram as trajetórias daquelas pessoas que, em sua maioria, não possuíam *backgrounds* agrícolas, não sabiam trabalhar na roça, mas eventualmente se adaptam com maior ou menor agilidade. “O

cara que limpa o arroz não cobra dinheiro. Ele cobra um percentual do próprio arroz que ele limpa pra fazer o serviço. Você entrega um tanto de arroz cru e recebe um tanto a menos de arroz limpo [...] Aqui não tem outro jeito [...] Mas se alguém passa aqui falando que tá precisando, a gente dá o arroz pra pessoa também”.

Esse sentido de reciprocidade e solidariedade não deve ser compreendido como algum tipo de sacrifício ou doação que os camponeses exercem em nome de alguma crença ou ideologia. Não é uma romantização. É uma lógica clara: a cooperação permite resultados melhores, notáveis nos padrões reprodutivos e no cotidiano dos camponeses. Dito de uma forma um pouco mais grosseira, mesmo de um ponto de vista individualista, egoísta, da ação em benefício próprio, a melhor estratégia é a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade. É claro que podem haver (e há) convergências com crenças religiosas ou ideologias políticas – que vem inclusive da entremistura da fé cristã com a luta camponesa através dos bispos, padres e freiras sistematicamente perseguidos como “comunistas” por defenderem o campesinato sem terra desde os anos 1970 (Pereira, 2015). Mas, assim como no caso dos movimentos migratórios para Canaã discutidos no Capítulo 3, existem lógicas mais simples que *já se encontram no presente*, no imediato, no prático-sensível, que apontam um futuro de alternativas à crise ambiental e societal em que nos encontramos.

Notemos que no caso dos acampamentos, a condição de possibilidade que instaura o futuro necessário no presente possível é a crise da cidade. O devir camponês presente no trabalhador citadino da

mineração e própria prática da agricultura familiar não surgem como “resgate” de práticas “sustentáveis” que marcaram tempos passados (ainda que possam o ser), ou como “retorno” à memória agropecuária de Canaã dos Carajás. Eles surgem como alternativa futura a partir da crise da cidade e da necessidade, ambas plenamente presentes. Como nota Júnior, “no começo não tinha nem semente aqui. Num tinha um pé de milho plantado nessa Canaã [...] A mineração e os fazendeiros tomaram conta [...] Então não tinha nem semente pra plantar”. E, entretanto, plantou-se uma semente.

O outro lado desse presente-futuro camponês é a relação desse campesinato com um território – novamente tomando emprestado de Elden (2010) o seu sentido de “tecnologia política” – completamente condicionado pela urbanização extrativista. O acampamento Rio Sossego enfrenta os mecanismos mais rígidos de vigilância e controle. O posicionamento entre duas minas da Vale e a proximidade da EFC são os problemas principais. Júnior explica que “antigamente o problema maior eram os pistoleiros” e que hoje o repertório de violência é bem mais amplo. “No acampamento é sempre com medo. Tem ameaça, tem pancadaria [...] aqui já teve espancamento, sufocamento, vítima fatal, tudo”. “Não pode andar só”. Muitos camponeses relatam diversas formas cotidianas de assédio e humilhação praticadas por “uma das polícias da Vale”, como dizem, já que as execuções e intervenções são feitas pela Guarda Nacional (federal), Polícia Militar (estadual), Polícia Civil (municipal), a Companhia de Operações Especiais de Marabá (regional) e os seguranças particulares da Vale. “A PROSEGUR é privada, então ela trata muito pior porque não deve,

como se diz né, satisfação pra ninguém”. A guarda privada “trabalha igual milícia”, às vezes dizendo “que não são da Vale, mas são, porque eles te provocam para ser agredido”.

Há também novas técnicas e formas de intimidação, cooptação e controle. “A gente sabe que às vezes a perseguição é até mais eficiente que a pistolagem, ainda mais no caso da Vale, né? Ela tem os guardas, a inteligência, as pessoas marcadas, as fotos, investigações”. Júnior abriu processo na defensoria pública para se “defender da Vale”, mas depois de 6 meses sem resposta descobriu, através dos advogados da CPT, que o processo havia sido arquivado. “O da Vale eles executam rapidinho, né? [...] Então é difícil se defender da Vale se ela for sua inimiga”. Guardas e drones estão constantemente circulando pelo acampamento e tirando fotos, “mantendo um registro de quem somos”. “Eles aceleram na poça pra molhar a gente [...] Às vezes dão bom dia, mas a gente sabe que não é coincidência. Eles estão sempre monitorando”. “E tem guarda que entra na casa das pessoas, toma café com o povo, oferece carona e aí o povo passa telefone, passa informação, passa tudo”. “Lá no Grotão do Mutum eles passaram trator nas roças. Aqui a gente tem que cuidar pra isso não acontecer”.

Por isso, “quem plantar pequi e cupuaçu tá arriscando. Tem que plantar é o que corre rápido, porque ninguém sabe o dia de amanhã. Tem que ser no máximo de 120 dias pra estar colhendo”. A questão do tempo de construção—destruição—re-construção retorna à análise, já que a mesma lógica da lavoura vale para a casa: um

tempo provisório, onde o (auto)construído é temporário, onde o que foi plantado pode não ser colhido, mas talvez re-constituído ou re-construído sob outras condições, em outro lugar. Algo que possa ser deixado para trás, caso algo surja mais a frente, mas sobretudo no caso do despejo, da intimidação, do “ser perturbado” que caracteriza a urbanização contemporânea. Assim como as casas e as roças da Vila Racha Placa. Assim como as casas inteiras e pela metade nos loteamentos residenciais.

No acampamento, assim como na Vila Racha Placa, a ofensiva é também ambiental através da destruição gradual dos recursos dos quais os camponeses e os vilões dependem, sobretudo em relação às águas. A mineração atua tanto na frente da desertificação, quanto, novamente, na utilização da lei ambiental. Lediane conta que o marido foi preso nas bordas do acampamento por infringir a lei ambiental. “Ele tava pescando e chegou os guardas da Vale dizendo que era terra da Vale e que lá não podia pescar”. “Levaram ele lá pra cima pros lados do S11D falando que era pra ele assistir um vídeo ambiental. Mas prenderam ele e cobraram uma fiança de R\$ 2500 pra sair”. José Carlos foi solto depois do pagamento. Em entrevista, ele conta que seu caso foi julgado “no fórum que a Vale própria construiu [...] Em Canaã, antes mesmo do nome prefeito vem o nome da Vale na placa”. Para ele, “a Vale tem tudo nas mãos’ dela. Polícia, juiz, educação, saúde, estrada, inteligência, patrulha.” “A gente fica surpreso quando ganha o jogo mesmo com o juiz jogando pro outro time”.

Lediane veio do Maranhão para Parauapebas em 2006. Mudou-se para Canaã em 2016 direto para o acampamento. Seu marido trabalhava na mineração em “terceirizadas da Vale” em ambos os municípios e se juntou ao acampamento em 2015. “Não tinha estabilidade pra eu vir pra cá ficar com ele, mas agora tá melhor né?”. De imediato me surpreendi com sua resposta e quis entender mais sobre o que é instável e estável em cada contexto. Lediane me disse que o acampamento estava mais estável do que em 2015 e que a vida também era mais estável do que “a vida na cidade trabalhando pra Vale”. “Aqui eu trabalho, né? Lá na rua não. Eles entende[m] que camponês não tem direito a emprego”. Além disso, “lá também é mais complicado pra criança, né? Até ter escola, demora. *Aqui tem tudo.*”

Júnior prosseguiu: “É assim. Eles prendem um companheiro nosso por pescar no rio dizendo que tava fora da lei ambiental, mas eles destroem o rio todinho!”. O Rio Sossego, assim como outras fontes de água próximas ao acampamento, foi gradativamente contaminado por resíduos da mineração. A toxicidade da água já produziu vários casos de erupções cutâneas e doenças nos camponeses. Hoje eles buscam água longe do acampamento. “Antes tinha água na nascente, na gruta ali, no lago. Acabou tudo [...] Tem minério embaixo dessas águas. Aterrou, secou, acabou. E a cor da água é vermelha, o barro é tóxico. Não tem fluxo [...] O açai acabou. Os poços artesianos antigos não acha mais água. A água vai descendo [...] Tem ferrovia em cima das nascentes, das grutas”.

Já nas bordas do acampamento, Júnior fez questão de me mostrar a proximidade da EFC. A ferrovia forma a fronteira oeste do acampamento. Segundo ele, a polícia passa naquele pedaço da EFC a cada 15 minutos. Qualquer pessoa encontrada na beira da ferrovia tem que dar explicação de onde vem e para onde vai. Quando ele está próximo, entretanto, o tratamento dos guardas é diferente. Em sua avaliação, a experiência de coordenador, os cursos de formação junto aos movimentos sociais e o cotidiano no acampamento trouxe não apenas uma “nova visão de mundo”, mas também uma nova postura de proteger seus companheiros. “Quando o guarda vê o jeito que eu falo, o conhecimento que eu tenho [...]quando eu tô junto a coisa muda de figura”.

Em cima dos trilhos, olhando para um lado e para o outro, perguntei a ele se já tinha imaginado quantos vagões cheios de minério tinham passado por ali. De supetão, ele respondeu: “são 24 trens e 12 horas de abastecimento. Passa um trem a cada 30 mins. E nunca teve acidente! [...] Eu trabalhava lá. Eu sei como funciona.” Com os pés sobre os trilhos, percebi que não era só a Vale que tinha informações detalhadas sobre os camponeses. A recíproca era verdadeira. É como me disse Lediane: “Eles tem um medo danado da gente aqui”.

Sáimos rapidamente da EFC para evitar atrito com guardas e policiais. Júnior havia pedido à sua mãe que preparasse uma galinha caipira para o almoço. Ela colocou algumas mesas debaixo da árvore, pôs os pratos sobre a mesa e fomos ao fogão nos servir. O jovem coordenador me contava que sempre que o acampamento recebia um

visitante, era preciso trata-lo bem para que a pessoa compreendesse que ali vivem pessoas que trabalham e produzem. Depois do almoço, Júnior tirou suas galochas e escorregou as costas na cadeira. Ali, entre cachorros, pintinhos e galinhas, ele me contava das bênçãos e das durezas do trabalho agrícola. Falava também dos mutirões bem-sucedidos, da construção das ruas e estradas e das estratégias dos acampamentos para resistir até que o acampamento se tornasse um projeto de assentamento. Sua mãe o interrompeu, perguntando por que seu primo havia colocado uma foto de perfil de Whatsapp tão esquisita, se estava tudo bem com ele. Júnior caiu na gargalhada: “Não, mãe, isso aí é a máscara da Casa de Papel! [...] Moço, essa série é boa demais, acho que nunca vi uma série tão boa. É quase melhor que Game of Thrones!” O assunto rapidamente mudou para as várias séries do Netflix que gostávamos, no meio dos mesmos cachorros e galinhas, mas discutindo nossos personagens favoritos e as contradições de se estar entre duas minas gigantescas que, ao mesmo tempo, proporcionavam um sinal de telefonia móvel melhor do que aquele disponível “na rua”. A internet também era importante para a comunicação com os vários parceiros dos acampamentos, em especial a CPT e o sindicato. Através dela, os camponeses se informavam sobre os processos jurídicos, marcavam cursos de formação de lideranças, oficinas técnicas para mulheres, alfabetização, aulas sobre direito civil, cultura indígena e agroecologia. Para Júnior, esses eram seus professores, e o acampamento, sua escola. “Eles dão ajuda pra gente ir nos encontros, passam o número particular do celular pra gente procurar caso tenha emergência e tal [...] Pena que é pouca gente da CPT pra ajudar o Pará inteiro, né?”

















## Monte Sião

Ao sul do município, distante dos demais acampamentos, está o Monte Sião. O perímetro urbano acaba literalmente onde termina o asfalto. Mais alguns quilômetros ao sul estão acampadas 89 famílias que também se uniram às ocupações de meados de 2015. Ao contrário dos demais, o acampamento Monte Sião não está em conflito direto com a Vale. Seu antagonista é a prefeitura que comprou um terreno com um valor incomumente caro – de alguém que não tinha um título de propriedade em primeiro lugar – sob a premissa de criar um aterro sanitário com o qual, hoje em dia, vivem lado a lado.

A configuração física do acampamento Monte Sião se assemelha aos demais. Logo na entrada do acampamento, está o auditório – local onde o acampamento primeiro se estabeleceu, onde se acendeu a primeira fogueira no meio da noite e se estabeleceram as primeiras barracas, e que desde então serve de ponto de encontro e lugar de reuniões. As casas são de palha e lona, com cozinhas e banheiros improvisados. A criação de animais acontece no mesmo espaço da residência, com galinhas, cachorros e eventualmente porcos passando por entre os fios puxados do poste de luz mais próximos. Algumas casas têm televisão, mas o sinal parece ser precário, assim como o sinal de celular, apesar do Monte Sião ser o acampamento mais próximo da cidade.

A primeira família que entrevistei tinha passado por Goiás, Ceará e Tocantins antes de chegar ao sudeste do Pará. O pai estava em Canaã há 2 anos e 2 meses. Disse que chegou no “começo do fim” e tentou, sem sucesso, conseguir emprego. “Agora eu tô trabalhando no terreno que é meu”. É operador de máquinas industriais, mas diz que mexe com tudo: “trabalho com solda, tinta, faço rede elétrica, tudo”. Ele ajudou a puxar a luz pro acampamento e a fazer algumas construções e reparos nas casas de seus colegas. Também é bombeiro civil e técnico em controle de qualidade. Ao contrário de sua companheira, ele não encara seu viver como uma luta diária em prol de uma causa maior. Está apenas fazendo o seu sustento. Ele acredita que reforma agrária é algo importante, mas que deve partir do Estado. De toda forma, se diz grato a todas as pessoas que sacrificam a vida em nome dessa luta. Sua companheira é empregada doméstica e trabalha na cidade quando consegue uma diária. Geralmente, ela ajuda no que pode limpando e organizando áreas comuns, como o próprio auditório onde conversávamos. O maior problema para que possa trabalhar é a falta de transporte público do acampamento para zona urbana. Resta ir de bicicleta ou pegar uma carona de carro ou moto e, às vezes, ir a pé. “Van aqui não tem. Até tem, mas não vem pra cá [...] [nem] pra área rural quase nenhuma. Tinha um homem que disse que ia colocar um micro-ônibus, mas não vingou porque mataram um motorista de van logo aqui, bem perto [...] Era o tiãozinho, dirigia ônibus, carro, moto, qualquer coisa atrás de uma corrida. Armaram uma pra ele [...] e ele tomou 9 tiros”.

“Galego” é de Santa Catarina. É técnico em elétrica de instalações e sabe que “passou dos quarenta, acabou, não tem mais emprego”. Além do mais, “o que eles querem pagar não sustenta ninguém”. Galego se mudou para Canaã em 2011 e trabalhou por quatro anos em uma terceirizada da mineração. Em 2015, ouviu falar “da turma que ia ocupar”. O papel que desempenha no acampamento é o que julga mais fundamental para os grupos camponeses: “ir atrás dos papéis”. Em sua visão, uma parte da mobilização deve ser feita pelo campo formal e institucional, para que o acampamento tenha mais respaldo.

No caso do Monte Sião, esse foi o esforço que os permitiu vencer a primeira batalha. Isso porque, com auxílio dos movimentos sociais, os camponeses descobriram que a área pleiteada pelo acampamento foi comprada ilegalmente pela prefeitura. O indivíduo que vendeu o terreno sobre-precificado à prefeitura de Canaã dos Carajás para o aterro sanitário era também grileiro de terras. A área era parte do Projeto de Assentamento Maria de Lourdes e acabou, como me diz a líder do acampamento Lucineia, “ficando” para um dos irmãos. “Mas sem contrato, sem nota, sem titulação, sem nada [...] O INCRA nunca chegou a titular a terra” para o vendedor, que por sua vez concluiu uma transação de 1,9 milhão de reais com a prefeitura sem possuir o título. Parece que quanto “maior” o comprador, maior a chance de se efetivar a grilagem da terra de forma mais definitiva – o mesmo aconteceu com a Vale na fazenda São Luís e nos lotes dos PA Carajás no caso do Grotão do Mutum.

Segundo Andreia Silvério, advogada da CPT,<sup>134</sup> “a prefeitura adquiriu uma área, na verdade inventando um processo de desapropriação, só que [...] sem ter competência, porque o município não pode desapropriar uma área que é pública e federal”. O mecanismo de desapropriação utilizado foi uma lei municipal, aplicada para “um assentado do INCRA [...] que não tinha propriedade”. A operação de 1 milhão e meio de reais foi efetiva sem autorização e nem mesmo conhecimento do INCRA. Depois da ocupação, “imediatamente a prefeitura entrou com a reintegração de posse, aí usaram a mesma coisa, a mesma estratégia [do caso do Grotão do Mutum], foram lá na vara civil de Canaã, conseguiram a reintegração de posse, no outro dia já tavam cumprindo”. As forças policiais que executaram a reintegração de posse foi “o comando de missões local, que em caso de conflitos fundiários isso é inadmissível. Existe um comando de missões especiais da PM que é treinado pra esse tipo de situação, mas aconteceu isso lá”.

“Com esses papéis na mão [...] fica mais fácil resistir né?”, me diz uma das lideranças do Monte Sião. Aparentemente, mesmo que a sua prática de ocupação de terras não tenha mudado entre os consecutivos despejos, da primeira até a última ocupação, provar que o prefeito comprou uma área enorme sem titulação prévia, por um valor maior do que o valor de mercado, garante um outro tipo de conversa com a polícia. “Da primeira e da segunda vez que ocupamos fomos retirados em flagrante, né, 24 horas. [...] Da terceira vez ficamos por 12 dias e fomos despejados. Essa vez agora já estamos com 30 dias de ocupação”, me disse Lucineia. Segundo ela,

134. Entrevista com Andreia Silvério dos Santos, advogada da CPT, no I Encontro Nacional do MAM em Parauapenas, 19 de maio de 2018.

bastou que os camponeses apresentassem o documento do INCRA aos policiais para que os homens da lei nunca mais aparecessem. Agora, o atual pleito do Monte Sião é exatamente a área destinada pra o aterro sanitário, que já havia começado a operar – há várias pilhas de lixo no fundo do acampamento, mas distante das casas e áreas comuns.

“Ganhamos essa batalha por enquanto, né? Pra estar aqui sem despejo [...] Mas tem outras lutas pela frente”. Assim como em outros acampamentos, a maioria das pessoas não tem *backgrounds* agrários e não tem tanta experiência no trabalho agrícola. Ao contrário, são bombeiros, eletricitas, técnicos em segurança do trabalho, domésticas e operários que agora tem pela frente o desafio do aprendizado, do manejo e da adequação de seus ritmos aos ritmos do trabalho agrícola. “É que a maioria das pessoas aqui vem da área urbana pra área rural por falta de oportunidade [...] e tinham expectativas em Canaã por causa do tanto de gente que a Vale fichou”. Em suas palavras, ela não sabe se terão “condição de viver na zona rural”, mas estão ali “experimentando e descobrindo”. “Aqui achamos uma terra que podemos sobreviver, produzir”.

Atualmente, encontrar água é um problema. “O lençol freático é muito raso, mas estamos tentando encontrar um jeito”. “Semente por exemplo a gente consegue com os outros acampamentos e com o próprio sindicato, né?” Lucineia diz que poucos sindicatos são tão envolvidos como o de Canaã e tem muito apoio aos movimentos sociais. Há uma articulação forte com os demais acampamentos e com a CEPASP

em Marabá. Em todos os acampamentos, independente da luta, “a história é parecida”. “Aqui [o confronto] é com a prefeitura, lá é com a Vale, mas é parecido”. Afinal, “lá a Vale comprou terras sem consultar o órgão e aqui a prefeitura fez a mesma coisa [...] e você vê que lá em cima [perto das áreas de mineração] a Vale indenizava [terra sem título] pagando um absurdo e aqui a prefeitura fez a mesma coisa”. A líder do acampamento – à semelhança de Andréia Santos (2018) – se diz impressionada com o grau de amorismo da transação ilegal: “eles nem se preocupam com fiscalização, com nada”.

Atualmente, os camponeses do Monte Sião estão entrando com processo no INCRA para regularização. “Agora a prefeitura não tem nada que se meter”. Além disso, estão voltados para os problemas internos do acampamento. “Às vezes tem as pessoas que fazem cadastro, começam a roça, aí some e você não sabe pra onde foi [...] Porque quando acontece um acampamento e não é despejado nas primeiras 24 horas aí vem gente de todo lugar. A pessoa fala ‘eu preciso’, eu digo: ‘então tem que fazer barraco pra fazer o cadastro’. Aí tem famílias que não voltam, que fazem o cadastro e somem [...] Olha, dificuldade é o que não falta aqui”.







## Planalto Serra Dourada

Além de avaliar a titulação da terra, de aglomerar conhecidos e interessados, e de subir na calada da noite para montar o acampamento, sabemos que é necessário abrir as estradas, levantar as barracas e lidar com todas as dificuldades e complexidades do trabalho agrícola. Mas há ainda a tarefa de administrar a organização interna e externa de cada acampamento. Cada acampamento precisa de coordenadores e lideranças capazes de lidar com órgãos do Estado, atender a audiências, dialogar com movimentos sociais muito variados e estabelecer uma rede de apoio. A partir de um certo nível de estabilidade, é preciso pressionar o poder público rumo à formalização do assentamento e resistir aos despejos e ameaças cotidianas. Internamente, há também inúmeros desafios – que também não desejo aqui enumerar ou apresentar exaustivamente – ligados ao manejo das relações cotidianas, aos cadastros, às desavenças criadas internamente, à manutenção de uma certa coerência social dentro do acampamento junto esforços de mobilização, formação, politização, etc. Existem sempre disputas e problemas: como manter as pessoas dentro do acampamento, como saber se alguém está vendendo seu lote ou trazendo mais pessoas, como ajudar as pessoas com necessidades especiais ou com algum tipo de doença, como facilitar a emergência de novas lideranças, como planejar a economia do acampamento, pensar em recursos comuns? Todas essas questões permeiam os acampamentos, em particular o Serra Dourada, onde vivem 350 famílias desde junho de 2015. Além de ser

o maior acampamento em termos de famílias e de alqueires, ele está localizado logo nas bordas da estrada de acesso ao S11D, próximo à cidade e a uma área de comissionamento da mineração que será em breve transformada em um polo educacional. Além disso, há um depósito mineral localizado *dentro* do acampamento.

Na primeira visita ao Serra Dourada, passei um tempo olhando para a placa afixada na entrada: “Proibido entrar de capacete”. De imediato era visível que até a identificação era um desafio em um acampamento daquele tamanho e com tantos interesses em jogo. “Por causa do minério debaixo da terra”, me disse uma das lideranças, “já teve várias visitas do prefeito aqui [dentro do acampamento]”. Havia rumores de um deslocamento de parte das famílias da área do depósito mineral para outras terras – cedidas pela mineradora – para começar a construção da mina. Mas os camponeses e movimentos sociais associados não tinham conseguido ainda verificar a informação. Zequinha, que me acompanhava na primeira visita, esclareceu: “No fim das contas, quem decide é o *Rio de Janeiro*”, referindo-se à sede da Vale. “Aqui é assim. Eles só fazem o que o Rio de Janeiro manda. O prefeito é um mediador, coitado”.<sup>135</sup> Eu achava curioso o trato do prefeito por parte dos camponeses. Alguns diziam que era um mediador, outros diziam que era um “refém” da Vale, como se fosse um peão irrelevante em um jogo de forças muito maior. Ele já havia visitado o acampamento por duas vezes e havia notícias de que uma terceira visita se aproximava.

135. Nas reuniões entre camponeses, mas também com representantes dos sindicatos e movimentos sociais, as decisões de ordem “superior” da Vale são às vezes chamadas de “Rio de Janeiro”.

Minha primeira visita foi à casa de Roberto para ver o famoso “mamão de metro”. “Pelos meus cálculos, tem no máximo 70 centímetros”, brinquei, “mas não deixa de ser impressionante”. Em seu quintal, o camponês me contou de sua trajetória e do momento que vivia no acampamento. Neto de avô índia e avô tropeiro, Roberto e sua esposa Maria das Graças se mudaram primeiro para o Maranhão, vindos da Bahia, e depois “desceram” para o Pará. Ele tinha anos de experiência em ocupações e em conflito com fazendeiros e índios, mas viveu muito tempo na cidade, onde trabalhava e organizava festas. Ela tinha trabalhado muito tempo na cidade como agente de saúde. Tinha ganhado prêmios por seu desempenho e havia trabalhado em pronto atendimento e cirurgias. Hoje, o casal produzia alimentos dentro do acampamento e dava sequência à sua verve festiva e musical. “Aqui a gente é sem terra, sem futuro, sem tudo [...] Mas tem que ser feliz, né?”. Em sua opinião, o acampamento deveria ser aberto para as pessoas que precisassem, mesmo que individualmente os lotes fossem menores. “Se lotear menor dá mais chance pra mais gente”, além de dificultar as compras ilegais por pessoas externas.

Para Roberto, a estratégia fundamental deveria ser “equipar o camponês”. “Mesmo com as limitações” – sem implementos, equipamentos, incentivos, assessoria técnica, crédito, organização e planejamento agregado da produção e com foco majoritário na subsistência – “você vê que já baixou o preço do alimento na cidade”. Zequinha confirmou, em sua condição de representante do sindicato

rural, que apenas no Serra Dourada havia mais de 40 tipos de frutas e vegetais produzidos sem o uso de pesticidas. Os preços médios caíram substancialmente desde as primeiras safras em 2015. “Só o saco de farinha caiu mais da metade do preço nos últimos 2 anos”. Roberto completou: “E ainda botamos comida na mesa de quem fala mal da gente na cidade”. “Se você for na feira dos produtores, vai ver que a diversidade de coisas lá aumentou”. O problema para os camponeses é que os atravessadores comprem a produção por um valor mínimo. “Sabem que a gente é criminalizado e que não deixam a gente vender em qualquer lugar, então oferecem o mínimo”.

Ambos enfatizaram os esforços dos acampamentos para garantir a produção e circulação de alimentos no centro urbano de Canaã como algo crucial para o movimento de ocupações se legitimar. Os efeitos significativos de sua produção constante na segurança alimentar, diversidade e preço também são uma forma de enfrentar a crescente criminalização de camponeses e ativistas e trazer autoridades e opinião pública para o seu lado – uma tarefa difícil e muitas vezes malsucedida. “Tinha que organizar mais aqui dentro [...] Uma época a gente vendia abóbora era na carrada, de tanta que tinha”. O transporte também carece de investimentos. “Por que é que quando vai um caminhão buscar massa corrida numa cidade maior, ele num vai levando alimentos, né? Mas hoje ninguém tem esse conhecimento”.

Uma barreira aos investimentos era a mudança constante de foco em função da constelação de problemas externos e internos. “Tem gente que acha que já ganhou a luta, tem gente que só quer terra”,

me disse Zequinha. “Mas é como diz o Raimundinho, a luta é muito maior que a terra”. Roberto respira fundo: “[o]utro dia tinha um sujeito tirando caminhão de areia do lote [...] tive que falar com ele que aqui não é lugar disso e que se ele fizesse de novo ia ter enfrentamento”. Além da reprodução óbvia da lógica extrativa de sua opositora, o que essa e outras histórias mostravam eram as crescentes dificuldades de gestão interna.

De um lado, o acampamento é um amálgama de capacidades e habilidades extremamente potentes que, se corretamente mobilizadas, podem criar autonomias e autogestões, como de fato criavam. Os técnicos, eletricitas, diaristas, agrônomos e agentes de saúde desempenhavam essas e outras funções, contribuindo em tarefas coletivas. De outra parte, a mesma aglomeração traz questões de ordens muito diversas que, até segunda ordem, são geridas pelos coordenadores. “Eu construí minha vida aqui [...] meu lote é limpo, é produtivo [...] Mas tem gente com esse tipo de postura aí”.

Em uma reunião que participei no STTRCC reunindo todas as lideranças dos acampamentos vinculados a ele, os coordenadores compartilhavam seus desafios. Havia uma ênfase na mobilização interna, nas reuniões e assembleias, na necessidade de acompanhamento permanente e o “controle do nosso território”, nos termos de um dos coordenadores. “O problema é que bala te acha”, replicou outro coordenador. Cada um deles enfrenta e lida com uma infinidade de problemas: das pessoas, das tentativas de vendas de terra e de drogas, do conflito com igrejas, com a mobilização interna,

com as manifestações e mesmo com a divulgação de informações internamente. “Esses dias o [fulano] falou comigo ‘te queimo na bala’, e aí? Depois vai que o cara paga 20 conto pra um ‘dedo mole’ me matar”.

Sinval também era coordenador no Serra Dourada. Passou por 4 estados do Brasil antes de chegar ao Pará e hoje, por conta dos problemas de saúde, quer “sossegar”. Era diabético, tinha problemas de pressão ocular e tinha um dos olhos enfaixados. “Nunca entrei em empresa pra não ser chefe”, conta, ironizando seu “posto” atual no acampamento. Depois de um período desempregado se juntou a alguns conhecidos em uma rede de movimentos sociais. Foram muitos anos “cortando cerca de fazendeiro e correndo de pistoleiro”. Como coordenador, seu trabalho é desgastante: “já acordei aqui de madrugada com gente doente, mulher parindo [...] Aqui minha moto é ambulância.” Além disso, “tem que arrumar medicamento, cesta básica, transporte pra pessoa ir no dentista, no médico”. “Já teve caso até de avião passando perto do teto da casa, o teto de palha voando e a mulher que tava lá dentro teve um derrame”.

“A luta tem que ser sofrida pra pessoa dar algum valor. Senão tem gente que no dia seguinte troca a terra por uma moto [...] Aqui, cuidar da roça é cuidar da luta”. Segundo Sinval, com 3 anos de ocupação, o Serra Dourada já produzia “Aqui tem arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, inhame, tudo quanto é fruta que você imaginar, limão, maracujá e tal, tem galinha, tem porco [...] e tem 7 casas de farinha dentro do acampamento. Já tem 12 famílias criando peixe. Aqui

tem tudo”. “Outro dia o prefeito saiu daqui cheio de coisa, galinha, macaxeira, e pode saber que saiu feliz”. Para ele, o acampamento significava liberdade de morar e trabalhar. “Então, não é fácil morar aqui, mas é muito melhor que pagar um aluguel na cidade”. Sinval sabe das oportunidades, mas também dos desafios da interdependência com o coletivo. “Se todo mundo tivesse o mesmo empenho, a gente já tinha batido a Vale há muito tempo.” Pedi a ele que explicasse.

“Sei que acampamento dura muito mais do que os 3 anos que a gente tem aqui, mas aqui a situação é outra. Já passou da hora de resolver. Ou eles tiram os 400 alqueires [área da reserva mineral] e o resto é nosso, ou vamos fechar a ferrovia [...] Olha, era pra gente ser despejado numa sexta-feira. Na quinta, ocupamos a rodovia [do S11D] e ganhamos uma liminar de 6 meses [...] A gente não fez quebra pau ainda. Vamos entrar dentro do S11D, fechar o S11D, derrubar a ponte. [...] Moço, a Vale tá na nossa mão.”









## Territórios de Urbanização Extensiva e a Política do Espaço

Assisti estarecido, entre quatro paredes de tábua, sob um teto de lona e palha, a um camponês assentado, com dificuldade de mobilidade, que acabara de passar vários minutos contando de seus vários problemas de saúde e das penúrias da vida de agricultor-coordenador, dizer que “A Vale tá na nossa mão”. Sua estratégia era clara: ou a Vale agenda as reuniões de negociação, “ou vamos pro pau”, me disse um outro coordenador presente. “Tô cansado de ser empurrado com a barriga. Depois fica aí igual os outro acampamentos que tão aí há 10 anos e não dá em nada no final”. Sinval prosseguiu. “A Vale está tentando ganhar tempo pra conseguir a titulação ilegal das terras; o tempo passar não é bom pra gente, é bom pra eles”. Alguns coordenadores (do próprio Serra Dourada e de outros acampamentos) discordavam, argumentando que ganhar tempo é positivo, ganha-se tempo para colher uma nova safra, vender um pouco do excedente e ir se estabilizando no território.

Mas Sinval insistia: “a gente só vence a Vale indo pra cima dela [...] A gente sabe: a Vale só mata no cansaço”. Ele esperava conseguir um reassentamento para outras terras de um suposto banco de terras da Vale. “A gente sabe até o tanto de terras que ela tem aqui. É tudo ilegal, mas é dela.” Essa não era a única informação que os camponeses tinham das operações da Vale. Aos poucos ficava claro que a Vale forneceu meios para que os camponeses entrassem na disputa. Ela

treinou as pessoas que agora tenta expulsar. Muitos camponeses e residentes trabalharam no Complexo S11D ou em outras atividades ligadas a mineração. Como me disse Sinval: “Nós sabemos tudo. Nós construímos aquela mina!”. Eles conhecem todo o projeto do complexo. Eles sabem a localização de cada instalação. Eles conhecem a programação e os horários de caminhões, funcionários e máquinas. Eles construíram as pontes e estruturas que sustentam as estradas que são as únicas vias de acesso de dentro para fora do complexo mineral. Eles conhecem os acessos à maior mina a céu aberto da história da humanidade. Eles sabem a capacidade de cada vagão e quanto tempo leva para chegar ao porto. Eles conhecem as estimativas de perdas por hora da Vale, caso a ferrovia parar. “Imagine o prejuízo de interditar aquela linha de ferro por 72 horas”.

O seu próprio conhecimento do complexo minerador é o que garante que esses camponeses estabeleçam suas demandas coletivas frente à Vale. Importa que as demandas sejam coletivas e que os camponeses escapem de acordos individuais, como fizeram os vilões da Racha Placa. É nesse processo que os camponeses se afirmam como cidadãos – discutirei essa questão da cidadania camponesa com mais detalhes no Capítulo 5. É preciso notar, contudo, que apesar da centralidade do papel do Estado em todo esse processo – as polícias, os judiciários, as concessões e licenciamentos, a infraestrutura – as demandas coletivas dos camponeses são colocadas também para a Vale. É claro que existe nela um “DNA” de ex-estatal, mas não deixa de ser surpreendente que, nessa região, as pessoas *saibam* que a Vale é o Estado. Como discutido no Capítulo 2, esse embasamento

(no nível Geral) permite que a empresa se esconda atrás do Estado, enquanto exerce o poder, de fato, no território. É sintomático, por exemplo, que os camponeses vejam o prefeito como um refém mediador de mãos atadas diante do poder faraônico da Vale na região de Carajás – o que certamente não é uma especificidade dessa região.

Uma segunda contradição é que o mesmo aparato logístico que assegura a interconectividade entre territórios de urbanização extensiva (em particular, ligados ao neo-extrativismo) e as grandes aglomerações urbanas que compõem o nosso atual sistema metropolitano global em toda a sua disfuncionalidade expõe, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade. Pois cada dispositivo logístico do planeta pode ser interrompido. Na Amazônia Oriental, esses camponeses sem terra – assim como outros setores das maiorias regionais – são capazes de “brincar” com as interconectividades logísticas da urbanização planetária. Contraditoriamente, foram essas infraestruturas logísticas extrativas que os colocaram “no jogo”. Afinal, todos os “pontos de infraestrutura apontam para seus próprios vazamentos” (Simone e Pieterse, 2017, p. 96). Por mais que os territórios operacionais da mineração sejam capazes de cumprir sua função segundo as intencionalidades e estratégias estabelecidas no nível Geral, *nem a Vale nem o Estado* foram capazes de se antecipar ao levante dos acampamentos. Em vez disso, eles estavam criando novos “problemas” para resolverem eles mesmos, ou seja, novos sujeitos políticos e modos de ação coletiva que usariam essa mesma infraestrutura para impor suas demandas coletivas.

Isso não porque os camponeses sejam “anti-mineração” ou “anti-capitalistas”. Muitos são, mas muitos não são – pelo menos não inicialmente. Suas práticas desde as primeiras mobilizações para o acampamento (subindo o morro, ocupando, negociando, cooperando, semeando e colhendo) são fundamentadas nas necessidades imediatas. No entanto, suas motivações e preocupações individuais muitas vezes encontram significado, materialidade e mesmo esperança nas motivações e preocupações de outra(s) pessoa(s). Por vezes, os interesses individuais eventualmente coincidem com os interesses coletivos e uma *nova interpretação* dos camponeses sobre o seu papel no acampamento e no mundo emerge, através da associação entre esse papel, as práticas cotidianas e “temas” mais abstratos como a luta pela terra, a reforma agrária, a soberania pela mineração, a segurança de barragens, a agroecologia, a segurança alimentar, etc.

Esse não é um “interruptor” que muda do “não-político” para o “político”. Essa combinação de interesses e atividades e a articulação com tipos particulares de agentes e movimentos sociais fazem com que as concepções desses sujeitos estejam em constante mudança. Em outras palavras, a re-politização é um processo; esse processo é constante, mas tem intensidades diferentes no tempo e nem sempre vai em uma mesma direção (direita ou esquerda, alienação ou emancipação, etc.). Mas seja qual for a mudança que aconteça nas concepções, percepções e experiências vividas, *nunca se volta a um estado de isolamento* no sentido mais tradicional do rural, do *rus-ruris*, do fechamento em relação a si mesmo e ao mundo ao seu

redor, mesmo que se esteja inserida em uma socioespacialidade agrária. Em outras palavras, a urbanização da vida agrária implica uma re-politização (não necessariamente “emancipatória”) pelas novas relações e concepções que os sujeitos desenvolvem através do universo urbano-industrial (não necessariamente destrutivo ou opressor) através de novos usos e apropriações dessas materialidades – mesmo que seu cotidiano se desdobre entre abóboras, porcos e galinhas. É nesse sentido que é possível falar em um certo desvanecimento gradual do “rural” como espaço de isolamento relativo da realidade urbano-industrial e da modernização capitalista onde o nível da vida cotidianas (P) se associa majoritariamente à dinâmicas locais (ver Monte-Mór e Castriota, 2018). Isso não quer dizer que o rural como “cultura” ou “identidade” esteja morto, ou que o rural como categoria governamental (como regulação territorial, como critério tributário, como critério previdenciário, como tipologia oficial) deixe de existir em função da extensão da urbanização. Isso quer dizer que o rural (*rus-ruris*) e o agrário se afastam um do outro enquanto a urbanização avança. De outra parte, enquanto essa mesma urbanização avança, a questão do campesinato se fortalece e se coloca com mais força do que nunca – por tudo aquilo que a urbanização constrói e destrói, pelas materialidades que ela configura e reconfigura e pelas subjetividades que ela viabiliza e invisibiliza. Podemos dizer o mesmo de outras majorias regionais amazônicas e brasileiras.

Em Canaã dos Carajás, a capacidade de reunir essas heterogeneidades díspares no acampamento e propiciar novas relações com movimentos sociais, mas também com o Estado e com o próprio capital minerador (G), engendra um senso mais forte de autoconsciência, força e enfrentamento. São assentamentos agrários e precários, por um certo ponto de vista, mas são extremamente diversificados. Alguns vieram de grandes cidades e possuem formação técnica em áreas complementares. Outros cresceram em fazendas, mas se mudaram para encontrar trabalho em outros municípios antes de chegar a Canaã. Alguns passaram a maior parte da vida trabalhando em fábricas ou na construção civil. Muitos trabalharam em grandes projetos logísticos, energéticos ou extrativos como o S11D. É a entremistura de experiências, ideias e redes e a presença de movimentos sociais nacionais e regionais há muito estabelecidos, todos eles assentados sobre uma nova materialidade trazida pela urbanização (M), que torna esse “campo” algo diferente do que ele já é pelo possível que ali se encontra.

Dado o conjunto de habilidades que cada camponês (migrante, trabalhador, agricultor, cidadão) traz para a mesa, os benefícios potenciais de aglomerar esses backgrounds e experiências aumentam dramaticamente – curiosamente, cumprem uma função da cidade antiga, de “ajuntar sob pressão” (Mumford, 1998 [1961]) e por isso criar complexidades que derivam desse “adensamento da experiência” (Silva, 2017). E isso tem uma ampla variedade de aplicações imediatas. Enquanto alguns aprendem a trabalhar com a terra, outros aprendem a lutar por ela. Há um processo adaptativo, não apenas em

termos das técnicas e atividades cotidianas, mas também em termos do novo espaço-tempo que se apresenta – do plantio e da colheita, das batalhas judiciais, da formalização do acampamento, dos cursos de formações, dos vários aprendizados sociais, dos animais que são criados, dos erros e sucessos de todo esse processo. A enorme flexibilidade e mobilidade desses camponeses, tanto espacial, quanto funcionalmente, e sua capacidade de engajar-se em complexas combinações sociais e técnicas cria as condições para produzir sua própria infraestrutura material e social (ver Simone, 2004) além de tirar proveito de outras infraestruturas como, digamos, a mineradora.

Afinal, toda infraestrutura – como a Estrada de Ferro Carajás, a Estrada do S11D, as linhas de transmissão de energia, as esteiras transportadoras, as torres de comunicação – que é produzida explicitamente pela e para a mineração também têm papéis alternativos, menos explícitos. Da perspectiva desses camponeses e movimentos sociais, essas materialidades permitem um processo de aprendizagem coletiva, pois facilitam a intersecção de diferentes engajamentos e sociabilidades políticas por meio também dos movimentos sociais que chegam ao acampamento. As estruturas de transporte e comunicação são particularmente importantes, por fornecerem os meios para os camponeses se comunicarem entre si e com várias entidades em diferentes territórios – em especial no caso do acampamento Rio Sossego. Afinal, essa é crescentemente uma estratégia de movimentos muito diversos ao redor do planeta, onde também a interrupção de redes logísticas são formas de protesto e reivindicação, como também são expressões da mediação do nível

Privado ao Geral. Essa mediação é comum entre as greves dos caminhoneiros no Brasil, a ocupação (e paralisação) do Aeroporto de Hong Kong pelos manifestantes democratas, os protestos nos dutos [*pipelines*] canadenses (Kipfer, 2018), entre muitas outras manifestações que amplificam a ideia de que urbanização estende também a possibilidade de sua própria contestação.

De outra parte, ainda que haja uma variedade de *backgrounds* urbanos, a cidade e os cidadãos são, de maneira mais imediata, “inimigos”. Mesmo com o fornecimento de alimentos pra cidade através dos atravessadores, há uma invisibilização desse trabalho e desse produto para os cidadãos. O “título” de camponês no caminho sem volta narrado por Júnior implica deslegitimação, marginalização sócio-política e criminalização. Há um desejo seletivo de tecido urbano-industrial e de meios de consumo coletivo para o “equipamento” do camponês. Há um uso das infraestruturas logísticas como *mediação* entre o nível Privado e o nível Geral; e há, através dessa mediação via urbanização extensiva, o exercício da cidadania – que encontra o desejo de ser cidadão, expresso pelo pastor no bloqueio da rodovia. A relação do camponês com a urbanização, portanto, é drasticamente diferente de sua relação com a cidade.

Assim como AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017, p. 15), estou menos interessado em reafirmar exaustivamente o domínio absoluto do capital e em “redescobrir infinitamente os poderes disciplinares do neoliberalismo”, e mais interessado em descobrir o futuro possível no presente. O que quero enfatizar são os lugares de

fala e materialidades que a urbanização viabiliza – realçando o que o olhar citadista invisibiliza. Não há nada de profundamente novo nessa assertiva. O que proponho é apenas uma perspectiva não-citadista fundada na urbanização e focada nas mediações entre níveis de abstração diferentes.

Desse ponto de vista, a perspectiva da repolitização do território através da urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994, 2004) não é uma extensão da “política da cidade” em direção ao campo – não é “cidadania *extendida*”. A repolitização passa pelas formas através das quais essa materialidade é apropriada e quais relações e sociabilidades ela permite, dentro de um contexto histórico-geográfico específico (ver Michelotti, 2019, p. 338). Essa perspectiva me parece adequada por conciliar o terreno imediato da necessidade com as transformações das concepções individuais sobre si mesmo, sobre seu espaço de vida, sobre o trabalho, sobre os atores abstratos que influenciam seu cotidiano, etc., sem que, ao mesmo tempo, se atribua necessariamente a determinado grupo atributos “revolucionários” ou romantizações desnecessárias. Como notaram recentemente Simone e Pieterse (2017), “não devemos presumir que os residentes são interminavelmente resilientes e, portanto, capazes de encontrar seus caminhos para sair de encruzilhadas e projetos sem saída” (p. xvii), já que enfatizar a “resiliência e desenvoltura de quem não tem quase nada [...] acaba reiterando essas mesmas versões modernistas do humano” (p. 62). Ao mesmo tempo, é preciso destacar práticas e habilidades importantes que prefiguram “como muitos futuros urbanos *podem ter que se parecer*” (p. 110, grifo nosso).

É a ideia de ambivalência que parece expressar a condição desse camponês que é ao mesmo tempo vítima da mineração e agente de contestação, que tem “a Vale em suas mãos”, sem nunca chegar a seus pés; que é agricultor e operário da mineração; que exerce a cidadania e reafirma suas demandas coletivas a partir do acampamento, mas que não tem reconhecimento dos “cidadãos citadinos”. Não se trata nem de um subalterno completamente hierarquizado, nem de indivíduos em um lugar de impotência. Ao contrário, ele/a se apropria desse lugar como forma de estar no mundo e produzir uma outra compreensão sobre ele. De outra parte, recordemo-nos também da ambivalência das próprias relações gestadas no nível Geral onde Vale e Estado se confundem. Essa é uma percepção extremamente popular na região, como procurei exemplificar muitas vezes ao longo desse trabalho. Demandas sociais que, a princípio, seriam reivindicadas junto ao Estado, são feitas à Vale – justamente, àquela organização que promove um certo assistencialismo através de sua “política de responsabilidade” (Barros, 2018).

É preciso também chamar a atenção para as formas através das quais “o” Estado aparece (se manifesta, se expressa, se projeta) em determinados territórios. O(s) judiciário(s), a(s) polícia(s), o(s) órgão(s) regulador(es), o prefeito, além de diversos outros “braços” do Estado não estão, de nenhuma forma, “ausentes”. Não existe “ausência do Estado” nesses territórios, como se diz comumente no Brasil, nos debates populares e acadêmicos. Existe um outro Estado (outros Estados), que não se mostra da mesma maneira que se mostra para os cidadãos de bem. Poderíamos falar o mesmo sobre

a Vale – cuja presença nas cidades se faz *sentir* em sua casa de cultura, suas obras, *seus* hospitais e escolas, seus “projetos sociais”, no caso de Canaã, mas também no Rio de Janeiro, com seus museus esplêndidos, seus escritórios luxuosos e seus projetos “culturais” patrocinados. A forma como ela se apresenta e as materialidades que ela projeta (produção do espaço) são também diferentes nesses territórios de urbanização extensiva.

É notável o relato de um gerente da Vale na região. Para ele, “[a] mineração é inevitavelmente esquizofrênica [...] Não tem mineração na Avenida Paulista, na praia de Copacabana”. Em sua visão, “grandes empreendimentos não são desejados porque quebram o *status quo* [então] para a presença de um grande empreendimento, você precisa institucionalizar o local”. Em lugares como Parauapebas e Canaã, continuou, “os poderes constituídos são uma ‘senhorinha’, com práticas antigas [...] que o povo vem pedir benção [...] Errando a dose a gente passa a ocupar o espaço do poder público”.

Há, de fato, uma série de reivindicações junto à Vale que parecem, do ponto de vista formal, fazer pouco sentido. Mas muitas delas apenas expressam um reconhecimento da correlação de forças em que estão inseridas, cientes de que “o prefeito é só um mediador” porque, no fim das contas, “o Rio de Janeiro é quem decide”. Para Juliana Barros (2018), essa é uma forma através da qual a Vale lida com a crescente contestação dos empreendimentos: cria comunidades de trabalho e aumenta o engajamento comunitário, enquanto aprofunda os esforços de desconstituição dos sujeitos na luta pela terra. Para



a autora (p. 146), as chamadas “políticas de responsabilidade social corporativas” da Vale operam como “tecnologia colonial”, fazendo com que as formas de “engajamento comunitário” se tornem mecanismos assistencialistas de persuasão pelo poder empresarial. Essa “fetichização do extrativismo” (*Ibid*, p. 185) opera como mecanismo assistencialista de dominação.

Já um segundo gerente da Vale tem outra perspectiva – nos recordando que, assim como o Estado, gigantes como a Vale também não são monolíticos. Para ele, a institucionalização não é uma boa estratégia. A empresa deveria ser uma facilitadora do desenvolvimento através de articulações e facilitações da relação das comunidades com o Estado. Seu exemplo foi justamente o dos camponeses sem terra acampados no município. “Uma das questões mais críticas do

município é a falta de regularização fundiária [...] Existem áreas da Vale que estão ocupadas por movimentos sociais [...] e são áreas de projetos futuros. Vale fez um termo de cooperação com o INCRA [...] mas é um processo que depende muito do INCRA. [...] Deveria regularizar as famílias que já estão há mais tempo [...] Aqui elas não têm acesso a crédito, nada”. Segundo ele, “é difícil quando você encontra uma ocupação com pessoas individuais. Lá são bandeiras, MST, FETRAF e FETRAGRI. [...] Hoje são 17 acampamentos [em todo o sudeste paraense]. [...] São processos judiciais. Hoje a Vale tem a reintegração de posse nessas áreas mas optou por não fazer, tentando um diálogo com o INCRA, uma solução com as famílias”.

A judicialização é uma das “novas” faces de todo esse processo. De acordo com José Batista Afonso, advogado da CPT de Marabá,<sup>136</sup> nos últimos anos houve uma “forte evolução da criminalização e da judicialização da disputa pela terra”. Diversos processos que eram resolvidos de outras formas passaram a ir para os tribunais.<sup>137</sup> As lideranças, em particular, “passaram a ser mais visadas [...] Hoje é fácil mapear quem são os indivíduos que estão na frente.” Outros trabalhos identificam o aumento da judicialização/criminalização dos conflitos e lideranças (e.g. Barros, 2018; Malheiro, 2019; Michelotti, 2019). A meu ver, essa é também uma dimensão da urbanização extensiva, se tomada em sentido amplo, i.e., incluindo também as relações sociais antes restritas aos grandes centros urbanos. Nesse processo, há uma “nova” forma de projeção e expressão do Estado e um novo conjunto de práticas que penetra a vida cotidiana, tanto do lado da Vale, quanto do lado dos movimentos sociais. Esse

136. Entrevista com José Batista Afonso, advogado, na CPT de Marabá, em 12 de dezembro de 2019.

137. Esse relato converge com a narrativa de um ex-funcionário da FUNAI que afirmou, em entrevista, que na última década a judicialização dos conflitos entre os povos indígenas regionais (em especial, os Xikrin e os Gavião) causou uma série de rupturas dentro das aldeias. “A lógica do índio não é a lógica do Estado [...] Se vai ter uma divisão, pro Estado é dividir a terra no meio e pronto. Pra eles não, porque cada parte do território tem um significado”. Entre os efeitos da judicialização dos conflitos, estão: (i) a monetização dos acordos, antes feitos por contrapartidas em forma de benfeitorias; (ii) “uma fila de advogados na ‘porta’ da aldeia”, que tem mediado os conflitos nos tribunais, por vezes substituindo os agentes da FUNAI; (iii) divisões dentro das terras indígenas e brigas entre os índios, que levam a novas divisões de terra.

espraiamento do universo urbano-industrial é também uma forma de transformação do terreno sócio-político *através* da Vale, de sua atuação no território e dos conflitos que ela engendra. Os *termos* em que os conflitos serão resolvidos, também mudam.<sup>138</sup>

Essa é uma das “especificidades dos conflitos na região”, que, nos termos de Batista, “é a própria mineração”.

“Estou aqui na CPT de Marabá desde meados dos anos 90. Tradicionalmente, a CPT sempre atuou com os camponeses na luta pela posse da terra. [...] Aconteciam alguns enfrentamentos com a empresa, mas não era uma área de foco de atuação nossa. Essa situação mudou muito. Até um tempo atrás, a mineração era concentrada no Projeto Ferro Carajás e o local de exploração ficava dentro da Floresta Nacional de Carajás. Só que do início dos anos 2000 pra cá, a empresa decidiu expandir sua área de atuação [...] Uma série de empreendimentos acoplados a essas minas passaram a ser prioridade da empresa. Abertura de ferrovia, novas estradas, [...] aquisição de propriedades no entorno das áreas de implantação desses projetos e, é claro, a decisão de ampliação dos projetos de mineração trazem consigo um contexto inerente que é a migração. [...] Com isso surgiram novos conflitos, em Parauapebas, em Canaã dos Carajás.

138. É curioso notar que apesar de toda judicialização e formalização, as ilegalidades das ações da Vale (como no caso da reintegração de posse do Grotão do Mutum) ou da Prefeitura (comprando terras sem título no caso do Monte Sião) são totalmente descabidas. É quase inconcebível que o quinto maior grupo minerador do mundo com um exército de advogados a seu favor faça transações precárias com contratos precários com grileiros regionais. Deve mesmo haver muita auto-confiança e certeza de que nenhum desses processos será jamais questionado.

O relato de Batista também expressa a mesma ambivalência partilhada pelos camponeses. Por um lado, a Vale é um grupo transnacional gigantesco que, de longe, lidera a hierarquia regional de poder.

Enfrentar uma demanda jurídica com a Vale é muito diferente de enfrentar uma demanda jurídica com um dono de fazenda que disputa a posse da terra com um grupo de sem terra da região. A Vale tem um exército de advogados que vai desde a esfera nacional até o local e eles são muito bem pagos para poder ir com as causas da Vale até as últimas instâncias. Hoje nós temos mais de 50 processos sendo demandados, que a gente faz a defesa dos camponeses contra os interesses da Vale.

Por outro lado, a pressão popular e o enfrentamento produzem conquistas práticas e imediatas.

Atuação jurídica segue junto com a pressão política dos trabalhadores. Esse é um elemento fundamental. Se nós não tivéssemos a pressão dos movimentos sociais que passaram a ocupar as áreas da Vale [em Canaã], se não fosse esse componente, se fosse só a atuação técnica jurídica, não teríamos tido os resultados que nós tivemos até o momento. Nesses mais de 50 processos, nós só tivemos um grupo despejado. Os demais nós conseguimos segurar todas as ações de reintegração. [...] Enquanto não sair um acordo com o INCRA, as famílias não serão despejadas. O pessoal tá lá plantando, produzindo. Pronto. Segue.

De forma que nenhum serviço jurídico especializado dá conta do trabalho. A *pressão* – mediação das subjetividades, da indignação e da insubordinação gestadas no cotidiano (P) *na direção* do capital e do Estado (G) através da terra e do território (M) –, sim.

“O advogado pode ser bom, mas se não tiver uma pressão política pra ajudar nesse enfrentamento com a Vale a gente vai perder sempre. Os caras tem controle da máquina do INCRA, você vai pro Tribunal de Justiça os caras tem influencia fortissima lá dentro, você vai no governador e eles vão atender é quem? É a Vale, não é a gente.”

Não são romantizações e reificações. São conquistas imediatas, reparações geohistóricas, novos precedentes e prerrogativas jurídicas. São centenas famílias camponesas assentadas em terras griladas, compradas (legal ou ilegalmente) produzindo em terras improdutivas.

O que o movimento conseguiu saber que foi a Vale que comprou, quase tudo tá ocupado hoje. E aí a gente começou a atuar no processo de reversão dessas áreas. [...] Tem um acordo entre o INCRA e a empresa, que está em curso, que todas as famílias ocupadas em áreas comprada pela Vale, está sendo feito um cadastramento delas. As áreas em que for comprovado pela legislação que é pra exploração minerária, que aí a lei proíbe que seja

feita regularização dos assentamentos nessas áreas, ficou acordado que as famílias [...] serão remanejadas pra outras áreas. Aquelas áreas que estão ocupando, mas não são reservadas para exploração minerária, será feita a regularização ou criação de assentamento nessas áreas. Enquanto isso, nenhuma família será despejada.

Anunciar os plenos poderes do grande capital transnacional sem reconhecer as formas de trabalho e vida bem-sucedidas que enfrentam esses poderes no cotidiano é um desserviço às maiorias regionais e urbanas e à própria teoria crítica. Negar a urbanização extensiva (induzida pela industrialização ou pela extração) ou frisar apenas a homogeneização, a destruição socioambiental e as relações de produção capitalistas, também o é.

A urbanização muda a dimensão material<sup>139</sup> que dá suporte a subjetividades muito variadas. Essa é a tarefa da pesquisa: ver o possível no presente, e não projetar uma utopia auto-reflexiva que expressa nossos próprios desejos e perspectivas – citadistas e sudestinistas. Temos no campesinato e no “camponês”, não apenas categorias importantes, mas também indivíduos e coletivos que estão pensando no mundo e em sua transformação em múltiplas escalas. Temos um campo de estudos muito vasto, de novos territórios de urbanização, de “novos” sentidos políticos (em simbiose com os “antigos”) e, tomara, novos lócus enunciativos que independem da Cidade. Afinal, são essas maiorias regionais não

139. Cria condições materiais urbano-industriais (energia, telefone, internet, TV, motocicletas, estradas) produzidas pelo próprio capitalismo urbano-industrial-extrativista para que essa inteligência (empoderamento, criatividade, trabalho novo, consciência de si e do mundo) se transforme em ação coletiva organizada (Transporte comunicações, intervenções nas rodovias e ferrovias).

cidadinas que viabilizam *material e politicamente*, muitos futuros e muitos presentes cidadãos. Para enxerga-los, precisamos, em um primeiro momento, do “eclipse” (Topalovic, 2016), para cobrir esse enorme satélite natural chamado “cidade” e ver, finalmente, outras estrelas que brilham no céu.









## CODA / RUMO À CRÍTICA DO CITADISMO

Na perspectiva de muitos camponeses sem terra, a cidade (a “rua”) é o lugar do desemprego, do empobrecimento, da falta de recursos, de um tipo específico de precaridade. Tornar-se camponês, mesmo para aqueles que viveram décadas em grandes centros urbanos, é também uma forma de libertação – da qual também falou Aírton Pereira (2015). Ao mesmo tempo que a cidade como centro comercial e informacional é importante para os acampamentos, há uma invisibilização sistemática de seu trabalho (produto, valor, reconhecimento) que se mantém mesmo com a queda nos preços dos alimentos a partir da produção camponesa; mesmo com o fortalecimento da segurança alimentar pela prática agroecológica e pelo não uso de agrotóxicos; mesmo com o frescor dos produtos em comparação aos grandes centros de abastecimento regionais. É o lugar de um comércio de alimentos extremamente contraditório, que ora vem dos centros de abastecimento das capitais regionais supridos pelo agronegócio nacional (Michelotti, 2019), ora vem dos próprios acampamentos (sem falar de onde vem). Estabelece-se um comércio de alimentos camponeses sem participação camponesa, de insegurança, invisibilidade e de impossibilidades (política, logística, econômica). Ao mesmo tempo que é o foco dos movimentos migratórios em busca de emprego, a cidade é também o lugar das cartas marcadas do SINE, onde não se consegue trabalho e sustento pela escolha de mudar a própria trajetória.

A cidade é também o lugar dos auto-intitulados “cidadãos”, que distinguem (e por isso, *produzem*) o outro não-cidadão, aquele que habita o seu “lado de fora”. O trabalho de Engin Isin (2005, 2008)

mostra que isso não é novidade. As classes dominantes da cidade nunca “deram de bandeja” o “ser político” pros grupos marginais. Guerreiros gregos e camponeses lutaram para ter direito à tão celebrada *polis* grega, assim como mulheres e escravos – e, ao longo dos séculos, plebeus, artesãos medievais, operários, imigrantes e refugiados. Foi o conflito entre esses grupos que determinou o “conteúdo (direitos e obrigações) e [a] extensão (critério de inclusão) da cidadania” (Isin, 2008, p. 2). Os “vencedores” contam a história e constroem as narrativas que os associam às formas históricas de cidadania. Constroem-se a *polis*, a *civitas*, e tantas outras cidades idealizadas a partir de um conjunto de narrativas que não apenas omitem o narrador, como também omitem o fato de que esses mesmos narradores se constituem, conferem direitos e obrigações e, “acima de tudo, se diferenciam dos outros, construindo simultaneamente identidade e alteridade”. “Para os cidadãos se estabelecerem como virtuosos, deveriam haver aqueles que ‘não possuíam’ suas virtudes.” (*Ibid*, p. 3) Cidadãos, portanto, se definiram historicamente em relação a um não-cidadão – o que, no contexto de Canaã, tem relação também com a distinção “cidade” e “não-cidade”. Nesse sentido, o não-cidadão não é apenas um ser desprovido de determinadas qualidades ou características, mas sim o “outro” co-constitutivo historicamente omitido das grandes narrativas moderno-coloniais. Nossa concepção herdada de cidadania vem da definição dos grupos dominantes contra seus “outros” estrangeiros, bárbaros, aliens – com seus parentes moderno-coloniais “selvagem”, “vazio”, “misterioso”, “inculto”, “não domesticado”. A produção desses outros variados

é ao que Engin Isin (2005) se refere quando chama a cidade de “máquina de diferença”. Ao trazer esses grupos “outros”, não desejo criar ou celebrar oposições identitárias e tampouco inventar agentes revolucionários como saída do labirinto “moderno-colonial capitalista patriarcal” (Grosfoguel, 2007). Pretendo apenas, desta vez por outro ângulo, mostrar que o “outro” do “lado de fora” é necessariamente co-constitutivo do “lado de dentro”.

O que o estudo da urbanização extensiva em Carajás esclarece é que a cidadania e formação de novas sociabilidades e subjetividades não apenas não é exclusividade da cidade – ainda que os “cidadãos de bem” insistam em se auto-intitular cidadãos – como tem um sentido mais radical a partir do “lado de fora”. Se entendermos, seguindo Isin (2008, p. 266), que “a cidade é o lugar do social na medida em que possibilita a formação social dos cidadãos como reivindicadores de direitos [*right-claimants*]”, então concluímos que os acampamentos e áreas litigiosas são “o lugar do social”, em detrimento da cidade pacificada pelo capital minerador. Em oposição à concepção aristotélica da essência política do ser humano através das cidades – o embrião do citadismo – há um contexto em que a política e as reivindicações de direitos estão “do lado de fora” – de modo que o Pastor Gilmar que ele não precisa “querer ser cidadão”, pois sua representação na reivindicação coletiva, por essa definição, já o garante a cidadania.

Muitos autores clássicos trabalharam com essa distinção. Fustel de Coulanges atribuiu à *civitas* um sentido associativo, principalmente político e religioso e à *urbs* a materialidade do local de reunião, da moradia, do santuário. Max Weber ampliou esse sentido associativo da *civitas* atribuindo à cidadania uma identidade coletiva, mas mantendo sua distinção da *urbs*. Lewis Mumford fez uso da mesma distinção, assim como muitos outros que o sucederam (ver Isin, 2008). Em Canaã, o sentido político da aglomeração tem lugar na centralidade acampamento, onde sujeitos diversos fazem parte de um todo, compreendem as abstrações (G) que os cercam, tem uma consciência renovada de si e do mundo e tornam-se sujeitos políticos e líderes *dentro de uma coletividade* sem terra que se relaciona a temas e pautas mais amplas.

Nesse contexto, a cidadania assume também um caráter de ato performático relacionado a essas reivindicações de demandas coletivas através de novos sujeitos que falam em nome desses grupos e posicionam essas demandas – frente ao Estado, mas também frente à Vale (G). Esses camponeses (em muitos casos, “neo-camponeses”, ontem cidadãos) levam a *civitas* pra fora da cidade e dão à cidadania outro significado, reinventado sobre outra materialidade, gestada nos aparatos técnicos e recursos disponíveis, na riqueza do improvisado e na “gambiarra” (ver Silva, 2017), mas redefinida pela urbanização extensiva que inclui a própria infraestrutura mineradora – estradas, containers inutilizados, sinal de telefone e internet, etc.

Recorro novamente a AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017) para lembrar que “não devemos supor que os residentes são interminavelmente resilientes e, portanto, capazes de encontrar seus caminhos para sair de engarrafamentos [*jams*] e projetos sem saída” (p. xvii, tradução minha). Enfatizar a “resiliência e desenvoltura de quem não tem quase nada [...] acaba reiterando essas mesmas versões modernistas do humano” (p. 62, tradução minha). Não se trata, portanto, de romantizar o camponês ou o acampamento, repletos de contradições e conflitos internos, de lógicas e opiniões divergentes e dependentes de uma série de eventualidades. Também não desejo generalizar a cidadania como atributo da não-cidade, mas enfatiza-la como prática pelo cotidiano, tensionando grandes categorias herdadas ou auto-evidentes e fazendo cumprir o objetivo de desfamiliar os estudos urbanos, há muito apoiados sobre territórios, termos e textos similares.

A não-cidade se apresenta também como terreno fértil de práticas contestatórias. A região de Carajás oferece exemplos de como as estruturas logísticas que garantem a interconectividade planetária que permite o instanciamento das instantaneidades contemporâneas podem ser interrompidos para reivindicação de direitos coletivos. São exemplos que explicitam a extensão de uma *função mediadora* através da urbanização extensiva, do nível Privado ao Geral (e não apenas do Geral do Privado). Antes, essa mediação era exclusividade da cidade. Nesse espírito, somando-se aos exemplos anteriores de portos, aeroportos e ferrovias, milhares de índios e camponeses marcharam para Brasília; residentes de ocupações urbanas na

região metropolitana de Belo Horizonte marcharam na Linha Verde em direção à capital e acamparam na porta da Prefeitura; 4.221 camponeses marcharam na BR-155 em direção à capital regional Marabá, até serem espancados e assassinados na Curva do S – em busca da *mediação*. Contraditoriamente, a própria urbanização capitalista que cria as condições para sua contestação.

É também preciso enfatizar, novamente, que o caso de Canaã é um bom exemplo de que a urbanização extensiva não produz um “todo urbano homogêneo”, não transforma “tudo” na mesma coisa.<sup>140</sup> Muito pelo contrário, ela produz uma nova diferenciação: reorganização, remodelagem, redefinições. Justamente por isso, na medida que a urbanização avança, a questão camponesa *ganha mais força e centralidade*. Trabalhadores da mineração impedidos de trabalhar, de habitar, de circular, estabelecem uma nova vida camponesa equipada em termos urbano-industriais que de forma alguma se confundem com “a cidade” – estradas de terra, barracas de lona, drone e Netflix. Ao mesmo tempo, aprofundam sua consciência de si e do mundo, enquanto disputam nos territórios e nos tribunais a terra e a autonomia, articulados aos movimentos sociais variados estabelecidos na capital regional.

A degradação, a colonização e a operacionalização embutidas no processo de urbanização extensiva são indiscutíveis. Mas como venho argumentando insistentemente, há também um *possível* no presente que é próprio dessa mesma urbanização extensiva. Há uma série de mudanças de trajetória, de bifurcações, que não significa que

140. Novamente me refiro às interpretações grosseiras e simplificadoras de José Eli da Veiga (2004), Richard Walker (2015) e tantos outros críticos da urbanização extensiva (e planetária) que projetaram o seu próprio imaginário geográfico empobrecido (a cidade) sobre um fenômeno tão importante (a urbanização). É curioso que não se tenha notado que, quando o crítico da urbanização extensiva diz “então tudo vira cidade!”, ele revela que, em seu próprio entendimento, “urbanização” e “produção de cidade” são a mesma coisa.

determinado caminho será necessariamente tomado. Há momentos em que as coisas podem/poderiam ter ido para um lado ou para o outro. Os camponeses de Canaã podem ganhar as terras, ou podem ser despejados. Se ganharem, eles podem instituir novos sistemas de governança autogestionados, enriquecer seu espaço autoconstruído, fortalecer os vínculos familiares e de compadrio, se tornarem cooperados, grandes produtores regionais de alimento. Ou talvez se fragmentem, vendam seus lotes para grandes fazendeiros, percam os vínculos com a coletividade e com os movimentos sociais. Identificar o possível é fundamental, mas não significa que ele se desenvolverá nas trajetórias que se deseja. Parece impossível controlar o possível. Isso não quer dizer que ele não deva ser identificado. Nomear esses vetores de mudança e transição é trazer à tona a oportunidade que existe hoje porque o *possível* reside no *atual*. Quanto mais avançam as tentativas de operacionalização, de controle e homogeneização do espaço e das formas de vida, de neutralização das diferenças, mais o terreno da necessidade e da criatividade aponta na direção da diferença, do confronto e da política do espaço como alternativa.

De outra parte, também a partir desse trabalho em Carajás, é preciso ressaltar que quanto mais a urbanização extensiva avança – sobretudo em suas formas induzidas pelo neo-extrativismo – mais a situação dos camponeses de Canaã prefigura um futuro aos quais muitos outros futuros *poderão ter que se assemelhar* – grande projeto, a migração forçada, o emprego, o desemprego. Quantas outras famílias tomarão esse mesmo caminho? Contudo, não é necessário ser camponês para assimilar essa nova virtualidade que

se impõe – como bem sabem as maiorias regionais. A virtualidade que se apresenta diante da concentração da população mundial e da crescente colonização da não-cidade é a seguinte: não há para onde escapar. Não há rota de fuga. A meu ver, esse é o sentido da “urbanização planetária” (Brenner e Schmid, 2015; ver Castriota e Tonucci, 2018) e da “urbanização completa da sociedade” (Lefebvre, 2002 [1970]). É ilusória a ideia de que é possível escapar da urbanização completa – da realidade urbano-industrial, das projeções do capital e do Estado, da transformação da vida material (incluindo a degradação socioambiental), da imposição de racionalidades exógenas, da superposição de tempos desejáveis e indesejáveis, da reorganização de centros e periferias.

Contudo, dentro dessa extensão desmedida que inclui todos esses elementos, há sempre disputas, ambiguidades e ambivalências – camponeses citadinos, pobres ricos, vítimas algozes, vilões heróis – de onde concluí-se que é preciso *disputar* os rumos e termos da urbanização. Não há como negá-la. Afinal, novas representações desses processos e geografias já estão em jogo. Basta assistir os vídeos institucionais da Vale exibindo orgulhosamente a infraestrutura *high-tech* (uma espécie de versão extensiva das *smart cities*) no meio da floresta amazônica. Os vídeos do S11D, em particular, retratam minas e cavas extensas, dezenas de quilômetros de esteiras e correias transportadoras no meio da floresta, toneladas e toneladas de minério de ferro direcionados para uma ferrovia que, por fim, descarrega o material no porto que, novamente, o transporta para outro continente – tudo isso com zero seres humanos. Podemos

também assistir alguns minutos de televisão e nos deparar com “agro é pop”, com seus mega caminhões e tratores, colheitadeiras e subsoladoras, galpões e aviões de agrotóxicos.

Esse não é um apelo ao “tradicional” em oposição ao “moderno” – essa é apenas mais uma armadilha dicotômica da modernidade. É um apelo à disputa dos termos nos quais a urbanização extensiva se desdobrará. É possível (e necessário) disputar os rumos e os termos da urbanização. Retorno aqui à apresentação do trabalho: não podemos ignorar a necessidade das maiorias regionais (materialidades e subjetividades) de casas, estradas, equipamentos, ferramentas e implementos agrícolas, a exemplo dos muitos sem terra que querem ser “equipados”. Não podemos ser “contra” esse processo, mas tampouco “incentiva-lo” acriticamente pelas mudanças drásticas que não se pode controlar no terreno sócio-político, pelos danos ambientais extensos e irreversíveis e pelas intencionalidades que há por trás da urbanização gestada no nível Geral.

Podemos, portanto, “ler” a urbanização extensiva também como *terreno do possível*, e não como unidimensional – apenas degradação, modernização, politização ou colonização. Para tal, precisamos romper com o pensamento dicotômico, superar “a cidade” e “o urbano” como um tipo de território delimitado e transcende-los, sempre que possível, utilizando a posicionalidade que a urbanização extensiva nos oferece.

## Urbano-Rural e os lados de fora

O pensamento dicotômico engendra uma compreensão equivocada de que determinados “tipos de território” ou “tipos de assentamento” são mutuamente excludentes no espaço: ou um, ou outro. A constituição desse “tipo de território” central implica a invenção de seu outro co-constitutivo – o “lado de fora” – e de seus residentes – vilões, jecas, selvagens, incultos, não domesticados. Se um processo estende a urbanização, dentro desse mesmo quadro dicotômico e horizontal equivocado, homogeneiza-se o “lado de fora” e expande-se o “lado de dentro”.

Sob essa perspectiva, foram feitas críticas imobilizantes à ideia de urbanização extensiva. Campos de estudos e disciplinas inteiras se mobilizam contra seus opositores: rurais contra urbanos, urbanos contra rurais. Sabemos que a realidade já é mais complexa do que isso e que já existem fenômenos bastante práticos e imediatos capazes de superar essa dicotomia, demandando novas diferenciações conceituais e distinções espaciais. Espero que o caso de Carajás apresentado até aqui tenha sido, no mínimo, capaz de tensiosar grandes categorias e raciocínios dicotômicos formalistas, contribuindo para algum tipo de expansão e diversificação do imaginário geográfico.<sup>141</sup>

141. “Continuando com as idéias de Veltz e insistindo no risco do transplante de idéias, é no mínimo questionável dizer que, no Brasil, a distinção entre cidade e campo não é clara como antes, na atual ordem das coisas. Talvez isso se aplique para algumas regiões perfeitamente delimitadas do Estado de São Paulo, mas seguramente não se aplica a todo o território brasileiro” (Maricato, 2000, p. 136-37, grifo nosso).

Uma pergunta se coloca: o que acontece(rá) com o “lado de fora” com sua crescente invisibilização e homogeneização, enquanto o “lado de dentro” atrai olhares, experiências e celebrações? No nível macrológico, a homogeneização representacional e a invisibilização da não-cidade são decorrência das ideologias urbanas contemporâneas – como, por exemplo, o “discurso da era urbana” discutido no primeiro capítulo. As transformações dos últimos 20 anos, entretanto, dão uma ideia da diversificação de formas e processos na não-cidade brasileira. Segundo Michelotti (2019), a virada do século XX para o XXI no Brasil marca também uma virada na estratégia de acumulação – do industrial ao agroindustrial-rentista. As transformações dos espaços agrários seguem mudanças no sistema agroalimentar mundial, novas formas de automação, novas economias de escala e redução dos excedentes e da participação do pequeno produtor. Nos Estados Unidos, a primazia da segurança energética frente ao mundo árabe e a economia de exportação de grãos trouxe uma série de mudanças nos territórios agrícolas, cada vez mais financeirizados e conectados aos mercados futuros de commodities. Muitas dinâmicas da cadeia produtiva de alimentos são crescentemente controladas por agentes ligados ao mercado financeiro (especuladores, *dealers*, seguradoras) fazendo com que oscilações nesses mercados futuros sejam trazidas a valor presente, impactando os produtores de forma imediata. O chamado “agronegócio” é crescentemente definido por interações de capitais nos complexos agroindustriais: cadeias de insumos, mercados futuros, crédito rural, subsídios, mercados de terra, preços globais de alimentos, etc. Parte dessa complexificação –

da tecnificação do debate marcado pelo “financeiro” e pelo “industrial” no “agro” – é responsável pelo arrefecimento do debate da reforma agrária.

Nesse contexto foram definidas novas paisagens operacionais de produção primária na agricultura brasileira – similares ao exemplo do *cornbelt* norte-americano, apresentado no Capítulo 2. Esses territórios profundamente transformados pelos fatores supracitados – novas materialidades, novas mediações, reorganização de centros e periferias, inchaço de centralidades e desaparecimento de outras – sustentam a mundialização da agricultura brasileira, fundada na produção de *commodities*, na financeirização e na formação de empresas monopolistas (*Ibid*, p 247). A “produção agropecuária” torna-se “agronegócio”. Grandes empresas nacionais progressivamente se tornam corporações transnacionais, com novas alianças entre as elites nacionais e internacionais e novas intermediações (e formas de captura) do Estado, coordenando, financiando e subsidiando não apenas “as empresas”, mas as transformações de centenas de milhares de hectares por elas comandados.

Não por acaso, uma das principais forças políticas do Congresso Nacional no Brasil tem sido a chamada “bancada *ruralista*” – o que há de “rural” nessa bancada e o que se ganha ou perde, o que se mostra e o que se esconde, através dessa nomenclatura? As origens do grupo remontam à segunda metade dos anos 1980, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (discutido no Capítulo 4) quando uma série de parlamentares ligados à União Democrática Ruralista

(UDR) tentava uma contra-reforma conservadora na influência sobre o Estado e na ofensiva nas áreas de litígio (ver Bruno, 2017). Em 1995, constituiu-se a Frente Parlamentar da Agropecuária, que hoje conta com 257 signatários: 225 deputados (44% da câmara) e 32 senadores (40% do senado). Ferreira (2019) nota que a bancada ruralista é um dos grupos mais densos e coesos do congresso, “perdendo” apenas para a bancada evangélica. A literatura recente sobre o tema enfatiza a relação da bancada ruralista com cooptação de lideranças políticas, manobras ilícitas dos braços do Estado (Simionatto e Costa, 2012; Martins, 2018); formas de violência, coerção e opressão (Costa, 2012); fragilização e controle do INCRA (Costa, 2012); ofensiva sobre povos indígenas (Silva, 2017b), dentre outros.

Os ruralistas têm um financiamento muito diversificado, entre empresas nacionais e internacionais.<sup>142</sup> Trata-se de um conjunto de forças muito complexo. Sandra Costa (2012) enfrentou a tarefa hercúlea de mapear 374 políticos vinculados à bancada ruralista, desde a sua origem na política até os laços familiares. Segundo a autora, apesar da maioria ser composta por pecuaristas, existem ainda sojeiros, arroteiros, silvicultores, cafeicultores e industriais. Existem vínculos substantivos com setores das telecomunicações, mas também com o setor da construção civil, da energia elétrica e da mineração. Para a autora, são necessários novos estudos sobre um dos tópicos que considerou fundamental, mas não conseguiu se aprofundar, qual seja, a relação intensa entre os ruralistas e a extração de renda fundiária urbana.

142. De acordo com Arroyo (2019), a frente é financiada pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que arrecada contribuições de 38 associações setoriais, mantidas por grandes empresas nacionais e internacionais. A lista inclui 22 das 50 maiores do agronegócio brasileiro, como Bayer (grupo dono da Monsanto), Basf, Cargill, Souza Cruz, Philip Morris, Nestlé e Danone, dentre muitas outras.

Como concebemos essa bancada? Qual é o seu “ruralismo”? Como imaginamos esses atores e suas práticas – em especial aquelas descritas na seção 4.4? Será um senhor vestindo seu chapéu por cima dos cabelos brancos recostado sobre a porteira de um curral? Será um homem grisalho apoiando uma espingarda no ombro e contemplando um pasto verde e longínquo? Ou será um jovem modelo, ator e pecuarista de 28 anos na praia da Barra curtindo a noite carioca? Ou será uma mistura de muitos desses elementos, além de tantos outros que transcendem o pensamento dicotômico e demandam um imaginário geográfico e uma consciência espacial renovados?

Poderíamos fazer o mesmo exercício para o camponês – migrante, operário, agricultor, cidadão; macacão, galocha, enxada e *smartphone* – ou para outras majorias regionais amazônidas e brasileiras. No caso de Carajás procurei explorar os acampamentos sem terra e sua relação com a urbanização do “lado de fora” e muito pouco foi dito sobre índios, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de côco babaçu e tantos outros grupos<sup>143</sup> que também transitam entre “cidade” e “não-cidade”, que enfrentam diretamente as projeções da urbanização capitalista e o cotidiano de conflitos com atores muito diversos e que, por fim, têm algo a dizer sobre a urbanização *que ninguém mais tem* – e sobre os temas dispersos que o estudo da urbanização reúne (ou pode reunir), como natureza, desenvolvimento, agricultura e terra, mas também infraestrutura, mobilização social, migração, regulação territorial, habitação, entretenimento, política e mídia social. São eles, também, os principais obstáculos às catástrofes ambientais

143. Por sorte, temos à nossa disposição o trabalho magnífico do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que há 16 anos atua junto às majorias regionais na luta por direitos e contribui com a expansão do imaginário geográfico brasileiro.

em “outros lugares” planetários, os principais opositores ao projeto neoeextrativista que transfere produtos e recursos para suprimento do sistema metropolitano global, em toda a sua disfuncionalidade metabólica, através de extensas redes logísticas.

Nesse contexto, acredito ser necessário, em um primeiro momento, uma “desfamiliarização” dos estudos urbanos (e da prática teórica cidade-cêntrica nas ciências sociais em geral) para “desprivilegiar” a cidade, em especial quando vivemos o ápice do assassinato de defensores de direitos humanos e ativistas ambientalistas no Brasil (ver Vasconcellos, 2019), o ápice da violência no campo (CPT, 2019) e processos irreversíveis de desertificação, exaustão ecológica, concentração e estrangeirização de terras e mudanças climáticas.<sup>144</sup> Parece também necessário arriscar experimentações empíricas, conceituais e teóricas fundadas em estudos de caso que rompem com a lógica citadista e dicotômica e com os exercícios teóricos abstratos ainda muito presentes. Há que se recorrer a *alguma* empiria, outros “sensórios urbanos” capazes de gerar “rupturas epistemológicas” (Goonewardena, 2005) na direção da diferença.

Nesse primeiro momento, será também necessário enfatizar que a cidade *pode* ser uma armadilha da *percepção* na formação de *representações* – ou seja, a cidade enquanto ambiente sensorial percebido que informa as representações que formamos pode também ser excessiva. Pesquisadores, urbanistas, geógrafos, mas também motoristas de aplicativos, burocratas e que têm na cidade uma plataforma privilegiada ou exclusiva da experiência podem ter

144. Frente a celebrações irrefletidas de cidades sustentáveis como suposto alívio da crise ambiental global (Angelo e Wachsmuth, 2020), por exemplo, é importante lembrar em que velocidade se desmata a Amazônia – e que 20% do bioma já foi completamente destruído (INPE, 2019).

concepções citadistas sobre, por exemplo, o Estado, o capital, o patriarcado, etc. Será necessário avaliar qual é o peso da “cidade” no conjunto social.

## **A Problemática do Citadismo**

No dia 24 de abril de 2019, quase um ano depois de voltar de Carajás, eu assistia à Mesa 3: “Mulheres e Luta pelo Território”, do *I Seminário de Economia Feminista da FACE*, na UFMG. Bernadete Monteiro (Marcha Mundial das Mulheres) falava sobre a condição das mulheres nos territórios de mineração, enfatizando o aprofundamento de sua subordinação e exploração. A palestrante argumentava que a divisão sexual do trabalho era ainda mais marcada, com os homens sendo majoritariamente os detentores da renda, e as mulheres sendo relegadas às imposições do trabalho doméstico. Ela discutiu, ainda, como o patriarcado afeta as formas de organização das famílias nesses territórios e como ideologias patriarcais diversas penetram também os sistemas educacionais. A partir de determinado momento, Bernadete passou a narrar, com certa riqueza de detalhes, as formas de opressão e violência sexual nos territórios de mineração, os casos de violação dos corpos das mulheres como estratégia de violação dos territórios, a vida cotidiana de ameaças, abusos e invasões e até mesmo a disparidade no acesso a água e alimentos.

Sentadas ao meu lado no auditório, duas jovens alunas que assistiam a mesa se entreolharam com feições de repugnância e, quebrando o

nó na garganta, uma delas sussurrou para a outra: “Urgh! Esses ‘*fim-de-mundo*’... num gosto *nem de pensar!*”, retirando seu smartphone do bolso e abrindo, em seguida, o aplicativo do Instagram. Tentei encontrar palavras capazes de começar algum tipo de conversa com a jovem desconhecida que, no mínimo, trouxesse algum tipo de sequência para o comentário. Conclui que seria no mínimo deselegante da minha parte iniciar um contato com a mesa ainda em andamento – e, de toda forma, pareceu que seria difícil ter algum tipo de sucesso na interrupção de sua rolagem do *feed*. Mas logo imaginei que não havia nada a ser perguntado nem dito. O comentário foi muito claro, os termos muito explícitos e a reação muito espontânea.

Nos meses que se seguiram (e que se seguem) à imersão em Carajás, outras pessoas (familiares, amigos, colegas, professores) usaram (e usam) termos muito similares para se referir, em tom de desprezo ou zombaria, a esses lugares “outros” que elas desconhecem – mesmo que, na maioria dos casos, o discurso do respeito à diferença e à diversidade esteja na ponta da língua. Muito embora eu compreenda “de *onde* vem” esse tipo de comentário – a julgar pelos meus próprios estranhamentos e choques ao longo dos últimos anos de trabalho –, também me parece claro que quanto mais escancarado, espontâneo, óbvio e sutil – enfim, “dóxico” (ver Coelho-de-Souza, 2015) – é o comentário, mais se torna importante entender a posicionalidade que se estabelece. Ainda que essa perspectiva cidade-cêntrica esteja em toda parte – o fim-de-mundo, o jeca tatu, o vilão –, parece razoável começar a investiga-la por dentro dos estudos urbanos.

Em uma frase: os estudos urbanos falham sistematicamente em reconhecer o lugar de fala privilegiado e a posicionalidade que deveria ser óbvia aos pesquisadores e pesquisadoras desse campo de estudos. Essa falha salta aos olhos em tempos em que a relação entre o *conteúdo* da fala e o *sujeito* que fala são percebidos de forma drasticamente diferente nos debates e disputas populares e científicos. Venho chamando de “citadismo” a problemática que deriva do peso descomunal dessa entidade chamada cidade na realidade contemporânea – enquanto espaço percebido, concebido e vivido (Lefebvre, 1991 [1974]) –, criando uma *perspectiva*, um olhar, que muito raramente se explicita e, por isso mesmo, se reproduz.

Esse conceito deriva da proposição de Hillary Angelo e David Wachsmuth (2015) de que há, dentro do campo da ecologia política urbana, uma obsessão teórico-metodológica com “a cidade” que engendra uma naturalização e um privilégio a ela concedido nas teorias (e práticas) urbanas mesmo quando, em muitos casos, ela não é necessariamente o objeto mais significativo. Os autores chamaram de “*methodological cityism*” essa obsessão e naturalização da cidade como *objeto de estudo* privilegiado – que traduzi como “citadismo metodológico” (Castriota 2016a, 2016b).

Em minha visão, entretanto, o citadismo não apenas é um problema “metodológico”. Nos estudos urbanos, a cidade é naturalizada e magnificada não apenas como objeto de estudo – especialmente onde ainda se trabalha, implícita ou explicitamente, com a equivalência entre cidade/citadização e urbano/urbanização e dentro da dicotomia

urbano-rural. Mais do que isso, ela é uma espécie de entidade a ser celebrada – um *tipo de território*, um *tipo de assentamento*, um objeto replicável e comparável. Sobre essas bases, Edward Gleaser (2011) escreveu que a cidade é o lugar *mais* saudável, “verde” e rico para se viver (em termos culturais e econômicos) em seu livro “O Triunfo da Cidade”. Jane Jacobs (1969), em linha celebratória semelhante, re-escreveu anedoticamente a origem das cidades e da agricultura para afirmar a primazia da cidade como meio “natural” do ser humano. Nos anos 1930, o renomado sociólogo urbano Robert Ezra Park afirmou que

[a]s cidades, e particularmente as grandes cidades metropolitanas dos tempos modernos [...] são, com todas as suas complexidades e artificialidades, a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso dos artefatos humanos. Devemos conceber nossas cidades, portanto, [...] como as oficinas da civilização e, ao mesmo tempo, como habitat natural do homem civilizado” (1936 *apud* Harvey, 2009 [1973], p. 195).

Abordagens celebratórias d’A Cidade não são, entretanto, uma exclusividade euro-americana. Carlos Vainer abriu uma das mesas mais prestigiadas do ENANPUR 2019<sup>145</sup> (ao lado de Ermínia Maricato e Raquel Rolnik) com uma fala intitulada “Viva a Cidade!”. Na apresentação, o carioca afirmou que “O futuro da cidade projeta o futuro da sociedade”. No slide intitulado “A cidade como condição humana”, lia-se que:

145. XVIII Encontro da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), Natal, 27 a 31 de Maio de 2019. Mesa Redonda 07 – Tempos em/de Transformação – Utopias.

- Lugar do diverso, a cidade é o lugar do humano *universal*, da humanidade.
- Porque a cidade é a realização mais plena da condição humana enquanto construção social coletiva
- Sócrates “<...> sou um amante do conhecimento e os homens que residem na cidade são meus mestres, e não as árvores, ou o campo”.
- Aristóteles: o homem é um animal político, isto é, se realiza na plenitude, na sua relação com os demais homens da polis.

Sentado na plateia, esperei, sem sucesso, por algum tipo de contextualização, contraponto, ressalva ou crítica. Ao contrário, Vainer explicou aos presentes cada uma dessas e de outras assertivas bastante semelhantes e reafirmou, por essas bases abstratas e pretensamente universais, a importância dos estudos urbanos no mundo contemporâneo – na mesa “Tempos em/de Transformação – Utopias”. Discursos celebratórios vazios dessa natureza – misturados com concepções filosóficas do papel da cidade na história ocidental e impregnados de caricaturas moderno-coloniais – vêm geralmente acompanhados do descarte ou da crítica à “não-cidade”. No caso de Vainer e Sócrates (nascido em Atenas em 470 a.C.), o “lado de fora” é “o campo” desprovido do conhecimento, de mestres, caracterizado na citação pela presença aparentemente abundante de árvores.

Mais além, esse tipo de discurso nada incomum não se restringe aos ambientes acadêmicos. “A cidade”, declara tranquilamente Guilherme Wisnik, “é a maior e melhor construção do homem”. No primeiro episódio da série “A Cidade no Brasil” do SESC TV, o arquiteto paulista prossegue, impunemente, afirmando que “formas anti-urbanas são nostálgicas e regressivas porque gostariam de voltar para um mundo que não é mais possível voltar. E ao se colocar dessa maneira, terminam sendo conservadoras, no mau sentido”.

Essa é apenas uma pequena coleção de ilustrações do citadismo dentro do contexto dos estudos urbanos. Sabemos, no cotidiano acadêmico, que ele não para por aí, como também não se restringe aos estudos urbanos. Não se trata sequer de um problema estritamente *acadêmico*, mas sim da relação que existe entre um determinado “sensório” e as representações que todos formamos sobre determinadas abstrações que não podemos e não conseguimos apreender em sua totalidade. Kanishka Goonewardena (2005) formulou o conceito de “sensório urbano” para se referir a esse ambiente sensorial percebido através do qual criamos representações. O nosso sensório particular é uma tradução parcial não apenas da estrutura do espaço urbano como um todo, mas também das relações sociais abstratas que são nele projetadas e inscritas. Nossas percepções, a partir dos sentidos do corpo, são necessariamente seletivas e parciais, assim como nossa compreensão de processos sociais mais abstratos e complexos – por isso precisamos de representações. Nesse sentido, o nível Mediador da urbanização media também ideologias.

É como a história de Buda, argumenta Goonewardena (2005), príncipe confinado aos domínios do palácio, privado por seu pai da convivência com o sofrimento, as doenças e a morte. Sua “ruptura epistemológica” veio em sua primeira saída do palácio e do meio de beleza, plenitude e juventude, aos 29 anos. Ao ver as pessoas da vila – homens e mulheres, trabalhadores envelhecidos, alguns adoentados – o príncipe decide deixar o palácio em sua conhecida jornada espiritual. Ao captura-lo em uma espécie de refúgio, o pai de Buda terminou por sequestra-lo em um sensório particular e, dessa maneira, o levou à construção de representações a partir do ambiente que o envolvia, impedindo-o de ver suas reais condições de existência.

Em quais sensórios somos majoritariamente “confinados”? Como eles afetam nossas concepções sobre o espaço, a cidade, a urbanização, mas também sobre o capital, o Estado, o patriarcado, o racismo, e uma série de outras “abstrações concretas” (Lefebvre, 1991 [1974]; ver também Stanek, 2006)? Em termos globais – para além da instrumentalização do discurso da era urbana –, podemos ler a crescente concentração da população mundial enquanto um “sensório” cada vez mais predominante da experiência humana? Teremos um mundo crescentemente citadista na perspectiva? E o que acontecerá com os fins-de-mundo que não gostamos nem de pensar?

Acredito que a crítica do citadismo – e não o descarte da cidade<sup>146</sup> – e a crítica da dicotomia urbano-rural sejam o “polo negativo” de uma reabilitação no pensamento que é particularmente importante para o campo dos estudos urbanos rumo a um novo vocabulário. A potência dessa reabilitação está em estudos que apresentem novas narrativas da urbanização (em detrimento da obsessão teórico-metodológica com “a cidade”); que explorem empiricamente geografias não-citadinas; que discutam tanto formas concentradas, quanto extensivas da urbanização; que enfatizem a reorganização de centros e periferias próximas e distantes e sua relacionalidade. E, sobretudo, que apresente os invisibilizados pelas ideologias urbanas contemporâneas – como os não-cidadãos de Canaã dos Carajás e os lugares de fala obscurecidos pelo lócus privilegiado da cidade.

Que enfatizem não apenas o controle “absoluto” do capital e do Estado (G), mas também as mediações contidas nos processos de urbanização (M) e os detalhes, voltas e revoltas da vida cotidiana (P). Que mostre que o capital e o Estado, enquanto relações sociais, não são apenas abstrações, mas se projetam e se materializam no espaço urbano (G → M) penetrando e corroendo o cotidiano de formas muito diversas (G → M → P); mas que também esteja atento às formas de apropriação dessas novas materialidades e a formação de subjetividades a partir dessas apropriações do terreno da vida cotidiana – “reservatório de subjetividades” (Goonewardena, 2005) – que também se re-materializam nesse campo de batalha

146. A crítica do citadismo não pode ser confundida com a crítica da cidade ou com um posicionamento contra a cidade. Gandhi, por exemplo, era contra a cidade (Jones e Corbridge, 2010). Em 1908, ele afirmou que hospitais eram “instituições propagadoras de pecado”, que as ferrovias eram “portadoras de germes da peste”, que o maquinário industrial era um “mal” a ser combatido. Para ele, se “civilização” significa, em Gujarati, “boa conduta”, ela poderia ser nutrida apenas nas vilas, mas não nas cidades (Ibid, p. 2). Acredito, ao contrário, na crítica de uma perspectiva que estrutura o pensamento e a ação.

espacial que a própria urbanização re-estabelece e que de fato atinge o terreno das relações abstratas pela reafirmação da *diferença*, pelas demandas por direitos e pela negação da homogeneização.

Que interrogue ideias de *Cidade com C maiúsculo*, fundadas em bases moderno-coloniais; que pressupõe a colonização de um “lado de fora” que supre seus imperativos metabólicos (água, energia, alimentos, gestão de resíduos e poluição) enquanto *inventa* seu “outro” co-constitutivo; que reproduz uma *perspectiva* citadista que privilegia e naturaliza os saberes e práticas gestadas na cidade, pelos cidadãos, tendo a cidade como lócus privilegiado de enunciação; que tem nas metrópoles globais uma espécie de estágio evolutivo final, a partir do qual se produzem as Teorias com T maiúsculo que são depois exportadas e acriticamente adaptadas em territórios de urbanização extensiva e “cidades ordinárias” pelo mundo afora.

Nessa perspectiva, o fim-de-mundo é apenas o começo. Ele nos ajuda inclusive na tarefa de provincializar a cidade – sem, contudo, descartá-la – mostrando que ela pode ser uma armadilha da percepção (inclusive no momento da pesquisa) e que seus holofotes tão reluzentes, enquanto entidade concebida, podem ser, ao mesmo tempo, cegantes. Os projetos (intelectuais, práticos, políticos) que se delineiam no estudo da urbanização extensiva e na crítica do citadismo demandam tempo. É um longo caminho pela frente. Às vezes, basta trazer à tona o que já se exerga e mostrar o possível que se encontra no imediato. Às vezes, basta esticar o olhar um pouco mais a frente na direção dos nossos “lados de fora”.

Foi assim no meu primeiro dia em Canaã dos Carajás. Parado no posto de gasolina na entrada da cidade, eu conversava, do lado de fora do carro, com o frentista que abastecia o tanque. Pacientemente, ele me dava as primeiras coordenadas para que me localizasse. Enquanto segurava a bomba de combustível com uma das mãos, usava a outra para apontar na direção de bairros, regiões e pontos de referência. “Pra lá fica o Minha Casa Minha Vida”. “Essa é a avenida principal. É só seguir e dobrar à direita no outro posto que tem lá na frente que você pega a [Av.] Pioneiros”. “Pra lá tem mais o comércio, né?”. “Pra trás ali é tudo bairro novo. É onde eu moro”. Por fim, apontei na única direção que ele não mencionou – no rumo da estrada de terra através da qual eu descobriria, muitas semanas depois, uma constelação de práticas, grupos e conflitos – e perguntei: “E pra lá?”. “Pra lá não tem mais nada”.



## REFERÊNCIAS

- Adams, R. E. (2018) *Circulation and urbanization*. London: Sage.
- Almeida, A. W. (1986) Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: Almeida Jr., J. M (org.) *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 267-293.
- Almeida, A. W. (1994) *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Supercores.
- Almeida, A. W. (coord.) (2014) Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: *Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas do Sudeste do Pará, PA*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coord. Alfredo Wagner Berno de Almeida, equipe de pesquisa Rita de Cássia Pereira da Costa ... [et al.]. – Manaus: UEA, 2014.
- Almeida, A. W. (coord.) (2017) *Informativo PNCSA Nº 27: Corredores Logísticos e Povos e Comunidades Tradicionais: Estratégias Globalizadas de Desenvolvimento e Seus Efeitos Sociais nas Américas Central e do Sul, na África e na Índia*. Programa De Pós-Graduação Em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais-UEA/CNPQ.
- Angelo, H. (2021). *How Green Became Good: Urbanized Nature and the Making of Cities and Citizens*. University of Chicago Press.
- Angelo, H.; Wachsmuth, D. (2015) Urbanizing urban political ecology: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 16-27.

Angelo, H.; Wachsmuth, D. (2020). Why does everyone think cities can save the planet?. *Urban Studies*, 57(11), 2201-2221.

Aráoz, H. M. (2020). *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Editora Elefante.

Arboleda, M. (2016a). Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 96-112.

Arboleda, M. (2016b). In the Nature of the Non-City: Expanded Infrastructural Networks and the Political Ecology of Planetary Urbanisation. *Antipode*, 48(2), 233-251.

Arboleda, M. (2020). *Planetary mine: Territories of extraction under late capitalism*. London: Verso.

Arroyo, P. (2019) Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. *Observatório do Agronegócio no Brasil*. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>>.

Bandeira, A. (2014) *Alterações Sócio-Espaciais no Sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás*. Unpublished Masters Thesis. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Brazil.

Barros, J. N. (2018) *A Mirada Invertida de Carajás: a Vale e a mão-de-ferro na política de terras*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Batty, M. (2013) *The New Science of Cities*. Cambridge: MIT Press.
- Bebbington, D. H., Verdum, R., Gamboa, C., & Bebbington, A. J. (2018). The Infrastructure-Extractives-Resource Governance Complex in the Pan-Amazon. *European Review of Latin American and Caribbean Studies/Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, (106), 183-208.
- Becker, B. (2015 [1990]) Amazônia. In: Vieira, I. C. (org.) *As amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre Geografia e sociedade na região amazônica*, vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 7-94.
- Bemerguy, T. (2019) Antropologia em qual cidade? Ou porque a “Amazônia” não é lugar de “antropologia urbana”. *Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 24, edição eletrônica, DOI: 10.4000/pontourbe.6464.
- Benatti, J.H. (1997) Carajás: Desenvolvimento ou Destruição? In: Coelho, M.C.; Cota, R. G. (org.) *Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás*, Belém: UFPA-NAEA, p. 79-106.
- Benevolo, 1988 [1975]. *The History of the City*. Cambridge MA: The MIT Press.
- Brasil, IBAMA (2003) *Plano de manejo para uso múltiplo da Floresta Nacional de Carajás*. Cap. 2. Análise da Unidade de Conservação. Tomo III. Fatores Antropológicos.
- Brasil. *Decreto nº 1.298*, de 27 de outubro de 1994. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências.
- Brasil. *Decreto nº 2.486*, de 2 de fevereiro de 1998. Cria a Floresta Nacional de Carajás, no Estado do Pará, e dá outras providências.

Brasil. *Lei nº 4.771*, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal.

Brasil. *Lei nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Brasil. *Decreto-Lei n. 1.813*, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências.

Brenner, N (2013) Urban theory without an outside. Lecture Series, *ETH Zurich*. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/videos/urban-theory-without-an-outside/>>. Acesso em: 21-ago-2018.

Brenner, N. (2000) The urban question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(2), 361-378.

Brenner, N. (2006) Henri Lefebvre's critique of state's productivism. In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 231-249.

Brenner, N. (2014). Urban Theory Without an Outside. *Harvard Design Magazine: architecture, landscape architecture, urban design and planning*, (37), 42.

Brenner, N. (2019) *New Urban Spaces: urban theory and the scale question*. New York: Oxford University Press.

Brenner, N.; Katsikis, N. (2014). Is the Mediterranean urban?. In: Brenner, N. (ed.) *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization*, Berlin: Jovis, 428-459.

Brenner, N.; Schmid, C. (2013) The 'urban age' in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3), 731-755.

Brenner, N.; Schmid, C. (2015) Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2-3), 151-182.

Lima, B. F. (2019) Reflexões Para O Enfrentamento (Jurídico) Da Irregularidade Fundiária Em Áreas Metropolitanas A Partir Da Experiência Da Região Metropolitana De Belo Horizonte. *Anais do X Congresso Brasileiro De Direito Urbanístico, Grupo Temático 07 – Dilemas Do Planejamento Territorial Metropolitano E Regional*. Palmas (TO). Disponível em < <https://ibdu.org.br/biblioteca/anais-do-x-congresso-brasileiro-de-direito-urbanistico> >

Bruno, R. (2017) Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: Maluf, R.; Flexor, G. (org.) *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: e-papers, p. 155-168.

Bueno, M. F. (2002) *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Bunker, S. (1985) *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange and the Failure of the Modern State*. Chicago, Londres: The University of Chicago Press.

Bunker, S. (2000) Joint Ventures em ambientes frágeis: o caso do alumínio na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, 3(1): 5-46.

Bunker, S. (2007) Da castanha-do-Pará ao Ferro: os múltiplos impactos de projeto de mineração na Amazonia brasileira. *In: Coelho, M.C.; Monteiro, M.A. (org.) Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia*, Belem: NAEA.

Butler, C. (2012) *Henri Lefebvre: spatial politics, everyday life and the right to the city*, New York: Routledge.

Cabral, E. R.; Enriquez, M. A. R. S.; Santos, D. V. (2011) Canaã dos Carajás do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. *Centro de Tecnologia Mineral (CETEM-MTCL)*, Mineralis. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1162/1/Canaa%20dos%20Carajas.pdf>. Acesso em 12-mai-18.

Canaã dos Carajás (2016) *Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará*. Prefeitura de Canaã dos Carajás, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará, 119 p. Disponível em: <http://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/antigo/arquivos/semdec/DIAGNOSTICO-CANAA-Versao-Final-FEV2016.pdf>. Acesso em 4 de abril de 2020.

Cândido, L. (2018) *A cidade entre utopias: o Neoliberalismo e o Comum na produção contemporânea do espaço urbano amazônico*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

Cardoso, A. C. D.; Cândido, L.; Melo, A. C. (2018). Canaã dos Carajás: a laboratory study concerning the circumstances of urbanization, on the global periphery at the dawn of the 21st century. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 20(1), 121.

Cardoso, A. C. D.; Melo, A.C.; Gomes, T.; Neto, R. (2014) Os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida: a dimensão urbana do pacote econômico. *Annals of the XVI Seminário de Economia Mineira*, Diamantina, Brazil.

Carneiro, M. (2014) A exploração mineral de Carajás: um balanço trinta anos depois. *Revista Não Vale* v.1, Justiça nos Trilhos, p. 16-30.

Carter, M. (2010). The landless rural workers movement and democracy in Brazil. *Latin American Research Review*, 186-217.

Castells, M. (2014) [1972]. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castriota, R. (2016a) *Urbanização Extensiva e Planetária: Formulações Clássicas e Contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, UFMG.

Castriota, R. (2016b) Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), 507-523.

Castriota, R.; Alves, D. B. (2019) Preservação como Extração: a Operacionalização Mineradora da Regulação Ambiental na Amazônia. *Anais do XVII Encontro sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR, Diamantina.

Castriota, R.; Fernandes, B. (2019) Estudos urbanos ou estudos da cidade? Notas sobre o citadismo ou cidade-centrismo. *Anais do XVII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais*, Natal.

Castriota, R.; Tonucci, J. (2018). Extended urbanization in and from Brazil. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 512-528.

Castro, E.; Hébette, J. (org.) (1989) Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia. *Cadernos NAEA* (10), NAEA/UFPA.

Castro, E. (2020). Socio Environmental Conflicts in Amazonia. The Complex Fabric of Amazonia. Apresentação Oral. *Amazonia Now: Perspectives on a Region in Crisis*, Day II, 16 a 19 nov. 2020. Disponível em < <https://amazonialatitude.com/amazonia-now-perspectives-on-a-region-in-crisis/>>

Coelho, M. C. (1997) A CVRD e o Processo de (Re)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). In: Coelho, M. & Cota, R. (org.) *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*, Belém: UFPA/NAEA, p. 51-78.

Coelho, M.C.; Cota, R. G. (org.) (1997) *Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás*, Belém: UFPA-NAEA.

Coelho, T. P. (2015) *Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Belém: iGuana.

Congílio, C. (2014) Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos No Sudeste Do Pará, *Revista de Políticas Públicas* (UFMA), v. 14, 195-199. dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp195-199

Congílio, C.; Ikeda, J. (2014). A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, 17(32), 79-90.

Congílio, C.; Moreira, E. (2016) A Resistência aos Grandes Projetos de Mineração de Ferro no Sudeste Paraense. *Revista de Políticas Públicas* (UFMA), v. 20, 105-115. dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp105-116

Corrêa, W. (2016) *AAção do GETAT na região Sule Sudeste do Pará*. Dissertação de Mestrado, Programa De Pós-Graduação Em Dinâmicas Territoriais E Sociedade Na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá.

Costa, H. S. M.; Costa, G. M. (1998) Ouro Branco/Açominas: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria? *GEONOMOS*, 6 (2): 65-72.

Costa, H. S. M. e Monte-Mór, R. L. (1995) Cidades Industriais Planejadas E A Exclusão Da Força De Trabalho. *Anais do VI ENA - Encontro Nacional da ANPUR* (Brasília, 1995), p. 420-430.

Costa, H. S. M. (1996) Indústria, produção do espaço e custos sócio-ambientais: a reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais. *X Encontro Nacional de Estudos populacionais*. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/758>>

Costa, F. A. (1993) Nem tudo no ouro reluz: considerações para uma economia política da garimpagem na fronteira amazônica. *In: Mathis, A. Consequencias da garimpagem no âmbito social e ambiental na Amazônia*. Belém: Fase-Bunststift-Katalyse, p. 10-20.

Costa, F. de A. (2012) *Formação Rural Extrativista na Amazônia: Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA.

Costa, G.M.; Costa, H.; Monte-Mór, R.L. (org.) (2015) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora.

Costa, S. (2012) *A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

Cota, R.G. *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Couling, N. (2018) Formats of Extended Urbanization in Ocean Space. *In: Horn, P.; d'Alencon, P.; Cardoso, A.C. (eds.) Emerging Urban Spaces: A Planetary Perspective*, Cham: Springer, 149-175.

Couling, N. (2022) Extensions and Landings of the North Sea. *In: Schmid, C.; Topalovic, M. (coord.) Territories of Extended Urbanization*.

CPT – Comissão Pastoral da Tera (org.) (2018) *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional.

Cruz, T. (2015) *Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense*. Dissertação de Mestrado, Programa De Pós-Graduação Em Dinâmicas Territoriais E Sociedade Na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá.

de Paula, J. A. (2008) Amazônia: fronteira e acumulação de capital. *In: Rivero, S.; Jayme Jr., F. G. (org.) As amazônias do século XXI*. Belém, PA: EDUFPA.

Diener, R.; Herzog, J.; Mieli, M.; Meuron, P.; Schmid, C. (2006) *Switzerland: An Urban Portrait*, v. 1-4. Basel: Birkhäuser.

Diniz, S. (2015) Economia Popular e Solidária na Contemporaneidade: a heterogeneidade como recurso. *In: Costa, Geraldo Magela; Costa, Heloísa Soares De Moura Costa; Monte-Mór, Roberto. (Org.) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 449-464.

Diniz, A.; Gilbert, B. (2013). Socialist values and cooperation in Brazil's landless rural workers' movement. *Latin American Perspectives*, 40(4), 19-34.

Elden, S. (2004) *Understanding Henri Lefebvre*. Londres, Nova Iorque: Continuum.

Elden, S. (2006) Mondialisation before globalization: Lefebvre and Axelos. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre.* New York, London: Routledge, 80-93.

Elden, S. (2010) Land, Terrain, Territory. *Progress in Human Geography*, 34(6), 799-817.

Emmi, M. F. (1988). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.* Belém: NAEA/UFPA.

Enriquez, M. A. R. S. (2004) Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada. *In: Mendes, A. D. (org.) Amazonia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos.* Belém: Banco da Amazônia.

Enriquez, M. A. R. S. (2009) Mineração e desenvolvimento sustentável - é possível conciliar? *Revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 12, p. 51-66.

Escobar, A. (2011). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World.* Princeton University Press.

Fausto, C. (2000) *Os Índios antes do Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar.

Fearnside, P. M. (1986) Os planos agrícolas: desenvolvimento para quem e por quanto tempo? *In: Almeida Jr., J. M (org.) Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 362-418.

Feitosa, E. (2013) *Duplicação Da Estrada De Ferro Carajás E Impactos Sociais: O Caso Do Bairro Alzira Mutran.* Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá.

Ferrão, J. (2019) Desvitalização democrática e ressentimento político na Europa. Apresentação Oral. *XVII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais*, Natal.

Ferraz, I.; Ladeira, M.E. (1991) Os povos indígenas da Amazônia oriental e o Programa Grande Carajás – avaliação e perspectivas. In: Hebéte, J. (org.) *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 130-142.

Ferreira, P. F. N. (2019) *Economia política do meio ambiente*: identificação da bancada ruralista e outras bancadas temáticas no Congresso Nacional com análise de redes. Tese de Doutorado, Doutorado em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade Federal de Brasília.

Foner, N. (2007) How exceptional is New York? Migration and multiculturalismo in the empire city. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 999-1023.

Foweraker, J. (1981). *The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Fraser, B. (2008). Toward a philosophy of the urban: Henri Lefebvre's uncomfortable application of Bergsonism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 26(2), 338-358.

Fraser, B. (2015) *Towards an Urban Cultural Studies*: Henri Lefebvre and the humanities. New York: Palgrave Macmillan.

Gago, V. (2019). *A razão neoliberal*: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante.

Gago, V.; Mezzadra, S. (2017). A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, 29(4), 574-591.

Glaeser, E. (2011) *The Triumph of the City*. New York: Tantor.

Godfrey, B. J. (1990) Boom Towns of the Amazon, *Geographical Review*, 80(2), 103-117.

Gondim, N. (1994) *A invenção da Amazônia*. Marco Zero.

Goonewardena, K. (2005) *The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics*. *Antipode*, 37(1), 46-71.

Goonewardena, K. (2011) Henri Lefebvre. *The Wiley-Blackwell Companion to Major Social Theorists*, 44-64. doi:10.1002/9781444396621.ch21.

Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) (2006) *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge.

Gordon, C. (2006) *Economia Selvagem: Ritual e mercadoria ente os índios Xicrin-Mebêngôkre*. Rio de Janeiro: Editora UNESP/ISA, NUTI.

Grosfoguel, R. (2007) The epistemic decolonial turn, *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223.

Gudynas, E. (2010) Si eres tan progresista por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. *Ecuador debate*, n. 79, 61-81. CAAP: Quito.

Gudynas, E. (2015a) *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB.

Gudynas, E. (2015b) Extractivismos En América Del Sur Y Sus Efectos Derrame, *La Revista*, Boletín 76, 13-23.

Gudynas, E. (2018) Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. *Papeles Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, Madrid, No. 143.

Guerra, G.A.D. (2001) *O Posseiro da Fronteira: Camponato e Sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA.

Hall, A. (1989) *Developing Amazonia: Deforestation and social conflict in Brazil's Carajás programme*, Manchester: Manchester University Press.

Hall, A. (1991) *Amazônia: desenvolvimento pra quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hall, P. A.; Soskice, D.W. (2001) *Varieties of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.

Harper, E. T. (2020). Ecological Gentrification in Response to Apocalyptic Narratives of Climate Change: The Production of an Immuno-political Fantasy. *International Journal of Urban and Regional Research*, 44(1), 55-71.

Harvey, D. (1996). Cities or urbanization?. *City*, 1(1-2), 38-61.

Hebétte, J. (1991a) A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: Hebétte, J. (org.) *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, 199-214.

Hebétte, J. (org.) (1991b) *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes.

Hecht, S. B. (2013) *The Scramble for the Amazon and the "Lost Paradise" of Euclides da Cunha*. Chicago: University of Chicago Press.

Hecht, S.B.; Cockburn, A. (2010) *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. University of Chicago Press.

Heckenberger, M. J., Russell, J. C., Fausto, C. ... & Kuikuro, A. (2008). Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, 321(5893), 1214-1217.

Heckenberger, M. J., Russell, J. C., Toney, J. R., Schmidt, M. J. (2007) The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences*, 362(1478), 197-208.

Heckenberger, M., Neves, E. G. (2009). Amazonian archaeology. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, 251-266.

Hertzog, Alice (2020) *The Lagos-Abidjan Corridor - Migration Driven Urbanisation in West Africa*. Tese de Doutorado, D-ARCH, ETH-Zurich, Zürich.

Ibañez, D.; Katsikis, N. (eds.) (2014) *New Geographies 06: Grounding Metabolism*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

IBASE (1983) *Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro*. Rio de Janeiro: Achiame.

IBASE (2018) *Contradições do desenvolvimento e o uso da CFEM em Canaã dos Carajás (PA)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro De Análises Sociais e Econômicas.

IBGE (2017) Classificação e Caracterização dos Espaços Urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. *Estudos e Pesquisas, Informações Geográficas*, n. 11, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio (2002) O Avanço da Mineração na Floresta Nacional de Carajás, Pará, versus A conservação do Ecossistema de Canga, *Revista Não Vale*, vol. 1, Justiça nos Trilhos.

ICMBio (2012). *Parecer técnico N°01/2012 – Mosaico de UCs de Carajás. Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, Brasília, 16 de fev. de 2012.*

ICMBio (2016) *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás. Volume I - Diagnóstico. Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente.*

Ikeda, J. (2014) *Expansão do capital, luta de classes e poder local na amazônia: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá/Pará (1985-2012). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, PA.*

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2019). *Projeto PRODES: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.* <http://www.obt.inpe.br/prodes/>.

ISA (2018) *Karajá, Povos Indígenas no Brasil*, Instituto Socioambiental. Disponível em: <[pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org)>, Acesso em: 8-dez-18.

Isin, E. F. (2002). *Being political: genealogies of citizenship.* Minneapolis, London: University of Minnesota Press.

Isin, E. F. (2008). The city as the site of the social. In: Isin, Engin (ed.) *Recasting the Social in Citizenship.* Toronto: University of Toronto Press, pp. 261–280.

Jacobs, J. (1969) *The Economy of Cities*, New York: Vintage.

Katsikis, N (2022) Operational Landscapes of Primary Production: The American Cornbelt. *In: Schmid, C.; Topalovic, M. (coord.) Territories of Extended Urbanization*, no prelo.

Katsikis, N. (2016) *The composite fabric of urbanization: agglomeration landscapes and operational landscapes; From hinterland to hinterglobe: urbanization as geographical organization*". Tese de Doutorado, Universidade de Harvard, Graduate School of Design, Cambridge.

Keil, R. (2017) *Suburban planet: making the world urban from the outside in*. Cambridge: Polity Press.

Keil, R. (2018) Extended Urbanization: "disjunct fragments" and global suburbanisms. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 494-511.

Kipfer, S. (2009). Why the urban question still matters: reflections on rescaling and the promise of the urban. *In: Keil, R.; Mahon, R. (eds.) Leviathan undone*, Vancouver, Toronto: UBC Press, p. 67-85.

Kipfer, S. (2006) How Lefebvre urbanized Gramsci: hegemony, everyday life, and difference. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) (2006) Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 193-211.

Kipfer, S. (2018) Pushing the limits of urban research: Urbanization, pipelines and counter-colonial politics. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 474-493.

Kipfer, S.; Goonewardena, K. Schmid, C.; Milgrom, R. (2006) On the production of Henri Lefebvre. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) (2006) Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 1-23.

Kipfer, S.; Saberi, P.; Wieditz, T. (2013) Henri Lefebvre: debates and controversies. *Progress in Human Geography*, 37(1), 115-134.

Lefebvre, H. (1978) [1970] *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península.

Lefebvre, H. (1983) [1947] *Lógica Formal Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lefebvre, H. (1991) [1974] *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.

Lefebvre, H. (2002) [1970] *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lefebvre, H. (1999) [1968] *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

Lefebvre, H. (2014) [1961] Critique of Everyday Life: foundations for a sociology of the everyday, vol. II. In: *Critique of Everyday Life: the one-volume edition*. London, New York: Verso.

Lefebvre, H. (2014) *Critique of Everyday Life: the one-volume edition*. London, New York: Verso.

Lehmann J, da Silva Jr. JP, Steiner C, Nehls T, Zech W and Glaser B (2003) Nutrient availability and leaching in an archaeological Anthrosol and a Ferralsol of the Central Amazon basin: fertilizer, manure and charcoal amendments. *Plant and Soil*, 249, p. 343-357.

Levis, C., Costa, F. R., Bongers, F., Peña-Claros, M., Clement, C. R., Junqueira, A. B., ... & Castilho, C. V. (2017). Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science*, 355(6328), 925-931.

Lisboa, F. M.; dos Anjos, H. P. (2017) Estratégias de legitimação usadas pelas propagandas eleitorais do prebiscito para a divisão do Pará. *In: Pereira, A.; dos Anjos, H. P.; da Silva, I.S.; Ribeiro, N. (org.) Culturas e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental Brasileira*. Belém: Paka-Tatu, 355-376.

Lojkine, J. (1981) *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, São Paulo: Martins Fontes.

Loureiro, P. M. (2018). Reformism, class Conciliation and the pink tide: Material Gains and their limits. *In: The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America*. Palgrave Macmillan, Cham, 35-56.

Machado, J. S. (2009) Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(1), 57-70.

Maese-Cohen, M. (2010) Introduction: toward planetary decolonial feminisms. *Qui parle*, 18(2), 3-27)

Magalhães, A.C. (1991) As nações indígenas e os projetos econômicos do Estado – a política de ocupação do espaço na Amazônia. *In: Hebéte, J. (org.) O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 89-113.

Magalhães, M. (org.) (2018). *A Humanidade e a Amazonia - 11 Mil Anos de Evolução Histórica em Carajás*. Belém: Editora Santa Cruz.

Malheiro, B. (2019). *O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia*. Tese de Doutorado, Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense.

Marçal, M. dos S. (1997) Serra dos Carajás: um desafio à interpretação geológica. *In: Coelho, M. & Cota, R. (org.) 10 anos da Estrada de Ferro Carajás*, Belém: UFPA/NAEA, p. 295-307.

Maricato, E. (2011) *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Maricato, E. (2000). As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 121-192.

Martins, A. (2012) *Conflitos Ambientais Em Unidades De Conservação: Dilemas Da Gestão Territorial No Brasil*, Rev. Bib. Geografia y ciências sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XVII. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/bw-17.htm>>. Acesso em: 15-Mai-19.

Martins, J. S. (1975) *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.

Martins, J. S. (1996) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.

Martins, L. A. (2018) *Desdobramentos Territoriais da Agenda Legislativa da Bancada Ruralista no Golpe 2016-2018*. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba.

Martins, R.; Congílio, C. (2015) Educação como estratégia de controle e expansão do capitalismo no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, 19(35), 160-173.

Matias, I. A. (2010) Projeto, Utopia e Revolução: O Debate Entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” na URSS da Virada de 1920 para 1930. *Revista Contra a Corrente*, ano 2, n. 3, 58-63. Disponível em: [http://lastro.ufsc.br/?page\\_id=1910](http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910). Acesso em 20-Mai-19.

McGee, T. (2014) [1991] The Emergence of Desakota Regions in Asia: Expanding a Hypothesis. *In: Brenner, Neil. (Ed.) Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, p. 121-139.

Medeiros, L. S. (2009) *A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. SAEI: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais.

Meggers, B. J.; Evans, C. (1957) *Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon* (No. 468). US Government Printing Office.

Melo, C. (2020) *O Invisível em Movimento: Um estudo sobre o urbano e suas possibilidades no Sudeste Paraense*. Tese de Doutorado, Doutorado em Economia, Belém, UFPA.

Melo, A.C. (2015) *Modernização e Transformações Recentes nos Processos Intra-Urbanos no Sudeste do Pará*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Arquitetura. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, Brasil.

Merrifield, A. (2006) *Henri Lefebvre: a critical introduction*. New York: Routledge.

Merrifield, A. (2014) Whither Urban Studies? *In: Brenner, Neil. (Ed.) Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, p. 386-394.

Mezzadra, S.; Neilson, B. (2013) Extraction, logistics, finance: Global crisis and the politics of operations. *Radical Philosophy*, v. 178, n. Mar-Abr, 8-18.

Mezzadra, S.; Neilson, B. (2015) Operations of capital. *South Atlantic Quarterly*, 114(1), 1-9.

Mezzadra, S.; Neilson, B. (2019) *The politics of operations: excavating contemporary capitalism*. Durham, London: Duke University Press.

Michelotti, F. (2019) *Territórios De Produção Agromineral: Relações de Poder e Novos Impasses na Luta pela Terra no Sudeste Paraense*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Monte-Mór, R. L. (1980) *Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia*. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro.

Monte-Mór, R. L. (1988) Urbanization, colonization and the production of regional space in the Brazilian Amazon. *In: 16th Inter-American congress of planning* (Sociedade Interamericana de Planificación: SIAP), San Juan, Porto Rico, 22–26 August 1988.

Monte-Mór, R. L. (1994) Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In: Santos, M.; Souza, M.A.; Silveira, Maria Laura. (Org.) Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 169-181.

Monte-Mór, R. L.; Castriota, R. (2018) Extended urbanization: implications for urban and regional theory. *In: Paasi, A.; Harrison, J.; Jones, M. (eds) Handbook on the Geographies of Regions and Territories*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, p. 332-345.

Monte-Mór, R.L. (2004) *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. Tese de Doutorado, University of California Los Angeles, UCLA.

Monte-Mór, R.L. (2005) What is the urban in the contemporary world. *Cadernos de Saúde Pública, ENSP. Impresso*, 21(3), 942-948.

Monte-Mór, R.L. (2006) As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.) Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 61-85.

Monte-Mór, R.L. (2007) Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In: Feldman, Sarah; Fernandes, Ana. (Org.) O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 93-114.

Monte-Mór, R.L. (2015) Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. *In: Costa, G.M.; Costa, H.; Monte-Mór, R.L. (org.) (2015) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora, 55-70.

Monteiro, B. E. (2016) *Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Saúde Pública. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Monteiro, M. (2004) Amazônia: Mineração, Tributação e Desenvolvimento Regional. *Novos Cadernos NAEA*, 7(2): 159-186.

Monteiro, M. (2005) Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, 19(53), p. 187-207.

Morlin, G. S. (2017) *Extração de Recursos no Brasil: faturamento comercial indevido no setor de mineração*. Instituto Justiça Fiscal, Red Latinoamericana sobre Deuda, Desarrollo y Derechos (Latinddad).

Mumford, L. (1998) [1961]. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes.

Cardoso, A. C. D.; Ventura Neto, R. D. S. (2013). A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cadernos Metrópole*, 15(29), 55-75.

Ventura Neto, R. (2017) *A (Trans) Formação Socioespacial da Amazônia: Floresta, Rentismo e Periferia*. Tese de Doutorado, Doutorado em Economia, Campinas, UNICAMP.

Neves, E. G. (2005) 'Changing perspectives in Amazonian archaeology'. In: Politis, Gustavo G.; Alberti, Benjamin. (eds.) *Archaeology in Latin America*, London, New York: Routledge, 219-249.

Neves, E. G. (2015) *Eram os Acreanos Astronautas?* Amazonia Real, nov. 2015, Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/eram-os-acreanos-astronautas/>>

Neves, E. G. (2020). Caminhos Antigos e Mitos Modernos: a Construção Milenar das Paisagens na Amazonia. Apresentação Oral, *Seminário Violencia Extractivista y Contestaciones Territoriales em la Urbanizacion Panamazonica*. FLACSO. Disponível em: < <https://www.flacso.edu.ec/portal/contenido/eventos/seminario-violencia-extractivista-y-contestaciones-territoriales-en-la-urbanizacion-panamazonica.2722>>.

Oliveira, F. de (1978) Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: Moisés, J. A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Pahnke, A. (2017). The Changing Terrain of Rural Contention in Brazil: Institutionalization and Identity Development in the Landless Movement's Educational Project. *Latin American Politics and Society*, 59(3), 3-26.

Palheta da Silva, J. M. (2013) *Território e mineração em Carajás*, Belém: GAPTA/UFPA.

Peake, L., Patrick, D., Reddy, R. N., Sarp Tanyildiz, G., Ruddick, S., & Tchoukaleyska, R. (2018). Placing planetary urbanization in other fields of vision. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 374-386.

Pereira, A. R. (2013) *A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese de Doutorado, 278 p. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento De História, Programa De Pós-Graduação em História, Recife.

Pereira, A. R. (2015) *Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE.

Pereira, A. R. (2017) Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. In: Pereira, A.; Anjos, H. Silva, I. (eds.) *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. Belém: Pakatatu, p. 143-167.

Pereira, A. R. e Afonso, J.B. (2018) Conflitos e Violência no Campo, na Amazônia Brasileira. In: CPT – Comissão Pastoral da Tera (org.) *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional, 183-188.

Pereira, A. R. (2004) *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Extensão Rural, Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Economia Rural, 2004.

Pinto, L.F. (1982) *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, Studio Alfa.

Pinto, L.F. (1997) Prefácio, *In: Coelho, M. & Cota, R. (eds) 10 anos da Estrada de Ferro Carajás*, Belém: UFPA/NAEA.

Rebellato, L., Woods, W. I., Neves, E. G. (2009) Pre-Columbian settlement dynamics in the Central Amazon. *In: Woods, W. I., Teixeira, W. G., Lehmann, J., Steiner, C., WinklerPrins, A., & Rebellato, L. (eds.) Amazonian dark earths: Wim Sombroek's vision*. Berlin: Springer, p. 15-31.

Reis, I. (2014) *O avanço da mineração na Amazônia e a resistência dos moradores da Vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás: uma análise à luz do processo de acumulação de capital*. Undergraduate Monograph. Marabá, PA: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Roberts, J.T. (1995) Subcontracting and the Omitted Social Dimensions of Large Development Projects: Household Survival at the Carajás Mines in the Brazilian Amazon, *Economic Development and Cultural Change*, 43(4): 735-758.

Robinson, J. (2002). Global and world cities: a view from off the map. *International journal of urban and regional research*, 26(3), 531-554.

Robinson, J. (2003). Postcolonialising geography: tactics and pitfalls. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24, 273-289.

Robinson, J. (2006) *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*, London: Routledge

Robinson, J.; Roy, A. (2016). Debate on global urbanisms and the nature of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 181-186.

Roosevelt, A. (1989). Resource management in Amazonia before the conquest: Beyond ethnographic projection. *Advances in Economic Botany*, 7, 30-62.

Rosa, L. P. (2001) *Um país em leilão: das privatizações à crise de energia*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Roy, A. (2015) What is urban about critical urban theory?. *Urban Geography* 37(6): 810–823.

Roy, A. (2016). Who's afraid of postcolonial theory?. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 200-209.

Roy, A. (2009) The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p.819-830, jul. 2009.

Sá, P. (1987) Carajás: a proposta de desenvolvimento regional integrado. In: José Marcelino Costa (org.) *Os Grandes Projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*. Belém: NAEA.

Said, E. W. (2007) [1989]. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santoro, P. F. (2014). Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 16(1), p. 169-169.

Saidler, F. S. (2013) *A Festa e a Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR.

Santos, A. S. dos S. (2018). *Mineração e Conflitos Fundiários no Sudeste Paraense*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Do Sul E Sudeste Do Pará Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em Dinâmicas Territoriais E Sociedade Na Amazônia – PDTSA.

Santos, D. M. V. dos (2011) *Grande mineração e desenvolvimento de comunidades: uma leitura a partir de Canaã dos Carajás, Pará*. Dissertação de mestrado, UNAMA, Belém.

Santos, J. L. R. (2018) Território em transe: a Floresta Nacional de Carajás. *Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, Florianópolis, Brasil.

Santos, M. (2004) [1979] *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2006) [1996] *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2008) [1978] *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2008) [1994]. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp.

Sassen, S. (1991) *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Saunaluoma, S., Moat, J., Pugliese, F., & Neves, E. G. (2020) Patterned Villagescapes and Road Networks in Ancient Southwestern Amazonia. *Latin American Antiquity*, 1-15.

Schaan, D. (2008). The non-agricultural chiefdoms of Marajó. *In: Silverman, H., & Isbell, W. (Eds.) Handbook of South American Archaeology*. Springer Science & Business Media, 339–57.

Schmid, C. (2006) Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectics. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) (2006) Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 27-45.

Schmid, C. (2008). Henri Lefebvre's theory of the production of space: Towards a three-dimensional dialectic. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (eds.) Space, difference, everyday life*. London: Routledge, p. 41-59.

Schmid, C. (2018) Journeys through planetary urbanization: Decentering perspectives on the urban. *Environment and Planning D: Society and Space* 36(3), 591–610.

Schmink, M.; Wood, C. (2012) *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2012

Scott, A.; Storper, M. (2015) The nature of cities: The scope and limits of urban theory. *International journal of urban and regional research*, 39(1), 1-15.

Shields, R. (1999) *Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Shmueli, A. (2006) Totality, hegemony and difference: Henri Lefebvre and Raymond Williams. *In: Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R., & Schmid, C. (org.) (2006) Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre.* New York, London: Routledge, 212-230.

Silva Enriquez, M. A. R. (2007) *Mineração no Pará: uma agenda pró-ativa para ampliar e potencializar os benefícios regionais.* Belém: FIEPA.

Silva Júnior, C.; Petit, P. (2017) Hidrelétricas na Amazônia: impactos energéticos, sociais e ambientais. *In: Pereira, A.; dos Anjos, H. P.; da Silva, I.S.; Ribeiro, N. (org.) Culturas e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental Brasileira.* Belém: Paka-Tatu, 307-332.

Silva, A. R. (2013) Estudos Isotópicos (Pb, O, H, S) *Em Zonas Alteradas E Mineralizadas Do Depósito Cupro-Aurífero Visconde, Província Mineral De Carajás.* Dissertação de Mestrado, Mestrado em Geologia, Instituto de Geociências, UFPA.

Silva, E. C. (2017b) Conservadorismo, Bancada Ruralista e Indígenas. *Temporalis*, ano 17, n. 34, p. 437-457, jul./dez. 2017.

Silva, H. (2017a) *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira.* Tese de Doutorado, CEDEPLAR-FACE, Universidade Federal de Minas Gerais.

Silva, I. S. (2010). A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, 2.

Silva, M. A. (1998) Royalties da mineração: instrumentos e promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia Oriental? *Novos Cadernos NAEA*, 1(2): 115-130.

Silveira, S. (1993) *Transformations in Amazonia: The spatial reconfiguration of systems*. Royal Institute of Technology, Department of Infrastructure and Planning, Stockholm, Sweden.

Simionatto, I.; Costa, C. R. (2012) Como Os Dominantes Dominam: O Caso Da Bancada Ruralista. *Temporalis*, ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

Simmel, G. (1987) [1902] A Metr pole e a Vida Mental. In: Velho, O. (org.) *O Fen meno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 11-25.

Simone, A. (2020) *Without Capture*. Lecture Series: From Extinction to Abolition, Seminário Online, The Urban Institute, The University of Sheffield. <http://urbaninstitute.group.shef.ac.uk/from-extinction-to-abolition-by-professor-abdoumalig-simone-october-november-2020/>

Simone, A. (2022) When Extended Urbanization Becomes Extensive Urbanization. In: Schmid, C.; Topalovic, M. (coord.) *Territories of Extended Urbanization*, no prelo.

Simone, A. (2004) People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public culture*, 16(3), 407-429.

Simone, A. (2018). The Urban Majority and Provisional Recompositions in Yangon: The 2016 Antipode RGS-IBG Lecture. *Antipode*, 50(1), 23-40.

Simone, A.; Pieterse, E. (2017) *New urban worlds: Inhabiting dissonant times*, Cambridge: Polity Press.

Smith, N. (1995) Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe. In: H. Eskelinen, H.; Snickars, F. (org.) *Competitive European peripheries*, Berlin: Springer Verlag.

Soja, E. (1996) *Thirdspace*. Cambridge: Blackwell.

Soja, E. (2000) *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.

Souza, A. S. de (2014) *Dinâmica Socioeconômica e Trabalho na Amazônia: Análise Do Município De Parauapebas A Partir Da Migração De Trabalhadores Maranhenses Da Mineração*. Dissertação de Mestrado, Programa De Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade Na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Staneck, L. (2011) *Henri Lefebvre on space: Architecture, urban research, and the production of theory*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.

Stengers, I. (2010). *Cosmopolitics* (Vol. 2). Minneapolis: University of Minnesota Press.

Steward, J. H. (1948) The tropical forest tribes. In: Steward, J. H. (ed.) *Handbook of South American Indians*, vol. 3. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143, Washington D.C.

Storper, M., & Venables, A. J. (2004). Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of economic geography*, 4(4), 351-370.

Strathern, M. (2014) *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

Svampa, M. (2015). Commodities consensus: Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, 114(1), 65-82.

Taylor, P.; Lang, R. (2004) The shock of the new: 100 concepts describing recent urban change. *Environment and Planning A.*, v. 36, 951-958.

Topalovic, M. (2016). Architecture of territory: beyond the limits of the city: research and design of urbanising territories: *Inaugural lecture ETH Zürich*, November 30, 2015.

Toral, A. (1992) *Cosmologia e sociedade Karajá*. Tese de doutorado. Programa De Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Turner, F. J. (1920). *The frontier in American history*. New York: H. Holt and Company.

UN-Habitat (2007) (United Nations Human Settlement Programme) *The State of the World's Cities Report 2006/2007*. Londres: Earthscan, 2007.

Urban Theory Lab (2014). Visualizing an Urbanized Planet – Materials. In: Brenner, Neil. (ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, p. 460-475.

VALE S. A. (2016) *Complexo S11D*. Disponível em: <<http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/Home.aspx>>. Access in 16-Jun-2017.

Vasconcellos, P. M. C. (2019). Vozes da exclusão: os assassinatos de defensores de direitos humanos na Amazônia. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 7(2), 77-94.

Veiga, J. E. D. (2004). Nem tudo é urbano. *Ciência e cultura*, 56(2), 26-29.

Velho, O. G. (2009). Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zjf4z>>.

Vidal, L. B. (1991). Os índios da Amazônia – um desafio recíproco. In: Hebéte, J. (org.) *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 54-77.

Villaça, F. (1999). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Deak, C.; Schiffer, S. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP.

Viveiros de Castro, E. (1996). Images of nature and society in Amazonian ethnology. *Annual review of Anthropology*, 25(1), 179-200.

Wachsmuth, D. City as Ideology. In: Brenner, N. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 353-371.

Wagley, C. (1964) *Amazon Town*. New York: Alfred A.

Walker, R. Building a better theory of the urban: A response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v. 19, n. 2-3, p. 183-191, 2015.

Zagallo, J.G. (2014) A "Privatização" da Vale. *Revista Não Vale, Justiça nos Trilhos*, v.1, 7-15.

## LISTA DE FIGURAS

- P.54\_ FIGURA 1. CONCESSÕES MINERAIS NA REGIÃO DE ESTUDO
- P.112\_ FIGURA 2. DIAGRAMA DA REGIÃO DE ESTUDO
- P.120\_ FIGURA 3. COMPLEXO MINERAL DE CARAJÁS: SERRA NORTE E SERRA SUL
- P.131\_ FIGURA 4. NÚCLEO URBANO DE CARAJÁS (NUC)
- P.132\_ FIGURA 5. MINA, COMPANY TOWN, AEROPORTO E PARAUPEBAS. FONTE: GOOGLE EARTH
- P.132\_ FIGURA 6. MINA DE CARAJÁS, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.133\_ FIGURA 7. MOSAICO DE CARAJÁS
- P.157\_ FIGURA 8. PAISAGENS DE PRODUÇÃO DE GRÃOS NO ESTADO DE IOWA, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.158\_ FIGURA 9. PAISAGENS DE PRODUÇÃO DE GRÃOS NO ESTADO DE IOWA, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.161\_ FIGURA 10. SORRISO (MT), IMAGEM DE SATÉLITE
- P.162\_ FIGURA 11. SORRISO (MT), IMAGEM DE SATÉLITE
- P.168\_ FIGURA 12. PROJETO GRANDE CARAJÁS
- P.170\_ FIGURA 13. DIVISÃO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ
- P.171\_ FIGURA 14. A MINA DE CARAJÁS E O CENTRO URBANO DE PARAUPEBAS
- P.175\_ FIGURA 15. USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. FONTE: GOOGLE EARTH
- P.181\_ FIGURA 16. DIREITOS MINERÁRIOS DA VALE EM CANAÃ DOS CARAJÁS
- P.183\_ FIGURA 17. PROJETO S11D, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.184\_ FIGURA 18. COMPLEXO ELIEZER BATISTA S11D, IMAGEM DE SATÉLITE. FONTE: GOOGLE EARTH

- P.185\_** FIGURA 19. ARRECADAÇÃO DA CFEM EM CANAÃ DOS CARAJÁS
- P.185\_** FIGURA 20. EXPORTAÇÕES MUNICIPAIS DE MINÉRIO DE FERRO (COD.2601) E MINÉRIO DE COBRE (COD.2603) DE CANAÃ DOS CARAJÁS
- P.187\_** FIGURA 21. EMPREGO FORMAL EM CANAÃ DOS CARAJÁS
- P.228\_** FIGURA 22. EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CANAÃ DOS CARAJÁS
- P.228\_** FIGURA 23. EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE CANAÃ, EM KM²: 2,0 (1995), 5,87 (2005), 20,30 (2015).
- P.229\_** FIGURA 24. CENTRO URBANO DE CANAÃ, 2006, 2011, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.229\_** FIGURA 25. CENTRO URBANO DE CANAÃ, JUL-2015, MAI-2018, IMAGEM DE SATÉLITE
- P.322\_** FIGURA 26. LOCALIZAÇÃO DA VILA RACHA PLACA. ACIMA, 2006; ABAIXO, 2018
- P.331\_** FIGURA 27. DIAGRAMA DOS ACAMPAMENTOS DE CANAÃ DOS CARAJÁS.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANM – Agência Nacional de Mineração

BASA – Banco da Amazônia

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEDERE – Centro de Desenvolvimento Regional

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EFC – Estrada de Ferro Carajás  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FLONA – Floresta Nacional  
GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
MAM – Movimento pela Soberania Nacional na Mineração  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NUC – Núcleo Urbano de Carajás  
ONU – Organização das Nações Unidas

PARNA – Parque Nacional  
PIC – Projeto Integrado de Colonização  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PGC – Projeto Grande Carajás  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
ReBio – Reserva Biológica  
REGIC – Regiões de Influência das Cidades  
SINE – Sistema Nacional de Emprego  
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
SRB – Sociedade Rural Brasileira  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento na Amazônia  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
STTRCC – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás  
TCLD – Transportadores de Correia de Longa Distância  
UDR – União Democrática Ruralista  
UEPA – Universidade Estadual do Pará  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
UHE – Usina Hidrelétrica



**folha de guarda** Kiona Bold/ Masifa Medium

**ficha catalográfica** Corbel Regular/ Bold

**capa, folha de rosto** Fontspring Demo - Balgin Black Bold/ Masifa Medium

**corpo de texto** Arial Narrow

**títulos** Porto Bold/ Kiona Bold/ Masifa Bold

**figuras** Corbel Regular/ Bold

**notas de rodapé** Corbel Regular

**referências** Corbel Regular/ Italic/ Bold

